

Veículo: Bahia Econômica	Online
Data: 09/07/2021	Coluna: Economia



SINDICATO COBRA PROVIDÊNCIA CONTRA ROUBO DE COMBUSTÍVEIS NA BAHIA



9 Julho, 2021

Em ofício enviado à **Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia (Sefaz)**, com cópia para o presidente da Assembleia Legislativa da Bahia, o Sindicombustíveis Bahia pede providência para intensificar o combate ao mercado irregular de carga de combustíveis, devido ao aumento das ocorrências de roubo de caminhão-tanque e apreensão de carga fraudada pela Polícia Rodoviária Federal da Bahia.

Ainda no ofício, o Sindicombustíveis Bahia lembrou que recentemente enviou à Sefaz uma Proposta de Lei prevendo o perdimento da carga fraudada. “Sugerimos agora incluir na proposta a apreensão do veículo que transporta a carga fraudada, assim como penalizar o motorista do caminhão com a apreensão da sua carteira de habilitação”, acrescentou o presidente do Sindicombustíveis Bahia, Walter Tannus Freitas.

“Somente com a ajuda do poder público, intensificando a fiscalização e tornando a legislação mais rígida, poderemos combater o mercado irregular”, afirmou Walter Tannus.

Veículo: Gov Bahia	
Data: 09/07/2021	



Sefaz-Ba e Polícia Rodoviária Federal firmam acordo de cooperação técnica

9 julho 2021



Promover sinergias para amplificar o combate a fraudes e crimes relacionados à circulação de mercadorias e à prestação de serviços de transporte nas rodovias baianas é o objetivo do acordo de cooperação técnica firmado nesta sexta (9) entre a Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia (Sefaz-Ba) e a Superintendência da Polícia Rodoviária Federal no Estado da Bahia (SPRF/Ba).

Assinado pelo secretário da Fazenda do Estado, Manoel Vitorino, e pelo superintendente da PRF na Bahia, Virgílio de Paula Tourinho, o acordo permitirá o trabalho conjunto e o intercâmbio de informações entre as instituições, potencializando o trabalho de suas respectivas equipes.

Compartilhamento

Entre as informações passíveis de compartilhamento, estão indícios de irregularidades apontados pela Sefaz-Ba a partir do trabalho de suas equipes, com base na análise dos documentos fiscais eletrônicos e em imagens registradas pelas câmeras do sistema ONE – Operador Nacional dos Estados, gerenciado pelas secretarias estaduais de Fazenda. Já a PRF irá compartilhar os dados extraídos de seus próprios sistemas de informações e também os registros colhidos pelos agentes durante o trabalho de campo nas rodovias baianas.

Um dos principais tópicos da atuação conjunta deverá estar no transporte irregular de etanol, que já vinha sendo objeto de cooperação informal entre a PRF e o fisco estadual. As fraudes relacionadas a combustíveis, lembrou o secretário da Fazenda do Estado, Manoel Vitorino, têm sido alvo na Bahia da Operação Posto Legal, “que será fortalecida a partir da oficialização do intercâmbio com a Polícia Rodoviária Federal”.

De acordo com o superintendente Virgílio Tourinho, a Polícia Rodoviária Federal está ampliando as bases nas regiões Oeste e Sudoeste da Bahia para ampliar a capilaridade de suas operações. A cooperação com a Sefaz-Ba deverá potencializar o trabalho de combate ao crime nas rodovias baianas, avaliou. “Esta integração trará bons frutos para o estado e também para a sociedade”, afirmou.

Posto Legal

Os órgãos que já compõem a força-tarefa da operação Posto Legal são a Superintendência de Proteção ao Consumidor (Procon-Ba), a Secretaria da Segurança Pública (Polícias Militar, Rodoviária, Civil e Técnica), o Instituto Baiano de Metrologia e Qualidade (Ibametro) e a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), com apoio da Sefaz-Ba e da Procuradoria Geral do Estado (PGE-Ba).

Fonte: Ascom/ Sefaz

Sefaz-Ba e Polícia Rodoviária Federal firmam acordo de cooperação técnica



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Promover sinergias para amplificar o combate a fraudes e crimes relacionados à circulação de mercadorias e à prestação de serviços de transporte nas rodovias baianas é o objetivo do acordo de cooperação técnica firmado nesta sexta (9) entre a Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia (Sefaz-Ba) e a Superintendência da **Polícia Rodoviária** Federal no Estado da Bahia (SPRF/Ba).

Assinado pelo secretário da Fazenda do Estado, **Manoel Vitória**, e pelo superintendente da PRF na Bahia, Virgílio de Paula Tourinho, o acordo permitirá o **trabalho** conjunto e o **intercâmbio** de informações entre as instituições, potencializando o **trabalho** de suas respectivas equipes.

Entre as informações passíveis de compartilhamento, estão indícios de irregularidades apontados pela Sefaz-Ba a partir do **trabalho** de suas equipes, com base na análise dos documentos fiscais eletrônicos e em imagens registradas pelas câmeras do sistema ONE - Operador Nacional dos Estados, gerenciado pelas secretarias estaduais de Fazenda. Já a PRF irá compartilhar os dados extraídos de seus próprios sistemas de informações e também os registros colhidos pelos agentes durante o **trabalho** de campo nas rodovias baianas.

Um dos principais tópicos da atuação conjunta deverá estar no **transporte irregular** de etanol, que já vinha sendo objeto de cooperação informal entre a PRF e o **fisco** estadual. As fraudes relacionadas a combustíveis, lembrou o secretário da Fazenda do Estado, **Manoel Vitória**, têm sido alvo na Bahia da Operação Posto Legal, 'que será fortalecida a partir da oficialização do **intercâmbio** com a **Polícia Rodoviária** Federal'.

De acordo com o superintendente Virgílio Tourinho, a **Polícia Rodoviária** Federal está ampliando as bases nas regiões Oeste e Sudoeste da Bahia para ampliar a capilaridade de suas operações. A cooperação com a Sefaz-Ba deverá potencializar o **trabalho** de combate ao crime nas rodovias baianas, avaliou. 'Esta integração trará bons frutos para o estado e também para a sociedade', afirmou.

Posto Legal

Compartilhamento

Os órgãos que já compõem a força-tarefa da operação Posto Legal são a Superintendência de Proteção ao Consumidor (**Procon-Ba**), a **Secretaria da Segurança Pública** (Polícias Militar, Rodoviária, Civil e Técnica), o **Instituto Baiano de Metrologia e Qualidade (Ibmetro)** e a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), com apoio da Sefaz-Ba e da **Procuradoria Geral do Estado (PGE-Ba)**.

Assuntos e Palavras-Chave: SAEB - Secretaria da Administração - Intercâmbio | SECOM - Secretaria de Comunicação - PROCON | SDE - Secretaria de Desenvolvimento Econômico - Ibmetro, Metrologia | SSP - Secretaria da Segurança Pública - SSP, Polícia, Polícia Rodoviária Estadual | Procuradoria Geral do Estado - Procuradoria Geral do Estado, PGE-BA | SEPLAN - Secretaria do Planejamento - Ibmetro | SJDHDS - Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social - Procon-BA | SEINFRA - Secretaria de Infraestrutura - Transporte Irregular | SETRE - Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte - Trabalho | SEFAZ - Secretaria da Fazenda - Manoel Vitorino, FISCO

Sefaz-Ba e Polícia Rodoviária Federal firmam acordo de cooperação técnica



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Promover sinergias para amplificar o combate a fraudes e crimes relacionados à circulação de mercadorias e à prestação de serviços de transporte nas rodovias baianas é o objetivo do acordo de cooperação técnica firmado nesta sexta (9) entre a Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia (Sefaz-Ba) e a Superintendência da **Polícia Rodoviária** Federal no Estado da Bahia (SPRF/Ba).

Assinado pelo secretário da Fazenda do Estado, **Manoel Vitória**, e pelo superintendente da PRF na Bahia, Virgílio de Paula Tourinho, o acordo permitirá o **trabalho** conjunto e o **intercâmbio** de informações entre as instituições, potencializando o **trabalho** de suas respectivas equipes.

Entre as informações passíveis de compartilhamento, estão indícios de irregularidades apontados pela Sefaz-Ba a partir do **trabalho** de suas equipes, com base na análise dos documentos fiscais eletrônicos e em imagens registradas pelas câmeras do sistema ONE - Operador Nacional dos Estados, gerenciado pelas secretarias estaduais de Fazenda. Já a PRF irá compartilhar os dados extraídos de seus próprios sistemas de informações e também os registros colhidos pelos agentes durante o **trabalho** de campo nas rodovias baianas.

Um dos principais tópicos da atuação conjunta deverá estar no **transporte irregular** de etanol, que já vinha sendo objeto de cooperação informal entre a PRF e o **fisco** estadual. As fraudes relacionadas a combustíveis, lembrou o secretário da Fazenda do Estado, **Manoel Vitória**, têm sido alvo na Bahia da Operação Posto Legal, 'que será fortalecida a partir da oficialização do **intercâmbio** com a **Polícia Rodoviária** Federal'.

De acordo com o superintendente Virgílio Tourinho, a **Polícia Rodoviária** Federal está ampliando as bases nas regiões Oeste e Sudoeste da Bahia para ampliar a capilaridade de suas operações. A cooperação com a Sefaz-Ba deverá potencializar o **trabalho** de combate ao crime nas rodovias baianas, avaliou. 'Esta integração trará bons frutos para o estado e também para a sociedade', afirmou.

Posto Legal

Compartilhamento

Os órgãos que já compõem a força-tarefa da operação Posto Legal são a Superintendência de Proteção ao Consumidor (**Procon-Ba**), a **Secretaria da Segurança Pública** (Polícias Militar, Rodoviária, Civil e Técnica), o **Instituto Baiano de Metrologia e Qualidade (Ibmetro)** e a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), com apoio da Sefaz-Ba e da **Procuradoria Geral do Estado (PGE-Ba)**.

[Voltar para a página inicial](#)

Assuntos e Palavras-Chave: SAEB - Secretaria da Administração - Intercâmbio | SECOM - Secretaria de Comunicação - PROCON | SDE - Secretaria de Desenvolvimento Econômico - Ibmetro, Metrologia | SSP - Secretaria da Segurança Pública - SSP, Polícia, Polícia Rodoviária Estadual | Procuradoria Geral do Estado - Procuradoria Geral do Estado, PGE-BA | SEPLAN - Secretaria do Planejamento - Ibmetro | SJDHDS - Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social - Procon-BA | SEINFRA - Secretaria de Infraestrutura - Transporte Irregular | SETRE - Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte - Trabalho | SEFAZ - Secretaria da Fazenda - Manoel Vitorino, FISCO

Sefaz-Ba e Polícia Rodoviária Federal firmam acordo de cooperação técnica



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Tags: **polícia rodoviária** federal , Sefaz-Ba

Fonte: Ascom/ Sefaz

Promover sinergias para amplificar o combate a fraudes e crimes relacionados à circulação de mercadorias e à prestação de serviços de transporte nas rodovias baianas é o objetivo do acordo de cooperação técnica firmado nesta sexta (9) entre a Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia (Sefaz-Ba) e a Superintendência da **Polícia Rodoviária** Federal no Estado da Bahia (SPRF/Ba).

Assinado pelo secretário da Fazenda do Estado, **Manoel Vitório**, e pelo superintendente da PRF na Bahia, Virgílio de Paula Tourinho, o acordo permitirá o

trabalho conjunto e o **intercâmbio** de informações entre as instituições, potencializando o **trabalho** de suas respectivas equipes.

Entre as informações passíveis de compartilhamento, estão indícios de irregularidades apontados pela Sefaz-Ba a partir do **trabalho** de suas equipes, com base na análise dos documentos fiscais eletrônicos e em imagens registradas pelas câmeras do sistema ONE - Operador Nacional dos Estados, gerenciado pelas secretarias estaduais de Fazenda. Já a PRF irá compartilhar os dados extraídos de seus próprios sistemas de informações e também os registros colhidos pelos agentes durante o **trabalho** de campo nas rodovias baianas.

Um dos principais tópicos da atuação conjunta deverá estar no **transporte irregular** de etanol, que já vinha sendo objeto de cooperação informal entre a PRF e o **fisco** estadual. As fraudes relacionadas a combustíveis, lembrou o secretário da Fazenda do Estado, **Manoel Vitório**, têm sido alvo na Bahia da Operação Posto Legal, 'que será fortalecida a partir da oficialização do **intercâmbio** com a **Polícia Rodoviária** Federal'.

De acordo com o superintendente Virgílio Tourinho, a **Polícia Rodoviária** Federal está ampliando as bases nas regiões Oeste e Sudoeste da Bahia para ampliar a capilaridade de suas operações. A cooperação com a Sefaz-Ba deverá potencializar o **trabalho** de combate ao crime nas rodovias baianas, avaliou. 'Esta integração trará bons frutos para o estado e também para a sociedade', afirmou.

Posto Legal

Os órgãos que já compõem a força-tarefa da operação Posto Legal são a Superintendência de Proteção ao Consumidor (**Procon-Ba**), a **Secretaria da Segurança Pública** (Polícias Militar, Rodoviária, Civil e Técnica), o **Instituto Baiano de Metrologia e Qualidade (Ibametro)** e a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), com apoio da Sefaz-Ba e da **Procuradoria Geral do Estado (PGE-Ba)**.

Os comentários estão encerrados.

Assuntos e Palavras-Chave: SAEB - Secretaria da Administração - Intercâmbio | SECOM - Secretaria de Comunicação - PROCON | SDE - Secretaria de Desenvolvimento Econômico - Ibametro, Metrologia | SSP - Secretaria da Segurança Pública - SSP, Polícia, Polícia Rodoviária Estadual | Procuradoria Geral do Estado - Procuradoria Geral do Estado, PGE-BA | SEPLAN - Secretaria do Planejamento - Ibametro | SJDHDS - Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social - Procon-BA | SEINFRA - Secretaria de Infraestrutura - Transporte Irregular | SETRE - Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte - Trabalho | SEFAZ - Secretaria da Fazenda - Manoel Vitorino, FISCO

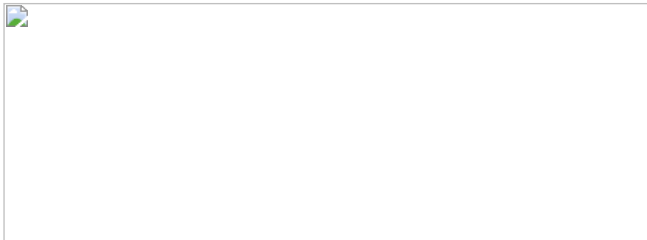
Veículo: Tribuna da Bahia	Caderno: Política / Raio Laser
Data: 12/07/2021	Página: 02
Cita o secretário	

Tribuna

Tributos

A deputada Ivana Bastos (PSD) defendeu o fim da obrigatoriedade da apresentação da Declaração e Apuração Mensal do ICMS (DMA) e a sua Cédula Suplementar (CS-DMA). Em indicação encaminhada ao governador Rui Costa e ao secretário estadual da Fazenda, Manoel Vitório, a parlamentar argumentou que a medida trará mais agilidade e modernização da relação do Estado com seus contribuintes. De acordo com Ivana, a DMA e CS-DMA estão previstas no Art. 255 do Regulamento do ICMS do Estado da Bahia. De acordo com esse artigo, na DMA serão informadas, em síntese, as operações e prestações realizadas em cada estabelecimento, do primeiro ao último dia do mês anterior, especificando as operações de entradas e saídas de mercadorias, bem como os serviços utilizados ou prestados. Mas, conforme explicou a deputada, em 3 de abril de 2009, o Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) e o Secretário da Receita Federal do Brasil criaram a Escrituração Fiscal Digital (EFD), para uso pelos contribuintes do ICMS e/ou do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI).

Tabela 2: Arrecadação ICMS Bahia 1º Quadrimestre/2021-Setores Econômicos.



(<http://www.iaf.org.br/wp-content/uploads/2021/06/t2.png>)

Fonte: IAF – a partir de dados coletados do CONFAZ.

Nota: aplicado o IPCA de abril/20-21.

Trabalho dos Auditores Fiscais e PIB Brasil

Identificar fatores que provocam aumento ou redução na arrecadação tributária nunca foi tarefa fácil, haja vista a imensidão de variáveis que exercem influência no comportamento de uma arrecadação. Sabe-se que em períodos de crescimento econômico a arrecadação tributária tende a aumentar, pois existe uma correlação direta entre essas duas variáveis.

Estudos anteriores conduzidos pelo IAF já identificaram que a arrecadação de ICMS do estado da Bahia é fortemente impactada pelo nível de atividade econômica do país. Esse nível de atividade econômica pode ser medido pelo PIB – Produto Interno Bruto, de forma que, quando o PIB Brasil cresce, a arrecadação de ICMS do estado da Bahia também cresce, e vice-versa. Segundo dados do IBGE, o PIB Brasil cresceu 1,2% no 1º trimestre de 2021, quando comparado com o 4º trimestre de 2020, e cresceu 1% quando comparado com o 1º trimestre de 2020.

Outro fator que deve ser destacado é que, mesmo com a pandemia da COVID-19 em curso durante quase todo o ano de 2020 e no ano de 2021, os Auditores Fiscais mantiveram as suas atividades, fiscalizando, arrecadando e cobrando os tributos estaduais. Mesmo necessitando se adaptar a novas modalidades de trabalho remoto, utilizando os seus equipamentos e recursos pessoais, a exemplo de computadores e internet, as atividades não pararam, e continuam sendo executadas com toda energia.

O que esperar daqui para frente?

Considerando tudo o que já foi exposto, é de esperar que a arrecadação de ICMS para os próximos meses continue a apresentar crescimento em relação ao ano de 2020. Resumidamente, podemos elencar alguns fatores que contribuem para esse entendimento:

- 1 – Os Auditores Fiscais continuarão executando as suas funções com o mesmo profissionalismo de sempre, mesmo em um ambiente adverso e desafiador, no qual o servidor público vem sendo fortemente atacado, com direitos violados, sem reajuste salarial que sequer reponha a inflação;
- 2 – A atividade econômica tende a se recuperar, refletindo no crescimento do PIB Brasil e conseqüentemente no aumento da arrecadação do ICMS;
- 3 – A arrecadação de 2020, principalmente nos meses de maio e junho foram muito baixas em função das medidas de combate a COVID-19 que se refletiram negativamente na economia e na arrecadação. Em valores aproximados, a arrecadação de maio de 2020 foi 30% menor do que a arrecadação de maio de 2019, e em abril a queda foi de 12%. Dessa forma, a arrecadação de 2021 será comparada com uma base bastante baixa, fazendo com que a variação positiva seja elevada.

Concluindo, espera-se que esse cenário positivo se concretize, e que o estado saiba bem aplicar os recursos dos cidadãos em aquisições e iniciativas que vão além de um sonho chinês, mas que se traduzam em uma melhor qualidade de vida para o povo baiano.

IAF – Trabalho e Transparência!

Notícias Relacionadas

DESTAQUE [23/06/2021](#)

Comunicado Conjunto da Diretoria e Conselho de Representantes

(<http://www.iaf.org.br/comunicado-conjunto-da-diretoria-e-conselho-de-representantes/>)

DESTAQUE [23/06/2021](#)

São João #sem aglomeração na Dat Sul

(<http://www.iaf.org.br/sao-joao-sem-aglomeracao-na-dat-sul/>)

DESTAQUE [17/06/2021](#)

Nova PEC da Previdência Baiana Foi Aprovada Ontem



[\(http://www.iaf.org.br/nova-pec-da-previdencia-baiana-foi-aprovada-ontem/\)](http://www.iaf.org.br/nova-pec-da-previdencia-baiana-foi-aprovada-ontem/)

DESTAQUE [14/06/2021](#)


IAF recebe pleito da categoria por melhoria da GF

[\(http://www.iaf.org.br/iaf-recebe-pleito-da-categoria-por-melhoria-da-gf/\)](http://www.iaf.org.br/iaf-recebe-pleito-da-categoria-por-melhoria-da-gf/)


Nossos Parceiros

 [\(http://www.iaf.org.br/arrecadacao-de-icms-na-bahia-em-crescimento/\)](http://www.iaf.org.br/arrecadacao-de-icms-na-bahia-em-crescimento/) 

[\(http://www.azietorres.com.br/\)](http://www.azietorres.com.br/)  [\(https://www.credexecutivo.com.br/site/\)](https://www.credexecutivo.com.br/site/)  [\(http://www.asfeb.org.br/\)](http://www.asfeb.org.br/)

 **Av. Tancredo Neves, 2227, ED. Salvador Prime Torre Work, sl 515 Caminho das Árvores, Salvador - BA, CEP 41820-021**
Telefones: (71) 4062-7013 / 2132-9568 / (71) 98421-6729 / (71) 98222-7485

COPYRIGHT 2016 - TODOS OS DIREITOS RESERVADOS

 [\(https://www.iwwa.com.br/\)](https://www.iwwa.com.br/)

SINDSEFAZ

SINDICATO DOS SERVIDORES DA FAZENDA DO ESTADO DA BAHIA

(<http://www.sindsefaz.org.br/>)

Gestão Democracia e Luta

REDES SOCIAIS



(<https://www.facebook.com/SindsefazOficial/>)



(https://twitter.com/sindsefaz_ba)



(<https://www.youtube.com/user/sindsefaz>)



(<http://api.whatsapp.com/send?l=pt>)

Segunda-feira, 12 de Julho de 2021

o que está procurando?

Buscar

Lei 11.470 modernizou a SEFAZ-BA e melhorou a arrecadação de ICMS

(<http://www.sindsefaz.org.br/noticia/5525/dieese-mostra-impactos-da-adi-4233-na-arrecadacao-de-icms>)

TJ-BA reconhece, em parte, pleitos do Sindsefaz sobre IR de precatórios



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA
PRESIDÊNCIA

Ofício nº 437/2021/GP/TJBA

Salvador, 05 de julho de 2021.

Aos Senhores
CLÁUDIO MEIRELLES MATTOS
Diretor de Organização do Sindicato dos Servidores da Fazenda do Estado da Bahia – SINDSEFAZ
JOAQUIM AMARAL FILHO
Diretor Jurídico do Sindicato dos Servidores da Fazenda do Estado da Bahia – SINDSEFAZ
Salvador - BA



Tribunal responde

Compartilhe (https://twitter.com/share?url=http://www.sindsefaz.org.br/noticia/5558/tj-ba-reconhece-em-parte-pleitos-do-sindsefaz-sobre-ir-de-precatorios&via=sindsefaz_ba&text=TJ-BA%20reconhece,%20em%20parte,%20pleitos%20do%20Sindsefaz%20sobre%20IR%20de%20precat%C3%B3rios)
([whatsapp://send?text=TJ-BA reconhece, em parte, pleitos do Sindsefaz sobre IR de precat%C3%B3rios](http://api.whatsapp.com/send?text=TJ-BA%20reconhece,%20em%20parte,%20pleitos%20do%20Sindsefaz%20sobre%20IR%20de%20precat%C3%B3rios) - <http://www.sindsefaz.org.br/noticia/5558/tj-ba-reconhece-em-parte-pleitos-do-sindsefaz-sobre-ir-de-precatorios>)



No dia 15 de junho a diretoria do Sindsefaz, acompanhada por sua assessoria jurídica e pelo deputado federal Daniel Almeida (PCdoB), se reuniu com o presidente do Tribunal de Justiça da Bahia (TJ-BA), Lourival Trindade e com o juiz Cláudio Césare Braga Pereira, responsável pelo Núcleo Auxiliar de Conciliação de Precatórios (NACP). **Em pauta os problemas gerados sobre a forma como vem sendo feita a tributação do Imposto de Renda dos juros sobre os precatórios e o número de meses que são considerados para a efetivação do cálculo.**

A entidade protocolou uma carta ao Tribunal com solicitações sobre os temas e esta semana **recebemos da Presidência do TJ-BA a resposta abaixo, que atende em parte aos pleitos apresentados pela entidade.** Foi acolhido parcialmente o nosso pedido, apenas quanto a não redução do número de meses (RRA). Já quanto a tributação dos juros, permanecerá o entendimento de tributando da forma como vem sendo feito até que sobrevenha orientação diferente da Receita Federal.

A diretoria do Sindsefaz está estudando a forma como atuará a partir desta resposta, inclusive a possibilidade de acionar a Receita Federal para resolver o problema, que vem causando transtornos e prejuízos aos fazendários.

Veja a resposta do TJ-BA aqui.
(http://www.sindsefaz.org.br/ckfinder/files/Of_%20437_%20Resposta%20a%20Carta%20Oficial%20n%C2%BA%200252021_%20SINDSEFAZ.pdf)



Sugestões de leitura

- 1º Portal Bonifácio
(<https://bonifacio.net.br/>)
- 2º AGÊNCIA BRASIL - Indústria de cervejas tiveram R\$ 2,8 bi de desoneração em quatro anos
(<http://twixar.me/Ff4T>)
- 3º REDE BRASIL ATUAL - Sindicatos protestam contra MP 905
(<http://twixar.me/hf4T>)
- 4º AGÊNCIA SINDICAL - Contag denuncia boicote do governo a liberação de aposentadoria rural
(<http://twixar.me/lf4T>)

Artigos

QUE SEFAZ QUEREMOS NA BAHIA?

QUE SEFAZ QUEREMOS NA BAHIA?
(<http://www.sindsefaz.org.br/artigo/47/que-sefaz-queremos-na-bahia?>)

Leia mais (<http://www.sindsefaz.org.br/artigo/47/que-sefaz-queremos-na-bahia?>)

Ver todos (<http://www.sindsefaz.org.br/artigos>)

Entrevistas

Cristina Ravazzano e Gilvânia Martins – Prevenção e combate à covid-19 com uso de medicamentos homeopáticos

Cristina Ravazzano e Gilvânia Martins – Prevenção e combate à covid-19 com uso de medicamentos homeopáticos
(<http://www.sindsefaz.org.br/entrevista/35/cristina-ravazzano-e-gilvania-martins-%E2%80%93-prevencao-e-combate-a-covid-19-com-uso-de-medicamentos-homeopaticos>)

Leia mais (<http://www.sindsefaz.org.br/entrevista/35/cristina-ravazzano-e-gilvania-martins-%E2%80%93-prevencao-e-combate-a-covid-19-com-uso-de-medicamentos-homeopaticos>)

Ver todas (<http://www.sindsefaz.org.br/entrevistas>)

Logo Sindsefaz
(<http://www.sindsefaz.org.br/noticia/5558/tj-ba-reconhece-em-parte-pleitos-do-sindsefaz-sobre-ir-de-precatorios#>)

SINDSEFAZ

SINDICATO DOS SERVIDORES DA FAZENDA DO ESTADO DA BAHIA

(<http://www.sindsefaz.org.br/>)

Gestão Democracia e Luta

REDES SOCIAIS



(<https://www.facebook.com/SindsefazOficial/>)



(https://twitter.com/sindsefaz_ba)



(<https://www.youtube.com/user/sindsefaz>)



(<http://api.whatsapp.com/send?l=pt>)

Segunda-feira, 12 de Julho de 2021

o que está procurando?

Buscar




Lei 11.470 modernizou a SEFAZ-BA e melhorou a arrecadação de ICMS

(<http://www.sindsefaz.org.br/noticia/5525/dieese-mostra-impactos-da-adi-4233-na-arrecadacao-de-icms>)

EC 163/2021 e PL 24.196/2021 aprovados na Alba prejudicam servidor



Previdência

Compartilhe   (https://twitter.com/share?url=http://www.sindsefaz.org.br/noticia/5557/ec-163-2021-e-pl-24.196-2021-aprovados-na-alba-prejudicam-servidor&via=sindsefaz_ba&text=EC%20163/2021%20e%20PL%2024.196/2021%20aprovados%20na%20Alba%20prejudicam%20servidor)  ([http://api.whatsapp.com/send?text=EC 163/2021 e PL 24.196/2021 aprovados na Alba prejudicam servidor - http://www.sindsefaz.org.br/noticia/5557/ec-163-2021-e-pl-24.196-2021-aprovados-na-alba-prejudicam-servidor](http://api.whatsapp.com/send?text=EC%20163/2021%20e%20PL%2024.196/2021%20aprovados%20na%20Alba%20prejudicam%20servidor))



A Proposta de Emenda Constitucional 163/2021 e o Projeto de Lei 24.196/2021, aprovados em 16 de junho passado pela Assembleia Legislativa, **modificaram regras relativas ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) dos servidores civis do estado da Bahia**. Ambos dispõem sobre a Lei nº 11.357, que organiza o Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos (RPPS) do Estado da Bahia.

Como tem sido de praxe no governo Rui Costa, não houve debate. As entidades dos servidores públicos não foram ouvidas e o texto foi aprovado pelos deputados a toque de caixa. **Segundo avaliação de nossa diretoria de Assuntos Tributários, há apenas um ponto positivo, que foi a duplicidade do direito de pensão para o beneficiário, estudante universitário solteiro, de até 24 anos, que não perceba qualquer rendimento**. Com a mudança, este dependente, que antes recebia somente a pensão de um dos genitores, agora poderá somar ao seu benefício, o valor da pensão do segundo genitor (a) falecido (a).

No geral, entretanto, as modificações vieram em prejuízo dos servidores, dos que ainda não se aposentaram e até dos que já gozam do direito à aposentadoria. Dentre elas destaca-se a mudança para pior no cálculo dos proventos dos que tem direito às regras de transição, a cláusula de barreira – média aritmética simples dos últimos 10 anos -, a possibilidade de elevação progressiva das alíquotas das contribuições previdenciárias e a maior facilidade nas futuras e prováveis alterações das regras previdenciárias – por Lei ordinária, para fixação dos futuros proventos de aposentadoria – (§ 7º do art. 3º).

Segundo nosso diretor Edmilson Blohem, se para o cálculo dos proventos de aposentadoria dos fazendários a média aritmética simples só atingiria o PDF, com a mudança, essa média, além de recair sobre os últimos 10 anos – tempo de retração econômica, de Pandemia e de um arrocho salarial tamanho "G" – ela atingirá o PDF, o CET, a GF e demais gratificações e vantagens não vinculadas, reduzindo o benefício de quem já tinha direito à Integralidade, o que é inconstitucional. Ele afirma ainda que os textos abrem a possibilidade dessas últimas mudanças retroagirem à data da aprovação da EC 26/2020 do Estado da Bahia, o que também é ilegal.



Sugestões de leitura

- 1º Portal Bonifácio
(<https://bonifacio.net.br/>)
- 2º AGÊNCIA BRASIL - Indústria de cervejas tiveram R\$ 2,8 bi de desoneração em quatro anos
(<http://twixar.me/Ff4T>)
- 3º REDE BRASIL ATUAL - Sindicatos protestam contra MP 905
(<http://twixar.me/hf4T>)
- 4º AGÊNCIA SINDICAL - Contag denuncia boicote do governo a liberação de aposentadoria rural
(<http://twixar.me/lf4T>)

Artigos

QUE SEFAZ QUEREMOS NA BAHIA?




(<http://www.sindsefaz.org.br/artigo/47/que-sefaz-queremos-na-bahia?>)

Leia mais (<http://www.sindsefaz.org.br/artigo/47/que-sefaz-queremos-na-bahia?>)

Ver todos (<http://www.sindsefaz.org.br/artigos>)

Entrevistas

Cristina Ravazzano e Gilvânia Martins – Prevenção e combate à covid-19 com uso de medicamentos homeopáticos

Cristina Ravazzano e Gilvânia Martins – Prevenção e combate à covid-19 com uso de medicamentos homeopáticos
(<http://www.sindsefaz.org.br/entrevista/35/cristina-ravazzano-e-gilvania-martins-%E2%80%93-prevencao-e-combate-a-covid-19-com-uso-de-medicamentos-homeopaticos>)

Veículo: Bahia.ba	
Data: 09.07.2021	

Publicado em 09/07/2021 às 10h13.

Crédito do Bolsa Presença será efetivado neste sábado (10) pelo Governo do Estado

Programa deve alcançar 311 mil famílias de 357 mil estudantes da rede estadual de ensino

O Governo do Estado realiza novo crédito do programa Bolsa Presença, neste sábado (10). O programa tem o objetivo de apoiar financeiramente as famílias dos estudantes cadastradas no CadÚnico e assegurar a permanência dos alunos nas atividades letivas.

O Bolsa Presença, no valor de R\$ 150 por mês, deve alcançar 311 mil famílias de 357 mil estudantes da rede estadual de ensino. Ao todo, são destinados R\$ 208 milhões para as seis parcelas do programa. O crédito, que é depositado nos cartões entregues às famílias pela Secretaria da Educação do Estado (SEC), pode ser utilizado de acordo com a necessidade de cada família, como a compra de alimentos ou material escolar.

Vale-alimentação

Já o crédito do Programa Vale-alimentação Estudantil (PVAE) será efetuado no dia 15 de julho. O PVAE tem o objetivo de garantir a segurança alimentar dos estudantes e de suas famílias e o investimento já soma R\$ 316 milhões com recursos próprios do Estado.

Todos os estudantes matriculados na rede estadual de ensino (cerca de 900 mil) recebem o valor de R\$ 55 por parcela. O valor é exclusivamente para a compra de alimentos, como feijão, arroz, macarrão, ovos, carne e leite, sendo de livre escolha do estudante. Os alimentos podem ser comprados em mais de 20 mil estabelecimentos credenciados nos 417 municípios baianos, além de distritos e povoados, movimentando, também, a economia local e do Estado.

ENTREVISTA Fábio Vilas-Boas, secretário estadual da Saúde

TRABALHO PARA REGIONALIZAR E DESCENTRALIZAR A SAÚDE NA BAHIA

OSVALDO LYRA

Com uma gestão apontada como revolucionária na estruturação e interiorização da rede pública de saúde na Bahia, o secretário Fábio Vilas-Boas é um dos mais bem avaliados do governo estadual. Nesta entrevista ao A TARDE, ele critica o governo federal e diz que a definição sobre o Reveillon só deve ocorrer 60 dias antes.

Na sexta-feira foi entregue a 19ª Policlínica na Bahia. Para quem não conhece uma unidade como essa, quais os serviços disponibilizados e qual a estrutura acessível à população?

As Policlínicas Regionais de Saúde fazem parte de um projeto que visa levar exames e consultas especializadas para todo o interior do estado e para a capital. São exames e consultas que a população não tinha acesso, incluindo exames de altíssima complexidade como tomografia computadorizada e ressonância magnética, passando por exames de gastro, como colonoscopia, exames de neuro, exames cardíacos, doppler vascular, enfim. Toda uma gama de exames que só eram encontrados na capital ou nas grandes cidades. Nós dividimos o estado da Bahia em regiões de saúde e está sendo concluído esse ano o projeto de implantar uma policlínica para cada região de saúde. Uma média de 400 mil a 600 mil pessoas são atendidas em cada policlínica, oferecendo 18 especialidades médicas e virtualmente todos os exames diagnósticos necessários para um diagnóstico correto e prescrição adequada do tratamento.

Esse era um serviço que não existia. As pessoas não conseguem fazer o diagnóstico e isso levava a um descrédito no tratamento da saúde. As policlínicas mudam a realidade no estado?

O acesso era tão restrito e limitado a hospitais e centros de referência na capital, que praticamente a população não tinha acesso. Basta dizer que nós tínhamos, quando o governador Rui Costa assumiu, duas máquinas de ressonância magnética para o sistema público de saúde apenas, uma no Roberto Santos e outra no Hospital Ana Nery. Hoje, só nos nossos hospitais, sem contar as policlínicas, nós já temos 25 máquinas e mais 24 nas policlínicas. Ou seja, 49 máquinas de ressonância públicas servindo à população, o que é algo fenomenal. Nós temos hoje um parque de diagnóstico como poucos estados no Brasil. A Bahia durante três anos foi o maior comprador de equipamentos médicos no Brasil. E isso reflete na mudança de realidade, porque o médico do posto de saúde antes ficava limitada ao ato médico e a poucos exames laboratoriais, agora os profissionais passaram a ter acesso a qualquer tipo de consulta, de segunda opinião com especialistas, e a qualquer tipo de exame.

O governador Rui Costa falou sobre o desafio de interiorizar a saúde na Bahia. Como avalia a reestruturação da rede?

Em 2014 foi feito um diagnóstico de que havia um

excesso na concentração de serviços assistenciais e diagnósticos na capital. E que a missão seria levar serviços para o interior, regionalizar e descentralizar. O governador Wagner já havia iniciado isso com a construção de seis hospitais regionais e coube ao governador Rui Costa alavancar fenomenalmente esse processo de regionalização. No começo foi muito difícil porque nós não tínhamos os médicos especialistas e era sempre um ciclo vicioso. Ninguém colocava o equipamento de alta complexidade porque não tinha profissional e não tinha profissional porque não havia equipamento de alta complexidade. Nós resolvemos quebrar esse ciclo colocando o equipamento, pagando para poder trazer, aproximar, captar, cativar médicos, e hoje nós temos regiões que nós abrimos as policlínicas com cinco médicos e hoje tem 50.

Qual o tamanho da rede pública da saúde hoje no estado e quanto foi investido nos últimos três anos?

O tamanho não tem como quantificar, mas a gente pode dizer tranquilamente que, considerando apenas custeio, que é em torno de R\$ 6 bilhões por ano, são R\$ 18 bilhões em três anos. E nós temos aí um investimento acumulado nesse período em torno de R\$ 2 bilhões entre as policlínicas e hospitais.

Você tem uma relação que mostra a construção de 36 hospitais na Bahia. Qual a importância disso para a estruturação da saúde pública?

Nós temos dez unidades novas e nós decidimos, o governador Rui Costa decidiu que iria reformar, ampliar e modernizar todos os nossos hospitais. Em regiões onde nós já tínhamos uma estrutura hospitalar, muitas vezes essa estrutura não era 100% resolutive. Ou seja, tinha lá serviços gerais de cirurgia, trauma, urgência, mas não tinha neurocirurgia, cirurgia cardíaca, cirurgia oncológica, procedimentos vasculares, endovasculares, uma série de procedimentos que o hospital poderia fazer, tinha estrutura pra fazer, mas não fazia porque não foi vocacionado e porque não foi feito o investimento para isso. A decisão no âmbito do governo do Estado foi potencializar ao máximo os nossos hospitais, que já existiam. Então foi feito um grande investimento na aquisição de equipamentos, contratação de profissionais, quando foi necessário ampliar fisicamente as estruturas com construção de novas UTIs, novas enfermarias, novos centros cirúrgicos, nós o fizemos, e com isso nós levamos altíssima complexidade na área de cardiologia, neurologia, cirurgia vascular, oncologia, radioterapia para todas as regiões do estado da Bahia. Antes as pessoas precisavam vir de Barreiras para Salvador para fazer uma quimioterapia, uma radioterapia, e voltar de ônibus por 12, 16 horas vomitando, passando mal. Hoje nós estamos para inaugurar na semana que vem o serviço de cardiologia e hemodinâmica de Barreiras e até o final do ano, até outubro, a gen-



Shirley Stolze / Ag. A TARDE / 18.1.2021

te inaugura a oncologia, radioterapia e quimioterapia lá do oeste. A mesma coisa nós fizemos em Juazeiro, Irecê, Porto Seguro, Caetitê, Ilhéus, vamos fazer agora em Teixeira de Freitas.

Qual o maior gargalo que você diagnostica hoje na saúde pública?

Não há nenhuma dúvida que é o problema da oncohematologia. São as leucemias, linfomas, são os chamados cânceres do sangue. E nós sempre fomos dependentes do Hospital das Clínicas, aqui, do Hospital Aristides Maltez e do Hospital Santa Izabel. Esses três serviços atendiam adequadamente às necessidades, o estado nunca se propôs a montar um serviço próprio porque não havia demanda, já que esses três hospitais davam conta, e com a crise do Hospital das Clínicas e o excesso de pacientes sobre o Hospital Aristides Maltez e o Hospital Santa Izabel, isso fez com que esses serviços restringissem o acesso aos pacientes, e hoje nós temos uma fila inaceitavelmente longa para pessoas que necessitam de intervenções urgentes para deter o progresso dessas leucemias que podem matar em questão de dias e semanas. Então, por isso nós decidimos dentro do governo criar um serviço próprio de oncohematologia, eu já havia extinto a enfermaria de infectologia do Hospital Roberto Santos há cerca de 2 anos, com o objetivo de colocar um serviço de hematologia não oncológica, e agora nossa decisão foi criar coragem e montar um serviço de oncohematologia próprio, com tudo dentro do Roberto Santos, aliado ao Cican (Centro Estadual de Oncologia), e à Fundação Hemoba.

Faltam recursos para tocar a saúde pública na Bahia?

Eu não posso dizer que faltam recursos porque o governador nunca negou o aporte de recursos sempre que foi necessário. Mas a saúde é sempre deficitária, porque o recurso enviado pela União representa apenas 1/3 do que nós efetivamente gastamos na saúde e precisa ser continuamente complementado pelo governo do

estado. Mas não é apenas pedir mais dinheiro, é buscar mais eficiência em gestão, e foi o que nós fizemos desde o primeiro dia. Fazer com que se gastasse menos com a atividade meio, e mais com a atividade fim, e economizar mais na gestão da máquina. Isso tem sido feito continuamente, grande parte do que podia ser feito já foi feito, mas ainda existe a possibilidade de se garantir formas mais eficazes de se fazer gestão, oferecer mais com pouco dinheiro gasto.

Nos últimos 15 meses, o foco principal foi o combate à pandemia. Que avaliação você faz hoje da crise de saúde pública, e se o cenário ainda preocupa?

Eu posso fazer dois cenários. Nacionalmente e localmente. Nacionalmente, o Brasil se saiu muito mal. O governo federal não soube conduzir a pandemia, atrasou o início da imunização e fez com que o Brasil fosse o campeão mundial de óbitos por Covid-19. A liderança do presidente tem

Não é apenas pedir mais dinheiro, é buscar mais eficiência na gestão da saúde

A última coisa que a gente quer é um Carnaval entre quatro paredes, em um salão

Eu acredito que nesse momento não é hora de se fechar hospitais de campanha

sido muito negativa e isso tem impactado, já que pelo menos 1/3 da população se diz seguidora do presidente e tende a ir na direção contrária à maioria. Isso é muito ruim. Já a nível estadual, e também a nível dos municípios, eu posso dizer que nunca se viu na história da Bahia a união tão evidente entre gestores municipais entre si, e com o governo do estado. Nós fizemos centenas de reuniões desde o começo da pandemia, às vezes três reuniões, cada uma com 30 prefeitos ao longo de um dia inteiro, e sempre houve, na sua imensa maioria, a compreensão deles da necessidade de contribuir, de sacrificar, de lutar contra a pressão feita pelas associações comerciais. Agora nessa fase em que a gente está saindo dessa segunda onda, a gente, quando olha para trás, vê que valeu a pena o sacrifício. A Bahia hoje é o terceiro estado com menor mortalidade do Brasil, praticamente empatado com o segundo, nós temos o sexto menor coeficiente de incidência da Covid no Brasil, ou seja, tem menos Covid aqui do que em outros estados. Não falta medicamento, não falta oxigênio, não falta hospital e ninguém morreu por falta de UTI. As pessoas tiveram acesso a um respirador em todos os locais do estado, e o grande responsável por isso é o governador Rui Costa, que trouxe para si essa responsabilidade desde o começo e liderou todo esse processo.

A diminuição do contágio e de mortes abre margem para pensarmos em "baixar a guarda" contra o vírus?

Abre margens, mas essa baixa de guarda tem que ser feita de forma muito responsável, cautelosa, paulatina, e sempre monitorando o impacto disso sobre a taxa de recon-tágio. Hoje nós estamos começando um processo de flexibilização pactuada com os prefeitos e vamos a cada semana ver de que forma isso está impactando. Se houver um aumento no número de casos, a gente volta atrás.

Países na Europa, por exemplo, estão voltando a

fechar e endurecer as medidas por conta do agravamento da pandemia, aliado ao processo de vacinação lento por aqui. Esse cenário mantém o estado em sinal de alerta?

Mantém. Nós temos já evidência de circulação da variante indiana no Brasil, a gente não sabe como isso vai impactar na nossa vacina, que é diferente das demais, e é por isso que eu acredito que nesse momento não é hora de se fechar hospitais de campanha. A gente pode estar aqui ou ali desativando leitos dentro de estruturas que possuem dezenas de leitos, como por exemplo, o Hospital Metropolitano, o Hospital Couto Maia, que tem 100, 150, 200 leitos de UTI, a gente pode ir fechando 10, 20, 30. Mas não desativar definitivamente nesse momento.

Como será o Réveillon e Carnaval? Teremos festas nos moldes tradicionais ou é necessário repensar?

Eu acho que o Carnaval ainda é cedo para se tomar uma decisão. Réveillon eu particularmente não acredito que seja possível. Vai depender muito da velocidade da vacinação. A gente tem visto o Ministério da Saúde avançar e recuar várias vezes, a gente não tem um cronograma, um calendário vacinal confiável. Talvez só 60 dias antes vamos ter condições claras de definir alguma coisa sobre o Réveillon e o Carnaval.

Leo Prates chegou a falar que no Carnaval, por exemplo, as festas começarão a ser mais indoor do que com aglomerações nas ruas como eram até agora.

Com todo o respeito ao meu amigo Leo Prates, eu acho que ele ou não se fez entender direito ou há um equívoco de interpretação. Porque a palavra indoor significa dentro, interno. A última coisa que a gente quer é um carnaval entre quatro paredes, em um salão. O contágio vai ser muito maior. Se tiver que ter carnaval, tem que ser na rua mesmo, ao ar livre, ventilado, sem camarote do lado do mar para que o vento da praia venha e espalhe, dilua o número de partículas virais. Um carnaval tem que partir desse princípio básico de ser num lugar extremamente ventilado e com poucas pessoas por metro quadrado. Jamais indoor.

O governador Rui Costa termina o mandato no próximo ano. Que marca você pretende deixar da sua passagem pela saúde e como você pretende ser lembrado pelo trabalho realizado?

A nossa bandeira é muito clara: trabalho para regionalizar e descentralizar a saúde na Bahia. Nós nos ativamos dentro dessa bandeira e continuamos trabalhando. Eu acredito estamos obtendo sucesso no nosso objetivo macro. No objetivo micro, dentro da secretaria, o meu objetivo é transformar a saúde em saúde digital. Informatizar a rede, criar uma tecnologia, um ambiente de tecnologia de informação e de conhecimento que contaminasse todos os níveis da administração central da Secretaria e dos hospitais.

LEIA A ENTREVISTA COMPLETA NO PORTAL A TARDE

ECONOMIA & NEGÓCIOS

economia@grupatarde.com.br

CNI Anúncio do Uruguai preocupa demais países do Mercosul
www.atarde.com.br

PLANO DE SAÚDE Reajuste negativo em contratos individuais se dá após anos de pressão de entidades como Idec e TCU

Redução de valor vale para apenas 18,7%

MARJORIE MOURA

A Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) anunciou um teto de reajuste negativo (-8,19%) para os planos de saúde de individuais pela primeira vez desde a criação do órgão, em 2000. Desta forma, os usuários beneficiados pela medida pagarão mensalmente mais baratas a partir da data de aniversário do contrato. Mas, embora a medida seja inédita, atinge apenas 18,7% do mercado de saúde suplementar.

“O anúncio exacerba a maior distorção regulatória no Brasil atualmente, que é a desigualdade de proteção entre os consumidores com planos individuais e aqueles que dependem de contratos coletivos, que são a maioria”, destaca Ana Carolina Navarrete, coordenadora do programa de saúde do Idec (Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor).

Em abril, a entidade lançou uma iniciativa chamada ‘Chega de aumento no plano’ para pedir o fim dos reajustes para todos os consumidores em 2021. Com o anúncio, a campanha será relançada e passará a demandar a regulação dos contratos coletivos.

“As políticas da ANS durante a pandemia exacerbaram essa brecha entre planos coletivos e individuais e voltaram a colocar na ordem do dia a urgência de reformar o atual sistema regu-



Adilton Venegeroles / Ag. A TARDE

Campanha do Idec pediu fim de reajustes para todos os consumidores em 2021

Usuários beneficiados pela medida pagarão mensalmente mais baratas a partir da data de aniversário do contrato

latório. Não é possível que 39 milhões de pessoas ainda tenham de lidar com reajustes de dois dígitos em contratos absolutamente fora de controle”, completa Navarrete.

Pesquisa elaborada pelo Idec com dados das cinco operadoras com maior número de reclamações junto ao Instituto (SulAmérica, Bradesco Saúde, Amil, Unimed Central Nacional e Unimed Rio) mostra que o reajuste médio para os planos coletivos analisados foi de 11,28% em 2020 – mais

de três pontos percentuais acima do máximo estabelecido pela ANS para os planos individuais.

O reajuste negativo deriva da atualização da fórmula usada no cálculo do reajuste em 2018, após anos de pressão por parte de organizações como o Idec e órgãos como o TCU (Tribunal de Contas da União), que elaborou um relatório evidenciando a falta de consistência e transparência na metodologia anterior.

A publicação do percentual de reajuste máximo para este ano acontece em um momento em que os consumidores ainda sofrem com a recomposição dos reajustes suspensos em 2020 por conta da pandemia. De acordo com simulações feitas pelo Idec, a cobrança retroativa e acumulada com os reajustes por faixa etária provocou aumentos da ordem de 50% nas mensalidades.

Operadoras

Em nota, a Associação Brasileira de Planos de Saúde (Abramge) afirmou que o reajuste negativo pode “condenar permanentemente a existência das operadoras de saúde e a continuidade dos planos”. A entidade também disse que a realidade deste ano é “completamente inversa” à do ano passado, uma vez que a segunda onda da pandemia foi bem mais intensa do que a primeira, “o que impactará fortemente no reajuste de 2022”.

Mas não é esta a avaliação da ANS. Embora os casos de Covid-19 tenham levado ao aumento de atendimentos de emergências e internações, houve gasto menor com procedimentos ambulatoriais e eletivos.

De acordo com balanço da agência de maio deste ano, a utilização dos serviços de saúde ainda não alcançou os patamares pré-pandemia. Os números de atendimento, diz

a agência, seguem no mesmo patamar no caso de exames e terapias eletivas. Ou em patamar inferior, no caso de internações e atendimentos em pronto-socorro.

O reajuste dos planos de saúde individuais é calculado pela variação de custos médico-hospitalares e a variação de despesas não assistenciais em relação ao ano anterior. Segundo a agência, o percentual foi apurado seguindo as mesmas regras usadas em 2019 e em 2020. No ano passado, o reajuste aprovado foi positivo, de 8,14%, porque refletiam as despesas de 2019. Rogério Scarabel, diretor-presidente substituto da ANS, afirmou que: “É obrigatório de 1º de maio de 2021 a 30 de abril de 2022”, afirmou. “Está vedada a aplicação de reajuste maior ou reajuste zero, sob pena de descumprimento da legislação vigente”.

O primeiro reajuste negativo da ANS foi aprovado por unanimidade pela diretoria. Antes, o menor valor aprovado foi no ano de criação da agência, quando o aumento ficou em 5,42%. O setor de saúde suplementar vem crescendo em número de beneficiários, apesar da pandemia. Só no último ano, houve aumento de mais de um milhão no número de beneficiários.

São, no total, 48,1 milhões de usuários de planos de saúde no Brasil. Desses, 82% estão em planos de saúde coletivos.

INDICADORES

Barômetros globais continuam em alta

ANA CRISTINA CAMPOS

Agência Brasil, Rio de Janeiro

Indicadores que permitem analisar o desenvolvimento econômico mundial, os Barômetros Econômicos Globais recuam em julho. Mesmo com o recuo, os indicadores continuam em patamar elevado, compatível com a sustentação da fase de recuperação do nível de atividade econômica mundial em 2021. A análise é do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV-Ibre) no documento Barômetros Econômicos Globais, que foi divulgado ontem.

Enquanto o Barômetro Coincidente reflete o estado

atual da atividade econômica, o Barômetro Antecedente emite um sinal cíclico cerca de seis meses à frente dos desenvolvimentos econômicos reais. Esses indicadores se baseiam nos resultados de pesquisas de tendências econômicas realizadas em mais de 50 países. A intenção é ter a cobertura global mais ampla possível.

Recuo

O Barômetro Econômico Global Coincidente recuou 8,6 pontos em julho, para 128,6 pontos, após acumular alta de 42 pontos entre março e junho. Já o Barômetro Econômico Global Antecedente recuou 8,7 pontos, para 124,5 pontos.

G20

Guedes se compromete com vacinas e reformas

WELLTON MÁXIMO

Agência Brasil, Brasília

O Brasil está comprometido com a proteção à saúde e com a agenda de reformas econômicas estruturais, disse ontem o ministro da Economia, Paulo Guedes, que participou virtualmente de uma reunião de ministros de finanças e de presidentes de bancos centrais do G20, grupo das 20 maiores economias do planeta.

Durante a sessão sobre Economia Global e Saúde, Guedes disse que a economia brasileira surpreenderá em 2021, “com resultados que superam as expectativas iniciais”. Ele destacou que a estimativa oficial de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB, soma dos bens e serviços produzidos) está em 5,2% para este ano e que, desde julho do ano passado, foram criados mais de 2,2 milhões de empregos formais, com mais de um milhão de postos abertos somente de janeiro a abril deste ano.

Em relação à vacinação contra a Covid-19, Guedes disse que o país aplicou mais de 100 milhões de doses, entre primeira, segunda dose e dose única. Ressaltou que a campanha de imunização alcançou 52% da população com mais de 18 anos com a primeira dose. De acordo com o ministro, o programa de vacinação em massa representa a melhor medida para recuperar a economia.

Presidido pela Itália, o G20 promoveu a reunião dos ministros de finanças e dos presidentes de bancos centrais em formato híbrido. O encontro presencial ocorreu em Veneza, com os participantes que não puderam ir falando por conexão de vídeo.

Reformas

Guedes destacou que o fluxo comercial do Brasil cresceu 31,8% no primeiro semestre em relação ao mesmo período de 2020, com a soma das exportações e importações devendo fechar o ano acima de US\$ 500 bilhões.

INADIMPLÊNCIA

Taxa deve ser de 4,04% este mês, prevê Ibevar

LUDMILLA SOUZA

Agência Brasil, São Paulo

A taxa de inadimplência (recursos livres) deve ficar entre 3,77% e 4,31%, com média estimada de 4,04% para este mês, segundo pesquisa do Instituto Brasileiro de Executivos de Varejo e Mercado de Consumo (Ibevar). O resultado reflete uma queda de 0,15 ponto percentual em relação ao real valor de maio, e de 0,01 ponto percentual em relação ao valor estimado para junho de 2021.

Pelo segundo mês consecutivo, a inadimplência no país apresentou baixa em relação aos períodos anteriores. Em junho, essa mesma taxa foi de 4,05%, - 0,18 ponto percentual abaixo do valor calculado para maio.

Para o economista e presidente do Ibevar, Claudio Felisoni de Angelo, essa retração continua condiz com o aumento da inflação, retração do mercado de consumo, altos níveis de desemprego no país e com o fim do

auxílio emergencial.

“Mesmo com a reabertura gradual da economia, o cenário ainda é de muita incerteza para a maioria dos consumidores brasileiros. Desta maneira, muitas pessoas tiveram que cortar gastos ou poupar o dinheiro para pagar contas. Estes fatores, ligados ao aumento do custo de vida e ao fim do auxílio emergencial, fizeram com que a inadimplência em julho continuasse a apresentar queda, em relação aos períodos anteriores”, explicou Felisoni.

“Outros fatores coercitivos, que influenciaram no resultado deste mês, foram o aumento da Selic, o fim dos programas de parcelamentos de alguns bancos e a alta inflação dos preços nos produtos de bens e consumo do país. Essas quatro situações, atreladas ao aumento da taxa básica de juros do Brasil, retraem o consumo e, consequentemente, afetam a renda e geração de novas dívidas pelos consumidores”, acrescentou.

EDITAL DE LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA
 1º LEILÃO: 22 de julho de 2021, às 08h45min. 2º LEILÃO: 29 de julho de 2021, às 15h30min.
 (horário de Brasília)

ALEXANDRE TRAVASSOS, Leloeiro Oficial, JUCESP nº 951, com escritório na Av. Engenheiro Luís Carlos Berrini, nº 105, 4º andar, Edifício Berrini One - Brooklin Paulista - CEP: 04571-010, FAZ SABER a todos quanto ao presente EDITAL, virem ou dele conhecimento tiver, que levará a PÚBLICO LEILÃO de modo PRESENCIAL E/OU ON-LINE, nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, autorizada pelo Credor Fiduciário BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A - CNPJ nº 90.400.888/0001-42, nos termos do instrumento particular com força de escritura pública, datado de 10 de outubro de 2017, firmado com o Fiduciante Marcus Vinicius Santos Fontes, CNH nº 05135954507 DETRAN/BA e CPF nº 016.402.745-96, residente e domiciliado em Salvador/BA, em PRIMEIRO LEILÃO (data/horário acima), com lance mínimo igual ou superior a R\$ 350.306,83 (trezentos e cinquenta mil e trezentos e seis reais e oitenta e três centavos - atualizado conforme disposições contratuais), o imóvel constituído pelo Apartamento 603 do Edifício Torre Norte, Bloco B, integrante do empreendimento denominado Condomínio Villa Jardim, situado na rua Carinhonha, nº 49, no Pernambuco, no subdistrito de São Caetano, zona urbana de Salvador, com 19,95m² de área comum, 54,19m² de área privativa, e a fração ideal de 25,00m² e possuindo ainda o direito a uma vaga de garagem de nº 21 localizada no pavimento G-II, com 3,20m² de fração ideal, 2,48m² de área comum e 10,35m² de área privativa, melhor descrito na matrícula nº 95632 do 03º Cartório de Registro de Imóveis de Salvador/BA. Cadastrado na Prefeitura sob o nº 626.359+4. Imóvel ocupado. Venda em caráter “ad corpus” e no estado de conservação em que se encontra. Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde já designado o SEGUNDO LEILÃO (data/horário acima), com lance mínimo igual ou superior a R\$ 224.604,80 (Duzentos e vinte e quatro mil e seiscentos e quatro reais e oitenta centavos - nos termos do art. 27, §2º da Lei 9.514/97). Se o caso, o leilão presencial ocorrerá no escritório do Leloeiro. Os interessados em participar do leilão de modo on-line, deverão se cadastrar na Loja SOLD LEILÕES (www.sold.leiloes.net) e no SUPERBID MARKETPLACE (www.superbid.net), e se habilitar com antecedência de 24 horas úteis do início do leilão. Em virtude da pandemia da COVID-19 o evento será realizado exclusivamente on-line através da Loja SOLD LEILÕES (www.sold.leiloes.net) e do SUPERBID MARKETPLACE (www.superbid.net). Forma de pagamento e demais condições de venda. VEJA A ÍNTEGRA DESTA EDITAL NA LOJA SOLD LEILÕES (www.sold.leiloes.net) E NO SUPERBID MARKETPLACE (www.superbid.net). Informações: 11-4950-9400 / imoveis.sac@superbid.net (17130 - Dossie).

SINDICATO DOS PROFESSORES NO ESTADO DA BAHIA
EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA E VOTAÇÃO DE PROPOSTA DE PAUTA DE REINTEGRAÇÃO DA DATA-BASE 2021 DOS PROFESSORES DAS INSTITUIÇÕES PRIVADAS DE ENSINO SUPERIOR NO ESTADO DA BAHIA

O Sindicato dos Professores no Estado da Bahia – SINPRO-BA, por seu Coordenador Geral, no uso de suas atribuições, CONVOCA OS PROFESSORES DO ENSINO SUPERIOR QUE ESTEJAM ATUANDO EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR PRIVADAS – aí incluídas as Universidades, os Centros Universitários, as Instituições de Ensino a Distância, as Faculdades Integradas, as Faculdades e os Institutos Superiores ou Escolas Superiores –, associados ou não, para a participação em Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada no dia 14 de julho de 2021, com Primeira Convocação às 14h30min, com 50% dos interessados, ou Segunda Convocação, às 15h, com qualquer quórum, a ocorrer de forma virtual, pela plataforma Zoom Cloud Meetings, através de link a ser disponibilizado no Instagram (@sinprobahia) e no site da Entidade (www.sinpro-ba.org.br), às 13h do dia de sua realização, com abertura da sala virtual prevista para as 14h15min, para informar, discutir e deliberar sobre a seguinte pauta: 1. Avaliar a situação relativa ao Ensino Superior privado na Bahia; 2. Apresentar a Proposta de Pauta de Reintegração para a Data-Base 2021 com vias de estabelecer Convenção Coletiva de Trabalho para o período de 2021/2023, a ser encaminhada ao Patronato, e outorga ao INPRO-BA dos poderes necessários às negociações; 3. Apresentar a Convenção Coletiva de Trabalho, ou, malogradas as negociações, suscitar Dissídio Coletivo; 4. Apresentar a forma virtual de votação da Proposta de Pauta de Reintegração para a Data-Base 2021, através do Google Forms, com prazo de recebimento dos votos entre 18h do dia 14 de julho de 2021 e 20h do dia 16 de julho de 2021. 4. O que ocorrer: Por este Edital, o SINPRO-BA informa que os professores participantes receberão instruções, no ato da assembleia, a partir da sua mesa diretora, sobre as regras da assembleia e como fazerem a sua identificação na plataforma, assim como sobre a forma de registro de presença, com disponibilização obrigatória de nome completo, CPF, telefone de contato e escola(s) em que leciona, tal como nas assembleias presenciais, para efeito dos registros e formalidades necessárias. Também por este Edital, o SINPRO-BA informa que a forma de votação da Pauta de Reintegração será apresentada pela mesa diretora da assembleia durante o curso do processo, com publicação do link para votação e dos procedimentos através do Instagram (@sinprobahia) e do site da Entidade (www.sinpro-ba.org.br). Salvador-Ba, 10 de julho de 2021. Allysson Mustafa – Coordenador Geral do SINPRO-BA.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CASA NOVA/BA
 PRAÇA DR. GILSON VIANA DE CASTRO, S/N, CENTRO.
AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão presencial nº 092/2021 - PA nº 180/2021 - Objeto: Registro de preço para possível e eventual aquisição de material elétrico visando atender as necessidades da Secretaria Municipal de Esporte. Tipo: menor preço; abertura dia 22/07/2021 às 08:00h. Retirada do edital: no site www.casanova.ba.gov.br por e-mail: licitacao@casanova.ba.gov.br. Casa Nova-BA, 08/07/2021. Pregoeiro: Anderson Nunes de Matos.

Pregão presencial nº 093/2021 - PA nº 181/2021 - Objeto: Registro de preço para possível e eventual aquisição de mobiliário de escritório visando atender as necessidades das Secretarias Municipais. Tipo: menor preço; abertura dia 22/07/2021 às 10:00h. Retirada do edital: no site www.casanova.ba.gov.br por e-mail: licitacao@casanova.ba.gov.br. Casa Nova-BA, 08/07/2021. Pregoeiro: Anderson Nunes de Matos.

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
 SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO DA BAHIA – SAEB
 COORDENAÇÃO CENTRAL DE LICITAÇÃO – CCL

COMUNICADO DE REMARCAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 077/2021 – SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO/COORDENAÇÃO CENTRAL DE LICITAÇÃO

A Pregoeira Oficial da SAEB comunica aos interessados em participar da licitação acima referenciada, cujo objeto é Registro de Preços de Acessórios para Veículos para Feira de Santana e Região, e com a sessão de abertura então designada para o dia 20/07/2021, fica remarcada para o dia 28/07/2021 às 13h30min (horário de Brasília), BB 874229, em razão de ajuste no edital. Outras informações e/ou o Edital e seus anexos podem ser obtidos através dos endereços eletrônicos www.comprasnet.ba.gov.br e www.licitacoes-e.com.br. Os interessados podem entrar em contato pelo telefone (71) 3115-3130, e-mail: ccl.sae@saeb.ba.gov.br ou presencialmente, de segunda a sexta-feira, das 08h30min às 12h00min e das 13h30min às 18h00min no endereço: Secretaria da Administração, sito à 2ª Avenida, nº 200, Centro Administrativo da Bahia-CAB - Salvador - BA, 09/07/2021 – Rubia Mota Freitas - Pregoeiro(a) Oficial.

SAEB

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
 SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL – SDR

AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2021

A SDR, comunica aos interessados que fará realizar o Pregão Eletrônico nº 05/2021, nº BB 882842-2, para a modernização, capacitação e compartilhamento de melhorias da transformação digital nos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER, através da aquisição de equipamentos, softwares e capacitações para sede e suas unidades territoriais os SETAFs. Convênio nº 903758/2020 abertura em 27/07/2021 às 14h30min (horário de Brasília). O Edital encontra-se a disposição no site: http://www.sdr.ba.gov.br/ e www.licitacoes-e.com.br. Salvador/BA, 09 de julho de 2021. Crispina das Graças Pereira Soares- Pregoeira Oficial.

SDR

PREFEITURA MUNICIPAL DE ELÍSIO MEDRADO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2021-SRP: O PREGOEIRO/PRESIDENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ELÍSIO MEDRADO realizará licitação em 23/07/2021 às 08h00min, Local Sítio: www.licitacoes-e.com.br. Nº 878773

República PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 012/2021-SRP Objeto: Seleção de propostas destinadas a aquisição parcelada, futura e eventual de gêneros alimentícios para alimentação dos alunos matriculados no Ensino Fundamental, Educação Infantil, Creches, EJA e Programa Mais Educação da Rede Municipal de Ensino de Elísio Medrado -BA, na modalidade Pregão Eletrônico para Registro de Preços, conforme especificações constantes do Edital e seus Anexos. O Edital encontra-se disponível no Portal da Transparência (www.elsiomedrado.ba.gov.br e www.licitacoes-e.com.br). Informações podem ser obtidas pelo e-mail licitacao@elsiomedrado.ba.gov.br e no www.licitacoes-e.com.br.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 015/2021-SRP: O PREGOEIRO/PRESIDENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ELÍSIO MEDRADO realizará licitação em 22/07/2021 às 08h00min, Local Sítio: www.licitacoes-e.com.br. Nº 878873

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 015/2021-SRP Objeto: Seleção de propostas destinadas a aquisição parcelada, futura e eventual de materiais de papelaria em geral, para atender as diversas secretarias do município, na modalidade Pregão Eletrônico para Registro de Preços, conforme especificações constantes do Edital e seus Anexos. O Edital encontra-se disponível no Portal da Transparência (www.elsiomedrado.ba.gov.br e no www.licitacoes-e.com.br). Informações podem ser obtidas pelo e-mail licitacao@elsiomedrado.ba.gov.br e no www.licitacoes-e.com.br.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 015/2021-SRP: O PREGOEIRO/PRESIDENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ELÍSIO MEDRADO realizará licitação em 23/07/2021 às 08h00min, Local Sítio: www.licitacoes-e.com.br. Nº 878773

República PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 015/2021-SRP Objeto: Seleção de propostas destinadas a aquisição parcelada, futura e eventual de materiais de papelaria em geral, para atender as diversas secretarias do município, na modalidade Pregão Eletrônico para Registro de Preços, conforme especificações constantes do Edital e seus Anexos. O Edital encontra-se disponível no Portal da Transparência (www.elsiomedrado.ba.gov.br e no www.licitacoes-e.com.br). Informações podem ser obtidas pelo e-mail licitacao@elsiomedrado.ba.gov.br e no www.licitacoes-e.com.br.

ANTÔNIO FERREIRA Pessoa Pregoeiro/Presidente

ECONOMIA

Auxílio Emergencial tem 1,1 milhão de suspensões

REVISÃO E IRREGULARIDADES Mais de 1 milhão de benefícios do Auxílio Emergencial foram cancelados no mês de junho. De acordo com dados do Ministério da Cidadania, o número de benefícios cancelados ou bloqueados chegou a 1.157.856. Os números foram publicados pelo portal G1.

A maior parte dos bloqueios ocorreu por conta de irregularidades apontadas pela Controladoria Geral da União (CGU) – foram 660.744 nesta situação. Os demais – 497.092 foram cancelados após uma revisão mensal, informou o ministério.

Essas revisões, segundo o governo federal, acontecem mensalmente para verificar se os beneficiários continuam se enquadrando nos critérios exigidos para o pagamento do benefício. As revisões podem resultar em bloqueio do benefício caso a pessoa tenha con-

seguido um novo emprego formal, tenha morrido ou passado a receber pensão. Prisão ou o recebimento de outros benefícios governamentais também podem resultar na suspensão do Auxílio Emergencial.

O governo federal informou que, até o momento, 39,3 milhões de famílias foram contempladas pelo Auxílio Emergencial em 2021, e que “ainda trabalha no processamento de cadastros”, a partir das informações disponíveis nas bases de dados governamentais.

Os dados se referem ao pagamento da terceira parcela do auxílio, cujo ciclo se encerrou no dia 30 de junho. O Ministério da Cidadania apontou que 37 milhões de pessoas receberam o benefício, enquanto 38,3 tinha recebido a segunda parcela.

Na próxima rodada de parcelas, o governo federal espera atender 45,6 milhões de pessoas – o orçamento para 2021 é de R\$ 64,2 bi-

lhões. Na semana passada, o governo anunciou que fará o pagamento de mais três parcelas mensais a partir de agosto. As datas dos pagamentos, no entanto, ainda não foram definidas. Os valores seguirão os mesmos com a prorrogação.

Os trabalhadores podem consultar a situação de seus benefícios em dois sites: o <https://consultaauxilio.cidadania.gov.br/> ou o <https://auxilio.cai-xa.gov.br/>. É possível contestar a perda do benefício, caso o trabalhador considere que ainda tenha direito ao pagamento.

Para isso, é preciso entrar no site do Dataprev (<https://consultaauxilio.cidadania.gov.br/consulta/#/>), ver se o caso se encaixa nas possibilidades de contestação e clicar no ícone com a frase ‘Solicitar contestação’. O prazo para fazer isso é de até duas semanas após a divulgação da negativa pelo ministério.

OFERTAS DE AÇÕES DA SEMANA PODEM CHEGAR A R\$ 9 BI

MERCADO Uma “nova safra” de oferta de ações se inicia hoje com um movimento previsto de mais de R\$ 9 bilhões somente nesta semana e potencial para alcançar um novo recorde ao longo dos próximos meses, segundo os bancos responsáveis por estruturar as operações. Considerando todas as 16 ofertas que estão protocoladas, a possibilidade seria de uma “janela” de R\$ 45 bilhões, valor superior ao período anterior, que já foi recorde, com R\$ 33 bilhões. Os números sempre podem mudar, uma vez que o apetite do investidor varia conforme as novidades do cenário econômico, mas especialistas indicam que os sinais são positivos.

SUPER MARIO

1,56 MI

de dólares (R\$ 8,17 milhões) foram pagos por um cartucho lacrado do Super Mario para o console Nintendo 64. É um recorde para um videogame, segundo a casa de leilões Heritage Auctions. O game é de 1996 e o primeiro a usar o efeito 3D.

Defensoria quer Bolsa Família de R\$ 480 para até 50 milhões

BENEFÍCIO A Defensoria Pública da União (DPU) pretende usar uma decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) para pressionar o governo federal a expandir os investimentos numa agenda social. Os defensores pretendem pressionar o Executivo a pagar uma renda de R\$ 480 por pessoa no novo Bolsa Família e chegar a 48,8

milhões de pessoas já a partir de 2022.

Este é o número de cidadãos que, segundo levantamento da DPU, têm uma renda per capita mensal de R\$ 178, ou seja, que estão em situação de pobreza. Hoje, o Bolsa Família chega a 15 milhões de famílias.

O governo federal ainda tenta equacionar o orça-

mento do novo Bolsa Família e a DPU reconhece que o valor assusta, já que o montante pago hoje é pouco acima de R\$ 200, no máximo. Mas, os defensores pretendem usar o exemplo do auxílio emergencial, que colocou em prática a possibilidade de destinar mais volumes aos mais carentes, publicou a Folha.

SOBE PREVISÃO DE GASTOS COM TERMELETRICAS

ENERGIA O aumento do uso das usinas termelétricas, provocado pela crise hídrica, vai pesar no bolso do consumidor. Uma estimativa feita pelo Ministério de Minas e Energia mostra que o aumento do uso das termelétricas custará, ainda este ano, R\$ 13,1 bilhões para os brasileiros.

O número, publicado pelo portal G1, representa 45% de aumento em relação à estimativa anterior, informada em junho, que previa custo de R\$ 9 bilhões. O cálculo, feito com base em simulações do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), considera o uso adicional das usinas de janeiro até novembro de 2021.

Já a conta chegará aos consumidores por meio da bandeira tarifária. “O custo adicional de despacho termelétrico esperado até novembro aumentou em razão das medidas de flexibilização adotadas, que têm permitido o maior armazenamento de água nos reservatórios e, por consequência, a maior utilização de termelétricas para atendimento à demanda do sistema”, informaram o Ministério das Minas e Energia e a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica.

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBITIARA PREGÃO PRESENCIAL Nº 020/2021
O MUNICÍPIO DE IBITIARA / BA, nos termos da Lei nº 10.520/2002, Lei nº 8.666/93 e demais legislações correlatas, torna público que no dia 22 de JULHO de 2021 às 09h00min, fará realisar Licitação na Modalidade Pregão Presencial do Tipo MENOR PREÇO POR LOTE. Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de locação de veículos maquinários e condutores, para atender as necessidades das diversas secretarias deste município, conforme especificações constantes no anexo I. Maiores informações junto a CPL da Prefeitura Municipal, pelo telefone Fone (77) 3647-2151. Divulgação dos demais atos do certame - Diário Oficial: <http://pmbitibaia.dofem.com.br/> Manoel L. Gomes. Pregoeiro Oficial.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÍTIO DO QUINTO CNPJ N: 13.452.958/0001-65 EXTRATO DE TERMO ADITIVO
5º Termo Aditivo de Prazo. CT Nº 268/2019. TP N. 03/19. Objeto: execução de serviços de construção de Pavimentação urbana do Conj Habitacional Benedito Martins conforme contrato de repasse nº 865581/2018M. Cidades/ Caixa. Contratante: Município de Sítio do Quinto. Contratada: Santos Construtora EIRELL-ME. Do Prazo: prorrogado por mais 02 (dois) meses, com início de 24/06/2021 até 23/08/2021, permanecendo inalteradas as demais cláusulas contratuais. Data da assinatura: 23/06/2021. Maria Simone V. Cruz, Presidente da CPL.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JACOBINA AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 013/2021
A Prefeitura Municipal de Jacobina Bahia, torna público que realizará licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO Nº 013/2021 SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS (SRP) nº 020/2021, objetivando Registro de Preços para futura e eventual contratação de pessoas jurídicas objetivando AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE, para atender as necessidades das Secretarias Municipais deste Município de Jacobina, Estado da Bahia, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos. Recebimento de propostas a partir do dia 19/07/2021 às 08:00hs, abertura de propostas serão no dia 21/07/2021 às 09h00hs, com início da sessão de disputa de preços no dia 23/07/2021 às 09:00hs. O Edital estará à disposição dos interessados nos endereços eletrônicos <https://jacobina.ba.gov.br/> e www.bilcompras.com (www.bil.org.br/ Acesso BLL Compras). Quaisquer informações complementares pelo tel. (74) 3621-2590. Jacobina 09 de julho de 2021. Anderson Andrade Nogueira – Pregoeiro.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DAS MATAS (BA) AVISO DE LICITAÇÃO (PREGÃO ELETRÔNICO Nº 018/2021)
A Prefeitura Municipal de São Miguel das Matas torna público PE nº 018/2021, tipo Menor Preço por item, mediante condições estabelecidas no Edital e seus anexos, na Lei Federal nº 8.666/1993, Lei Federal nº 10.520/2002, Lei Complementar nº 123/2006, Decreto Municipal nº 022/2021, e Decreto Federal nº 10.024/2019. Início do acolhimento de propostas: às 08:00 horas, do dia 12.07.2021, abertura das propostas: às 08:01 horas do dia 22.07.2021, data e hora da disputa: às 10:00 horas do dia 22/07/2021. Sítio: www.portaldecompraspublicas.com.br. Objeto: Contratação de empresa para serviços de serralheria para atender as demandas da Secretaria de Viação, Obras e Serviços Públicos. O Edital completo poderá ser adquirido no endereço eletrônico <https://www.portaldecompraspublicas.com.br> ou <https://www.saomiguelasmatas.ba.gov.br>, Informações (75) 3676-2141.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TEIXEIRA DE FREITAS RESULTADO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº 006/2021
A Copel do município de Teixeira de Freitas, em razão da Homologação da Prefeitura Municipal de Infraestrutura, Transportes e Serviços Urbanos, torna público para conhecimento dos interessados, o resultado da seguinte Licitação. Modalidade: Tomada de Preços nº 006/2021 – Processo Administrativo nº 1288/2021. Objeto: Contratação de empresa especializada para execução de obras de pavimentação, drenagem, passeios com acessibilidade, finalização horizontal e vertical no entorno da praça Joana Angélica no Município de Teixeira de Freitas-BA. Empresa Vencedora: INPAP JUMP CONSTRUÇÃO E SERVIÇOS LTDA Valor Global: R\$ 308.816,15 (trezentos e seis mil, oitocentos e dezesseis reais e quinze centavos). Base Legal: art. 4º, §1º, I, Lei Federal nº 8.666/93 Data da Homologação: 09/07/2021 O inteiro teor do processo licitatório encontra-se à disposição dos interessados na Sala da Comissão Permanente de Licitação – COPEL do município de Teixeira de Freitas – BA, no horário comercial de 08:00 às 12:00 h e das 13:30 h às 17:30 h. Teixeira de Freitas, 09 de julho de 2021 MAGDA DE SELES GUILMARÊS Presidente da Comissão Permanente de Licitação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRAMAIA CNPJ N: 13.894.902/0001-60 AVISO DE LICITAÇÃO – TOMADA DE PREÇO Nº 04/2021
A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Iramaia - BA, realizará na sede do Município, Tomada de Preço de nº 04/2021, em 27 de julho de 2021 às 09h00min, visando a contratação de empresa especializada em execução de obras e serviços de engenharia para construção de uma praça no Município de Iramaia - BA, tudo conforme especificações do edital e anexos. Divulgação dos demais atos do certame - Diário Oficial: <https://www.iramaia.ba.gov.br>. Iramaia - BA, 12 de julho de 2021. Eriq dos Reis de Oliveira - Presidente da CPL.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARAVELAS CNPJ N: 13.761.689/0001-19 ATOS LICITATORIOS
AVISO. EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº. PRP 032-2021. O Pregoeiro do Município de Caravelas comunica aos interessados que fará realizar no dia 22 de julho de 2021, às 11:00 h, na sala de licitação na Rua Barão do Rio Branco, 65, centro, Caravelas - Bahia, na modalidade Pregão Presencial para Registro de Preço nº PRP 032-2021, Menor Preço por Lote, objetivando seleção das melhores propostas para formação de ata de registro de preços, para futuro e eventual Locação de compactadores e embarcação, destinados à limpeza pública, ficando os interessados identificados que todos os atos desta licitação serão publicados no Diário Oficial do Município. imprensa oficial: www.io.org.br/ba/caravelas. Caravelas/BA, 09/07/2021.

SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA HÍDRICA E SANEAMENTO - SHS EMPRESA BAIANA DE ÁGUAS E SANEAMENTO S/A - EMBASA CNPJ 13.504.675/0001-10 EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
Ficam convidados os Senhores Acionistas para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada no dia 19 de julho de 2021, às 09h00, na sede social, localizada na 4ª Avenida, nº 420, Centro Administrativo da Bahia, nesta Capital, a fim de discutirem e deliberarem as seguintes ordens do dia:
1) eleição de membro do Conselho de Administração.
Salvador, 09 de julho de 2021.
Cícero de Carvalho Monteiro
Presidente do Conselho de Administração

Jean Antunes Viana - Pregoeiro.



Rui Costa inaugura 19ª policlínica para 400 mil moradores

RIBEIRA DO POMBAL. O governador Rui Costa (PT) inaugurou a 19ª Policlínica Regional de Saúde, que atenderá 16 municípios que integram o Consórcio de Saúde Nordeste II. As cidades passam a contar com atendimentos de média e alta complexidade em diversas especialidades como tomografia, mamografia, ressonância magnética, endoscopia e eletrocardiograma. A unidade fica em Ribeira do Pombal.

Durante a inauguração, o governador anunciou que vai realocar leitos até então exclusivos de covid-19 para internações de outras doenças, como era antes da pandemia. “Decidimos pela diminuição dos leitos de covid porque hoje estamos com 67% de ocupação. Porém, não vamos chamar de retirada. Vamos fazer com que os leitos voltem à sua função de antes da pandemia”, afirmou Rui.

Um dos primeiros equipamentos a voltar a operar em sua função principal é o hospital de tratamento do câncer de Caetité. “Lá, por exemplo, o hospital de tratamento de câncer foi todo destinado para covid porque tinha sido recentemente inaugurado. Esse é um dos primeiros equipamentos que

vão voltar à sua função principal porque as outras doenças também matam”, declarou Rui Costa.

Também em Ribeira do Pombal, o governador entregou 20 leitos de UTI para o Hospital Santa Tereza, 30 ônibus escolares e máquinas agrícolas para os pequenos agricultores. Rui autorizou ainda a recuperação de dois colégios estaduais, que serão integrados a um novo complexo poliesportivo a ser construído no município.

De acordo com o governador, até o final do ano, a Bahia vai contar com 25 Policlínicas Regionais de Saúde. “Me emociono em ver um equipamento desse aqui no sertão, no nordeste do estado. É mais um passo para regionalizar a saúde pública porque são estruturas de saúde de alta complexidade e com equipamentos do mais alto nível para reforçar a atenção básica em saúde no estado”, disse ele.

“Atualmente, mais de nove milhões de baianos já contam com a cobertura dos equipamentos, mais de 60% da população. Isso nos deixa orgulhosos. Eu gosto de registrar que, em mais de 90% dos municípios da Bahia, nem as clínicas particulares possuem equipamentos como o tomógrafo, a ressonância



O governador visita a Policlínica Regional de Saúde que atenderá a população de 16 municípios

“Me emociono em ver um equipamento desse aqui no sertão, no nordeste do estado. É mais um passo para regionalizar a saúde pública Rui Costa

Governador da Bahia

cia magnética e o rastreador de câncer de mama que estão sendo entregues aqui. Nós estamos levando saúde de qualidade para todo o estado”, afirmou.

A nova unidade de saúde, que foi construída pela Companhia de Desenvolvimento Urbano (Conder), vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Urbano (Sedur), vai beneficiar a população de Adustina, Antas, Banzaê, Cícero Dantas, Cipó, Coronel João Sá, Fátima, Heliópolis, Nova Soure, Novo Triunfo, Olindina, Paripiranga, Ribeira do Amparo, Ribeira do Pombal, Sítio do Quinto e Tucano. O valor investido em obras mais equi-

pamentos e veículos ficou em torno de R\$ 29 milhões.

Rui destacou que o estado faz a edificação e a instalação dos equipamentos das policlínicas e que a gestão é conjunta. “Através do consórcio, que tem a participação das prefeituras, nós rateamos as despesas de custeio. O governo do estado arca com 40% do custeio e os outros 60% são custeados pelos municípios consorciados, de forma proporcional ao tamanho de cada município”, explicou. O prefeito de Acajutiba, Alex Freitas, ressaltou a eficiência da policlínica. “Não temos mais as filas e problemas para a realização de exames.”

CÂMARA DE VERADORES DE OLIVEIRA DOS BREJINHOS
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2021
 Aquisição de um veículo tipo picape, cabine dupla, 4x4, zero quilômetros, combustível diesel, motorização mínima 2,0, em atendimento às demandas da Câmara de Vereadores de Oliveira dos Brejinhos-BA, conforme termos e condições contidas em Edital e seus anexos. Abertura: 22/07/2021, às 09:30 horas. Edital/Informações: www.licitacoes.com.br a sede da Câmara de Vereadores, Av. Engenheiro Antônio Leite do Vale, 149 Centro, Oliveira dos Brejinhos - Bahia, de segunda à sexta-feira, das 09 às 12 horas. Oliveira dos Brejinhos - BA, 09/07/2021. João de Andrade Maia - Presidente da Câmara.

SECRETARIA DA SAÚDE | **Estado da Bahia**
AVISO DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 138/2021 - SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DA BAHIA - SESAB. A Secretaria da Saúde do Estado da Bahia - SESAB, com fundamento na Lei Estadual 9.433/2005, visando o conhecimento das empresas interessadas, torna público que receberá propostas objetivando a regular composição do preço estimado da futura licitação que tem como objeto a **AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO MÉDICO HOSPITALAR (MARCAPASSO)**. Os interessados deverão apresentar as propostas de preços, entre os dias 12/07/2021 à 14/07/2021, das 08h30min às 17h30min, no prédio da SESAB, na 4ª avenida, nº 400, plataforma VI, térreo, lado "A", Salvador - BA, CEP: 41.750-300. Coordenação de Compras/CEAC ou através do e-mail: rafael.conceicao@saude.ba.gov.br. O termo de referência poderá ser consultado através da página inicial do site <https://www.comprasnet.ba.gov.br>, ou por meio de solicitação via e-mail: rafael.conceicao@saude.ba.gov.br. Maiores esclarecimentos através dos telefones: (71) 3115-9678/4303. Salvador-Bahia, 09 de julho de 2021. Fábio Vilas-Boas Pinto - Secretário da Saúde do Estado da Bahia.

SESAB

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHÃO DO JACUIPE - BA
RESULTADO DE JULGAMENTO TOMADA DE PREÇOS Nº 003/2021
 A Presidente da Comissão de Licitação do Município de Riachão do Jacuípe, Estado da Bahia, torna-se público que foi realizada Licitação na modalidade TOMADA DE PREÇOS Nº 003/2021, objetivando a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A REALIZAÇÃO DE OBRAS DE ENGENHARIA PERTINENTES À REFORMA DO CAMPO MUNICIPAL DO POVOADO DE CHAPADA NO MUNICÍPIO DE RIACHÃO DO JACUIPE - BAHIA, tendo como vencedora a empresa RIO JACUIPE CONSTRUÇÕES E LOGÍSTICA EIRELI, inscrita no CNPJ nº 18.177.183/0001-80. Valor Global R\$ 269.051,01 (duzentos e sessenta e nove mil cinquenta e um reais e um centavo). Riachão do Jacuípe, 05 de julho de 2021. Shirlene Soares Silva - Presidente da CP.
AVISO DE ADJUDICAÇÃO/HOMOLOGAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº 003/2021. O Prefeito Municipal de Riachão do Jacuípe, no uso de suas atribuições, adjúca e homologa o resultado do Julgamento da TOMADA DE PREÇOS Nº 003/2021, objetivando a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A REALIZAÇÃO DE OBRAS DE ENGENHARIA PERTINENTES À REFORMA DO CAMPO MUNICIPAL DO POVOADO DE CHAPADA NO MUNICÍPIO DE RIACHÃO DO JACUIPE - BAHIA, Empresa vencedora: RIO JACUIPE CONSTRUÇÕES E LOGÍSTICA EIRELI, inscrita no CNPJ nº 18.177.183/0001-80. Valor Global R\$ 269.051,01 (duzentos e sessenta e nove mil cinquenta e um reais e um centavo). Recurso Orçamentário: 02.05.000 - 2.027 - 33.90.39.00 - 00/24. Riachão do Jacuípe, 09 de julho de 2021. José Carlos de Mattos Soares - Prefeito.
AVISO DE LICITAÇÃO - 2ª SESSÃO TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2021 - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 097/2021. A PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHÃO DO JACUIPE, através da comissão permanente de licitações designadas pela portaria nº 010/2021, torna público aos devidos interessados a 2ª sessão da TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2021, PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 097/2021, referente a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A EXECUÇÃO DA OBRA DE PAVIMENTAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS COM TRATAMENTO SUPERFICIAL DUPLO, COM APLICAÇÃO DE MICROREVESTIMENTO ASFÁLTICO E BASE ESTABILIZADA COM ENZIMA BIOLÓGICA NATURAL NA SEDE DO MUNICÍPIO DE RIACHÃO DO JACUIPE/BA CONFORME CONVÊNIO Nº 6.157.001/2019 - SICONV Nº96725/2019. Data: 16/07/2021, às 09:00h. Maiores informações pelo e-mail: licitacao@riachoadojacuipe.ba.gov.br. Shirlene Soares da Silva - Presidente da Comissão de Licitação.

SECRETARIA DA SAÚDE | **Estado da Bahia**
AVISO DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 140/2021 - SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DA BAHIA - SESAB. A Secretaria da Saúde do Estado da Bahia - SESAB, com fundamento na Lei Estadual 9.433/2005, visando o conhecimento das empresas interessadas, torna público que receberá propostas objetivando a regular composição do preço estimado da futura licitação que tem como objeto a **AQUISIÇÃO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR (SONDAS E COMPRESSA)**. Os interessados deverão apresentar as propostas de preços, entre os dias 12/07/2021 à 14/07/2021, das 08h30min às 17h30min, no prédio da SESAB, na 4ª avenida, nº 400, plataforma VI, térreo, lado "A", Salvador - BA, CEP: 41.750-300. Coordenação de Compras/CEAC ou através do e-mail: rafael.conceicao@saude.ba.gov.br. O termo de referência poderá ser consultado através da página inicial do site <https://www.comprasnet.ba.gov.br>, ou por meio de solicitação via e-mail: rafael.conceicao@saude.ba.gov.br. Maiores esclarecimentos através dos telefones: (71) 3115-9678/4303. Salvador-Bahia, 09 de julho de 2021. Fábio Vilas-Boas Pinto - Secretário da Saúde do Estado da Bahia.

SESAB

SECRETARIA DA SAÚDE | **Estado da Bahia**
AVISO DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 141/2021 - SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DA BAHIA - SESAB. A Secretaria da Saúde do Estado da Bahia - SESAB, com fundamento na Lei Estadual 9.433/2005, visando o conhecimento das empresas interessadas, torna público que receberá propostas objetivando a regular composição do preço estimado da futura licitação que tem como objeto a **AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO MÉDICO HOSPITALAR (AMALGAMADOR)**. Os interessados deverão apresentar as propostas de preços, entre os dias 12/07/2021 à 14/07/2021, das 08h30min às 17h30min, no prédio da SESAB, na 4ª avenida, nº 400, plataforma VI, térreo, lado "A", Salvador - BA, CEP: 41.750-300. Coordenação de Compras/CEAC ou através do e-mail: rafael.conceicao@saude.ba.gov.br. O termo de referência poderá ser consultado através da página inicial do site <https://www.comprasnet.ba.gov.br>, ou por meio de solicitação via e-mail: rafael.conceicao@saude.ba.gov.br. Maiores esclarecimentos através dos telefones: (71) 3115-9678/4303. Salvador-Bahia, 09 de julho de 2021. Fábio Vilas-Boas Pinto - Secretário da Saúde do Estado da Bahia.

SESAB

SECRETARIA DA SAÚDE | **Estado da Bahia**
AVISO DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 139/2021 - SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DA BAHIA - SESAB. A Secretaria da Saúde do Estado da Bahia - SESAB, com fundamento na Lei Estadual 9.433/2005, visando o conhecimento das empresas interessadas, torna público que receberá propostas objetivando a regular composição do preço estimado da futura licitação que tem como objeto a **AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO MÉDICO HOSPITALAR (FOCO AUXILIAR)**. Os interessados deverão apresentar as propostas de preços, entre os dias 12/07/2021 à 14/07/2021, das 08h30min às 17h30min, no prédio da SESAB, na 4ª avenida, nº 400, plataforma VI, térreo, lado "A", Salvador - BA, CEP: 41.750-300. Coordenação de Compras/CEAC ou através do e-mail: rafael.conceicao@saude.ba.gov.br. O termo de referência poderá ser consultado através da página inicial do site <https://www.comprasnet.ba.gov.br>, ou por meio de solicitação via e-mail: rafael.conceicao@saude.ba.gov.br. Maiores esclarecimentos através dos telefones: (71) 3115-9678/4303. Salvador-Bahia, 09 de julho de 2021. Fábio Vilas-Boas Pinto - Secretário da Saúde do Estado da Bahia.

SESAB

VOLTA ÀS AULAS: DATA SERÁ DEFINIDA ATÉ QUARTA-FEIRA

REDE ESTADUAL. O anúncio do retorno às aulas da rede estadual será na próxima quarta-feira (14). A afirmação é do governador Rui Costa em entrevista coletiva na sexta-feira (9), em Ribeira do Pombal, onde inaugurou a Policlínica Regional de Saúde. “Não ocorrendo até o início da semana que vem um crescimento da doença, se os números continuarem em declínio como estão, no máximo, até quarta-feira (14), a gente anuncia a data de retorno das aulas semi-presenciais. Queremos voltar o mais rápido possível”, disse Rui, ressaltando que a decisão valerá apenas para a rede estadual de educação e que o retorno das aulas em cada cidade é uma responsabilidade das prefeituras. O decreto 19.686/2020 suspendeu as aulas presenciais nas escolas estaduais desde 19 março daquele ano. No dia 15 de março de 2021, a rede começou a adotar o ensino remoto referente ao ano letivo de 2020/2021. Aproximadamente, 780 mil estudantes estão matriculados na rede estadual em 1.111 escolas. São 31 mil professores ao todo.

Relator diz que reforma do IR vai reduzir carga tributária

IMPOSTO DE RENDA Numa reviravolta de estratégia, o relator do projeto de lei que altera o Imposto de Renda (IR), deputado Celso Sabino (PSDB-PA), informou nessa sexta-feira (9) que vai apresentar um relatório com redução da carga tributária para empresas e pessoas físicas. A proposta inicial era a de que, na matemática geral, entre as medidas que aumentam a arrecadação e as que reduzem as receitas, o resultado fosse neutro do ponto de vista da carga tributária.

"Vamos ter uma efetiva redução da carga tributária. Não vai ser neutro. Teremos uma redução nominal e líquida", disse Sabino logo após reunião com o ministro da Economia, Paulo Guedes, e equipe.

Segundo Sabino, todos aqueles que hoje

Deputado Celso Sabino (PSDB-PA) informou que a tributação de lucros e dividendos (hoje isenta) será mantida

estão criticando a proposta apresentada pelo governo, ao terem acesso ao relatório, vão passar a brigar para que ele seja votado o mais rápido possível. Na reunião, Sabino apresentou um esboço preliminar do seu parecer, que pretende apresentar na próxima terça-feira (13), aos líderes da Câmara.

O encontro de trabalho com a equipe econômica ocorre depois de dias de pressão do setor empresarial contra o projeto do IR com o argumento de que haverá aumento da carga tributária.

Guedes passou a última quinta-feira (8), em São Paulo com seguidas reuniões com representantes do empresário nacional, inclusive com incorporadores imobiliários liderados pelo presidente do Sindicato da Habitação (Secovi-SP), Basílio Jafet, contrários ao fim da isenção do Imposto de Renda para fundos imobiliários que existe hoje.

Os empresários também se queixaram a Guedes da volta da taxa de distribuição de lucros e dividendos e da dosagem na redução da alíquota do IR sobre as empresas.

Sabino disse que o ministro "gostou muito" do relatório que foi apresentado e que a fala do ministro já antecipando a queda do Imposto de Renda das empresas é fruto das conversas que estão tendo ao longo dos últimos dias.

Para financiar a queda da carga tributária, Sabino disse que ajustes orçamentários poderão ser feitos para que não haja aumento do déficit público. "Possivelmente com o fim de isenções e benefícios pontuais que são concedidos", afirmou. O relator informou que a tributação de lucros e dividendos (hoje isenta) será mantida, mas não descartou a possibilidade de uma transição em etapas para o aumento da alíquota, fixada em 20% na proposta do governo.

INDICADORES

CÂMBIO

	Compra	Venda
Dólar Comercial	R\$ 5,2341	R\$ 5,2554
Dólar Turismo	R\$ 5,28	R\$ 5,427
Euro turismo	R\$ 6,257	R\$ 6,43

BOLSA

Índice	Pontos	Varição
Ibovespa	-	-

POUPANÇA

10/7/2021	0,1559%
-----------	---------

SALÁRIO MÍNIMO

R\$ 1.100,00

INFLAÇÃO

	Maio	Ano	12 meses
IPCA/IBGE	0,83%	3,22%	8,06%
INPC/IBGE	0,96%	3,33%	8,9%
IGP-M/FGV	4,10%	14,39%	37,04%

DÓLAR FECHA EM QUEDA EM DIA DE BAIXA LIQUIDEZ

Mercado O dólar fechou em queda nessa sexta-feira (9), em dia de baixa liquidez no mercado por causa do feriado no estado de São Paulo. A moeda norte-americana recuou 0,37%, vendida a R\$ 5,2341. Na máxima da sessão, chegou a R\$ 5,2452. Na mínima, foi a R\$ 5,2250. A bolsa de valores não operou nesta sexta-feira. Na semana, a moeda norte-americana acumulou alta de 3,57%.

PETROBRAS INICIA VENDA DE ATIVO NO RN

ESTATAL A Petrobras informou nessa sexta-feira (9) que, em conjunto com a Sonangol Hidrocarbonetos, iniciou a etapa de divulgação para venda da totalidade da participação de ambas no bloco exploratório terrestre POT-T-794, pertencente à concessão BT-POT-55A, localizada na Bacia Potiguar, no Rio Grande do Norte. A operação está alinhada à estratégia de otimização de portfólio, redução do endividamento e à melhoria de alocação do capital da Petrobras, "passando a concentrar cada vez mais os seus recursos em ativos de classe mundial em águas profundas e ultra-profundas", lembrou a estatal.

HAPVIDA RECEBE SINAL VERDE DO CADE

SAÚDE A Superintendência-Geral do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) aprovou sem restrições a aquisição de 100% do capital social da operadora de planos de saúde Premium Saúde pela Hapvida, conforme despacho publicado no Diário Oficial da União (DOU) dessa sexta-feira (9). O negócio foi anunciado em novembro do ano passado pelo valor de R\$ 150 milhões. Segundo a Hapvida, a operação está em linha com sua estratégia de expansão e consolidação nacional, reforçando sua presença no estado de Minas Gerais, mercado em que o grupo não tinha ainda presença significativa.

NOOG

DISTRIBUIDORA

(75) 3311-2977 / (75) 3221-1723

(75) 99981-5004 / (75) 99941-9881

UNIVERSO DAS TELHAS



DIVIDIMOS EM ATÉ

12X

EM ATÉ

4X

SEM JUROS

EM TODO O ESTADO DA BAHIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBICOARA

CNPJ N: 13.922.588/0001-82

ERRATA PUBLICAÇÃO AVISOS DE LICITAÇÃO SRP Nº 036 E 037/2021

No Jornal Correio, edição de 09.07.2021, na publicação dos Avisos de Licitação nº 036 e 037 da Prefeitura de Ibiçara onde se lê: 036/2021 lê-se: 037/2021 e onde se lê: 037/2021 lê-se: 038/2021. Demais dados permanecem inalterados.

Renan Pires Silva – Pregoeiro

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO DE SAÚDE NORDESTE II

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO nº 005/2021-SRP - Objeto: Registrar preços para aquisição de filmes para radiologia digital compatível com aparelho marca Konica Minolta, para atender as necessidades da Policlínica Regional de Saúde do Consórcio Interfederativo de Saúde Nordeste II, abertura da sessão: 22/07/2021 às 10:00hs, local: plataforma www.licitanet.com.br. Os interessados poderão obter informações e/ou o Edital e seus anexos na situada à Rua Deputado Antônio Brito, S/nº, anexo a sec. Municipal de saúde, Bairro Centro, Ribeira do Pombal - Bahia, de Segunda-feira à Sexta-feira, em dias de expediente, no horário das 08:00h às 12:00h, site www.licitanet.com.br ou através do e-mail: coisanlicita@gmail.com. Ribeira do Pombal/BA, 09 de julho de 2021. Alsiene Nascimento Santos Gonçalves – Pregoeira.

12
AGO/21
14:00

ÁREA DE TERRAS EM SÃO SEBASTIÃO DO PASSÉ, BA

Ruival Júnior | Loteado Oficial

Fazenda com 4,33 hectares

Área B: Possui parte de lagoado, canal, área de deposição de resíduos, prado, arvore e mata.

Localizada no margem da rodovia BR-110, Bairro Brasília, próximo do centro desta cidade.

Lote 01

Valor total: R\$ 1.201.542,30

Fazenda com 1,22 hectares

Área C: Não possui construção e território relevante no área, possui um lago com área de 182,00m².

Localizada no margem da rodovia BR-110, Brasília, próximo do centro desta cidade.

Lote 02

Valor total: R\$ 343.181,30

Informações, edital completo e proposta antecipada: WWW.RAJULOS.COM.BR

Mais informações: (71) 8821-1012
contencia@rajulos.com.br

RJ
LULOS



Consórcio vai estruturar privatização da Eletrobras

ESTATAL O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) deu mais um passo para efetuar a privatização da Eletrobras em fevereiro do ano que vem. O banco de fomento, responsável pela estruturação do processo, publicou o contrato do consórcio que conduzirá a modelagem, além da estruturação financeira e relatório final do processo de desestatização. No mês passado, a Câmara dos Deputados aprovou a medida provisória que permite a saída da União do controle da empresa de energia elétrica.

O Consórcio Genial - Tauli e Chequer, que ganhou o processo de licitação, deve conduzir as tratativas. O valor do contrato, conforme o documento publicado pelo BNDES, é de R\$

A desestatização da Eletrobras pode representar cerca de R\$ 100 bilhões aos cofres públicos

3,89 milhões. Pelo acordo, as empresas terão de realizar a avaliação de toda legislação nacional e internacional aplicável à Eletrobras, à Itaipu e à EletroNuclear, assim como a identificação de pontos críticos e riscos.

Para estruturar o processo que culminará na privatização da Eletrobras, o BNDES fez a contratação das empresas que trabalharão em alguns processos necessários para a capitalização, sendo, assim, responsável tanto pela execução quanto pelo acompanhamento do processo de desestatização. Ao todo, são três fases de serviços que serão contratados para a condução da privatização da empresa de energia.

Além desse serviço, cujo contrato acaba de ser publicado, o trabalho de due diligence (auditoria) contábil, patrimonial e jurídica será feito pelo consórcio Nova

Eletrobrás, formado pela auditoria BDO, o banco Genial, o escritório de advocacia Lefosse e a Thymos Energia, uma consultoria especializada no setor. Já a avaliação econômico-financeira será feita pelo banco BR Partners, cuja escolha já foi homologada, mas ainda falta a publicação do contrato.

Com a aprovação da medida provisória, o governo pode seguir com os preparativos para a emissão de novas ações da companhia, o que deve ocorrer no primeiro trimestre de 2022. A União não participará da oferta de ações subsequente (follow-on). Ao deixar de acompanhar essa oferta, sua participação nos papéis ordinários da companhia será diluída, com a parcela caindo para menos de 50%. Dessa maneira, o governo deixa de ser o controlador - o que, na prática, significa uma privatização do negócio.

G20 QUER INCENTIVO A PAÍSES VULNERÁVEIS

CRISE Os ministros das Finanças do G20 vão fazer um apelo para que o Fundo Monetário Internacional encante rapidamente uma maneira para países direcionarem recursos do FMI que não precisam para nações que de fato necessitam. O FMI afirmou nessa sexta-feira (8) que o seu comitê executivo havia apoiado a alocação de US\$ 650 bilhões de Direitos Especiais de Saque (DES), avançando a distribuição dos recursos aos 190 membros do FMI na direção de uma conclusão planejada para o fim de agosto.

MONTADORAS

US\$ 1

bilhão foi o valor da multa imposta pela Comissão Europeia às fabricantes de automóveis Volkswagen e BMW por terem conspirado para restringir o uso de tecnologia de limpeza de emissões de carbono que haviam desenvolvido

RN, SP e PB têm mais projetos vencedores nos leilões de energia

INFRAESTRUTURA Rio Grande do Norte, São Paulo e Paraíba foram os estados com mais projetos vencedores nos leilões de energia elétrica realizados na última quinta-feira (8), pelo governo, com previsão de entrega de energia para 2024 (A-3) e para 2025 (A-4), informou a Empresa de Pesquisa Energética (EPE), responsável

pela organização dos certames. De acordo com a EPE, os leilões vão viabilizar investimentos totais de R\$ 4 bilhões nos próximos anos.

Foram vencedores projetos somando 312 megawatts (MW) no Rio Grande do Norte, 131 MW em São Paulo e 100 MW na Paraíba. Segundo a autarquia, apenas 51% dos 1.501 projetos ca-

dastrados foram habilitados para participar do leilão A-3, e 52% dos 1.787 no caso dos cadastrados no A-4. Ao todo, o leilão ofertou 28.120 MW no A-3 e 33.863 MW no A-4. A falta de margem de escoamento de energia foi o principal motivo para a inabilitação dos projetos, correspondendo a 56% dos casos, segundo a EPE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALCOBACA
CONCORRÊNCIA Nº CC5-2021 - Prefeitura Municipal de Alcobaca/BA, torna público aos interessados em participar da Concorrência Pública do tipo menor preço global, objeto contratação de empresa especializada para execução de obra de engenharia, que tem por finalidade a reforma do ESF - Estratégia Saúde da Família 07, localizado no povoado do Canta Galo, neste município, conforme planilha orçamentária e projetos. Abertura: 12/08/2021 às 10:00hs; retrada edital: junto a CPL do município, 09h às 12h ou no site https://doem.org.br/ba/alcobaca_edital5 - Givaldo Muniz - Prefeito Municipal.

SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA HÍDRICA E SANEAMENTO - SIHS
EMPRESA BAIANA DE ÁGUAS E SANEAMENTO S/A - EMBASA
 CNPJ 13.504.675/0001-10
EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
 Ficam convidados os Senhores Acionistas para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada no dia 19 de julho de 2021, às 09h00, na sede social, localizada na 4ª Avenida, nº 420, Centro Administrativo da Bahia, nesta Capital, a fim de discutirem e deliberarem as seguintes ordens do dia:
 1) eleição de membro do Conselho de Administração.
 Salvador, 09 de julho de 2021.
 Clécio de Carvalho Monteiro
 Presidente do Conselho de Administração

EMBASA

1º REGISTRO DE IMÓVEIS E HIPÓTECAS DA COMARCA DE FERRAZ DE SANTANA, BA, REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
EDITAL

Tenho público que, por parte da firma **BEM VIVER PARQUE DOS COQUEIROS DESENVOLVIMENTO IMOBILIÁRIO SPE LTDA**, sociedade empresarial, CNPJ 22.884.093/0001-29, NIRE 28104287598, com sede na Rua Manoel Castro Branco, 45-A, Bairro Ponta Central, legalmente representada, foi requerido o registro do Loteamento Urbano denominado "LOTEAMENTO POPULAR BEM VIVER PARQUE DOS COQUEIROS", situado na situação na Estrada da Bandeira, Distrito de Maria Quilombo, neste Município, cobrindo uma área de terra de 22.818,35m², sendo delimitada da seguinte forma: área das lotes residenciais, medindo 16.838,31m², área reservada a equipamentos públicos comunitários, medindo 1.827,83m², área de uso público (ruas e passagens), medindo 8.738,85m² e área de ampliação do sistema viário (ruas e passagens), 487,21m². O loteamento possui 114 (cento e quatorze) lotes residenciais, distribuídos da seguinte forma: QUADRA A, Lotes 01 ao 15 e 17 ao 27; QUADRA B, Lotes 01 ao 20; QUADRA C, Lotes 01 ao 20; QUADRA D, Lotes 01 ao 09 e 11 ao 28. Terreno público, conforme matrícula nº 113.877, do registro geral neste Cartório, aprovado pelo Decreto de nº 12.126 de 08/05/2021, TAC assinado em 10/12/2018 e Dispensa de Licença Ambiental nº 17/2017 de 21/03/2017, publicando-se o presente EDITAL, com prazo de 15 (quinze) dias para o fim que prevê o art. 18 do Lei nº 6.766 de 13-12-1967. Ferra de Santana, 09 de julho de 2021. A. CRISTINA - Tabelião

A LIQUIDA BAHIA É AQUI. PREÇOS BAIXOS. O MAIOR SHOW DE PRÊMIOS.

LIQUIDA BAHIA
 08:07 a 19:07

5 MOTOS IPVA

10 SMART TV's

1 FIAT STRADA

ESQUETA, CORAÇÃO.

Carregue pelo WEBAPP: app.liquidabahia.com.br

50% de desconto em compras de até R\$ 100,00

Carregue pelo QR Code

FCOL, CDL, SUBARU, rede, rede, POP, Mastercard, American Express, Banco do Brasil

Governo eleva de R\$ 9 bi para R\$ 13 bi previsão de gasto com termelétricas; consumidor paga



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

A estimativa feita pelo Ministério de Minas e Energia mostra que o aumento do uso das usinas termelétricas, provocado pelo cenário de **crise hídrica**, custará neste ano R\$ 13,1 bilhões para os consumidores.

De acordo com o G1, o número representa 45% de aumento em relação à estimativa anterior, informada em junho, que previa custo de R\$ 9 bilhões. O cálculo é baseado em simulações do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) e considera o uso adicional das usinas entre os meses de janeiro e novembro deste ano.

O aumento no custo da geração de energia é repassado aos consumidores por meio da bandeira tarifária, taxa extra aplicada à conta de luz. Caso a **arrecadação** com as bandeiras ao longo do ano não seja suficiente para cobrir os custos, a diferença é repassada para as tarifas

de energia.

O ministério de Minas e Energia e a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) informaram que as ações adotadas pelo governo para preservar a água dos reservatórios das hidrelétricas têm levado ao acionamento de mais usinas térmicas, garantindo o fornecimento de energia.

Isso fez com que a previsão de custo do uso da energia térmica ao longo deste ano passasse de R\$ 9 bilhões para R\$ 13,1 bilhões.

"O custo adicional de despacho termelétrico esperado até novembro aumentou em razão das medidas de flexibilização adotadas, que têm permitido o maior armazenamento de água nos reservatórios e, por consequência, a maior utilização de termelétricas para atendimento à demanda do sistema", informaram o ministério e a Câmara de Comercialização.

A geração de energia por usinas termelétricas tem batido recorde nas últimas semanas. Na sexta-feira (9), o país gerou 19,2 mil megawatts médios (MWmed) de energia por térmicas. O valor é recorde para a série histórica.

Assuntos e Palavras-Chave: SEFAZ - Secretaria da Fazenda - Arrecadação | SIHS - Secretaria de Infraestrutura Hídrica e Saneamento - Crise hídrica

Mudança no IR pode elevar em 135% tributo de empresas, diz estudo



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

As mudanças no Imposto de Renda defendidas pelo governo têm provocado uma série de críticas por parte de empresários, tributaristas e agentes financeiros, que veem na proposta uma tentativa de aumentar a **arrecadação** pesando a carga sobre as empresas.

Segundo cálculos do IBPT (Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação), as mudanças propostas pelo governo poderiam aumentar a carga paga pelas médias e grandes empresas em até 71,5%, ao considerar o lucro real. Para empresas com lucro presumido, esse aumento chegaria a quase 135%.

Pela proposta do governo, haverá redução do IR de empresas em 2,5 pontos percentuais por dois anos, ao mesmo tempo que será colocada a taxa de 20% em lucros e dividendos.

A regra prevê isenção de IR sobre lucros e dividendos até o limite de R\$ 20 mil por mês, o que beneficiaria empresas de menor porte.

Para os cálculos, foram considerados o IR atual, de 15%, que seria reduzido para 12,5% no ano que vem e 10% no ano seguinte, além do adicional de 10% para lucros acima de R\$ 20 mil por mês e 9% de CSLL (Contribuição Social sobre Lucro Líquido), afirma o IBPT.

Para a simulação com lucro real e sem juros sobre capital próprio (para médias empresas), considerou-se uma empresa com faturamento de R\$ 1 milhão e custos e despesas de R\$ 900 mil -logo, com lucro antes do IRPJ (Imposto de Renda para Pessoa Jurídica) de R\$ 100 mil.

Antes da reforma, ela pagaria R\$ 28 mil no total tributos e passará a pagar R\$ 40,4 mil no ano que vem e R\$ 38,4 mil em 2023 (aumentos de 44,29% e 37,14%, respectivamente), sendo cobrados R\$ 14,9 mil de IR sobre distribuição de lucros em 2022 e R\$ 15,4 mil no ano seguinte.

"É uma proposta cheia de pegadinhas, que aumenta a carga sem contrapartida e joga pacotes tributários dizendo que está gerando benefícios", diz Gilberto Luiz do Amaral, do IBPT.

Em sua avaliação, o governo se equivoca ao propor a taxa de lucros e dividendos nos termos do texto da reforma. "Ao se comparar com a cobrança de lucros e

dividendos que existia formalmente até 1995, o governo não diz que a carga aumentou e que qualquer empresário trocaria a carga atual pela de antes."

No caso de uma empresa com o mesmo faturamento e também com apuração trimestral, só que com lucro real e juros sobre o capital próprio (geralmente as grandes empresas), foi feita uma simulação com despesas de R\$ 700 mil. Hoje, os tributos somam R\$ 87.450; com a mudança, somariam R\$ 149,9 mil em 2022 (+71,5%) e R\$ 144,7 mil em 2023 (+65,4%).

"Quando olhamos o texto, vimos que o objetivo era aumentar a **arrecadação** e jogar a opinião pública contra os empresários. Paulo Guedes se diz um ministro liberal, mas nem a esquerda quando estava no poder teve coragem de mandar um pacote desses", afirma Amaral.

Para as empresas da indústria e do comércio que utilizam o lucro presumido (geralmente as de pequeno a médio porte), com o mesmo faturamento e despesas de R\$ 800 mil, o total de tributos pagos hoje seria de R\$ 24,8 mil. No ano que vem, esse valor saltaria para R\$ 58.240 (+134,84%), e, no ano seguinte, para R\$ 56.640 (+128,39%).

Quando se considera uma empresa de lucro presumido do **setor de serviços**, para o mesmo faturamento e despesas de R\$ 600 mil, o total de tributos passaria dos atuais R\$ 102.800 para R\$ 155.840 (+51,6%) e R\$ 149.440 (45,37%) em 2022 e 2023, respectivamente, já sendo considerado o Imposto de Renda sobre a distribuição de lucros proposta pela reforma.

A proposta apresentada pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, enfrenta ampla resistência dos empresários e do mercado financeiro. Na quarta-feira (7), um grupo formado por 120 entidades empresariais enviou carta ao presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), com críticas à reforma do IR.

Elas também pediram mais tempo para debater a proposta do governo e que seja criada uma comissão especial para analisar o projeto.

Assinaram o documento a Abimaq (Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos), a Abit (Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção), a Abrasca (Associação Brasileira das Companhias Abertas) e a Abert (Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão), entre outras entidades.

No mesmo dia, o presidente da Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo), Paulo Skaf, disse em entrevista que a reforma do governo conseguiu desagradar a todos os setores.

"Na nossa simulação, o imposto sobre dividendos pode representar R\$ 47 bilhões em **arrecadação**. Consideramos que a reforma não deve ser feita quando há escassez de recursos. A proposta da sociedade organizada era promover uma reforma administrativa primeiro, para reduzir gastos."

"O projeto talvez venha a assinalar um fim de linha para a encarnação liberal do ministro Guedes", diz relatório da Rio Bravo.

"As ideias de tributar dividendos e de aperfeiçoar a tributação no mercado de capitais acabaram entrando no pacote pela porta errada, com vistas a fechar a conta da bondade concedida no reajuste da tabela progressiva.

"Não seria um problema se tivéssemos no país o retorno desses tributos e um ambiente seguro para se empreender, mas nas condições atuais é praticamente jogar contra o empreendedorismo brasileiro", diz Richard Domingos, diretor da consultoria Confirp.

Nesta quinta, em almoço com Guedes, empresários disseram ao ministro que a reforma do IR afasta investidores

Assuntos e Palavras-Chave: SEPLAN - Secretaria do Planejamento - Setor de Serviços | SEFAZ - Secretaria da Fazenda - Arrecadação

Veículo: Bahia Econômica	Online
Data: 11/07/2021	Coluna: Economia



GOVERNO ELEVA DE R\$ 9 BI PARA R\$ 13 BI PREVISÃO DE GASTO COM TERMELÉTRICAS E CONTA DE LUZ PODE FICAR MAIS CARA



11 Julho, 2021

Estimativa feita pelo Ministério de Minas e Energia mostra que o aumento do uso das usinas termelétricas, provocado pelo cenário de crise hídrica, custará neste ano R\$ 13,1 bilhões para os consumidores. O número representa 45% de aumento em relação à estimativa anterior, informada em junho, que previa custo de R\$ 9 bilhões. O cálculo é baseado em simulações do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) e considera o uso adicional das usinas entre os meses de janeiro e novembro deste ano. O aumento no custo da geração de energia é repassado aos consumidores por meio da bandeira tarifária, taxa extra aplicada à conta de luz. Caso a arrecadação com as bandeiras ao longo do ano não seja suficiente para cobrir os custos, a diferença é repassada para as tarifas de energia.

O ministério de Minas e Energia e a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) informaram ao G1 que as ações adotadas pelo governo para preservar a água dos reservatórios das hidrelétricas têm levado ao acionamento de mais usinas térmicas, garantindo o fornecimento de energia. Isso fez com que a previsão de custo do uso da energia térmica ao longo deste ano passasse de R\$ 9 bilhões para R\$ 13,1 bilhões. “O custo adicional de despacho termelétrico esperado até novembro aumentou em razão das medidas de flexibilização adotadas, que têm permitido o maior armazenamento de água nos reservatórios e, por consequência, a maior utilização de termelétricas para atendimento à demanda do sistema”, informaram o ministério e a Câmara de Comercialização.

A geração de energia por usinas termelétricas tem batido recorde nas últimas semanas. Na sexta-feira (9), o país gerou 19,2 mil megawatts médios (MWmed) de energia por térmicas. O valor é recorde para a série histórica. Para efeitos de comparação, a produção térmica diária não ultrapassou 15,4 mil MWmed em janeiro deste ano. Na crise energética de 2014, o recorde diário foi de 15,8 mil MWmed. Em 2001, o Brasil praticamente não tinha usinas termelétricas.

O governo tem anunciado uma série de medidas para preservar água nos reservatórios das hidrelétricas, principalmente aqueles localizados nas regiões Sudeste e Centro-Oeste, que respondem por cerca de 70% da geração de energia do país. O objetivo é que esses reservatórios cheguem a outubro e novembro (fim do período seco) com nível suficiente para geração de energia. Uma queda brusca poderia causar o colapso do sistema elétrico, já que as demais fontes de geração de energia não têm potencial para atender a toda demanda.

As usinas hidrelétricas representam 62% da capacidade instalada de geração de energia elétrica do país, segundo dados da Empresa de Pesquisa Energética (EPE). As usinas termelétricas, solares, eólicas e nucleares respondem por 38%. Na quinta-feira, os reservatórios do Sudeste e Centro-Oeste estavam com 28,4% da capacidade de armazenamento. A previsão do ONS é que o percentual caia para 26,4% até o fim de julho. Já a demanda por energia deve aumentar 4% em julho, na comparação com o mesmo mês de 2020, segundo o ONS.

Como não há perspectiva de chuvas forte na região dos reservatórios até novembro, e com a crescente demanda de energia, na esteira da recuperação econômica, o ONS estimou, em junho, que os reservatórios podem chegar a 10,3% de nível de água em novembro, o menor nível mensal em 20 anos. O esvaziamento dos reservatórios é fruto, entre outros motivos, do pior nível de chuva em 91 anos. Apesar da crise hídrica, o governo descarta racionamento de energia e possibilidade de apagão em 2021.

Veículo: Bahia Econômica	Online
Data: 10/07/2021	Coluna: Economia



REFORMA TRIBUTÁRIA NÃO TRARÁ AUMENTO DE IMPOSTO, DIZ GUEDES



10 Julho, 2021

A proposta de reformulação do Imposto de Renda, em tramitação na Câmara dos Deputados, não vai aumentar a carga tributária, disse hoje (9) o ministro da Economia, Paulo Guedes. O ministro admitiu a possibilidade de ajustes no texto, mas disse que o texto está “na direção correta” e reiterou a defesa da tributação de dividendos (parcela do lucro das empresas distribuída aos sócios e acionistas).

“[A reforma tributária] vai sair bem feita ou não vai sair. Não vai ter esse negócio de aumentar imposto”, declarou Guedes em videoconferência promovida pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). O evento homenageou o economista e ex-presidente do Banco Central Carlos Langoni, que morreu de covid-19 em junho. Durante o evento, o ministro voltou a defender a reintrodução do Imposto de Renda sobre dividendos. A proposta prevê alíquota de 20% sobre a distribuição desses recursos, com lucros de até R\$ 20 mil mensais isentos. Sem entrar em detalhes, o ministro citou pressões contrárias para evitar a tributação dos mais ricos, possibilitada pela medida.

“A renda dos mais ricos, não interessa se vem de salário, de aluguel, de bônus bilionários ou se vem de dividendos. Ela deveria cair no progressivo e ponto final. Nós temos tecnologia para fazer tudo direito, mas você sabe que tudo é mais difícil no mundo real, tem lobby, tem pressão”, afirmou. Segundo Guedes, o ideal seria que todos os tipos de renda, até os ganhos com dividendos, pagassem as mesmas alíquotas do Imposto de Renda Pessoa Física, que atualmente vão de 7,5% a 27,5%. O ministro, no entanto, disse que esse modelo poderá ser adotado no futuro, mas que não pode ser implementado neste momento.

Foto: Edu Andrade / Ascom ME



[CAPA \(HTTPS://WWW.BAHIAJA.COM.BR/CAPA\)](https://www.bahiaja.com.br/capa) [ÚLTIMAS NOTÍCIAS \(HTTPS://WWW.BAHIAJA.COM.BR/ULTIMASNOTICIAS\)](https://www.bahiaja.com.br/ultimasnoticias)

[MIUDINHAS \(HTTPS://WWW.BAHIAJA.COM.BR/TASSOFRANCO/MIUDINHAS\)](https://www.bahiaja.com.br/tassofranco/miudinhas) [COLUNISTAS \(HTTPS://WWW.BAHIAJA.COM.BR/COLUNISTAS\)](https://www.bahiaja.com.br/colunistas)

[ARTIGOS \(HTTPS://WWW.BAHIAJA.COM.BR/ARTIGOS\)](https://www.bahiaja.com.br/artigos) [FALE CONOSCO \(HTTPS://WWW.BAHIAJA.COM.BR/FALECONOSCO\)](https://www.bahiaja.com.br/faledonosco)

domingo, 11 de julho de 2021

ECONOMIA ([HTTPS://WWW.BAHIAJA.COM.BR/ECONOMIA](https://www.bahiaja.com.br/economia))

COLHEITA DO ALGODÃO NA BAHIA ESTE ANO DEVE CHEGAR A 520.363 TONELADAS

O estado plantou 266.662 hectares da commodity e é disparado o líder do Matopiba

Comunicação Governo da Bahia , Salvador | 07/07/2021 às 17:51



Colheita do algodão na Bahia este ano deve chegar a 520.363 toneladas

Foto: Fernando Vivas

Conhecido como o “ouro-branco”, o algodão é hoje um dos destaques da matriz produtiva da Bahia. Este ano, a colheita já se iniciou. O estado plantou 266.662 hectares da commodity e é disparado o líder do Matopiba, região que também engloba as áreas de cerrado do Maranhão, Tocantins e Piauí e que contabilizou, ao todo, 305.351 hectares na safra em curso. A expectativa de colheita é de 520.363 toneladas na Bahia e 587.067 na região do Matopiba.

A região oeste é a principal fronteira agrícola da Bahia, o que impacta positivamente na economia do estado, considerando que a produção acolhe o mercado interno e também a exportação. A agricultura da região, bem como a produção de algodão, tem se desenvolvido aproveitando as condições climáticas ideais e a disponibilidade hídrica, somadas ao manejo adequado das culturas e uso de tecnologia de ponta.

O secretário da Agricultura do Estado, João Carlos Oliveira da Silva, destaca a representatividade da safra baiana. “O oeste da Bahia é vital para a agricultura do estado. Agora, por ocasião da safra de algodão, a região mostra novamente sua força, aumentando em 2% a produtividade da cultura e com estimativa de colheita total de mais de 520 mil toneladas”.

Para o coordenador da Cooperativa de Produtores de Algodão (Ubahia), Paulo Almeida Schmidt, o desafio atual é ampliar a exportação. “Temos que pegar esse algodão daqui e exportar para o mundo. O nosso concorrente não é o produtor aqui ao lado, nosso concorrente é o Estados Unidos. E o que a gente tem visto é que cada vez que o governo dá um incentivo, nós ficamos mais competitivos contra o mundo e mais algodão conseguimos exportar”.

Paulo Schmidt garante que o algodão é fundamental para a cadeia produtiva do oeste por conta da geração de emprego e renda. “Desde o plantio, dos tratamentos culturais, beneficiamento, esmagamento do caroço, tudo isso gera uma cadeia e cada etapa da cadeia precisa de muitas pessoas trabalhando”.

A fazenda Zanotto, instalada em Luís Eduardo Magalhães há 40 anos e há 20 anos cultivando algodão, teve a safra deste ano reduzida, mas toda a produção já foi vendida mesmo antes da colheita e 70% foi destinada à exportação. “Essa redução se deu por uma necessidade de preservação de solo e também pela relevância dos altos preços da soja, uma commodity bastante competitiva. Mas nós vimos o algodão se recuperando bem no início do ano. Acreditamos que o mundo está caminhando muito mais para sustentabilidade, e a gente acredita que as fibras naturais terão mais espaços”, ressalta a diretora do Grupo Zanotto, Alessandra Zanotto.

Segundo o presidente da Associação Baiana de Plantadores de Algodão (Abapa), Luiz Carlos Bergamaschi, no quesito qualidade, o algodão baiano é comparável ao americano e ao australiano. Essa é uma conquista recente, pois, antes, a produção baiana era conhecida pela baixa qualidade do algodão. Atualmente, existe o programa de certificação de sustentabilidade Algodão Brasileiro Responsável (ABR), da Associação Brasileira dos Produtores de Algodão (Abrapa) e associadas. O ABR é a garantia de fibra sustentável, pois é lastreado nas legislações trabalhista e ambiental do Brasil. O programa internacional de referência nesta questão é a Better Cotton Initiative (BCI), da ONG Suíça de mesmo nome.

No Brasil, o ABR é gerido pela Abrapa, tamanha é a importância e reconhecimento do programa, que é muito mais amplo que o BCI. “Em pouco mais de 20 anos, o Brasil deixou de ser o segundo maior importador de pluma do mundo, para se tornar o segundo maior exportador. Perdemos em volume de oferta apenas para os Estados Unidos”, explica Luiz Carlos Bergamaschi.

O gerente de laboratório da Abapa, Sergio Brentano, garante que o Brasil tem qualidade e credibilidade na classificação da fibra, graças aos esforços do programa SBRHVI (Standard Brasil HVI), também criado pela Abrapa e que envolve todos os laboratórios que atendem aos produtores. Junto a tudo isso, há ainda a rastreabilidade. Com o Sistema Abrapa de Identificação (SAI), o comprador da pluma pode ver, por meio de um código de barras, todas as informações relativas ao produto que ele pretende adquirir, fardo a fardo.

“No laboratório, nós mensuramos as características intrínsecas e extrínsecas da fibra do algodão, através da classificação instrumental e visual por um técnico habilitado. Comprimento, espessura, uniformidade do comprimento, o índice de fibras curtas e resistências são alguns dos 15 parâmetros que dão suporte para a indústria têxtil selecionar a matéria-prima. O diferencial da produção da região oeste é um algodão com mais brilho, por causa da incidência do sol, o que agrega valor na qualidade e uniformidade visual no algodão baiano”, afirma Sergio Brentano.

Produtividade

O oeste da Bahia possui uma área de produção que ocupa 2,9 milhões de hectares, o que representa 35% do território. A região oferece excelência no processo produtivo devido à dobradinha entre a tecnologia investida e as características agrônômicas, com destaque para o clima.

A utilização de sementes, adubos e defensivos, cada vez mais modernos, proporcionam uma boa produtividade, o que significa produzir cada vez mais na mesma área. Todo esse conhecimento tecnológico deve-se aos constantes cursos de aperfeiçoamento e ações que as entidades, cooperativas e associações da região implementam para que a mão de obra seja qualificada.

A região é constituída por 24 municípios, com cerca de 643 487 mil habitantes, numa área de 116 677 quilômetros quadrados. Diversos são os cultivos realizados na região, como soja, café, milho, feijão, arroz, frutas e gado. Segundo o assessor de agronegócios da Associação de Agricultores e Irrigantes da Bahia (Aiba), Luiz Stahlke, o oeste produz 10 milhões de toneladas de grãos e fibras, onde 50% da soja produzida na região é exportada, o que significa um crescimento anual de 3% a 4%, já viabilizando e justificando a construção de uma ferrovia para o melhoramento da logística dessa produção.

Além disso, a região se destaca na fruticultura, com a maior produção de bananas do país, estimada em 240 mil toneladas, cultivadas em uma área de 9 mil hectares. A integração de áreas de grãos, aves e gado em confinamento tem sido uma alternativa viável na região para a rotação de cultura e preservação do solo. Atualmente, o oeste detém tecnologia que dá para a Bahia a maior produtividade do Brasil de soja e milho e a maior produtividade de algodão não irrigado do mundo, é o que garante o presidente da Abrapa, Júlio Busato.



(<https://www.bahiaja.com.br/enviarnoticia?idEditoria=1&idNoticia=133239>)

MAIS NOTÍCIAS

(<https://www.bahiaja.com.br/economia/noticia/2021/07/07/pizza-da-luz-celebra-o-dia-da-pizza-com-oito-sabores-irresistiveis,133237,0.html>)
PIZZA DA LUZ CELEBRA O DIA DA PIZZA COM OITO SABORES IRRESISTÍVEIS (<https://www.bahiaja.com.br/economia/noticia/2021/07/07/pizza-da-luz-celebra-o-dia-da-pizza-com-oito-sabores-irresistiveis,133237,0.html>)

(<https://www.bahiaja.com.br/economia/noticia/2021/07/07/pizza-da-luz-celebra-o-dia-da-pizza-com-oito-sabores-irresistiveis,133237,0.html>)

Veículo: Gov Bahia	
Data: 09/07/2021	



Pesquisa busca mensurar impactos da pandemia no turismo em 2021

9 julho 2021



A fim de mensurar os impactos da pandemia da Covid-19, a Secretaria de Turismo do Estado da Bahia (Setur) realiza, pelo segundo ano consecutivo, pesquisa direcionada a guias de turismo, investidores com projetos em planejamento ou em fase de implantação e empresas do setor, a exemplo de meios de hospedagem, agências, transportadoras turísticas, organizadoras de eventos, bares e restaurantes.

Realizada até o próximo dia 24 de julho, a pesquisa vai identificar as perspectivas dos empresários, profissionais e investidores para o ano de 2021, além de possibilitar o comparativo dos cenários do turismo baiano no primeiro e no segundo ano da pandemia.

“As pesquisas vão subsidiar o desenvolvimento de ações estratégicas para que o turismo na Bahia, que é indutor de desenvolvimento e gerador de emprego e renda, volte a crescer”, explica o secretário Maurício Bacelar. Os dados também deverão subsidiar o grupo de trabalho constituído pela Setur com representantes do poder público e iniciativa privada na última semana, a fim de proporcionar uma efetiva retomada das atividades turísticas no estado, seguindo os critérios de prevenção e combate ao novo coronavírus.

Para participar da pesquisa é preciso que guias de turismo e empresas do segmento estejam em situação regular no Cadastro de Prestadores de Serviços Turísticos do Ministério do Turismo (Cadastur). A amostra será constituída por cerca de 400 questionários, sendo 302 voltados para empresariado do setor turístico, 70 para guias e 21 investidores das 13 zonas turísticas da Bahia.

A Setur já iniciou contatos telefônicos com o público-alvo e está disponibilizando os questionários – personalizados de acordo com a área de atuação – em formato digital (Microsoft Forms) por e-mail. A previsão é de que os resultados sejam divulgados no final de agosto, no [Observatório do Turismo da Bahia](#).

Dentre as principais questões estão incidência de redução do quadro funcional, necessidade de acesso a linhas de crédito, período do fechamento temporário, perspectiva de retorno do faturamento a níveis computados antes da pandemia e ações que a Setur e o Governo do Estado podem adotar para minimizar os impactos da pandemia no setor.

Fonte: Ascom/ Setur

Veículo: Gov Bahia	
Data: 09/07/2021	



Crédito do Bolsa Presença será efetivado neste sábado (10) pelo Governo do Estado

9 julho 2021



O Governo do Estado realiza novo crédito do programa Bolsa Presença, neste sábado (10). Parte das ações de assistência estudantil desenvolvidas no âmbito do Programa Estado Solidário, o Bolsa Presença tem o objetivo de apoiar financeiramente as famílias dos estudantes cadastradas no CadÚnico e assegurar a permanência dos alunos nas atividades letivas.

O Bolsa Presença, no valor de R\$ 150 por mês, deve alcançar 311 mil famílias de 357 mil estudantes da rede estadual de ensino. Ao todo, são destinados R\$ 208 milhões para as seis parcelas do programa. O crédito, que é depositado nos cartões entregues às famílias pela Secretaria da Educação do Estado (SEC), pode ser utilizado de acordo com a necessidade de cada família, como a compra de alimentos ou material escolar.

Vale-alimentação – Já o crédito do Programa Vale-alimentação Estudantil (PVAE) será efetuado no dia 15 de julho. O PVAE tem o objetivo de garantir a segurança alimentar dos estudantes e de suas famílias e o investimento já soma R\$ 316 milhões com recursos próprios do Estado.

Todos os estudantes matriculados na rede estadual de ensino (cerca de 900 mil) recebem o valor de R\$ 55 por parcela. O valor é exclusivamente para a compra de alimentos, como feijão, arroz, macarrão, ovos, carne e leite, sendo de livre escolha do estudante. Os alimentos podem ser comprados em mais de 20 mil estabelecimentos credenciados nos 417 municípios baianos, além de distritos e povoados, movimentando, também, a economia local e do Estado.

Em caso de dúvida sobre o Bolsa Presença e o vale-alimentação, o estudante ou pais/responsáveis deve entrar em contato com a escola onde está matriculado ou pelos canais da Ouvidoria (0800 284 0011 e e-mail ouvidoria@educacao.ba.gov). Outras opções são as contas do Facebook ([@ouvidoriageraldabahia](https://www.facebook.com/ouvidoriageraldabahia)) e do Instagram ([@ouvidoriageralbahia](https://www.instagram.com/ouvidoriageralbahia)) da Ouvidoria Geral do Estado, que passaram a ser usadas para otimizar esta prestação de serviços aos estudantes, professores, servidores e sociedade de um modo em geral.

Fonte: Ascom/Secretaria da Educação do Estado

Tribuna

Cidades do interior veem salto no consumo de luxo

Receita agrícola que já vinha em alta vai explodir em 53% sobre 2020, segundo estimativas

Vinicius Nader e Bruno Villas
Bôas, O Estado de S.Paulo

Produtor de soja na divisa do Maranhão com o Pará, Gerson Kyt decidiu fixar a residência da família no condomínio Alphaville Flamboyant, residencial de luxo em Goiânia (GO), a "capital do agronegócio". Para encurtar o deslocamento para suas fazendas, comprou em junho um avião turboélice da americana Piper, modelo Matrix. Kyt é um exemplo da ascensão de riqueza vivida nos grandes polos de agronegócio do País, após anos de safras recordes e preços nas alturas.

Esse ciclo de bonança teve sua força renovada neste ano. A receita agrícola com a produção de grãos e culturas perenes deve chegar a R\$ 787,9 bilhões – um salto de 53% sobre 2020, segundo projeções da consultoria

MacroSector, que leva em conta dados de produção do IBGE e de preços da FGV. Os produtores de grãos devem puxar a expansão da renda, com faturamento de R\$ 594,1 bilhões, alta de 68% ante o ano anterior.

Toda essa riqueza extra se reflete em mais vendas de carros, aviões e também no varejo. O desempenho do comércio de janeiro a maio em todo o País foi de alta de 7,2% sobre igual período do ano passado, segundo Índice Cielo do Varejo Ampliado (ICVA). Nos polos do agronegócio, essa alta foi de mais de 18%. O desempenho das vendas de veículos também é bem superior à média nacional do setor agrícola. Essa prosperidade ainda se reflete no comércio de luxo e na venda de jatos executivos.

No caso de Kyt, o avião vai ajudar a economizar tempo de deslocamentos até suas fazendas no Maranhão, onde ele planta 13 mil hecta-

AGRONEGÓCIO
Produção de grãos deve chegar a R\$ 787 bilhões



res de soja.

E ele não está sozinho nessa tendência. O pecuarista e empresário Arlindo Vilela, 52 anos, pretende comprar nas próximas semanas

um avião turboélice, na faixa de R\$ 4 milhões, para substituir dois monomotores. "As distâncias são grandes e as estradas, bem ruins. O avião dá agilidade. Não é barato,

mas tem muita serventia. Os passageiros usam botina no avião, ninguém entra de salto", disse Vilela, que é dono de uma fazenda em Rondonópolis (MT).

INFLUÊNCIA

O topo da renda do agronegócio tem levantado voo de outros mercados de luxo. Os emplacamentos de carros "premium" – como Audi, Mercedes, BMW, Land Rover – cresceram em duas "áreas operacionais" de Mato Grosso: Rondonópolis, ao sul de Cuiabá, e Sinop, ao norte, mesma região de Lucas do Rio Verde e Sorriso. A demanda do agronegócio está no radar da alemã BMW, que foca em produtores, profissionais liberais e comerciantes das regiões, informa a marca.

De Brasnorte, noroeste de Mato Grosso, o pecuarista Aldo Rzezende Júnior mede a evolução do poder de compra dos produtores em bois. Nas contas dele, há três anos, eram necessários cerca de 60 bois gordos para comprar uma picape. Hoje, são 35. "A valorização do boi, nesse sentido, permitiu ao produtor trocar a picape por uma mais nova, reformar a casa", conta.

Empresários são os novos ídolos pop de um Brasil em crise

Os últimos anos marcaram pela ascensão dos empreendedores de sucesso, ao contrário das últimas décadas

Vinicius Pereira
De São Paulo para a BBC News
Brasil

Hordas de fãs prontos para amar, prestigiar e até defender seu ídolo são comuns. Mas, ao contrário das últimas décadas, quando cantores, artistas ou grandes esportistas monopolizavam a idolatria do público, os últimos anos marcaram a ascensão dos empreendedores bem-sucedidos como os no-

vos ídolos pop.

Empresários "self-made", aqueles que conseguiram algo por algum tipo de "esforço próprio", agora possuem milhões de seguidores nas redes sociais, causam aglomerações e reúnem milhares em eventos organizados para falar sobre suas expertises.

Segundo especialistas ouvidos pela BBC News Brasil, essa mitificação do empresário é consequência do

neoliberalismo e avança em meio ao aumento do desemprego. Afinal, em um ambiente em que cada indivíduo é responsável pela própria trajetória, os que se destacam em um período negativo atraem uma mitificação e a esperança de o fá repetir tal roteiro de prosperidade.

Tal conjunção de fatores reforça a idolatria aos empresários do país. Mas, para além do elemento econômico, há também a influência

das redes sociais, mais presentes no dia a dia, e do neopentecostalismo, que cresce por aqui, e contém dentro da doutrina religiosa um forte apelo empreendedor.

Para Christian Dunker, psicanalista e professor da USP (Universidade de São Paulo), por exemplo, pequenos empresários brasileiros, com baixa remuneração, seguem esses rockstars e usam, agora, o status também de "empreendedor"

como consolo para se diferenciar em meio a um ambiente de crise que perdura há cerca de cinco anos.

"Muita gente saiu da classe média e foi para a classe média baixa nesse período. Nessa hora, a ideia de que você é um empresário consegue mudar a sua representação social. Você não é mais um desempregado, alguém que fracassou em um certo jogo de determinadas regras, mas você é um pio-

neiro em um novo jogo de novas regras. Por isso, você deseja seguir gente como você", disse.

FÃS DE EMPRESÁRIOS

Nas redes sociais, as páginas de empreendedores ou mesmo de marcas que vendem o sucesso são comuns. Comentários de extrema admiração ou de comparação com os empreendedores fazem parte da rotina das novas celebridades.

Veículo: Tribuna da Bahia	Caderno: Política
Data: 10 e 11/07/2021	Página: 04

Tribuna

Relator diz que parecer da reforma do IR vai reduzir tributos

ADRIANA FERNANDES
ESTADÃO CONTEÚDO

Numa reviravolta de estratégia, o relator do projeto de lei que altera o Imposto de Renda (IR), deputado Celso Sabino (PSDB-PA), informou ao Estadão que vai apresentar um relatório com redução da carga tributária para empresas e pessoas físicas.

A proposta inicial era a de que, na matemática geral, entre as medidas que aumentam a arrecadação e as que reduzem as receitas, o resultado fosse neutro do ponto de vista da carga tributária.

"Vamos ter uma efetiva redução da carga tributária. Não vai ser neutro. Teremos uma redução nominal e líquida", disse Sabino. Segundo Sabino, todos aqueles que hoje estão criticando a proposta apresentada pelo governo, ao terem acesso ao relatório, vão passar a brigar para que ele seja votado o mais rápido possível. Na reunião, Sabino apresentou um esboço preliminar do seu parecer, que pretende apresentar na próxima terça-feira, 13, aos líderes da Câmara. O encontro de trabalho com a equipe econômica ocorre depois de dias de pressão do setor empresarial contra o projeto do IR com o argumento de que haverá aumento da carga tributária.

Tribuna

PONTO DE VISTA

Túlio Ribeiro*

Alta do petróleo deixa incerta recuperação econômica

No contexto atual, a elevação dos valores do barril de petróleo significa um sinal de saída progressiva da recessão econômica provocada pela pandemia do covid-19, principalmente nos países desenvolvidos.

Deste modo é o que aponta o novo patamar atingindo seu maior valor no mercado mundial nos últimos 24 meses, já que o mercado Brent (Reino Unido) cotou seu barril em \$ 77,16 dólares; e o petróleo West Texas Intermediate (EUA) posicionou em US \$ 76,98 o barril, seu nível máximo desde novembro de 2014.

São elevações médias diárias de 1,3 e 1,6 pontos percentuais, mas mostra uma tendência que ao longo de um ano se aproxima de um aumento de um a 50 por cento. As preocupações vem de uma abordagem de analistas que alertam que esta inércia pode colocar na estabilidade da recuperação econômica global em meio a crescentes pressões inflacionárias.

A Organização dos Países

Exportadores de Petróleo (OPEP +) reuniu-se na semana passada com o objetivo de preservar o equilíbrio e o controle do mercado de petróleo, no âmbito da guerra de preços de 2020, derivada da recessão econômica global causada pela pandemia. Da Covid -19. O encontro desta segunda dia 5 foi cancelada, e ainda não foi remarcada, gerando mais incerteza no mercado.

A expectativa para coalizão de 23 países é de adicionar oferta ao fornecimento de petróleo bruto concordando em aumentar em cerca de 2 milhões de barris por dia ao mercado base de maio a julho. Justamente a possibilidade de prorrogação dessa cota nos próximos meses foi um dos centros de debate no Fórum que levaria crescimento de valores diante de uma nova demanda. Já que a Opep revelou em um relatório que os estoques de petróleo, que experimentaram superávits em 2020, voltaram aos níveis médios à medida que a recuperação no consumo de combustível continua com a demanda 5 milhões para segundo semestre fren-

te o primeiro.

As discordâncias entre Emirados Árabes Unidos e Arábia Saudita para aumentar a produção de petróleo é a mais um capítulo de uma rivalidade emergente entre os dois aliados tradicionais estadunidenses no Golfo, em meio ao objetivo de diversificar suas economias e administrar uma transição de longo prazo longe de a indústria do petróleo.

Os sauditas apoiam um plano para os produtores da OPEP aumentarem a produção de petróleo em estágios em um total de dois milhões de barris por dia (bpd) de agosto a dezembro de 2021 e manter o "novo" patamar o final de 2022, em vez de finalizar acordo como planejado em abril próximo. Os Emirados esperam que, ao aumentar a oferta agora, como resultado da recuperação econômica global, possam elevar a receita necessária para apoiar seus planos acelerados de diversificação econômica.

Entretanto a Arábia Saudita está cautelosa por um aumento demasiado que poderia pressionar os preços para baixo, sufocando o investimento e levando a problemas de abastecimento mais tarde. A questão é não alterar o crescimento contínuo sua receita petroleira que mantém seu reino.

Entretanto as decisões unânimes são necessárias

na OPEP, sendo que os dois aliados dos EUA na prática disputam os investimentos ocidentais e o título de centro capitalista na região.

A preocupação agora é a estabilidade do preço mundial esteja nas mãos dos "sauditas e os emiradenses", que estão competindo um contra o outro com visões redundantes para as mesmas indústrias e projetos de desenvolvimento. O que se apresenta não é tanto de lidar com uma extensão de produção de um ano no cartel do petróleo, mas que modo a Arábia Saudita e os Emirados Árabes Unidos conseguem trabalhar juntos atuando no mesmo bloco econômico e geopolítico.

Economicamente nos reportando a ação destes atores na privatizações e leilões no Brasil é que de certos os investidores dos Emirados Árabes que compraram em fevereiro a refinaria de Mataripe quando o petróleo estava em Us\$ 31,28 o barril e o leilão de 4 de dezembro de 18 áreas à Us\$30,85 barril já alcançaram um elevado lucro. Conclusivamente o petróleo é a união de três premissas, o maior em valor agregado de venda, volume de produção e lucro total em atividade produtiva. As disputas atuais sem aumento de volume com recrudescimento da pandemia só majora os ganhos.

*Túlio Ribeiro é economista e historiador.

Tribuna

Salvador chega à Fase Verde de retomada das atividades econômicas

LILY MENEZES
REPORTER

A flexibilização de atividades e segmentos comerciais na capital baiana teve novo avanço. Começou ontem (09) a chamada Fase Verde do plano de retomada elaborado pela Prefeitura de Salvador, oficializada durante coletiva de imprensa virtual realizada durante a inauguração de uma unidade do Centro Municipal de Educação Infantil (CMEI) no bairro de Jardim das Margaridas. O prefeito Bruno Reis explicou as razões que o levaram a decidir pelo retorno. "Há mais de quinze dias os indicadores vem caindo. Eu poderia ter acionado a fase verde antes, mas não o fiz com receio das datas comemorativas e dos feriados dos meses de junho e começo de julho". A principal delas foi a taxa de ocupação dos leitos de UTI adulto, fator determinante para o avanço ou regresso de fase. Até o final desta edição, Salvador ti-

nha 57% de leitos ocupados, o menor índice desde novembro de 2020. O avanço na vacinação também pesou na batida de martelo pela retomada.

Com as mudanças da Fase Verde, veio a redução do horário do toque de recolher implementado pelo Governo do Estado desde o final de fevereiro. Na fase amarela, a circulação de pessoas estava proibida entre as 22h e 05h; agora, a restrição vai da meia-noite às 05h. Com isso, o metrô Salvador-Lauro de Freitas volta ao seu horário normal. Até o dia 23 de julho, os transportes metropolitanos terão circulação proibida entre 00h30 e 05h; as viagens do sistema ferry-boat serão interrompidas um pouco mais cedo, às 23h, seguindo as orientações da Agência Estadual de Regulação de Serviços Públicos de Energia, Transportes e Comunicações da Bahia (AGERBA). O transporte coletivo de Salvador terá seu horário ampliado. As últimas viagens em direção aos bairros serão feitas à 00h30, e a última saída das linhas

que operam nas estações de transbordo será à 1h para atender ao público que utiliza o metrô, que encerra o serviço à meia-noite. Agentes de transporte deverão acompanhar a mudança e orientar a população.

Galerias de arte, centros de convenções e eventos, teatro, quadras e campos públicos municipais, parques de diversões e parques infantis voltarão a funcionar todos os dias, em horário livre. Circos, cinemas e espaços de eventos infantis poderão abrir das 10h às 23h, e centros culturais, museus e galerias de arte podem receber público das 10h às 20h diariamente. Os parques públicos também serão reabertos, mas de segunda a sábado, como as praias; a exceção é a praia do Porto da Barra, que pode ser frequentada de terça a sábado. A Fase Verde também contempla a ampliação de funcionamento para estabelecimentos que estavam abertos na Fase Amarela. É o caso dos shoppings e centros comerciais, que podem funcionar das 10h às 22h diaria-



Foto: Jeherson Peixoto

PARQUES

Espaços reabrem a partir de segunda-feira, após cerca de quatro meses fechados

mente; bares, pizzarias, sorveterias e outros locais do setor de alimentação podem abrir das 11h às 23h30, e o

comércio de rua passará a abrir das 09h às 19h. Os serviços considerados essenciais, como padarias, super-

mercados, farmácias e atendimentos de saúde, continuarão a funcionar sem restrições.

Realização de eventos está permitida

A volta da realização de eventos também está permitida na Fase Verde, com lotação máxima de 100 pessoas. Se até a próxima sexta (16) a ocupação de leitos de UTI se mantiver abaixo dos 60%, o número de participantes poderá subir para 200. Entretanto, foram liberadas sociais como bodas, casamentos, aniversários e formaturas;

shows estão proibidos, bem como apresentações que possam provocar algum tipo de aglomeração. A Prefeitura colocou protocolos para as festas como distanciamento entre as mesas e o uso de máscara enquanto o participante não estiver fazendo alguma refeição. Bruno diz continuar acompanhando os indicadores da covid na cidade

e conta com o bom-senso da população para o segmento dos protocolos. "Nós não estamos livres da pandemia. A pandemia está aí, temos que continuar nos cuidando", salientou. "O avanço dos eventos não significa que possa fazer festa, que está proibida. A Prefeitura vai cobrir os paredões, os arrochas, as festas com DJs".

Após o luto, a dor do inventário

Os benefícios da contratação de uma holding podem ser imediatos, reduzindo a carga tributária

Por Robert Furden Jr

12/07/2021 05h01 · Atualizado há 5 horas

A pandemia da covid-19 causou dores e também a certeza de que estamos muito mais vulneráveis do que imaginávamos. São centenas de milhares de mortos no Brasil, perdas irreparáveis. Após o luto, essas famílias são obrigadas a enfrentar a dor do inventário e arcar com custos elevados para transmissão dos bens do ente falecido. Neste momento a realidade se impõe, os custos para realizar o inventário podem consumir até 20% do patrimônio de uma família, prejudicando o padrão de vida desta.

Tudo isso evidencia a necessidade de um planejamento sucessório, pois nos deparamos com a verdade infestável de que um dia iremos morrer. Como dizem, essa é a “única certeza da vida”, somos finitos. Esses acontecimentos nos mostram que planejar a sucessão é uma atitude necessária para qualquer família.

Os benefícios da contratação de uma holding podem ser imediatos, reduzindo a carga tributária

Esse planejamento em nossa cultura é esquecido, no máximo se faz um testamento que não dispensa o oneroso inventário e não evita brigas judiciais, custos intermináveis, tempo e dinheiro dos herdeiros direto ao lixo.

Além dos gastos, o fator prazo também contribui negativamente, pois a finalização do inventário pode durar décadas, mesmo considerando os recentes avanços das técnicas e da eficiência do Poder Judiciário. A pandemia impacta a Justiça, são conflitos de toda ordem, sendo certo que as Varas de Família também estão sobrecarregadas.

Mais dores são causadas às famílias que serão obrigadas a resolver a sucessão, transferir os bens e o controle das empresas aos herdeiros. A demora é previsível e os altos custos naturais deste procedimento são inafastáveis.

Atualmente, somente o imposto cobrado sobre os bens deixados varia de 4% a 8% dependendo do Estado. Muito comum observar a família que recebe a herança se desfazer de bens para cumprir com a obrigação fiscal, custos de cartório, advogados, entre outros. Tudo isso pode ser evitado se utilizando dos meios legais, que erroneamente pensávamos disponíveis apenas aos que possuem maior poder aquisitivo, e que na verdade estão à disposição de todos, como o planejamento sucessório.

Para muitos, planejar é realizar um testamento, mas o alcance disso é extremamente limitado, pois não elimina a necessidade de se acionar o judiciário. Com ou sem testamento, a família terá os mesmos custos tributários, a falta de acesso imediato aos bens e dinheiro em nome do falecido. O testamento serve como declaração de última vontade, no máximo um ponto do que há de ser planejado, nada além disso.

Infelizmente famílias ficam em situação de penúria, pois não possuem acesso imediato às contas bancárias e outros bens da pessoa provedora que faleceu.

Em contrapartida, o planejamento sucessório dispõe de ferramentas que equacionam todas as esferas, vantagens que podem ser desfrutadas ainda em vida, com menor carga tributária e proteção aos bens. A dor do inventário é facilmente eliminada com planejamento e aplicação da lei em favor do contribuinte. A Lei da Liberdade Econômica e o recente Marco Legal das Startups também colaboraram com mais proteção e facilidade.

Não há mágica, apenas planejamento com visão ampla, abrangendo inúmeras variáveis. As chamadas “holdings familiares ou patrimoniais”, podem ser a solução para isso. São empresas que agem como gestoras do patrimônio, muito comum entre os mais ricos, mas reitero, também disponível para todos que possuem patrimônio. Os benefícios da contratação de uma holding podem ser imediatos, reduzindo a carga tributária e de longo prazo com a sucessão tranquila e muito menos onerosa.

A reforma tributária, que está em discussão no Congresso Nacional, traz incertezas, mas indica que se deve aproveitar o “hoje” para executar esse planejamento, pois há forte indício de elevação de tributos e, convenhamos, com o excesso de gastos de

todas as esferas de governo, não é difícil imaginar que esse aumento de carga tributária venha para custear a máquina pública.

Em um inventário incidirá o imposto de transmissão de até 8%, a depreciação de bens que terão que ser vendidos para suportar os custos de certidões, registros, custas judiciais, honorários, tempo e burocracia ilimitada. Se houver desentendimento entre os herdeiros, tudo piora e os custos totais podem consumir o montante absurdo de 25% dos bens da família.

Já no caso da sucessão planejada por meio de pessoa jurídica (holding patrimonial ou familiar), a economia pode ser de até 80% destes custos, adotando as estratégias disponíveis.

Aplicando a estratégia legal da holding, ao invés de todos os percalços, disputas e custos do inventário, o valor envolvido no planejamento ficará entre 5% e 10% dependendo do domicílio fiscal e da atividade da empresa.

Importante citar que a estruturação de uma holding não pode ter como finalidade a elisão fiscal, o objeto deve ser lícito, conforme consolidado na jurisprudência.

De qualquer forma, quando a sucessão se dá com planejamento bem executado e estruturação de uma holding familiar, o efeito é profundamente salutar, tanto sob o prisma da economia gerada, quanto da segurança oferecida aos herdeiros.

Qualquer pai, mãe, esposo ou esposa quer gerar segurança e boas condições e qualidade de vida para a sua família. Portanto, é mais que necessário, se mostra imperioso executar o planejamento sucessório. Contemplar a possibilidade de constituição de uma holding é importante, pois além de acessível, trata-se de medida de proteção imediata e futura aos que mais amamos, nossos filhos, nossa família.

Robert Furden Jr é advogado e diretor na Faber Magna Investimentos

Este artigo reflete as opiniões do autor, e não do jornal Valor Econômico. O jornal não se responsabiliza e nem pode ser responsabilizado pelas

informações acima ou por prejuízos de qualquer natureza em decorrência do uso dessas informações

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por taboola

LINK PATROCINADO

Garanta hoje em oferta e ainda frete grátis para todo o Brasil

KNEE ELITE

LINK PATROCINADO

Especialistas recomendam novas máscaras. Saiba mais

LOJA INTERATIVO

LINK PATROCINADO

Novidade! Cooler irá comportar todas suas cervejas!

DUBAI STORE

LINK PATROCINADO

Companhias elétricas não querem que você saiba disso...

WWW.IZILIFE.COM.BR

LINK PATROCINADO

Os potes de plástico ficaram no passado depois disso

UTILIZZY&ZIPSTOCK.

LINK PATROCINADO

Agora, os potes de plástico são coisa do passado

UTILIZZY&ZIPSTOCK.

 COMENTÁRIOS

Mais do Valor Econômico

Neoenergia começa a operar primeiro trecho do empreendimento Santa Luzia, na Paraíba

Entrega foi feita com antecipação de 21 meses em relação ao prazo contratual da Aneel

Brasil receberá US\$ 15 bi de pacote de estímulo do FMI

O Brasil, com 2,32% das cotas do FMI, receberá assim US\$ 15,08 bilhões, que serão incorporados às já elevadas reservas internacionais do país

Por Assis Moreira — De Genebra

12/07/2021 05h00 · Atualizado há 5 horas

O G-20 pediu para o Fundo Monetário Internacional (FMI) implementar até o fim de agosto a liberação de liquidez de US\$ 650 bilhões aos países membros, para ajudar as nações mais pobres a acelerar o acesso a vacinas contra a covid-19. Isso ocorrerá com a maior alocação até hoje de Direitos Especiais de Saque (SDR, na sigla em inglês), um ativo internacional emitido pelo Fundo.

O Brasil, com 2,32% das cotas do FMI, receberá assim US\$ 15,08 bilhões, que serão incorporados às já elevadas reservas internacionais do país. O SDR é um ativo de

reserva internacional gratuito e incondicional dentro dos limites de cotas que cada país tem no FMI. Faz parte das reservas de divisas dos países e pode ser vendido ou usado para pagamento a outros bancos centrais. Não pode ser usado para comprar coisas por conta própria. Mas os países podem trocar entre eles seus SDR por dinheiro, com o FMI agindo como intermediário para facilitar a transação.

A emissão de US\$ 650 bilhões é uma injeção de liquidez no mundo, conforme a diretora-gerente do FMI, Kristalina Georgieva. A alocação de SDR só ocorre em situação de crise, e esta chega em momento crucial. As infecções por covid-19 continuam a se espalhar entre as populações que não foram vacinadas e a variante delta é particularmente infecciosa. A pandemia raspou os cofres dos países já pobres. O FMI calcula que o acesso mais rápido às vacinas para populações de alto risco poderá salvar 500 mil vidas até dezembro.

As economias emergentes e em desenvolvimento receberão cerca de US\$ 274 bilhões com a alocação de SDR, representando um aumento de 10% nas suas reservas internacionais. Os países de baixa renda deverão receber US\$ 21 bilhões, em alguns casos equivalente a mais de 6% de seu PIB.

O G-20 pediu para o FMI apresentar rapidamente as opções para que os países possam voluntariamente transferir uma fatia de sua alocação de SDR para socorrer as nações mais pobres. O objetivo é que US\$ 100 bilhões da parte de nações ricas

seja disponibilizada às mais pobres. A pressão no momento é para os ricos e também a China transferirem parte dos SDR para os mais pobres.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por taboola

LINK PATROCINADO

Garanta hoje em oferta e ainda frete grátis para todo o Brasil

KNEE ELITE

LINK PATROCINADO

Conheça as novas máscaras recomendadas atualmente

LOJA INTERATIVO

LINK PATROCINADO

Novidade! Cooler irá comportar todas suas cervejas!

DUBAI STORE

LINK PATROCINADO

Os potes de plástico ficaram no passado depois disso

UTILIZZY&ZIPSTOCK.

LINK PATROCINADO

Agora, os potes de plástico são coisa do passado

UTILIZZY&ZIPSTOCK.

LINK PATROCINADO

A bota mais vendida de 2021, agora, com um super desconto!

BOTA CATERPILLAR



COMENTÁRIOS

Mais do Valor Econômico

Minério tem alta de 1,4% em Qingdao, cotado a US\$ 217,85 a tonelada

Indústria petrolífera nega 'benesses' e teme impacto no setor

Novo presidente do Instituto Brasileiro do Petróleo diz que efeito da reforma tributária no Repetro preocupa segmento

Por André Ramalho — Do Rio

12/07/2021 05h00 · Atualizado há 5 horas



Com investimentos previstos de US\$ 18 bilhões por ano em exploração e produção de óleo e gás até 2030, as petroleiras acompanham com atenção os desdobramentos da reforma tributária. O novo presidente do Instituto Brasileiro do Petróleo (IBP), Eberaldo de Almeida Neto, teme que as discussões sobre o fim de regimes especiais sejam estendidas ao setor.

A preocupação da indústria petrolífera ocorre em meio às sinalizações dadas pelo governo de que aceita reduzir a alíquota do Imposto de Renda das empresas em 2022, mas que, para isso, pode vir a cortar subsídios e regimes especiais. As petroleiras contam, desde 1999, com um regime aduaneiro especial, o Repetro, que suspende a cobrança de tributos federais sobre a aquisição de determinados bens.

Por ora, não há qualquer sinal concreto de que o regime - estendido, no governo Michel Temer, até 2040 - será rediscutido.

“Mas as empresas estão muito preocupadas com o Repetro e isso [incerteza sobre o futuro do regime] vai ser um fator que vai ser colocado na mesa na hora que se decidir participação em leilões”, afirmou Almeida Neto, em entrevista ao **Valor**.

Na ocasião da extensão do Repetro, em 2017, a medida provisória que tratava do assunto foi batizada pela oposição no Congresso de “MP do Trilhão”, em referência às contas de parlamentares opositores de que a União deixaria de arrecadar R\$ 1 trilhão até 2040. O presidente do IBP defende, no entanto, que o Repetro não se trata de uma isenção fiscal, mas sim de uma política de transferência da tributação da fase inicial de investimentos no desenvolvimento de campos para a etapa de produção.

“As pessoas associam a uma benesse, vinculam à ideia de as grandes petroleiras não estarem pagando imposto, mas é pelo contrário”, comentou ele, ao citar que o setor pagou, nos últimos dez anos, R\$ 1,8 trilhão em tributos.

Segundo o presidente do IBP, o regime é essencial para atrair investimentos. Ele destaca que a indústria de óleo e gás é muito intensiva em capital no desenvolvimento dos projetos e que a amortização dos aportes é longa. “Foi muito inteligente fazer isso [transferir a cobrança para a fase de produção], porque na fase de produção paga-se quatro a sete vezes aquilo que se deixou de recolher imposto no investimento”, argumentou.

O IBP estima que, com o Repetro, a produção brasileira de petróleo será a dobro daquela projetada num cenário sem o regime especial. Nesse caso, a maioria dos projetos não conseguiria se manter atrativa economicamente e aqueles viáveis

teriam suas margens comprimidas, caindo no ranking de prioridades dentro do portfólio das petroleiras estrangeiras.

Almeida argumenta que afugentar investimentos na indústria petrolífera, hoje, representaria desperdiçar a última grande janela de oportunidade para desenvolvimento de muitas das reservas brasileiras, dado o fenômeno da transição energética para uma economia de baixo carbono - que deve levar o consumo de petróleo ao declínio nas próximas décadas. “O que não queremos é que haja uma pisada no freio e percamos janelas de oportunidade”, disse.

Ele crê que o pico de produção de óleo e gás no Brasil acontecerá entre dez e quinze anos e que, em meio à transição energética, muitos recursos ficarão debaixo do solo, conforme o petróleo reduza sua importância na matriz energética.

Almeida Neto também comenta sobre a ausência, nos debates sobre a reforma tributária, de propostas para reduzir os elevados índices de sonegação fiscal no mercado brasileiro de combustíveis. O IBP defende a cobrança monofásica sobre produtor e importador de combustíveis, para contornar os problemas de sonegação presentes, hoje, no segmento de distribuição.

“A reforma tributária contribuiria muito se ela tivesse um foco em simplificação tributária. Imposto bom é aquele imposto que todo mundo paga. Se tem um imposto que metade paga e metade não paga, há uma parte [do mercado] que está levando uma vantagem desleal em relação à outra metade que paga. Entendemos que tem complexidades que geram meandros por onde o mal pagador se esconde. Quanto mais simples, mais direto, melhor para a arrecadação do Estado e para o ambiente competitivo”, comentou Almeida.

O presidente do IBP vê a agenda da indústria brasileira de óleo e gás dominada nos próximos anos pelas aberturas dos mercados de refino e gás natural e pela transição energética. Questionado sobre os riscos de uma mudança nos rumos da política energética do país, a partir das eleições de 2022, o executivo se diz confiante na continuidade do processo de abertura da indústria de óleo e gás no país e afirma que reduzir a dependência da Petrobras é benéfica para a arrecadação de Estados e municípios e para os consumidores.

“Toda empresa tem, solitariamente, uma capacidade de investimento limitada. [Não abrir o mercado] é limitar o crescimento do Brasil à capacidade de investimento de uma empresa só. Se houver um retrocesso [na abertura do mercado], será uma perda muito grande para a sociedade brasileira”, disse.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

LINK PATROCINADO

Garanta hoje em oferta e ainda frete grátis para todo o Brasil

KNEE ELITE

LINK PATROCINADO

Conheça as novas máscaras recomendadas atualmente

LOJA INTERATIVO

LINK PATROCINADO

Novidade! Cooler irá comportar todas suas cervejas!

DUBAI STORE

LINK PATROCINADO

Companhias elétricas não querem que você saiba disso...

WWW.IZILIFE.COM.BR

LINK PATROCINADO

Dor nos joelhos? Faça isso todos os dias

JOELIFE

LINK PATROCINADO

Beba 12 gotas pela manhã e veja sua gordura queimar descontroladamente!

LIPOFINAX

 **COMENTÁRIOS**

Mais do Valor **Econômico**

Gol prevê aumentar capacidade em 80% no terceiro trimestre

Companhia aérea terminou junho com liquidez de R\$ 1,7 bilhão



Por Luiz Carlos Mendonça de Barros

Luiz Carlos Mendonça de Barros, engenheiro e economista, é p... ver mais

O FMI veio ao socorro do Brasil mais uma vez

Projeção do FMI de déficit fiscal de 1,7% do PIB neste ano é um resultado exitoso

12/07/2021 05h00 · Atualizado há 5 horas

Assisti durante minha vida profissional várias vezes o Fundo Monetário Internacional - o terrível FMI da minha adolescência - ser chamado a ajudar o Brasil a sair de uma crise financeira grave. Em uma delas fiz parte da equipe que foi a Nova York revelar ao sistema bancário internacional que iríamos parar de pagar nossa dívida externa. Era a então eufórica moratória externa do presidente José Sarney.

Mas agora é a primeira vez que vejo o FMI voluntariamente vir ajudar o Brasil a enfrentar a crise de confiança em nossas contas fiscais sob pesadas acusações dos segmentos mais liberais de nossa "intelligentsia" econômica.

Projeção do FMI de déficit fiscal de 1,7% do PIB neste ano, depois de todo estímulo fiscal, é um resultado exitoso

Na última quinta-feira, o jornal **Valor** Econômico trouxe a seguinte manchete "FMI projeta déficit primário de 1,7% do PIB em 2021 e a volta de superávit em 2024". Em meio ao intenso debate que vem ocorrendo no mercado financeiro, a manchete do **Valor** representa um verdadeiro resgate de confiança da nossa situação fiscal. Em outras palavras, suas declarações mostram que estamos muito longe da situação de catástrofe - cujo título mais sofisticado é Dominância Fiscal - que um grande número de economistas do mercado diz já existir.

Como fica agora este grupo, confrontado com os números oficiais do FMI, instituição cuja opinião representa o teste da racionalidade econômica dos governos no mundo emergente principalmente? Quero vê-los questionar a credibilidade técnica do Fundo, pois um déficit fiscal de 1,7% do PIB neste ano, depois do estímulo fiscal realizado no ano passado para enfrentar aos efeitos da pandemia, é um resultado exitoso. Ele mostra que não ocorreu a temida transformação de despesas eventuais para enfrentar a pandemia em gastos perenes. Isto é verdade no caso do governo federal e, mais pronunciado ainda, em relação a estados e municípios que receberam significativas transferências do Tesouro para enfrentar a pandemia mas ficaram impedidos de usá-las em gastos adicionais com pessoal principalmente.

Antecipo-me aos argumentos contrários à minha posição, que sei que virão dizendo que a previsão do FMI para 2021 é possível de ocorrer pois o crescimento da economia este ano será de quase 6% pelo efeito estatístico da comparação com a profunda recessão do ano passado. Mas respondo eu que só será possível chegar a um superávit fiscal em 2024 se o crescimento médio entre 2022 e 2023 for algo da ordem de 3 % aa. Ou seja, não é questão de opinião dizer que o comportamento fiscal subjacente à manchete é uma marcha inexorável rumo ao precipício financeiro como anunciado em meio à segunda onda da pandemia em junho de 2020.

Na minha coluna do mês passado chamei a atenção do leitor para os erros de previsão cometidos pelos principais analistas do mercado financeiro quando o segundo choque da covid nos atingiu no ano passado. O relatório do FMI - ainda não divulgado oficialmente, mas com suas principais conclusões adiantadas pelo **Valor** - mostra que os que ainda insistem em anunciar o precipício fiscal mais à frente vão errar novamente. Esta sequência de déficit fiscal de 10% do PIB em 2020 seguido de um outro de 1,7% em 2021 e um superávit em 2024 só pode ocorrer se duas condições simultâneas ocorrerem: de um lado o governo tiver o controle das despesas primárias e, de outro, se ocorrer a normalização da arrecadação de impostos em função do crescimento econômico.

Finalmente gostaria de trazer ao leitor do **Valor** um testemunho pessoal sobre as dificuldades que cercam a atividade dos responsáveis pelas contas fiscais do Tesouro Federal ao longo de seu mandato. Isto é verdade principalmente depois da criação da Secretaria do Tesouro, em 1986, no Ministério da Fazenda e a construção ao longo dos anos seguintes de uma sofisticada matriz de informações sobre a evolução do caixa do governo. Talvez estas dificuldades acabem por criar em economistas que passaram por esta experiência - como Ana Vescovi e Mansueto de Almeida - um certo pessimismo crônico sobre o comportamento das contas fiscais, como ocorreu com eles no meio do ano de 2020.

Há alguns anos escrevi uma coluna na Folha de São Paulo em homenagem a estes nossos heróis anônimos da responsabilidade fiscal. Chamava-se "A corrente de Plácido de Castro" e reportava o leitor a um fato histórico ocorrido no Acre no fim do século XIX e que levou a anexação desta região ao território brasileiro. Foi uma espécie de exército irregular formado por seringueiros da região comandado por Plácido os responsáveis pela sua anexação final em 1903.

Na batalha final de sua campanha eles usaram um navio gaiola para atacar o último reduto do exército boliviano às margens de um rio da região. Mas havia uma pesada e forte corrente de aço immobilizando a barcaça de fundo chato usada na região. Não tiveram os homens de Plácido de Castro outra saída a não ser cortar a corrente com toscas limas de aço. Para isto tinham que mergulhar no rio e começar a ação sob tiroteio dos bolivianos. Muitos morreram nesta tentativa desesperada até que finalmente conseguiram a vitória final.

Foi essa a imagem que usei para lembrar de todos aqueles que durante mais de três décadas - como Ana e Mansueto - lutaram para manter longe de nós a tão temida dominância fiscal. Talvez por isto tenham assumido agora uma atitude tão negativa sobre o nosso equilíbrio fiscal.

Luiz Carlos Mendonça de Barros, engenheiro e economista, é presidente do Conselho da Foton Brasil. Foi presidente do BNDES e ministro das Comunicações. Escreve mensalmente às segundas.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por taboola

LINK PATROCINADO

Garanta hoje em oferta e ainda frete grátis para todo o Brasil

KNEE ELITE

LINK PATROCINADO

Conheça as novas máscaras recomendadas atualmente

LOJA INTERATIVO

LINK PATROCINADO

Novidade! Cooler irá comportar todas suas cervejas!

DUBAI STORE

LINK PATROCINADO

Redes de crochê, redes big brother, redes de chita

EMPÓRIO VÓ OLÍVIA

Saiba Mais

LINK PATROCINADO

Companhias elétricas não querem que você saiba disso...

WWW.IZILIFE.COM.BR

Prefeituras aguardam pagamento de R\$ 42 bi da União

Ministérios do Desenvolvimento Regional, da Educação e da Saúde lideram pendências

Por Rodrigo Carro — Do Rio

12/07/2021 05h01 · Atualizado há 5 horas

Paulo Ziulkoski, presidente da CNM: Ministério da Economia tem assegurado o pagamento “na ponta” — Foto: Givaldo Barbosa/Agência O Globo

A União fechou o ano passado com R\$ 42,1 bilhões em despesas autorizadas, mas não pagas referentes a compromissos assumidos com municípios. Levantamento da Confederação Nacional de Municípios (CNM) indica que apenas no ano passado foram inscritos R\$ 25,4 bilhões em “restos a pagar” relacionados a esse tipo de obrigação financeira com prefeituras.

A maior parte desse montante - cerca de 60% - corresponde a despesas não processadas (não liquidadas). Em finanças públicas, a liquidação é fase anterior ao pagamento na qual é necessário comprovar a entrega do material ou a prestação do serviço adquirido.

No cômputo geral de restos a pagar relativos a obras e serviços nos municípios, o Ministério do Desenvolvimento Regional é de longe a pasta federal com mais pendências: mais de R\$ 11,7 bilhões. Em seguida, aparecem na lista os ministérios da Saúde (R\$ 5,4 bilhões) e da Educação (R\$ 5,3 bilhões). Essas três pastas concentram 53% do montante total de despesas represadas (R\$ 42,1 bilhões) até o fim de 2020.

“Educação e saúde são áreas em que o governo precisa gastar um mínimo [constitucional]. Eles empenham e não pagam”, resume Paulo Ziulkoski, presidente da CNM. Na quarta posição na lista montada pela confederação aparece o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, com um total de R\$ 1,92 bilhão em restos a pagar inscritos.

Ziulkoski reconhece que “há muitos casos” de despesas não pagas porque as prefeituras não apresentaram a documentação ou os estudos técnicos necessários. “Mas tem, também, o Ministério da Economia segurando [o pagamento] na ponta”, diz Ziulkoski para depois acrescentar que parte do passivo foi herdada de anos anteriores.

Os dados compilados pela CNM indicam também que o volume de restos a pagar quitados em 2020 foi de R\$ 11,8 bilhões. Deste total, cerca de R\$ 11 bilhões dizem respeito a despesas inscritas pela primeira vez em 2020, e R\$ 830 milhões, de anos anteriores.

Especialista em finanças públicas, o economista Raul Velloso acredita que um “acerto de contas” entre a União e as prefeituras poderia amenizar a questão dos restos a pagar referentes a obras executadas e serviços prestados nos municípios. Secretário para Assuntos Econômicos do Ministério do Planejamento no governo José Sarney, Velloso defende com veemência um aumento do gasto público como forma de compensar efeitos recessivos da pandemia.

“Por que o governo federal não paga? Porque estão querendo fazer caixa. Querem gerar um resultado fiscal e, com isto, agradar ao mercado financeiro”, afirma.

Procurada, a Secretaria do Tesouro Nacional (STN) informou que compete aos órgãos e ministérios efetuar seus pagamentos, inclusive os restos a pagar, de acordo com a definição das prioridades da pasta.

Em nota, o Tesouro esclareceu que cabe ao órgão apenas a liberação os recursos, de forma geral, atendendo a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO); os valores previstos na lei orçamentária e inscritos em restos a pagar; e ainda a cronogramas e limites de pagamentos estabelecidos no decreto de programação orçamentária e financeira.

“Cumpra ainda destacar que, compete aos órgãos e ministérios efetuar seus pagamentos observadas as dotações orçamentárias, inclusive os restos a pagar, de acordo com a definição das prioridades definidas no âmbito de cada pasta e de acordo com o atendimento de suas demandas, observados os cronogramas de pagamento de que trata o Decreto supracitado [de Programação Orçamentária e Financeira]”, informou a STN em nota, na qual recomendou o contato direto com os ministérios responsáveis pelas despesas listadas no levantamento da CNM.

“Não cabe à Secretaria do Tesouro Nacional ou ao Ministério da Economia interferir na alocação e priorização dos recursos distribuídos pelo órgão central aos órgãos setoriais”, concluiu o Tesouro na nota.

Um empenho - comprometimento de recurso orçamentário para fazer face a uma despesa - incluído na rubrica de restos a pagar não processados significa, na prática, que não houve o reconhecimento da dívida.

Pelas normas brasileiras de finanças públicas, esse tipo de restos a pagar pode sofrer bloqueio ou cancelamento, explica Rafael Bragança, sócio do escritório Daudt, Castro e Gallotti Olinto Advogados.

Restos a pagar não processados têm de ser liquidados até 30 de junho do segundo ano subsequente ao de sua inscrição, sob pena de serem bloqueados pela Secretaria do Tesouro Nacional. Na prática, isso corresponde a um prazo de 18 meses para que os municípios tomem providências para evitar o bloqueio, esclarece Bragança. **(Colaborou Edna Simão, de Brasília)**

Pressa em votar coloca riscos para a LDO 2022

A prioridade tem que ser a reconstrução do país, abatido pelo desastre natural da epidemia

12/07/2021 05h00 · Atualizado há 5 horas

Depois de meses de atraso, o Congresso finalmente instalou a Comissão Mista de Orçamento (CMO), responsável por fazer a primeira análise da importante Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). Mas o que era para ser uma boa notícia foi ofuscada por um surpreendente movimento para se votar de afogadilho o texto que é base para a elaboração do orçamento de 2022, a ser enviado em agosto.

Deputados e senadores chegaram a um acordo para votar o parecer preliminar do projeto hoje, abrindo apenas dois dias para apresentação de emendas. A intenção do comando da comissão mista é que a versão final do relatório do deputado

Juscelino Filho (DEM-MA) seja votada entre quarta e sexta-feira, dia 16, mesmo dia para se discutir e votar o tema no plenário do Congresso.

É curioso que, após três meses de atraso e do triste episódio do orçamento "fictício" aprovado para este ano, que gerou forte incerteza no mercado, a CMO discuta um calendário para discussão "a jato", com a votação de um projeto tão relevante em menos de uma semana.

Em tese, a LDO precisa ser votada até o dia 17 para o Congresso entrar de recesso entre os dias 18 e 31 de julho. Mas a única consequência de não se sair votando de afogadilho essa matéria é a não efetivação desse período de interrupção das atividades diretamente legislativas. Ou seja, os parlamentares, em tese, teriam que trabalhar em Brasília em vez de passar duas semanas na tradicional consulta às bases ou fazer um "recesso informal" de duas semanas.

Apesar do acordo da semana passada, parte dos congressistas defende que o prazo está apertado e que o melhor é que se caminhe para um recesso informal e que a matéria seja votada em agosto. Ideal mesmo seria que os parlamentares, tão generosamente remunerados pelos contribuintes, continuem trabalhando no projeto nas próximas semanas, equilibrando a necessidade de se aprovar a LDO com celeridade, mas sem atropelo e com discussão aprofundada e transparente.

Há que se convir que, em tempos ainda pandêmicos, a necessidade de recesso é no mínimo discutível. Talvez o que esteja por trás de tanta pressa após tamanho atraso sejam interesses não tão louváveis. Por exemplo, se a LDO for votada no prazo estabelecido, o Congresso vai entrar em recesso e a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), que tem prestado um grande serviço ao país revelando a sucessão de erros na gestão da crise sanitária, terá que ter suas atividades paralisadas por duas semanas.

Além disso, há risco de que o texto traga novidades que podem ser prejudiciais à responsabilidade fiscal e à transparência orçamentária, como ocorreu neste ano, sem tempo para a que sociedade se mobilize e discuta as mudanças de forma responsável.

Como recente reportagem do **Valor** mostrou, há uma preocupação na área econômica em evitar que o Congresso inclua novamente dispositivo que torna as emendas de relator-geral impositivas, como já ocorre com as individuais e de bancada. Foi esse mecanismo, vetado pelo governo, mas derrubado pelo Congresso em votação relâmpago, que abriu caminho para o desastroso Orçamento de 2021.

Dessa forma, a peça em vigência neste ano deixou uma fortuna nas mãos do relator-geral de 2021, senador Márcio Bittar (MDB-AC), com muito pouca transparência na repartição dos recursos, contrariando o princípio mais básico da boa gestão orçamentária. Além disso, forçou o governo a entrar em uma briga acirrada com o Congresso, o que gerou um impasse de semanas, custando caro para a rolagem da dívida pública e para a confiança dos investidores locais e externos.

Por se tratar da peça que dará suporte ao orçamento do ano eleitoral, é preciso atenção redobrada da sociedade. Ainda mais que, ao que tudo indica, será um ano que o teto de gastos terá uma folga extra, graças à ajuda da inflação, que reajustará o limite de despesas em R\$ 124 bilhões. Estimativas apontam que desse montante, mais de R\$ 20 bilhões poderão ser livremente alocados. É natural que a classe política fique de olho nisso.

Mais do que nunca é necessário que os parlamentares respeitem o contribuinte, moderando seus apetites eleitorais e lembrando que o país ainda está na crise do

coronavírus. Se não há espaço para morosidade, tampouco o há para atropelos. A prioridade tem que ser a reconstrução do país, abatido pelo desastre natural da epidemia, situação agravada pela má gestão do presidente Jair Bolsonaro. Interesses políticos pessoais ou mesmo de grupos não podem ser a prioridade dos representantes do povo.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por taboola

LINK PATROCINADO

Especialistas recomendam novas máscaras. Saiba mais

LOJA INTERATIVO

LINK PATROCINADO

Novidade! Cooler irá comportar todas suas cervejas!

DUBAI STORE

LINK PATROCINADO

Os potes de plástico ficaram no passado depois disso

UTILIZZY&ZIPSTOCK.

LINK PATROCINADO

Agora, os potes de plástico são coisa do passado

UTILIZZY&ZIPSTOCK.

LINK PATROCINADO

Super lanterna! Ilumine tudo a quilômetros de distância

MAX VISION

LINK PATROCINADO

Conheça as novas máscaras recomendadas atualmente

LOJA INTERATIVO



COMENTÁRIOS

Mais do Valor Econômico

Minério tem alta de 1,4% em Qingdao, cotado a US\$ 217,85 a tonelada

Proposta de Refis a município exige reajuste de alíquota previdenciária

PEC em estudo pelo governo, deputados e prefeitos permite que municípios paguem suas dívidas previdenciárias em 20 anos com parcelas limitadas a 2% da receita corrente líquida do ano anterior

Por Raphael Di Cunto — De Brasília

12/07/2021 05h00 · Atualizado há 5 horas

Governo, deputados e prefeitos discutem a renegociação de R\$ 169 bilhões em dívidas previdenciárias com a contrapartida de que as cidades que aderirem ao novo "Refis" serão obrigadas a elevar a alíquota de contribuição de seus servidores. Seria algo nos moldes do que ocorreu com o Executivo federal na reforma de 2019 - e que, até hoje, é ignorada por quatro a cada dez cidades.

Uma proposta de emenda constitucional (PEC) com esse objetivo foi apresentada pelo deputado Silvio Costa Filho (Republicanos-PE) e deve ser discutida após o recesso parlamentar na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara. O deputado Hiran Gonçalves (PP-RR) foi designado relator.

O projeto permite que as prefeituras paguem suas dívidas previdenciárias em 240 meses (20 anos), com parcelas limitadas a 2% da receita corrente líquida do ano anterior. Os prefeitos ganhariam desconto de 60% nas multas, 80% nos juros, 60% nos encargos legais e 50% nos honorários advocatícios. No caso das cidades com regime próprio de previdência, será preciso aprovar também lei municipal permitindo o refinanciamento desses débitos com os fundos municipais.

Para o autor da PEC, o parcelamento é necessário porque a pandemia derrubou receitas municipais e muitas cidades estão com os repasses do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) bloqueados. “O refinanciamento já ocorreu nos governos Fernando Henrique Cardoso e Lula, não é inédito”, disse ele. Das vezes anteriores, o Refis foi aberto por projeto de lei ou medida provisória, mas a reforma da Previdência limitou que esse tipo de dívida só poderá ser parcelada em até cinco anos.

Como contrapartida ao prazo maior e descontos, a PEC determina que os municípios com regime próprio terão que adequar a alíquota de contribuição de seus servidores à reforma feita pelo governo federal há dois anos, quando os servidores federais passaram da alíquota única de 11% para um modelo progressivo, entre 7,5% a 22%, dependendo do salário. Os prefeitos podem adotar esse modelo ou a alíquota geral de 14%.

Embora corressem risco de perder o acesso a repasses voluntários da União e terem o aval a operações de crédito bloqueado, 38% dos municípios ainda não se adaptaram às novas regras. Segundo dados da Secretaria Especial da Previdência e Trabalho do Ministério da Economia, das 2,1 mil cidades com regime próprio, 1,3 mil ajustaram a alíquota. As demais têm servidores vinculados ao Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), com benefícios e regras iguais aos da iniciativa privada.

As dívidas acumuladas são elevadas. Parte já está parcelada em Refis anteriores, parte está irregular. Os municípios e suas autarquias devem R\$ 13,5 bilhões para o INSS, além de outros R\$ 51,9 bilhões que estão sendo quitados em programas de parcelamentos - outros R\$ 10 bilhões estão em discussão administrativa ou judicial. Aqueles com regimes próprios têm dívidas de R\$ 38 bilhões em Refis e R\$ 32 bilhões irregulares com seus fundos previdenciários.

As negociações com o governo ainda estão em fase inicial, mas a ideia é bem-vista dentro do Ministério da Economia pela possibilidade de melhorar as finanças dos entes, embora cause um prejuízo financeiro no curto prazo. “O ganho atuarial seria tremendo”, disse o secretário especial de Previdência, Bruno Bianco. O governo, contudo, quer negociar ajustes no texto ao longo do debate.

As cidades e Estados que aderirem ao Refis não precisarão criar idade mínima de aposentadoria para servidores porque essa não foi uma imposição da reforma, mas a secretaria defendeu, em nota, que isso é “extremamente necessário para a melhoria da situação fiscal dos entes federativos e convergência das regras de todos os trabalhadores”.

O presidente da Confederação Nacional dos Municípios (CNM), Paulo Ziulkoski, disse que a cada quatro anos há renegociação dessas dívidas. Ele critica o Congresso por ter excluído os Estados e municípios da reforma de 2019. “Tiraram os servidores estaduais e municipais por causa de pressão, mas é muito mais difícil para o prefeito e para os vereadores, que têm contato muito mais próximo, aprovarem as mudanças.”

Reforma do IR vai dificultar planejamentos tributários

Alterações seriam “lista de desejos” da Receita Federal

Por Joice Bacelo e Beatriz Olivon — De Rio e Brasília

12/07/2021 05h01 · Atualizado há uma hora

O projeto de reforma do Imposto de Renda, encaminhado ao Congresso pelo governo federal, impede ou dificulta a adoção de ao menos nove práticas comuns hoje nas empresas, que resultam na redução de impostos e contribuições a pagar. No mercado as operações são chamadas de planejamentos tributários lícitos, por não serem vedados por lei.

Dentre as medidas listadas, especialistas alertam que o uso do ágio passaria a ser ilegal. Já a “redução de capital” e o “uso de FIPs em fusões e aquisições” teriam a tributação majorada, fechando as portas para planejamentos tributários.

Os itens compõem o que advogados têm chamado de “lista de desejos” da Receita Federal, pois costumam gerar autuações bilionárias e longas disputas entre Fisco e contribuintes, no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf) e na Justiça.

No mais recente relatório em que fala de ágio, de 2019, a Receita Federal diz ter realizado 116 fiscalizações relacionadas ao tema, e aplicado autuações que somam R\$ 56,6 bilhões.

Valor pago pela rentabilidade futura de uma empresa adquirida ou incorporada, o ágio só poderia ser usado como despesa, diminuindo a base de cálculo do IRPJ e a CSLL a pagar, em operações societárias realizadas até o fim de 2021 - segundo consta no projeto de reforma. Hoje pode ser amortizado em até cinco anos. Se a nova regra se confirmar, dizem advogados, poderá levar empresas ao Judiciário (leia mais na matéria abaixo).

Apesar de a lei atual permitir a amortização, os fiscais costumam autuar os contribuintes quando entendem que a reorganização societária teve o único objetivo de reduzir o pagamento de tributos - um planejamento tributário abusivo.

Levantamento do escritório de advocacia Mattos Filho sobre os casos que tramitaram no Carf e no Judiciário até o fim de 2020 mostra que de 164 casos de alegação analisados pela Câmara Superior, a última instância do Carf, somente cinco tiveram decisões a favor do contribuinte. O mesmo estudo mostra que havia 56 julgamentos com decisão de mérito no Judiciário, em igual período, - 29 a favor dos contribuintes e 27 desfavoráveis.

“A autoridade fiscal tem a interpretação em um sentido, o contribuinte entende de forma oposta e o ajuste vem para modificar o sistema jurídico como um todo. Não vai resolver o contencioso do passado, mas criar uma regra nova para o futuro, o que, para mim, confirma que no passado não poderia tributar”, diz o advogado João Marcos Colussi, sócio do escritório Mattos Filho.

Entre as demais operações frequentemente na mira do Fisco estão também as vendas de ativos de empresas por meio de sócios pessoas físicas. A operação faz a tributação sobre o ganho de capital decorrente do negócio diminuir de 34% para até 15%.

Na chamada redução de capital, a holding da pessoa física devolve suas cotas da empresa que será vendida para o acionista. Esse acionista, então, passa a ter o

controle direto da companhia e realiza a venda na condição de pessoa física - com tributação menor.

O projeto de reforma do governo, contudo, exige que a avaliação dos ativos na redução de capital seja feita com base no valor de mercado, geralmente bem mais alto do que o valor contábil. Consta no texto que a diferença entre o valor de mercado e o valor contábil dos bens deverá ser apurada para fins de IRPJ e CSLL pela empresa que devolver o capital ao sócio.

“O fato de existir uma regra que impõe valor de mercado certamente vai provocar redução no número dessas operações”, diz Diogo Ferraz, do escritório Freitas Leite. Segundo o advogado, os conselheiros do Carf têm sido favoráveis ao contribuinte se enxergam um propósito comercial na operação - além da redução no pagamento de tributos.

A Ss Towers, empresa de torre de celulares, por exemplo, conseguiu derrubar no conselho uma autuação de cerca de R\$ 1 bilhão.

O uso de Fundos de Investimento em Participação (FIP) para fusões e aquisições também deverá ser impactado pela reforma. Quando o negócio é fechado diretamente pela empresa, é devido 34% de IRPJ e CSLL sobre o ganho de capital. Já por meio do FIP, aplica-se alíquota estabelecida para pessoas físicas, entre 15% e 22,5%. O tributo é pago pelo acionista no momento em que ele resgata o dinheiro do fundo.

O projeto elaborado pelo governo federal diz que se o FIP não for qualificado como entidade de investimento, a tributação passa a ser a mesma das empresas a partir de 1º de janeiro de 2022. Já se for compreendido como entidade de investimento, haverá tributação automática na alienação dos ativos.

Sobre o uso do FIP, Kleber Cabral, presidente do Sindifisco Nacional, que representa os auditores fiscais do país, diz que “virou um investimento vip, quase sempre de núcleos familiares”. Para ele, o projeto arruma a legislação para não gerar mais contencioso. “Coloca conforme o que é aplicado internacionalmente”, afirma.

Em 2019, a 1ª Turma da Câmara Superior do Carf manteve uma autuação de cerca de R\$ 4 bilhões aplicada à Tinto Holding, controladora do Grupo Bertin. Este foi o primeiro caso envolvendo o uso de FIP na última instância do conselho. A cobrança se deu em decorrência da união com a JBS, no ano de 2009.

Para tributaristas, porém, a União tenta, por meio do projeto de reforma, acabar com uma série de questões que a incomoda e não consegue resolver com argumentos jurídicos. “Parece estar mais preocupada em fechar torneiras”, diz Alessandro Borges, do Benício Advogados.

Professora no Insper, pesquisadora da FGV-SP e sócia do escritório i2a Advogados, Ana Carolina Monguilod chama a atenção para uma mudança que pode afetar a vida de diretores e executivos. Hoje, a companhia que oferece as “stock options” - pagamentos feitos pelas empresas por meio de ações - aos seus funcionários pode deduzir tais valores do IRPJ e da CSLL. A proposta de reforma proíbe a dedução nos casos de funcionários fora do regime CLT.

“Vai acabar fazendo com que as empresas fiquem menos estimuladas a usar esse instrumento, que é muito importante para atrair talentos, principalmente quando a gente pensa em startups”, diz a advogada.

Há ainda uma série de outras mudanças, previstas no projeto, em torno de operações realizadas no exterior. O “ganho de capital indireto”, por exemplo, afeta empresas estrangeiras que detêm ações em companhias brasileiras. Qualquer operação societária realizada fora do Brasil vai levar ao pagamento de imposto se houver ganho de capital.

A lei atual não alcança essas operações. Mas o Fisco tenta tributar se entende ter havido abuso ou simulação, diz o advogado Erlan Valverde, do escritório TozziniFreire. “Só que do jeito que a nova regra está redigida, pega qualquer situação”, diz.

Segundo Valverde, se um grupo multinacional que tem uma estrutura societária complexa faz uma organização societária e transfere a empresa brasileira indiretamente, “vai ter que pagar o tributo mesmo que não esteja vendendo o negócio”, diz. Na visão dele, o governo “pesou um pouco a mão” nas alterações.

A Receita Federal foi procurada pelo **Valor** para comentar as mudanças previstas no projeto, mas não deu retorno.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

LINK PATROCINADO

Garanta hoje em oferta e ainda frete grátis para todo o Brasil

KNEE ELITE

LINK PATROCINADO

Conheça as novas máscaras recomendadas atualmente

LOJA INTERATIVO

LINK PATROCINADO

Novidade! Cooler irá comportar todas suas cervejas!

DUBAI STORE

LINK PATROCINADO

Redes de crochê, redes big brother, redes de chita

EMPÓRIO VÓ OLÍVIA

Saiba Mais

LINK PATROCINADO

Companhias elétricas não querem que você saiba disso...

WWW.IZILIFE.COM.BR

LINK PATROCINADO

A bota mais vendida de 2021, agora, com um super desconto!



COMENTÁRIOS

Mais do Valor **Econômico**

Minério tem alta de 1,4% em Qingdao, cotado a US\$ 217,85 a tonelada

Taxação sobre dividendos entre empresas deve cair

Riscos de acumulação de crédito e bitributação preocupam

Por Fabio Graner e Beatriz Olivon — De Brasília

12/07/2021 05h00 · Atualizado há 39 minutos



A cobrança de Imposto de Renda na distribuição de dividendos entre empresas tem grande chance de cair do texto da **reforma do Imposto de Renda** ou ao menos passar por ajustes, segundo apurou o **Valor**. A medida é polêmica e tem deixado as companhias, sobretudo as organizadas em formato de holding, como no setor de construção, muito preocupadas.

- **Leia mais: Indústria petrolífera nega 'benesses' e teme impacto no setor**

Uma das críticas levantadas pelos especialistas é a possibilidade de acumulação de créditos tributários nas companhias organizadas como holdings (na qual várias empresas estão dentro de uma organização maior). Outra é o risco de bitributação. Em suas recentes conversas com empresários, o ministro da Economia, Paulo Guedes, ouviu várias reclamações sobre isso e sinalizou que deve modificar esse capítulo da reforma.

O problema é que a proposta do governo prevê a incidência de 20% de IR na distribuição de dividendos em todas as situações, inclusive quando há distribuição entre empresas e não somente quando vai para os acionistas pessoas físicas (PF). Esse tributo recolhido no repasse intra-companhias torna-se um crédito que poderá ser aproveitado (descontado) do imposto que incidirá quando finalmente a holding distribuir seu lucro para as PF.

- **Leia mais: Reforma do IR vai dificultar planejamentos tributários**

A leitura dos especialistas é que as empresas não conseguirão aproveitar todo esse crédito porque o valor de dividendos para os sócios PF tende a ser menor do que o distribuído dentro da holding. Além disso, em geral, o volume distribuído de dividendos é menor do que todo o lucro obtido pela holding, dificultando o aproveitamento do crédito. Outra hipótese de acumulação de crédito é no caso de a companhia demorar para transferir lucro às PF, quando há, por exemplo, reinvestimento do lucro da holding.

“Uma parte do lucro vai ficar represado a título de imposto nas holdings”, avalia Elizabeth Libertucci, especialista e sócia do escritório de mesmo nome. “É muito crédito que será gerado se houver tributação sobre dividendo [entre empresas]. A base de cálculo sobre o dividendo distribuído é muito menor do que sobre o lucro gerado”, explicou.

- **Leia mais: Proposta de “fim do ágio” poderá gerar novas discussões judiciais**

Ela aponta uma série de problemas na proposta do governo e destaca que hoje, na prática, o acionista é tributado quando o governo retém o IRPJ/CSLL de 34%, já que essa alíquota é maior do que a praticada no mundo. No entendimento dela, o formato atual é como se o governo antecipasse o tributo sobre o dividendo do acionista, na origem do recurso, ao taxar o lucro com IRPJ/CSLL maior do que a

média internacional. E que a mudança proposta com os dividendos, na prática, significa a Receita adiar esse recolhimento. Para Elizabeth, as alíquotas também estão mal calibradas e no final, se não tiver ajustes haverá aumento de carga.

Também crítico da proposta, o ex-secretário especial da Receita, Marcos Cintra, concorda que deve haver acumulação de créditos tributários no desenho proposto. Ele lembra que setores como o de construção estão estruturados em diversas Sociedades de Propósitos Específico (SPE), que transferem os recursos para suas holdings.

“Quando a empresa fonte distribui o recurso para a holding, ela será obrigada a reter o imposto. E ele só poderá ser abatido quando chegar na pessoa física. Mas parte desse dinheiro não será distribuída, será investido”, disse Cintra. “É o efeito ‘lock in’, o dinheiro fica preso lá dentro e não pode aproveitar porque não poderá usar o crédito para outros impostos. São coisas que não pensaram [na Economia]”.

Para Alessandro Borges, tributarista do Benício Advogados, o texto do governo cria uma tributação “em cascata”. “Eu posso ter duas ou três incidências de tributação de IR sobre dividendos, em cada fase vai sendo comido o valor. Da forma como está (o texto do PL) muitos conglomerados empresariais terão que se desaparelhar, quebrar a cadeia societária e diminuir esse caminho [que os dividendos fazem]”, disse.

Ele aponta que isso interessa à fiscalização da Receita. “Agora a Receita simplifica a vida dela, mata dois coelhos com uma cajadada só, tributa e elimina uma estrutura que ela não gosta”, afirmou.

André Gomes, sócio da área de tributário do escritório Souto Correa, aponta que o desenho é muito nocivo porque não há livre compensação do crédito gerado. “Deveria haver outra forma de compensar os valores, alguma forma de aproveitar o tributo que fica represado. A subsidiária pode fazer a compensação, mas só do que ela perpetuar na sua distribuição de dividendos. É um modelo muito fechado. Já existe uma forma de compensação na proposta mas não é perfeita e desestimula estruturas mais sofisticadas”, disse. A alternativa, diz, será a simplificação de suas estruturas.

Alamy Candido, sócio de escritório de mesmo nome, vai na mesma direção e diz que, se a ideia é trabalhar com crédito tributário, deveria ser permitido se compensar com qualquer tributo. “A ideia do crédito funciona bem, mas se a empresa reinveste, ela deveria poder compensar com outros tributos. Sem isso pode gerar acumulação”, afirmou.

Procurada pela reportagem para comentar as críticas sobre a possibilidade de acumulação de créditos, a Receita Federal se limitou a dizer: “A tributação intra-grupo é flexibilizada pelo crédito que é concedido. É importante destacar que o crédito não tem prazo para ser usufruído. Assim, a holding poderá utilizá-lo nos períodos futuros, quando realizar a distribuição dos dividendos”.

O relator do projeto de reforma do IR, deputado Celso Sabino (PSDB-PA), disse ao **Valor** que, mesmo com a criação de um grupo de trabalho entre Economia e empresários, ele deve apresentar um relatório preliminar com diversos ajustes no texto original. Segundo ele, seu texto deve gerar redução de carga tributária e retirar uma série de medidas que a Receita colocou para tentar vedar planejamento tributário pelas empresas. O presidente da Câmara, Arthur Lira, também disse que muita coisa da Receita será retirada.

Saiba Mais

[‘Governo propõe reformas abaixo do prometido’](#)

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

LINK PATROCINADO

Novidade! Cooler irá comportar todas suas cervejas!

DUBAI STORE

LINK PATROCINADO

Conheça as novas máscaras recomendadas atualmente

LOJA INTERATIVO



Por Assis Moreira

É correspondente do Valor em Genebra desde 2005. Cobriu 20 v... [ver mais](#)

Taxação verde e as boas intenções

Europa quer dar o tom da descarbonização

12/07/2021 05h01 · Atualizado há 5 horas

Em Veneza, cidade-monumento ameaçada de ser tragada pela progressiva elevação nos níveis do mar, em consequência do aquecimento do planeta, os ministros de finanças das maiores economias desenvolvidas e emergentes, que formam o G20, falaram - e muito mesmo - de mudança climática e taxaço.

Pela primeira vez na história desse grupo central na governança econômica global, os ministros mencionaram em comunicado final, no sábado, o preço do carbono

como um instrumento possível na luta contra a mudança climática e perda de biodiversidade e para proteção do meio-ambiente.

| Europa quer dar o tom da descarbonização

Aplicar um preço nas emissões de CO2 é considerado por especialistas como um dos mecanismos fortes para fazer os poluidores pagarem pelos estragos que causam, e incitar produtores e consumidores a mudar de comportamento. À medida em que o preço do carbono aumenta, as tecnologias verdes serão mais e mais utilizadas.

Uma drástica redução das emissões de gases de efeito estufa requer preço do carbono de pelo menos US\$ 75 por tonelada - e o preço médio, onde isso existe, é de US\$ 3 hoje, segundo dados apresentados em evento do G20.

A Europa quer dar o tom rumo à descarbonização da economia, com cuidado para manter proteção de sua indústria. O comissário de Economia da UE, Paolo Gentiloni, confirmou aos parceiros que a UE vai apresentar quarta-feira o "Fit for 55", plano para reduzir drasticamente as emissões de carbono em 55% até 2030 (comparado a 1990) e alcançar a neutralidade carbono em 2050. A partir daí, o bloco europeu não deverá jogar na atmosfera mais gás de efeito estufa do que reservas naturais e artificiais são capazes de absorver.

Para Gentiloni, “tributação verde é agora ou nunca, é uma chance de ir adiante”. O “grande pacote” terá três elementos principais: a extensão do sistema de quotas de emissões de CO2 a novos setores, como transporte marítimo; a revisão da diretiva de tributação de energia, que tem 20 anos e paradoxalmente incentiva os combustíveis fósseis; e um mecanismo de ajuste de carbono na fronteira (CBAM, na versão em inglês), que é a taxa carbono. Isso tudo aponta para maior preço do carbono no mercado europeu.

A Europa pretende introduzir a taxa carbono em 2023, para limitar ao máximo as emissões de produtos como aço, cimento ou fertilizante fabricados em condições ambientais não satisfatórias. Vários países suspeitam de protecionismo europeu. E os europeus dizem que o comércio será cada vez mais subordinado às regras climáticas, e não o contrário. Gentiloni justificou a taxa carbono para frear o risco de “carbon leakage”, pela qual companhias deslocam fábricas para países onde os custos de poluir são menores. E reiterou que não será criada discriminação contra o produto estrangeiro, porque “vamos colocar o mesmo preço para produção doméstica e para produtos importados”.

A ministra de finanças do Canadá, Chrystia Freeland, quer trabalhar com os europeus sobre a taxa carbono. O Canadá, que tem ambições verdes, é o terceiro maior exportador mundial de petróleo, e tem agora um preço de carbono nacional, de US\$ 40 a tonelada atualmente, passando a US\$ 50 em 2022 e pulando a US\$ 170/t em 2030.

Mas a ministra lembrou seu ditado favorito, de que “nenhuma boa ação fica impune” (no good deed goes unpunished). Os canadenses constataram que adoção de preço do carbono não seria tão cedo compartilhada por parceiros comerciais. E as preocupações canadenses com “carbon leakage” são muito reais “e estão se tornando domesticamente mais e mais intensas”. A ministra apontou risco de reações negativas nas agendas ambientais com sistemas que “existem em um vácuo em nível nacional”.

Se o custo de carbono não é universal, isso ameaça penalizar no curto prazo zonas econômicas que acrescentaram o preço de CO2 a seu custo de produção e que tem efeito sobre consumidores, especialmente os mais vulneráveis.

Nesse contexto, o ministro de finanças da França, Bruno Le Maire, propôs a criação de um piso global do preço do carbono. “Todos sabemos as dificuldades políticas de ter o mesmo preço global do carbono em todo o mundo, então vamos esquecer isso por enquanto, porque não podemos alcançar esse objetivo”, argumentou. Ter um piso global seria um bom ponto de partida para os países do G20 acelerarem a transição para “uma completa revisão de nossos modelos econômicos”. A proposta foi recebida sem entusiasmo.

Os EUA voltaram à discussão sobre clima. Mas taxa carbono não tem apoio da base democrata. O argumento é de que pesaria demais sobre os pobres e minorias raciais. Em Veneza, a secretária do Tesouro, Janet Yellen, defendeu que há diferentes caminhos para os países alcançarem a descarbonização, bem além de sistemas de preço explícito do carbono. Ela martelou que “qualquer sistema de ajuste de carbono nas fronteiras se concentre no grau em que as políticas climáticas de um país reduzem as emissões e, portanto, o conteúdo de carbono, em vez de se concentrar apenas no preço explícito do carbono”.

Para os EUA, é importante que sejam reconhecidas medidas que os países estão tomando para enfrentar a mudança climática e se evitar políticas para enfrentar carbon leakage “que, inadvertidamente, criam novos riscos e repercussões internacionais”. Segundo Yellen, Washington examina uma série de políticas para reduzir as emissões que poderiam proporcionar um ponto de comparação útil com os preços do carbono de outros países.

Maior emissor mundial de gases de efeito estufa, a China teve participação virtual, e discreta, no G20, mas avisou que trabalha na descarbonização de sua economia.

Há preços e regimes de carbono altamente fragmentados. Mas tributação pode ajudar. Os países no G20 parecem propensos a se apoiar num mix de instrumentos para reduzir emissões em diferentes velocidades. O potencial de fricções é forte, envolvendo competitividade e como e quais países deverão suportar o maior peso para tratar da questão climática, que exige mudanças profundas nas economias.

Assis Moreira é correspondente em Genebra. Excepcionalmente, deixamos de publicar a coluna de Sérgio Lamucci
E-mail: assis.moreira@valor.com.br

‘Governo propõe reformas abaixo do prometido’

Governo e Congresso buscam ‘trofeus’ para dizer que a agenda liberal avança, diz Ana Carla Abrão

Por Alex Ribeiro — De São Paulo

12/07/2021 05h00 · Atualizado há 5 horas

Ana Carla: “Guedes tem insistido que não há aumento de carga, mas pode ser que haja. É muito difícil esse cálculo” —
Foto: Claudio Belli/Valor

A economista Ana Carla Abrão Costa, head do escritório da Oliver Wyman no Brasil, diz que o governo e o Congresso estão propondo e aprovando propostas muito abaixo do prometido e do necessário apenas para ter “troféus” políticos e a narrativa de que a agenda liberal está andando, como no caso da privatização da Eletrobras e das reformas administrativa e tributária.

“O governo se elegeu com uma pauta liberal, reformista, mas o que o que a gente acaba tendo é sempre o encaminhamento ao Congresso de muito menos do prometido e necessário”, diz Ana Carla, que fez uma carreira em instituições financeiras e foi secretária de Fazenda de Goiás.

“

Vejo manifestações muito positivas sobre o quadro fiscal e sobre crescimento. Estou na ponta pessimista”

Para ela, a proposta do governo para a reforma tributária é uma não-reforma porque não toca nos pontos essenciais para garantir maior eficiência e justiça. “[O governo] ficou encucado na nova CPMF”, diz. “Essa era a reforma tributária do governo, que, vamos combinar, não é uma reforma.” Ana Carla considera que o governo falha ao não ter priorizado a proposta de criação de um Imposto sobre Valor Agregado (IVA) federal a partir das propostas que já estava madura no Congresso. Na reforma do Imposto de Renda, peca de novo por não eliminar distorções e brechas para o planejamento tributário e não vai a fundo na tributação de dividendos para criar um sistema mais justo que o atual.

“O governo deu tudo que se pediu para poder ter a narrativa de privatização da Eletrobras”, sustenta. “Isso é fruto de um governo que está muito enfraquecido politicamente.” A economista vê risco de retrocesso semelhante na Proposta de

Emenda Constitucional (PEC) da reforma administrativa. “Essa PEC bota um troféu para o presidente [da Câmara], Arthur Lira (DEM-AL), o ministro [da Economia] Paulo Guedes vai dizer que aprovou a reforma administrativa, mas na verdade nada muda.”

“

No ano que vem [o superávit primário dos Estados], vai virar pagamento de salário, não tem menor dúvida”

Ana Carla não compartilha do otimismo de economistas do mercado financeiro sobre a melhora das contas públicas, que estão revendo para baixo as suas projeções para o crescimento da dívida pública. “Do ponto de vista fiscal, o que vai ajudar muito é a inflação, diz. “Embaixo disso, os problemas continuam.”

Abaixo, os principais trechos da entrevista.

Valor: *A sra. vem criticando a proposta de reforma tributária e a agenda de reformas em geral do governo. Por quê?*

Ana Carla: Ninguém questiona a relevância de uma reforma tributária. Temos um sistema regressivo, injusto, que gera ineficiências econômicas enormes. O governo se elegeu com uma pauta liberal, reformista, mas o que o que a gente acaba tendo é sempre o encaminhamento ao Congresso de muito menos do prometido e necessário. Isso mostra uma descoordenação no governo, que não consegue convergir em uma proposta ampla nos temas de campanha de Bolsonaro e do ministro Paulo Guedes.

Valor: *Mas a reforma previdenciária não foi além do esperado?*

Ana Carla: A reforma previdenciária já vinha de uma discussão bastante adiantada. O governo acabou apresentando uma nova proposta que foi encampada pelo Congresso, liderada pelo deputado Rodrigo Maia e, de fato, o resultado foi positivo. Mas credito pouco ao governo. Acabou sendo a evolução natural de algo que já estava pronto.

Valor: *Qual é o problema com a reforma tributária?*

Ana Carla: Estamos caminhando para o final do terceiro ano de governo, que ficou encucado na nova CPMF. Essa era a reforma tributária do governo, que, vamos combinar, não é uma reforma. A partir daí foram se construindo pedaços de reformas, enquanto já tínhamos no Congresso uma reforma importante, que é a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) nº 45, que cria o Imposto sobre Valor Agregado (IVA) federal. Em vez de trabalhar essa reforma, que estava lá, e complementá-la com a reforma do Imposto de Renda para a busca da progressividade, o governo começou a fatiar, enviar pedaços de reforma. Mandou a unificação da PIS e Cofins, agora mandou a reforma do Imposto de Renda de Pessoa Física e Pessoa Jurídica, de forma absolutamente atrapalhada. Enquanto a gente já tinha, como na Previdência, um ambiente de discussão em torno de uma proposta que é inclusive mais ambiciosa. Mexia com ICMS, um processo complicado, porque você está mexendo com a federação como um todo e com os interesses dos mais diversos. Entendo que governo acha que o ICMS é um problema dos Estados, não é um problema federal. Não quer colocar a mão ali. Na verdade, óbvio que é um problema federal. É um problema federativo, portanto é um problema que o governo federal precisa enfrentar.

Valor: *Como a sra. vê a proposta sobre o Imposto de Renda?*

Ana Carla: A proposta foi indo por partes, num processo que, no final das contas, foi liderado pela Receita Federal. Sabemos que a Receita tem, legitimamente, um viés arrecadatório, mas não necessariamente olha o todo. E deu no que deu. Uma reforma que eu chamo de não reforma, porque na verdade ela já nasce com os problemas, embora ela tenha a boa intenção de criar a progressividade. Você tem, por exemplo, no caso de tributação de dividendos, que talvez seja o ponto mais polêmico da proposta, a isenção dos R\$ 20 mil. Em princípio, parece uma isenção que faz sentido, afinal de contas tem um caráter de progressividade. Quando você olha o que isso de fato gera do ponto de vista econômico, percebe um incentivo para que as empresas se fragmentem, para que elas não cresçam tanto. O resultado não está necessariamente alinhado ao objetivo. É a brecha para fazer planejamentos tributários, que levam à regressividade, que leva ao contencioso tributária absolutamente volumoso no Brasil e que leva a incentivos ruins do ponto de vista de eficiência econômica e de crescimento.

Valor: *Houve motivação eleitoral no reajuste da faixa de isenção do Imposto de Renda?*

Ana Carla: Isso foi uma promessa de campanha do presidente. Então, não tenho dúvida que está se buscando uma narrativa para confirmar que afinal de contas o governo está olhando para os mais pobres. Mas vem atrasado. Quando você corrige pela inflação a tabela de Imposto de Renda, isso já deveria ter sido feito lá atrás. Na verdade, isso dá uma narrativa para o governo de que fez, de que entregou, de que foi justo. Tinha que ser feito? Tinha. Veio atrasado? Veio.

Valor: *Houve aumento da carga tributária?*

Ana Carla: O ministro Paulo Guedes tem insistido que não há aumento de carga tributária, mas pode ser que haja. É muito difícil se fazer esse cálculo, tendo em vista inclusive que, como você cria as distorções e possibilidades de planejamento tributário que você não necessariamente antecipa, é muito difícil você hoje dizer que é neutro do ponto de vista de carga tributária. Agora, no papel, eu também não tenho dúvida de que há aumento de carga tributária, em particular na composição de imposto das pessoas jurídicas.

Valor: *A Receita sustenta que a reclamação sobre o excesso de tributação nas empresas não procede porque a pessoa física e a pessoa jurídica são contribuintes distintos. Faz sentido?*

Ana Carla: Mais um motivo então para se fazer de forma diferente do proposto. Por que não se leva a tributação de dividendos para o Imposto de Renda de Pessoas Físicas? Aí sim se impõe uma progressividade e fecha-se inclusive o ponto maior do argumento da Receita, que são os super-ricos, que têm rendas enormes de dividendos e não pagam impostos sobre esses dividendos.

Valor: *Quais deveriam ser as prioridades para avançar na eficiência do sistema?*

Ana Carla: Não dá para pensar uma reforma tributária sem olhar o ICMS. Fui secretaria de Fazenda de Goiás, e não conseguia fazer uma reunião para discutir ICMS sem ter pelo menos três técnicos da receita estadual comigo para que eles

pudessem exaurir a explicação sobre uma alíquota específica de um produto que vai ser produzido em Goiás e vendido em São Paulo ou Pernambuco. Inclusive, porque se é para São Paulo ou Pernambuco, são questões completamente distintas. Sou oriunda de um Estado que se desenvolveu graças aos incentivos fiscais, lá atrás. Difícil imaginar que Goiás se industrializasse no ritmo que se industrializou sem os benefícios fiscais. À medida em que outros Estados foram entrando nessa guerra, e entrando de forma muito agressiva, você começa a criar distorções absurdas. Como secretaria de Fazenda, recebia empresários interessados em investir em Goiás e me traziam três papéis: “olha, o Mato Grosso também está dando isso, o Paraná, Pernambuco. O que Goiás me oferece para eu decidir onde vou me instalar?” Você inverte a lógica econômica.

Valor: *O mercado financeiro ficou mais otimista com a situação fiscal. De fato melhorou?*

Ana Carla: Estou na ponta pessimista. Eu vejo manifestações muito positivas de colegas meus, tanto sobre o quadro fiscal quanto sobre crescimento. Tenho focado numa questão que acho que, ao longo de muitos anos, os economistas olharam menos, que é a questão distributiva, a concentração de renda, a desigualdade de renda no Brasil. Ótimo, vamos crescer 5%, mas ainda concentrando renda. Isso é positivo? Poderia ser pior, crescendo menos e concentrando. Mas eu não consigo celebrar esses 5%. Da mesma forma, do ponto de vista fiscal, o que vai ajudar muito é a inflação, que do ponto de vista de secretário e ministro da Fazenda sempre é um grande aliado. Graças ao teto de gastos, houve uma desaceleração no crescimento das despesas obrigatórias, o que é positivo, mas para mim isso é superfície. Por que, embaixo disso, os problemas continuam. Estamos num sistema de alocação de gastos, de recursos públicos, muito ruim. A despesa de pessoal continua consumindo cada vez mais recursos. E, obviamente, a inflação é, de todos, o mais perverso dos mecanismos de penalização dos mais pobres. Ou seja, estruturalmente o país continua piorando do ponto de vista fiscal. Mas pelo menos temos o teto.

Valor: *Os funcionários estão tendo uma redução real de salários. Isso pode ser uma solução para esse item de despesa?*

Ana Carla: Em qualquer janela que você corta [os dados sobre] os gastos com pessoal, funcionários ativos, salários e benefícios, ainda temos crescimento real. Embora não se tenha dado aumentos, a Lei nº 173, que deu socorro aos Estados na pandemia, tinha brechas, ainda assim houve concursos públicos, promoções e progressões automáticas. O crescimento é menor do que foi no passado, mas continua crescendo. O problema da despesa de pessoal do setor público é menos um problema do salário. Tem, sim, [o problema] no topo, nas castas, que o que vai resolver é o projeto de supersalários, não é necessariamente a reforma administrativa, embora ajude. O problema está no topo e nos salários de entrada, que achatam muito a carreira. Mas, mesmo com inflação, o modelo continua aí. Só será contido de forma estrutural com uma reforma administrativa que olhe para o servidor desde já. Não pode esperar, como a proposta do governo faz, 40 anos para a gente virar toda a força de trabalho para um outro sistema. Vamos lembrar que ano que vem é eleitoral. Os efeitos da Lei nº 173, que veda aumento de salários, acaba. Você imagina a pressão que haverá para aumentos salariais.

Valor: *O superávit primário dos Estados tem surpreendido neste ano. Ele se sustenta?*

Ana Carla: A crise dos Estados emergiu em 2015 de forma mais evidente, mas já vinha de muito tempo. Estamos agora completando, diria, uma década de problemas fiscais nos Estados. Quando se olha os números deste ano, realmente estão muito contaminados. Primeiro, houve uma transferência de recursos no ano passado em função da pandemia, que foi muito além do que seria, ex-post, a perda de arrecadação que os estados teriam. Os cálculos se mostraram superestimado. Os gastos de saúde realmente foram maiores, mas por outro lado outros gastos, como educação, também sofreram menos pressão. Em 2021, a recuperação veio forte. A queda de ICMS, mais uma vez, também não ocorreu como se temia, na segunda onda da pandemia. Na verdade, vários Estados tiveram inclusive aumento de arrecadação. Junte-se a isso que vários Estados têm liminares que permitem não pagar o serviço da dívida para a União ou aderiram a regimes de recuperação fiscal no âmbito da Lei nº 178. Mas as questões estruturais que levaram à crise dos Estados - não precisa usar o plural, a questão é a despesa de pessoal - continuam iguais. Não ser por um único Estado, que o Rio Grande do Sul, onde o governador Eduardo Leite fez uma reforma administrativa estrutural. Tivemos outras iniciativas

anteriores em outros Estados. Mas no geral o modelo continua o mesmo e vai continuar gerando um crescimento de despesas.

Valor: *E o que vai acontecer com esse superávit acumulado?*

Ana Carla: No ano que vem, vai virar pagamento de salário, não tem menor dúvida. Hoje qualquer sobra nos Estados acaba sendo consumida no pagamento de salários.

Valor: *A aprovação da MP da Eletrobras é um sinal de que as privatizações estão andando?*

Ana Carla: Para nós, economistas, é fundamental que você desenhe uma proposta ideal, conceitualmente, nos detalhes, como eficiência, arrecadação, maximização do valor. E você tem aquilo que é politicamente possível. O que você tem que buscar é a intersecção entre o projeto ideal e o que é politicamente possível. E tem situações em que essa intersecção é um conjunto vazio. Então é melhor você trabalhar o melhor momento político para ir achando essas áreas de sobreposição. O que eu acho que aconteceu na Eletrobras é que não teve área de sobreposição quase. Você pagou um custo alto para privatizar, e a conta vai cair no consumidor, exatamente quem você queria proteger. A privatização era para justamente, como no caso da Telebras, ter uma energia mais barata, mais eficiente. Isso não conseguimos. Então o governo deu tudo que se pediu para poder ter a narrativa de privatização da Eletrobras. Isso é fruto de um governo que está muito enfraquecido politicamente. E que, portanto, distribuiu benesses para garantir uma narrativa de que alguma coisa privatizou. Mas, sinceramente, eu também não consigo celebrar esse resultado porque o custo não valeu o benefício. Era melhor esperar um momento politicamente mais propício. É o mesmo temor que eu tenho hoje com a reforma administrativa.

Valor: *Por quê?*

Ana Carla: O governo e o presidente da Câmara, Arthur Lira, têm vendido a reforma administrativa como uma panaceia. O relator Arthur Maia entendeu claramente que as coisas não são na virada de chave. A reforma administrativa, em particular esse

projeto estranho que o governo colocou no Congresso, se aprovado fosse, o que tenho minhas dúvidas, é só o começo do jogo. O governo colocou a bola no meio do campo e, se aprovar essa PEC, ele apitou o começo do jogo. O resultado desse jogo ainda depende de todas as regulamentações que tem que vir dessa PEC. Tendo em vista o viés corporativista do presidente da República, ele pode, como feito na Eletrobras, distribuir benesses. Inclusive constitucionalizando, tendo em vista que essa foi a peça legislativa adotado pelo governo. Constitucionalizando questões que não podem estar na Constituição. Ou seja, os outros 90 minutos de jogo podem ser comprometidos, inclusive piorando o que já é muito ruim. Confesso que, embora tenha nos últimos cinco anos defendido de forma veemente uma reforma administrativa, tenho medo e acho que talvez inclusive seja melhor que não façamos a discussão da reforma administrativa nas condições políticas atuais. Essa PEC bota um troféu para o presidente Arthur Lira, o ministro Paulo Guedes vai dizer que aprovou a reforma administrativa, mas na verdade nada muda.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

LINK PATROCINADO

Conheça as novas máscaras recomendadas atualmente

LOJA INTERATIVO

LINK PATROCINADO

Novidade! Cooler irá comportar todas suas cervejas!

DUBAI STORE

LINK PATROCINADO

A bota mais vendida de 2021, agora, com um super desconto!

BOTA CATERPILLAR

[Ver Ofertas](#)

LINK PATROCINADO

Meia ortopédica indicada para deformidades dos pés, como hálux valgo, joanetes, problemas plantares

CLICOUecomPROU

LINK PATROCINADO

Dor nos joelhos? Faça isso todos os dias

LINK PATROCINADO

Cabe no porta-mala: Mesa dobrável com banco por R\$99

PRATICIDADE JÁ

Após reunião do G-20, UE deve adiar imposto digital

A decisão, se confirmada, ocorreria na sequência do endosso dado pelos ministros do G-20, no fim de semana em Veneza, a um acordo fiscal histórico para estabelecer uma alíquota mínima global de imposto e reformular os direitos de taxação

Por Sam Fleming, Javier Espinoza e Miles Johnson — Financial Times, de Bruxelas e Roma

12/07/2021 05h00 · Atualizado há 5 horas

Bruxelas adiará para o quarto trimestre seus planos de implementar um polêmico imposto digital, visando aumentar as chances de um acordo mundial de reforma da taxação sobre as empresas.

A decisão, se confirmada, ocorreria na sequência do endosso dado pelos ministros do G-20, no fim de semana em Veneza, a um acordo fiscal histórico acertado pelos países do G-7 (grupo das sete maiores economias ricas) no mês passado para

estabelecer uma alíquota mínima global de imposto e reformular os direitos de taxação.

A Comissão Europeia vem sendo fortemente pressionada pela secretária do Tesouro dos EUA, Janet Yellen, a engavetar sua proposta de imposto digital, de acordo com pessoas a par das discussões.

Bruxelas deveria apresentar sua proposta para o tributo digital nesta semana, mas já havia adiado a iniciativa para o dia 20.

“A comissão está refletindo como respaldar o histórico acordo do G-20. Nesse contexto, estamos examinando um possível adiamento da proposta detalhada sobre o imposto digital”, disse uma autoridade europeia, ressaltando que uma decisão ainda não foi tomada e que a questão será discutida hoje entre a presidente da comissão, Ursula von der Leyen, e Yellen. A secretária do Tesouro dos EUA também deverá abordar o tema em encontro com os ministros das Finanças da zona do euro.

A perspectiva de um adiamento foi saudada por Pascal Saint-Amans, diretor de política fiscal da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). “O adiamento do imposto digital da UE é boa notícia”, disse. “É mais sensato esperar a finalização do acordo e não arriscar uma desestabilização, com complicados processos legislativos em curso.”

A Comissão Europeia recebeu em julho passado ordens dos líderes da UE de formular um imposto digital como parte de um conjunto de medidas fiscais destinadas a captar novas fontes de receita a fim de contribuir para que ela quitasse os € 800 bilhões que deverá captar para seu fundo de recuperação.

A ideia do imposto digital despertou forte oposição da parte de Washington, que teme que a atitude da UE de agir por conta própria ameace a negociação global fiscal. Qualquer tributo que pareça voltado para as empresas de tecnologia corre o risco de provocar uma reação do Congresso dos EUA, o que dificultaria a tarefa do governo Biden de conseguir a aprovação de uma reforma fiscal mais ampla.

Autoridades da UE enfatizam que a proposta digital será diferente de um plano de 2018 em torno de um imposto voltado para as maiores empresas de tecnologia - medida que acabou sendo abandonada devido à oposição de países-membros de menor porte. Em vez disso, a Comissão Europeia tem dito que terá potencialmente como alvos centenas de empresas com operações digitais - em vez de focar especificamente nas gigantes de tecnologia americanas.

Os ministros das Finanças do G-20 reunidos em Veneza conclamaram “todos os membros da OCDE... que não aderiram ao acordo a fazê-lo”. Fizeram um apelo a todos os países participantes das negociações para que “abordem rapidamente os problemas remanescentes e finalizem os elementos do projeto” até a próxima reunião do G-20, marcada para outubro.

Entre eles estão diversos acordos parciais que permitirão que alguns países optem por não aderir a partes do pacto a fim de estimular os investimentos.

Yellen disse que o G-20 tentará atrair países que não aderiram, como a Irlanda e a Hungria, a aceitar o acordo, mas acrescentou que a adesão desses países não é condição para se avançar na questão.

Bruno Le Maire, o ministro das Finanças da França, qualificou o acordo de “revolução fiscal que ocorre uma vez em um século”.

Os próximos passos para a reunião de outubro do G-20 será fixar uma alíquota mínima de imposto que seja aceita mundialmente e estabelecer como será

distribuída, entre os países, a receita da taxaço. **(Colaborou Emma Agyemang)**

Want to read more from the FT? Sign up for a free corporate trial for you and your team at: www.ft.com/am730.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

LINK PATROCINADO

Garanta hoje em oferta e ainda frete grátis para todo o Brasil

KNEE ELITE

LINK PATROCINADO

Conheça as novas máscaras recomendadas atualmente

LOJA INTERATIVO

LINK PATROCINADO

Novidade! Cooler irá comportar todas suas cervejas!

DUBAI STORE

LINK PATROCINADO

Companhias elétricas não querem que você saiba disso...

WWW.IZILIFE.COM.BR

LINK PATROCINADO

Os potes de plástico ficaram no passado depois disso

UTILIZZY&ZIPSTOCK.

LINK PATROCINADO

Agora, os potes de plástico são coisa do passado

UTILIZZY&ZIPSTOCK.

 **COMENTÁRIOS**

Mais do Valor **Econômico**

Minério tem alta de 1,4% em Qingdao, cotado a US\$ 217,85 a tonelada

Veículo: O Estado de S. Paulo	
Data: 10 a 12/07/2021	Caderno: Economia



Reforma tributária exige reforma ética

Ricardo Viveiros*

12 de julho de 2021 | 09h15

O Sistema Tributário Nacional foi instituído com a publicação da Emenda Constitucional nº 18 de 1965 à Constituição criada em 1946, momento que gerou a última grande Reforma Tributária no Brasil. Ou seja, desde que sou jornalista – lá se vão 55 anos – ouço falar nesse assunto. Porque, desde sempre, não foi feito o que deveria ser feito. Apenas “emendas”. Não é com remendos que se faz algo assim, de tamanha relevância para a vida das pessoas, para o desenvolvimento do País.

Você sabe quantas propostas de reforma tributária passaram pela Câmara Federal e pelo Senado nos últimos 55 anos? Não. Pois é, também desconheço. Embora atento ao tema, perdi a conta ao longo do tempo. Entretanto, saiba que apenas hoje o poder legislativo nacional brasileiro analisa mais de 100 propostas de alterações de impostos que tramitam, de modo fatiado, no Congresso.

Nesta oportunidade em que corre no parlamento federal mais uma Proposta de Reforma Tributária, é importante adequá-la à meta do crescimento econômico, desonerando a produção na medida do possível. Antes de tudo, torna-se imprescindível entendê-la como oportunidade de minimizar um dos mais graves problemas brasileiros: a corrupção no setor público. Não haverá política fiscal capaz de conciliar a receita de impostos com as necessidades de custeio e investimento dos governos, enquanto boa parte do dinheiro arrecadado estiver indo para os bolsos dos políticos desonestos.

Exemplo lamentável dessa criminoso cultura crônica que há décadas é praticada nos três níveis do poder executivo brasileiro, podemos observar nas ações da Controladoria-

Geral da União (CGU). O organismo identifica fraudes em licitações de inúmeros cidades de todos os estados do País. Em média, pasme, mais de 80% das prefeituras pesquisadas apresentam problemas suspeitos. Essa estatística preocupa, pois a perspectiva do ponto de vista percentual no universo de 5.570 municípios no País aponta um cenário grave. Sem falar dos estados e do Governo Federal.

A maioria das concorrências públicas são sobre elevadas despesas com obras de saneamento básico, asfaltamentos, construções de escolas, postos de saúde e hospitais, e muito na terceirização de serviços – este segmento um recorrente foco de desvios. Honestidade e eficiência nesses gastos são garantia de uso adequado de recursos, por consequência da menor necessidade de tributação da sociedade. Constante fúria arrecadatória, corrupção e irresponsabilidade fiscal constituem o mais cruel inimigo da economia brasileira. Na verdade, matam pessoas como, agora, vimos nas compras governamentais de equipamentos, insumos e vacinas para o combate à Covid-19.

Diante da dimensão do problema, a mídia tem cumprido seu papel de revelar lamentáveis fatos à sociedade, permitindo que todos fiscalizem a aplicação do dinheiro público. Os jornalistas têm sido vítimas constantes de agressões e tentativas de desqualificação, quando administradores públicos reclamam não receber elogios e rejeitam críticas, denúncias. Como sempre digo, a imprensa existe para governados, não para governantes. Político que é honesto, capaz e trabalhador não faz mais do que sua obrigação. Não quer aplausos, não teme comentários. Seus atos são sua melhor campanha.

Transparência é a exigência básica para o êxito das ações de moralização do setor público brasileiro. União, estados e municípios têm a obrigação de gerir os seus respectivos orçamentos com muita correção e responsabilidade. No caso específico das concorrências, é básico respeitar, com absoluto rigor, o que está definido na Lei 4.253/2020, que substituiu a Lei das Licitações 8.666/1993, a Lei do Pregão 10.520/2002 e o Regime Diferenciado de Contratações RDC – Lei 12.462/11. Este é o caminho para a aprovação das contas públicas, pelos organismos competentes de fiscalização e auditoria e, também, pela sociedade, cuja concordância é essencial nas

democracias. Lei é para ser cumprida. Se é ruim ou se ficou obsoleta, que seja mudada. Mas, enquanto for a vigente é para ser respeitada.

Não há mérito algum em honrar, na administração pública, os compromissos inerentes aos cargos eletivos e, sobretudo, a confiança depositada em cada voto dos cidadãos. Realizar todos os processos dentro da lei é uma conduta obrigatória em respeito à população. A partir dessa natural conjectura, está nítido o compromisso que governos e parlamentos, nos três níveis, têm a obrigação de fazer. Haverá eleições no próximo ano, mais uma oportunidade de aprimorar a democracia, tendo como principal objetivo a honestidade e o compromisso daqueles que disputam nosso voto.

Reforma tributária eficaz somente poderá ser feita se for possível orçar quanto o País, os estados e os municípios de fato precisam para cumprir com todas obrigações que têm com a sociedade – no custeio e nos investimentos. E sob visão muito realista e honesta. Também cabe elaborar eficaz programa para liquidação de dívidas (Refis) e de ingresso dos que não estão contribuindo. A gestão pública não pode estar contaminada pelo vírus da roubalheira, que exige cada vez mais impostos e consome malas e sacos de dinheiro, recursos que poderiam gerar empreendimentos, criando empregos e promovendo equilíbrio na distribuição de renda, garantindo na prática o que os políticos pregam apenas nos discursos de campanha.

Reforma Tributária, como as demais reformas ainda pendentes, é tema essencial para todos nós. Não pode seguir sendo uma colcha de retalhos, mas sim, como o Brasil merece, uma responsável adequação entre a necessidade e o que, de modo justo, a sociedade pode contribuir para uma aplicação honesta e produtiva na busca de qualidade de vida para todos. Mais saúde, educação, trabalho, moradia, cultura e desenvolvimento, com liberdade e progresso individual e coletivo. Quando os tributos são justos, não há sonegação. Cresce a arrecadação, diminui a inadimplência e há desenvolvimento.

***Ricardo Viveiros é jornalista, escritor e professor. Doutor em Educação, Arte e História da Cultura pela Universidade Presbiteriana Mackenzie e**

**autor de vários livros, entre os quais *Justiça Seja Feita, A Vila que
Descobriu o Brasil, Pelos Caminhos da Educação e O Poeta e o Passarinho***

Veículo: O Estado de S. Paulo	
Data: 10 a 12/07/2021	Caderno: Economia



Com ‘empurrão’ da inflação, Estados se aproximam de 2022 com cofres cheios

De janeiro a maio, arrecadação de ICMS cresceu em R\$ 45,1 bi ante 2019, influenciada por ‘boom’ de commodities e alta de preços; segundo especialistas, tendência é que alívio nas contas seja usado para elevar gastos visando à eleição do próximo ano

Adriana Fernandes, O Estado de S.Paulo

12 de julho de 2021 | 05h00

BRASÍLIA - Com o empurrão da **inflação mais alta**, os governadores estão com os cofres bem mais cheios na antessala da **campanha eleitoral de 2022**. De janeiro a maio deste ano, o patamar de arrecadação já superou em R\$ 45,1 bilhões o resultado obtido no mesmo período de 2019, antes da pandemia de **covid-19**.

Como há restrições legais ao aumento de despesas obrigatórias até o fim de 2021, a tendência é de que os Estados usem o caixa mais cheio no ano que vem, quando governadores querem mostrar serviço em ano de eleições após os tempos difíceis da pandemia. Um dos riscos apontados por especialistas é que os governadores usem essa sobra para aumentar despesas permanentes em 2023.

Até maio, a arrecadação do **Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)**, tributo estadual e principal fonte de receita dos governadores, alcançou R\$ 250 bilhões, com alta real (acima da inflação medida pelo IPCA, índice oficial) de 11%. Sobre 2020, quando a pandemia derrubou a arrecadação, as receitas desse ano subiram R\$ 50,6 bilhões, aumento de 16% (veja ao lado o aumento de cada Estado).

Os dados da arrecadação do ICMS de janeiro a maio foram reunidos, a pedido do **Estadão**, pela **Federação Brasileira de Associações de Fiscais de Tributos Estaduais (Febrafite)** com base nas notas fiscais eletrônicas emitidas.

Puxado pelo **boom internacional de alta das commodities (produtos básicos)**, Mato Grosso, que é produtor de alimentos, está no topo da lista dos Estados com maior crescimento da arrecadação do ICMS, 41,2% nos primeiros cinco meses do ano. O Estado de São Paulo, a maior economia do País, arrecadou 8,7% (R\$ 12 bilhões) a mais em comparação a 2019, chegando a R\$ 72 bilhões.

A recuperação da arrecadação dos Estados acompanha também a arrecadação do governo federal, que já cresceu R\$ 96 bilhões em relação a 2019 e R\$ 156 bilhões sobre o resultado do ano passado nos primeiros cinco meses do ano.

“Olhando para o aspecto político, a tendência é os governadores fazerem caixa para gastar em 2022, que é ano de eleição”, prevê o presidente da Febrafite, **Rodrigo Spada**. Segundo ele, 2022 é um ano em que os governadores querem ter um caixa mais elevado e vão procurar entregar obras no primeiro semestre.

Spada diz que os Estados vão procurar guardar o caixa porque a Lei Complementar 173 (que estabeleceu as regras para o socorro federal às unidades da federação) proíbe o aumento de despesas obrigatórias até o fim deste ano e ainda congelou os reajustes salariais dos servidores públicos da União, dos Estados e dos municípios.

Reajustes de salário

Como mostrou reportagem recente do **Estadão**, muitos Estados e municípios já contrataram reajustes para o ano que vem. **Além das cidades de São Paulo e Manaus, pelo menos sete Estados deram reajustes ou abriram caminho para aumentos ao funcionalismo neste ano**, apesar da restrição legal, segundo levantamento feito pelo **Estadão**.

Spada alerta, porém, que não há certeza de que os Estados estejam saindo da crise porque essa recuperação da arrecadação é decorrente do aumento da inflação, sobretudo do **IGP-M**, que é usado para corrigir os preços dos aluguéis. Ele ressalta que, apesar do incremento das receitas, o número de notas fiscais emitidas não aumentou em 2021, na comparação com o ano passado.

“Isso significa que não teve muito mais negócios. Foram os preços desses negócios que aumentaram significativamente.” Ele explica que, com os preços mais altos, os Estados arrecadam mais porque o ICMS é cobrado sobre um percentual do valor de venda dos produtos.

O presidente da Febrafite pondera que é uma arrecadação que decorre da inflação, o pior “imposto” que existe para a população de baixa renda.

Ele lembra que com a inflação mais salgada as despesas dos Estados também crescem. O ICMS é um dos principais termômetros da atividade econômica porque a empresa vende num mês o produto e já no começo do mês seguinte tem de fazer essa apuração e recolher o imposto.

Ganho temporário

Especialista em contas dos Estados e consultora da Febrafite, a economista **Vilma Pinto** avalia que essa melhoria na arrecadação é temporária e não estrutural, por causa do ciclo de commodities (produtos básicos, como alimentos, petróleo e minério de ferro) e efeito inflacionário relevante. “Será arriscado e temerário fazer aumento de gastos obrigatórios”, diz ela, em razão de duas novas legislações, que exigem mais contrapartidas de ajuste nas contas dos governadores. **Vilma assume nos próximos dias uma vaga na direção da Instituição Fiscal Independente (IFI).**

Já **Ana Paula Vescovi**, ex-secretária do Tesouro, alertou que a percepção positiva do ciclo temporário de alta dos preços de commodities pode ensejar uma visão de mais sobra para gastos do que realmente o País tem. “O risco é o caixa mais cheio do governo federal, Estados e municípios se transformar em despesas permanentes logo adiante”, disse Vescovi, que é economista-chefe do Santander e também especialista em contas estaduais.



É um imenso equívoco achar que tributação dos dividendos reduz a regressividade do Imposto de Renda

Pouco importa se o lucro é tributado na pessoa jurídica onde é gerado, na pessoa física dos sócios ou acionistas, ou em ambas; o relevante é determinar qual a parcela dos rendimentos do capital que vai para o Tesouro

Claudio Adilson Gonzalez*, O Estado de S.Paulo

12 de julho de 2021 | 04h00

Depois da confusa e pouco eficaz PEC emergencial, o relatório do deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB) sobre a reforma da tributação do consumo, apresentado em 4/5/2021, renovou, por algumas poucas horas, as esperanças de expressiva melhora do caótico sistema tributário brasileiro. Ribeiro fez um trabalho minucioso e de alto nível técnico. Conseguiu fundir as propostas que tramitavam no Senado (PEC 110) e na Câmara (PEC 45), além de incorporar algumas ideias do próprio Ministério da Economia.

Infelizmente, a alegria durou pouco. Antes mesmo de o relator terminar a leitura do seu parecer, a dupla Paulo Guedes-Arthur Lira entrou em ação. O presidente da Câmara, acordado com o ministro da Economia, dissolveu a comissão especial que estudava o tema, jogando por terra uma das melhores propostas de reforma tributária que surgiu no Brasil nos últimos 30 anos. Anunciou-se, então, confuso fatiamento da reforma. A primeira fatia (PL 3.887/20), que funde o PIS/Cofins no chamado IVA-Federal, é tímida e equivocada, pois não se deve fatiar mudanças na tributação do mesmo fato gerador, qual seja, o consumo final de bens e serviços.

A segunda fatia (PL 2.337/21), que trata de mudanças no Imposto sobre a Renda (IR), passa ao largo das enormes distorções inibidoras do crescimento econômico contidas nos impostos indiretos, principalmente no ICMS. A julgar por esses nacos, a fruta toda parece de péssima qualidade.

O extenso PL 2.337/21 apresenta dois assuntos de maior destaque: a correção da tabela para cálculo do IR pessoa física (IRPF), com a elevação mais expressiva do limite de isenção, e a tributação de lucros e dividendos. O discurso político é de que se eleva a tributação dos ricos que recebem dividendos, mas se reduz ou se elimina o tributo dos contribuintes de menor renda. Isso é conversa eleitoreira e não corresponde à verdade. Vejamos.

A correção da tabela do IRPF não é, necessariamente, redução permanente de tributação dos contribuintes de menor renda. Basta que não se corrija a tabela nos próximos anos, que a inflação corroerá o benefício ora concedido. Já o aumento da tributação do capital, num país que tanto necessita de estimular o investimento, tem caráter permanente.

Na verdade, é um imenso equívoco achar que a tributação dos dividendos reduz a regressividade do IR. Pouco importa se o lucro é tributado na pessoa jurídica onde é gerado, na pessoa física dos sócios ou acionistas, ou em ambas. O relevante é determinar qual a parcela dos rendimentos do capital que vai para o Tesouro.

O PL não altera as enormes distorções que existem na legislação atual para a tributação dos lucros. Ao contrário, amplia várias delas. Dependendo da magnitude das suas receitas, do setor que opera, da possibilidade de exclusões maiores ou menores do lucro contábil para cálculo do imposto, as alíquotas efetivas do IR das pessoas jurídicas variam de cerca de 10% até 50%, no caso dos bancos. Embora avancem em alguns pontos, as novas normas de tributação oferecem outras possibilidades de arbitragens para redução ou mesmo elisão do IR.

Outras pautas da agenda econômica também estão sendo mal conduzidas. A privatização da Eletrobrás foi desastrosa. Optou-se por um modelo de diluição do

capital estatal sem nenhum estudo técnico prévio e incluíram-se inúmeros interesses setoriais e corporativos, que nada têm a ver com a privatização da estatal. O Tesouro acabará ficando com muito pouco e a conta dos jabutis será paga pelos consumidores.

As instabilidades políticas, quase todas criadas pelo próprio presidente da República, e a ineficácia do seu outrora Posto Ipiranga dão poucas esperanças de aprovação de uma boa reforma administrativa.

Em resumo, as reformas estruturais estão sem rumo. Com isso, a retomada sustentável do crescimento fica novamente postergada.

***ECONOMISTA, DIRETOR-PRESIDENTE DA MCM CONSULTORES, FOI
CONSULTOR DO BANCO MUNDIAL, SUBSECRETÁRIO DO TESOUREIRO NACIONAL E
CHEFE DA ASSESSORIA ECONÔMICA DO MINISTÉRIO DA FAZENDA**

Veículo: O Estado de S. Paulo	
Data: 10 a 12/07/2021	Caderno: Economia



‘Notícia No Seu Tempo’: Com inflação, arrecadação dos Estados cresce R\$ 45 bi

Da Redação

12 de julho de 2021 | 05h00

No podcast ‘Notícia No Seu Tempo’, confira em áudio as principais notícias da edição impressa do jornal ‘O Estado de S. Paulo’ desta segunda-feira (12/07/21):

Nos cinco primeiros meses do ano, a arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) pelos Estados superou em R\$ 45,1 bilhões o resultado obtido no mesmo período de 2019, antes da pandemia. Com os preços em alta, os Estados arrecadam mais porque o ICMS é cobrado a partir de uma base de cálculo maior. Os dados – reunidos a pedido do Estadão pela Federação Brasileira de Associações de Fiscais de Tributos Estaduais (Febrafite), com base nas notas fiscais eletrônicas emitidas – refletem o boom internacional de alta das commodities (produtos básicos).

mercado

Ou sai bem-feita ou não sai, diz Guedes sobre reforma do IR

Alvo de críticas, ministro afirma que 'não vai ter esse negócio de aumentar imposto'

Bernardo Caram

BRASÍLIA Alvo de críticas por causa do conteúdo da reforma do IR (Imposto de Renda), o ministro Paulo Guedes (Economia) afirmou nesta sexta-feira (9) que a proposta não vai gerar aumento de tributação. Segundo ele, ou a medida sai bem feita ou não sai.

Em videoconferência promovida pela FGV em homenagem ao economista Carlos Langoni, morto em junho, o ministro disse que as propostas "nunca ficam do jeito que a gente quer", mas voltou a afirmar que o texto está na direção correta.

"Vai sair bem-feita ou não vai sair, não vai ter esse negócio de aumentar imposto."

O ministro defendeu o fim da isenção sobre dividendos, ponto do texto que vem sendo criticado por empresários. Pela proposta, haverá cobrança de 20% sobre a distribuição desses recursos — ganhos mensais de até R\$ 20 mil seguirão isentos.

Para Guedes, o ideal seria que todos os tipos de renda, inclusive os ganhos com dividendos, fossem taxados por meio da tabela do Imposto de Renda da pessoa física, que hoje varia de 7,5% a 27,5%. Ele afirma, no entanto, que isso não poderá ser feito no momento.

"A renda dos mais ricos, não interessa se vem de salário, de aluguel, de bônus bilio-

nários ou se vem de dividendos. Ela deveria cair no progressivo e ponto final. Nós temos tecnologia para fazer tudo direito, mas você sabe que tudo é mais difícil no mundo real, tem lobby, tem pressão", afirmou.

Na reunião, o ministro ainda fez elogios ao ex-presidente da Petrobras Roberto Castello Branco. O ministro da Economia afirmou que ele fez um trabalho extraordinário à frente da estatal.

Em fevereiro deste ano, Bolsonaro trocou Castello Branco pelo general Joaquim Silva e Luna no comando da petroleira por críticas à política de preços da empresa. A troca foi interpretada pelo mercado como interferência do governo na estatal.

Ministro cria grupo de trabalho para discutir proposta, segundo Abimaq

A informação é do presidente da Abimaq (Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos), José Velloso, que participou de reunião com Guedes (Economia) nesta sexta (9). O Colegiado será formado pelo Ministério da Economia e por representantes do Congresso e da indústria. A ideia foi do próprio ministro, disse Velloso.

'Praticamente todo o texto será alterado', afirma relator

BRASÍLIA O relator do projeto de lei apresentado pelo governo para reformar o Imposto de Renda, deputado federal Celso Sabino (PSDB-PA), afirma que pretende fazer uma mudança substancial no texto e que o conteúdo será "praticamente todo" alterado.

Sabino teve reunião nesta sexta (9) com o ministro Paulo Guedes (Economia) e disse que já conversou sobre o assunto com o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL).

"Estamos construindo uma proposta que vai alterar substancialmente o texto que chegou. Vai mudar praticamente todo, com muitos ajustes e aperfeiçoamentos."

Sabino diz que todas as mudanças em discussão ainda dependem de cálculos, mas não descartar cortar a alíquota dos dividendos para um patamar menor do que a de 20% prevista na proposta de Guedes e voltar a prever o instrumento dos JCP (juros sobre capital próprio, que eram banidos pela proposta).

O corte na alíquota de IRPJ (Imposto de Renda sobre a Pessoa Jurídica) também pode ser mais forte (no projeto do governo, são 5 pontos percentuais escalonados em dois anos). Esse ponto já foi acei-

to e anunciado por Guedes.

Todas as mudanças estudadas, reforça o deputado, ainda dependerão de cálculos. A intenção é chegar a uma definição na semana que vem.

Segundo ele, a proposta fará a carga tributária do país cair. "Nosso plano é fazer uma redução da carga tributária nominal e efetiva", afirmou. "É um projeto que chegou com uma gordura e estamos eliminando o suficiente, não é nem para neutralizar, mas para promover uma redução na carga tributária", disse.

Quando lhe foi perguntado se o projeto fará a arrecadação federal cair, o deputado disse que os envolvidos nas discussões querem evitar isso por meio da revisão de subsídios.

Desde que a proposta de Guedes foi anunciada, está sob críticas de entidades privadas que reclamam de diferentes pontos, como o corte do IRPJ proposto no texto — considerado tímido se consideradas outras medidas do pacote — e o possível aumento de carga tributária.

A solução encontrada pelo ministro para atender o empresário até agora é reduzir ainda mais a alíquota para pessoas jurídicas e, como compensação, acoplar um tipo de medida que não estava no projeto original. Ele pretende retirar até R\$ 40 bilhões em subsídios concedidos hoje para grupos específicos (leia abaixo). Fábio Pupo

Empresa não deve pagar mais tributo por abrir mão do mercado financeiro

OPINIÃO

Luís Eduardo Schoueri
vice-presidente da Associação
Comercial de São Paulo

Dentre as várias medidas recentemente propostas pelo governo federal para a reforma do Imposto de Renda, chama a atenção a revogação dos juros sobre o capital próprio (JCP).

A exposição de motivos afirma que o mecanismo foi introduzido "como forma de coibir o endividamento ou a imobilização excessiva do patrimônio", tendo a dedução dos JCP "como principal justificativa permitir que o sócio pudesse ser compensado pela perda da atualização monetária de seus direitos societários".

Adicionalmente, o instituto aumentava a atratividade de investimento em capital em detrimento de investimentos no mercado financeiro, cuja taxa de remuneração e riscos implícitos sempre ofereceram melhor perfil, consta do texto, que conclui afirmando ser o endividamento "a forma mais atrativa de financiamento da expansão empresarial, contrariando a ideia de que a medida aumentaria a atratividade de investimento em capital em detrimento de investimentos no mercado financeiro".

Contudo, na exposição de motivos que acompanhou o projeto de lei que se tornou a lei 9.249/1995, foram outras razões para introdução dos JCP: o objetivo seria "criar uma tributação dos diversos tipos de rendimentos do capital", de modo a compatibilizar as alíquotas aplicáveis aos rendimentos provenientes de capital de risco àquelas que são tributados os rendimentos do mercado financeiro, além de "desonerar(r) os dividendos" e "caminhar(r) na direção da equalização do tratamento tributário do capital nacional e estrangeiro".

Pretendia-se "provocar um incremento das aplicações produtivas nas empresas brasileiras capacitando-as a elevar nível de investimentos, sem endividamento, com evidentes vantagens no que se refere à geração de empregos e ao crescimento sustentado da economia".

O mecanismo tinha, pois, um objetivo bastante singular: desestimular as empresas a buscar recursos no mercado financeiro, podendo contar com capital de seus sócios (capital próprio) para o financiamento de suas atividades. A ideia de neutralidade quanto à origem do financiamento é a característica marcante do instituto.

Parece certo afirmar que, se duas empresas necessitam da mesma quantidade de recursos, que são empregados na mesma atividade, gerando igual riqueza, devem elas suportar igual carga tributária. Mas, se uma dessas empresas se financia por meio de empréstimos, enquanto outra conta com recursos dos sócios (insisto: a mesma quantidade de recursos), esta única diferença pode provocar tratamentos tributários distintos. Enquanto a primeira poderá deduzir do seu lucro a remuneração do capital empregado (juros), a última não tem igual dedução e oferece lucros maiores à tributação.

O mecanismo dos JCP corrige essa distorção, pois permite que a última deduza, de seu lucro tributável, montante equivalente ao da primeira. Assim, assegura-se a neutralidade da tributação, permitindo a livre concorrência entre contribuintes que atuam no mesmo mercado, com o mesmo capital.

Em síntese, os JCP afastam o tratamento discriminatório às empresas que buscam se financiar por meio de seus sócios, em vez de terceiros. Não há justificativa constitucional para que se favoreça o mercado financeiro em detrimento do mercado de capitais. Não há por que uma empresa pagar mais impostos só porque abriu mão do mercado financeiro.

A mesma neutralidade é buscada sob o prisma do investidor: qual a razão para ele ter maior tributação quando investe em sua empresa, em vez de investir no mercado financeiro? Se investir no último, a remuneração do seu capital é de 15%. Os JCP asseguram a mesma tributação sobre a remuneração do capital quando investido na empresa.

Tem-se ouvido que o mecanismo deve ser afastado porque seria outra jacobinada. Nemesse o fato de ser brasileiro merece repulsa. Mas, no caso dos JCP, não se trata de inovação brasileira. Em recente reunião, a Comissão Europeia debruçou-se sobre a matéria e apresentou suas diretrizes para a política tributária dos países da UE (União Europeia).

A Comissão se refere à distorção decorrente do fato de uma empresa poder deduzir juros relacionados ao financiamento de dívidas, mas não os custos concernentes ao financiamento de seu capital, o que estimula o financiamento por dívidas, não por capital. Isso, diz a Comissão, estimula um excesso de endividamento das empresas no âmbito da UE, o que pode trazer consequências para todos os países em caso de ondas de insolvência.

Essa distorção ainda desestimula o financiamento de inovação por meios próprios. Na visão da Comissão, essa distorção tende a ser maior com a crise decorrente da pandemia, o que leva a comissão a uma "proposta para abordar o viés dívida-capital na tributação das empresas, por meio de um sistema de abatimento para financiamento de capital, contribuindo assim para a reequilíbrio de valores financeiramente vulneráveis". Essa proposta coincide, justamente, com os JCP que já temos no Brasil há mais de um quarto de século. Se é uma jacobinada, vê-se que doravante jacobinadas crescerão na Europa.

A legislação brasileira tem tradição de atrasar a inovação. No âmbito do consumo, sempre copiamos o penúltimo modelo. Basta dizer que ainda segregamos mercadorias e serviços, o que não se vê na Europa há mais de um século. Também no IR, apenas adotamos a tributação em bases mundiais quando a maioria dos países retornava para a territorialidade (hoje, estamos isolados em nosso modelo).

No caso dos JCP, temos raro caso em que saímos na vanguarda. A proposta governamental pretende que estinguamos o mecanismo justamente quando os ordenamentos tributários mais modernos o adotaram.

[...]

Os juros sobre o capital próprio afastam o tratamento discriminatório às empresas que buscam se financiar por meio de seus sócios, em vez de terceiros



O ministro Paulo Guedes em videoconferência promovida pela FGV em homenagem ao economista Carlos Langoni. Reprodução FGV

CNI quer corte tributário maior, mas teme revisão de subsídios à indústria

Fábio Pupo

BRASÍLIA A CNI (Confederação Nacional da Indústria) afirma que o projeto de lei apresentado pelo ministro Paulo Guedes (Economia) para alterar o Imposto de Renda é "muito ruim" e vai desestimular investimentos no país.

A entidade demanda que os números sejam alterados (o que Guedes já aceitou), mas teme a saída encontrada pelo ministro para compensar as mudanças — revisar até R\$ 40 bilhões em subsídios para grupos empresariais específicos, como a indústria petroquímica.

Mário Sérgio Telles, gerente de política econômica da CNI, diz que não foram explicados ainda os detalhes da nova proposta do governo e afirma que corte pode se tornar prejudicial sem uma análise

detalhada sobre os prós e contras de cada programa. "Essa proposição a gente precisa entender melhor do que se trata", diz. "Nós não somos apegados a todos os incentivos que existem, mas é preciso ter uma avaliação sobre custos e benefícios."

A entidade defende programas como aqueles voltados ao desenvolvimento regional e ao investimento tecnológico. "Os incentivos para a inovação achamos que faz todo sentido para o crescimento econômico, assim como aqueles voltados às regiões menos desenvolvidas", afirma, citando especificamente Sudam e Sudepe (órgãos criados com a justificativa de estímulo ao desenvolvimento da Amazônia e do Nordeste, respectivamente).

Ao mesmo tempo, também defende outros benefícios — como os ligados à indústria

petroquímica. Telles lembra que o governo já tentou acabar com o Reiq (Regime Especial da Indústria Química) neste ano por meio de uma medida provisória e a proposta foi barrada no Congresso. Durante a tramitação, a CNI defendeu a manutenção dos benefícios ao setor — e continua defendendo.

Já sobre benefícios para a fabricação de refrigerantes, outro alvo sinalizado por Guedes, a CNI não se manifesta. Há discordâncias entre associadas, já que representantes das grandes fabricantes (como Ambev e Coca-Cola) defendem os incentivos, enquanto as menores o criticam.

A CNI afirma ainda que a PEC Emergencial, aprovada neste ano, já prevê a redução de subsídios e há receios de que entre os industriais de que interpretações do texto possam le-

var a um corte drástico e exagerado nos próximos anos.

A entidade está disposta a discutir a reforma apresentada pelo governo e acredita que ele possa irradiar — mas desde que com tempo suficiente para debater alterações substanciais. A primeira delas é baixar mais a alíquota do IRPJ, cujo corte foi considerado tímido na proposta de Guedes.

Nas contas da entidade, a proposta apresentada pelo governo ao Congresso eleva a carga tributária das empresas de 34% para 43% — considerando o combo apresentado de tributação de dividendos, fim dos juros sobre capital próprio e redução de alíquota de IRPJ (Imposto sobre a Renda de Pessoas Jurídicas).

O desejo dos industriais é uma diminuição no IRPJ próxima à mais recente sinalização de Guedes. O ministro aceitou nos últimos dias com um corte de 15 pontos percentuais no IRPJ, o triplo do previsto no texto apresentado ao Congresso Nacional.

saúde

Anvisa alerta para risco raro de miocardite após vacina contra Covid

BRASÍLIA A Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) informou nesta sexta-feira (9) sobre relatos, ocorridos nos EUA, de possíveis casos raros de miocardite, uma inflamação no músculo do coração, após uso de vacinas da Pfizer e Moderna. Destas, apenas a Pfizer é usada no Brasil contra a Covid.

Segundo a agência, não há registros de casos semelhantes no país, e dados apontam para risco baixo. "A identificação precoce de sintomas e a adoção de tratamento oportuno são aspectos fundamentais para uma melhor evolução clínica", informa a agência, que reforça que a vacinação deve ser mantida.

A divulgação do comunicado ocorre após análise da FDA, agência norte-americana na área de medicamentos, sugerir um aumento nos riscos para miocardite e pericardite — inflamação do tecido que envolve o coração — após uso da segunda dose de imunizantes que usam a tecnologia de RNA mensageiro, como a Pfizer e Moderna.

Em nota, a agência ressalta que o risco de ocorrência desses eventos é baixo, mas recomenda a profissionais de saúde que fiquem atentos e perguntem a pacientes que tiveram sintomas se receberam a vacina, especialmente a da Pfizer.

Portanto, a Anvisa orienta aos vacinados com o imunizante da Pfizer que procurem atendimento médico imediato se tiverem sintomas como dor no peito, falta de ar e palpitações. Além disso, orienta os profissionais de saúde e os cidadãos a notificarem imediatamente casos suspeitos à agência", informa.

Segundo o comunicado, os relatos de miocardite e pericardite nos EUA foram identificados em adolescentes e adultos jovens, predominantemente do sexo masculino e acima dos 16 anos.

Ainda de acordo com a agência, a gravidade dos casos pode variar. Análise de o FDA aponta que a maioria das pessoas que teve o evento e procurou atendimento respondeu bem ao tratamento.

Questionada, a Pfizer informou, em nota, que está ciente dos relatos e cita posicionamento do CDC (Centro de Controle e Prevenção de Doenças), dos EUA, o qual aponta que os casos são extremamente raros e apresentam boa recuperação após tratamento.

População apoia redução de isenções e aumento de impostos sobre bebidas açucaradas

Redução de impostos para empresas que fabricam refrigerantes na Zona Franca de Manaus

■ A favor totalmente ■ A favor em parte ■ Nem a favor nem contra ■ Contra em parte ■ Contra totalmente ■ Não sabe



80% das pessoas com nível superior são contrárias, total ou parcialmente, ante 71% de quem tem apenas ensino fundamental

77% das mulheres são contrárias, total ou parcialmente, ante 70% dos homens

Aumento de impostos para bebidas açucaradas como refrigerantes, chás prontos para beber e sucos de caixinha



Pessoas com 69 anos ou mais são as mais contrárias com 39%

Pessoas entre 16 e 24 anos são as mais favoráveis com 72%

Pessoas economicamente ativas são mais a favor, com 70%, contra 62% das não economicamente ativas

Venda de bebidas adoçadas nas cantinas escolares



Quanto maior a idade, mais contrárias são as pessoas, chegando a 84% de contrariedade (total ou parcialmente) para quem tem mais de 69 anos

Fonte: Pesquisa Datafolha encomendada pela ONG ACT Promoção da Saúde. Entrevistas realizadas presencialmente entre 12 e 15 de maio de 2021; total de 2.081 entrevistados, em todas as regiões do Brasil, margem de erro de 2 pontos percentuais.

Países do mundo onde há imposto sobre bebidas açucaradas

Europa: •Noruega •Finlândia •Letônia •Reino Unido •Irlanda •Polônia •Bélgica •França •Hungria •Espanha •Portugal •Santa Helena



Américas: •EUA •Bermuda •México •Leticia •Dominga •Barbados •Panamá •Equador •Peru •Chile

África: •Marrocos •Ilhas Maurício •Seicheles •África do Sul

Orient Médio e Sudeste Asiático: •Arábia Saudita •Bahrein •Qatar •Emirados •Árabes Unidos •Omã •Índia •Tailândia •Malásia •Maldivas

Pacífico Ocidental: •Filipinas •Brunei •Ilhas Cook •Palau •Polinésia •Kiribati •França •Nauru •Samoa •Tonga •Vanuatu

Fonte: Universidade da Carolina do Norte

Brasileiros aceitariam mais impostos sobre bebidas açucaradas

Por mais saúde, 67% se dizem favoráveis a mais taxas e 74% são contra incentivos fiscais para esses produtos

Gabriel Alves

SÃO PAULO Em prol de uma população mais saudável, dois terços dos brasileiros (67%) se dizem favoráveis ao aumento de impostos para bebidas açucaradas, como refrigerantes e sucos, e 74% são contrários à existência de incentivos fiscais para esses produtos.

Os dados são de uma nova pesquisa Datafolha, encomendada pela ONG ACT Promoção da Saúde. Foram entrevistadas presencialmente 2.081 pessoas de todas as regiões do Brasil em maio deste ano. A margem de erro é de 2 pontos percentuais.

Em comparação a pesquisas semelhantes, de 2016 e 2019, o cenário está cada vez menos favorável para os fabricantes. Porém, a Abir (Associação Brasileira das Indústrias de Refrigerantes e de Bebidas não Alcoólicas) apresenta números que apontam em outra direção, com 69% contrários à tentativa de reduzir consumo por meio da taxa em uma pesquisa de 2020.

A diferença está no direcionamento das pesquisas: no caso da pesquisa da ACT, é apresentado o aspecto da baixa saudabilidade de bebidas açucaradas, cujo consumo é associado ao aumento do risco de desenvolver diabetes e do ganho de peso e obesidade. E ressalta-se a possibilidade de usar o dinheiro dos impostos para aumentar os recursos para financiar a saúde.

Marília Albiero, coordenadora de alimentação da ACT, diz que o fator mais importante para levar à redução do consumo, e consequente melhoria no panorama das doenças crônicas, é o preço.

Atualmente 60,2% da população está acima do peso, segundo a Pesquisa Nacional de Saúde 2019, do IBGE, a mais recente. Com obesidade são 26,8%, mais que o dobro do que se registrava em 2003, 12,2%. Os dados se referem à população acima de 18 anos.

A ideia da entidade é replicar o sucesso das campanhas antitabagistas. Depois de aumento da tributação, de incentivos e restrições para os cigarros, o percentual de fumantes no país está hoje em 9,8% da população acima de 18. O índice era de 34,8% em 1989.

"Não é uma escolha só do indivíduo, e não adianta só dar informação para reduzir o consumo desses produtos",

argumenta Albiero. O fato de a pessoa estar inserida num sistema alimentar desfavorável — com pouco acesso a comida fresca, por exemplo — acabaria empurrando-a para escolhas menos saudáveis.

"Os produtos industrializados não sofrem com sazonalidade, têm escala. São opções cada vez mais baratas, e a comida saudável está cada vez mais cara. Para resolver isso, de um lado tem que aumentar tributo para mexer no preço final. Do outro lado, para aumentar o acesso aos produtos saudáveis. Ai não adianta só reduzir imposto, tem que haver mais apoio aos produtores", diz a coordenadora da ACT.

No momento, existem diversos projetos de lei em tramitação no Congresso Nacional que visam implementar esse tipo de taxa, mas eles encontram dificuldade em prosperar, conta a nutricionista e pesquisadora de pós-doutorado do Nupens (Núcleo de Pesquisas Epidemiológicas em Nutrição e Saúde) Ana Paula Bortoletto. Um dos motivos, afirma, é o lobby da indústria de alimentos.

Quando em 2020 o ministro da Economia, Paulo Guedes, aventou criar "impostos do pecado", para taxar produtos malfélicos à saúde, abriu-se uma oportunidade para se voltar ao tema, diz Bortoletto.

"O parecer do relator da reforma tributária, Aginaldo Ribeiro (PP-PB), porém, foi no sentido de buscar mais evidências e debates sobre o tema. Com o faticamento da reforma ficou mais difícil tornar a proposta digerível.

Pesquisas como a da ACT, diz Albiero, adicionam um senso de urgência ao tema. Uma das motivações para aumento da tributação e remoção de vantagens fiscais vem do exterior. Um exemplo recorrente nos debates é o do México.

O país da América do Norte instituiu a partir de 2014 um imposto do tipo sobre essas bebidas (com exceção das lácteas) o que, segundo artigo publicado em 2019 no periódico especializado International Journal of Behavioral Nutrition and Physical Activity, se seguiu de uma redução no consumo dos produtos. Por sua vez, bebidas não taxadas, como água, passaram a ser mais consumidas.

Segundo os autores da

pesquisa, a taxa, atualmente de cerca de 10% no país, deve ser aumentada para haver um efeito ainda mais pronunciado.

Segundo estimativas da ACT, com uma taxa de 20% sobre bebidas açucaradas, haveria arrecadação de R\$ 4,71 bilhões por ano, e mais recursos poderiam ser investidos em campanhas de combate ao diabetes e à obesidade.

Outra possível fonte de recursos seria a retirada de incentivos fiscais, como aqueles para empresas na Zona Franca de Manaus, num total de R\$ 3 bilhões.

Apesar da relação entre aumento na ingestão de açúcares e doenças crônicas (como cânceres e problemas renais) atestada em pesquisas científicas, a indústria argumenta que o consumo de bebidas adoçadas vem se reduzindo no Brasil (em 51,5% de 2007 a 2019), período em que houve aumento da obesidade, não sendo essa, portanto, a única explicação para o fenômeno.

Em nota, a Abir diz que o aumento das doenças crônicas deve ser combatido com informação. "Alimentos não causam danos à saúde. Uma alimentação desequilibrada, sim. A educação nutricional gera consumidores mais preocupados com sua saúde. A indústria apoia e incentiva soluções que promovam hábitos de vida equilibrados."

"Oferecemos hoje uma gama imensa de produtos em nosso portfólio, com os mais diferentes sabores, calóricos, à escolha do consumidor. Firmamos compromissos robustos com foco nas demandas ligadas à saudabilidade, e apostamos na autorregulação para atender as mais diversas agendas do país, investimos em inovação, sustentabilidade, geramos empregos e aquecemos a economia do país", afirma Victor Bicca, presidente da entidade.

A Abia (Associação Brasileira da Indústria de Alimentos) se diz comprometida com a redução de açúcares, numa tentativa de autorregulação da indústria, mas é contrária ao aumento de impostos. "O brasileiro já não aguenta mais pagar tanto imposto. Pedir qualquer aumento de tributos é atuar contra o consumidor brasileiro", afirma João Dornellas, presidente da associação.

MORTES

coluna.obituario@grupofolha.com.br

Ao amigo da adolescência deu amor e a última taça de vinho

CECILIA MARIA BRITTO CEZAR DE ANDRADE (1962-2021)

Patrícia Pasquini

SÃO PAULO A positividade e disposição para ouvir o próximo faziam parte da generosidade de Cecília Maria Britto Cezar de Andrade, chamada por todos de Cícu, e também do talento para a psicologia, descoberto tardiamente.

A paulistana Cícu era a penúltima de sete filhos de uma pernambucana com um carioca oficial da Marinha.

Nas voltas que a vida dá, ela se casou e se separou.

Em meados de 2005, dentro de um supermercado, reencontrou o amigo da adolescência, Paulo Galizia, 60, hoje desembargador.

O café, 30 anos após perderem o contato, celebraram a boa conversa, o reinício da amizade e o amor.

Paulo e Cecília casaram-se em 2010, mas não tiveram filhos juntos.

Cícu foi dona de uma papelaria e mais tarde de um ateliê de encadernação na Vila Madalena, na zona oeste da

capital paulista. Era formada em artes plásticas na Faap (Fundação Armando Álvares Penteado). Apaixonada por toda a forma de arte, gostava do popular e do sofisticado. Na arte de viver aprendeu a lidar com diferentes fases e a se reinventar.

O ateliê fechou em 2015, devido à crise econômica, e no ano seguinte colocou em prática seu desejo por meditação e pela psicanálise.

Em 2020, formou-se em psicologia na Unip (Universidade Paulista) e ingressou no Instituto Sedes Sapientiae para estudar psicanálise.

"Ela estava entusiasmada. As amigas diziam que a Cícu levou um pouco das artes para a psicologia", conta Paulo, Alegre e de fácil amizade,

Cícu era avessa a lamentações. "Quando algo não da a frente e seguiu. Não deixou um minuto de correr atrás dos sonhos", diz Paulo.

A cada viagem programada, proativamente Cícu pesquisava locais interessantes de cada país, estado ou cidade que visitariam.

Horas antes de partir tomou uma taça de vinho ao lado de Paulo, o que não era comum durante a semana.

Cícu morreu dia 29 de junho, aos 59 anos, após sentir-se mal em casa. Deixa o esposo e um filho.

ROBINSON JAMES Aos 66, casado com Cristiane Xavier James. Sábado (10/7) às 10h. Funeral Saletta, Sala Lisboa, Santana (SP)

Procure o Serviço Funerário Municipal de São Paulo: tel. (11) 3395-3800 ou central 155 prefeitura.sp.gov.br/servicofunerario. Anúncio pago na Folha: tel. (11) 3224-4000. Seg. a sex.: 10h às 20h. Sáb. e dom.: 12h às 17h. Aviso gratuito na seção: folha.com/mortes até as 18h para publicação no dia seguinte: (09h de sexta para publicação aos domingos) ou pelo telefone: (11) 3224-3305 das 16h às 18h em dias úteis. Informe um número de telefone para chegarem das informações.

Os filhos Pedro, Gabriel, Alexandre, Júlia e João Pedro. Pedro Egídio Vieira d'Almeida agradece as manifestações de carinho e convide os parentes e amigos para uma Missa de São João, domingo, 11 de julho, meio dia, na Paróquia São Gabriel de Natividade, Avenida São Gabriel, São Paulo.

A esposa Maria Zilda e as filhas Helena, Maria Thereza e Virginia agradecem as manifestações de carinho e convidam para a missa de um mês do falecimento do querido

JOSÉ CELSO DE CAMARGO SAMPAIO

a ser realizada dia 13 de julho, às 20 horas, na Igreja Santa Teresinha, rua Maranhão, 617, Higienópolis, São Paulo.

União gasta R\$ 7 bi em extras em 18 anos com superelite do funcionalismo

Estudo mostra excedentes em salários dos três Poderes; órgãos negam pagamentos indevidos

Danielle Brant e
William Castanho

BRASÍLIA Ao longo de quase duas décadas, a União gastou ao menos R\$ 7 bilhões com salários acima do recebido por um ministro do STF (Supremo Tribunal Federal). Os beneficiados integram uma superelite do funcionalismo.

Estudo de José Teles, pesquisador associado do Atlas do Estado Brasileiro, do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), e Wellington Nunes, da UFPR (Universidade Federal do Paraná), calculou o montante extra pago de 2000 a 2018 nos três Poderes.

O levantamento foi feito com base na Rais (Relação Anual de Informações Sociais) de 2018. Os pesquisadores corrigiram os vencimentos pelo INPC de dezembro de 2019. O estudo considerou apenas vínculos cuja média de remunerações mensais, no ano analisado, foi superior à média mensal do subsídio mais alto recebido por um ministro do STF em 2018 — R\$ 40,5 mil —, já deflacionado.

Hoje, o teto constitucional — salário de um membro da corte — é de R\$ 39,3 mil. Porém, um ministro pode receber R\$ 43,3 mil em razão do abono permanência, pago quando se alcançam requisitos para aposentadoria e segue na ativa.

O montante ilustra disparidades enquanto o Congresso

debate uma reforma administrativa para combater privilégios. As mudanças nas regras do funcionalismo estão em tramitação na Câmara.

Na semana passada, os deputados aprovaram urgência para a votação do projeto do extrateto, uma etapa anterior à reforma administrativa. A expectativa é que o texto seja analisado na terça-feira (13). Os resultados constam do artigo "A Elite Salarial do Funcionalismo Público Federal: Sugestões para uma Reforma Administrativa mais Eficiente".

O texto foi publicado no Cadernos Gestão Pública e Cidadania, edição de maio a agosto deste ano, da FGV, sem a estimativa total. A pedido da Folha, a cifra bilionária foi obtida com Teles e Nunes.

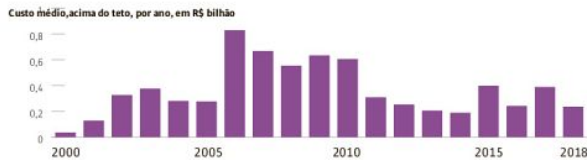
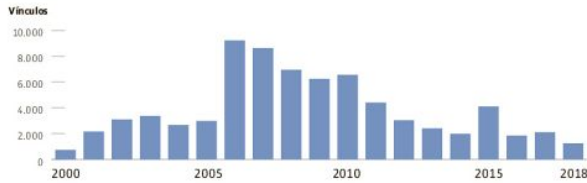
Eles localizaram supersalários no Judiciário, no Ministério Público, no Congresso, no TCU (Tribunal de Contas da União) e no Itamaraty. Até agora, essa superelite está fora das mudanças propostas pelo governo para enxugar a máquina pública.

Procurados, Justiça do Trabalho, Justiça Federal, PGR (Procuradoria-Geral da República), Senado e Câmara negaram realizar pagamentos acima do teto.

O TSE (Tribunal Superior Eleitoral) disse não possuir dados consolidados dos TREs (Tribunais Regionais Eleitorais). Já o Ministério da Eco-

Os supersalários no serviço público civil da União

Estudo compila dados ao longo de duas décadas de funcionários do Executivo, Legislativo e Judiciário



R\$ 6.929.237.008,46 é o total pago entre 2000 e 2018

nomia disse não ter como comentar os dados por não ter acesso ao estudo.

Para obter a média, o valor anual recebido foi dividido por 13, e não 12 meses, em razão da gratificação natalina.

"Sob a narrativa de combater privilégios, a PEC [proposta de emenda à Constituição] 32/2020 propõe ajustes profundos para a grande maioria das carreiras do serviço público nacional, mas exclui aquelas nas quais os privilégios se concentram", escreveram Teles e Nunes.

De acordo com eles, 2006 foi o ano que registrou o maior custo médio acima do salário de um ministro do STF. Foram pagos R\$ 828,5 milhões excedentes para 9.225 vínculos.

A partir de 2010 houve redução brusca no custo médio dos supersalários. Em 2018, 1.248 vínculos receberam R\$ 234,8 milhões acima da média de um integrante da corte.

Mas, segundo os pesquisadores, a tendência de queda tem relação com a redução dos vínculos, e não com uma diminuição das remunerações.

"Isso quer dizer que há menor número de vínculos que recebem acima do teto, mas essas pessoas que continuam recebendo salários acima do teto continuam recebendo salários muito altos", afirmou Nunes à Folha.

O estudo não contemplou servidores de estados, municípios e Forças Armadas. Isso significa que o impacto fiscal dos supersalários pode ser maior do que o sugerido pelo levantamento.

Nos órgãos do Judiciário e do Ministério Público, a maior parte dos supersalários se encontrava em 2018 no MPU, com 45,1%, e nos TRTs (Tribunais Regionais do Trabalho), com 38,3%.

Continua na pág. A20

Seneca
EVERCORE

Assessorou
grupo
case
na venda para
DDSD
2021

Assessorou
Jive
na rodada de investimentos
liderada pela
XP inc.
2021

Assessorou
PERFIN
na parceria estratégica com
btgpactual
2021

Assessorou
MONTE BRAVO
na venda de uma
participação de 45% para
XP inc.
2021

Assessorou
itechcare
na venda para
DDSD
2021

A Seneca Evercore segue apoiando seus clientes e foi o assessor financeiro com maior número de transações anunciadas no trimestre.*

www.senecaevercore.com

info@senecaevercore.com

Tel. (11) 2039-0600

Av. Brig. Faria Lima, 2277 - São Paulo/SP

*De acordo com FactSet, para transações de assessoria a terceiros (clientes) com valor superior a R\$ 20 milhões

mercado

PAINEL S.A.

Joana Cunha
painelsa@grupofolha.com.br

Caio Megale

Ao não taxar dividendos, os mais ricos pagam menos impostos

SÃO PAULO A insatisfação do mercado com a reforma tributária está mais no receio de que ela passe "tratando" sem discussão do que em aspectos específicos, diz Caio Megale, economista-chefe da XP. "É uma reforma que tem princípios meritórios, mas precisa de ajustes, discussão. A questão dos dividendos, de fato, provocava injustiça tributária. Grandes acionistas que recebem praticamente a totalidade de sua renda através de dividendos das empresas eram subtributados", diz Megale, que foi assessor especial do Ministério da Economia até julho do ano passado.

Teve muita reclamação no mercado sobre a reforma tributária. Qual o pior defeito? É uma reforma que vai na direção correta. Tem bons princípios, como a taxa de dividendos, algo feito internacionalmente. Por não taxar os dividendos, boa parte da população, especialmente os mais ricos, paga menos imposto. Fundos exclusivos também, faz sentido a taxa. Mas a forma como foi escrita traz insegurança.

Diversos artigos não estão claros. A forma de implementar a taxa sobre os dividendos também traz insegurança porque cobra não só das empresas para pessoas físicas mas entre empresas. Tem empresas que se estruturam, uma holding, uma subsidiária, e elas trocam recursos para escolher os melhores investimentos, o que passaria a ser tributado. E não está claro como geraria crédito para a frente. E tem um problema que, para além da reforma proposta, faz a desoneração do Imposto de Renda de pessoa física, que é a elevação do mínimo de isenção. Isso não é reforma, é atualização da tabela. Só que, como é custoso do ponto de vista tributário, foi aproveitada a reforma para gerar uma mudança no Imposto de Renda da pessoa física. Ou seja, também eleva o custo de produção das empresas porque ele foi calibrado para gerar um excesso que compense a desoneração da pessoa física.

Por que o mercado ficou tão estressado? Normalmente, demora para aprovar uma reforma assim. É difícil acertar um bom texto. Por mais que tenha os técnicos pesquisando, é melhor quando discute com sociedade. O processo de audiências públicas aponta problemas. Mas, como tem a parte de desoneração de pessoa física, o presidente da Câmara sinalizou uma tramitação rápida, o mercado ficou preocupado de se passar por cima desse período. O que mais preocupou nem foi a reforma em si, mas a sensação de que ia passar tratando, sem espaço para discussão.

Essa sensação mudou? Acho que, de lá para cá, o Ministério da Economia sinalizou com ajustes, entendeu que tem uma parte que acabaria onerando as empresas, que pode colocar em risco o processo de retomada dos investimentos. Se faz uma proposta mal calibrada ou com algum problema de redação, de repente, se aborta um ciclo de investimento em algum setor no momento em que a economia mais precisa. O próprio ministro Paulo Guedes vem falando que é bom ouvir, ajustar, que alguns cálculos precisam ser refeitos. E a Câmara também

sinalizou com mais discussão a essa reação da sociedade a tramitação acelerada.

Ele faz isso depois de ouvir até que ele teria perdido apoio da base liberal. Essa reforma enfraqueceu o discurso liberal do governo? Não enfraqueceu. É uma reforma que tem princípios meritórios, mas precisa de ajustes, de parâmetros diferentes e discussão mais profunda sobre os temas que está tocando. Por exemplo, a tributação de dividendos acontece em várias partes do mundo e, de fato, provocava injustiça tributária no Brasil.

Grandes acionistas de grandes empresas que recebem praticamente toda a sua renda através de dividendos das empresas eram subtributados. Então, faz sentido ajustar essa tributação. Agora, qual é a alíquota? Faz sentido ajustar essa tributação e não reduzir o Imposto de Renda da pessoa jurídica na mesma proporção? Faz sentido a tributação entre empresas do mesmo grupo econômico? Como é o padrão internacional?

Estamos mexendo no arcabouço tributário do setor produtivo brasileiro. Precisa de ajustes? Sim. É antiliberal? Não, pelo contrário. Mas tem de pensar nas consequências em termos de arranjo econômico. E tem de ter pauta de simplificação, não necessariamente reduzir imposto, mas deixar o sistema mais leve. Da forma como está redigida, não parece que alcança esses objetivos. Uma reforma profunda merece debate profundo.

A reação foi forte especialmente no caso dos dividendos. Tem uma choradeira, contra a correção dessa injustiça tributária. Para você que esteve dentro do governo, como lidar com isso? Pleitos específicos sempre vão existir. Por isso que a avaliação dos prós e contras é importante. Não necessariamente uma reforma que é importante para a sociedade não vai prosperar porque afeta um grupo que reclama. Vem ao debate, os parlamentares ecoam, e muita coisa é aprovada, mas acaba afetando um ou outro.

Agora, essa questão de tributar dividendos não é nova. Em outros momentos, a discussão aconteceu, na linha de que se tem de tributar e se compensa com a desoneração do Imposto de Renda da pessoa jurídica. Uma reforma que se fecha dentro dela. Tem gente reclamando porque vai ter de pagar imposto? Tem. Mas o principal é analisar se não elevamos a carga tributária sobre o setor produtivo para financiar algo que veio acoplado e não fazia parte da estratégia original de repensar a tributação sobre empresas.



Caio Megale

Economista formado pela USP e mestre pela PUC-Rio. Foi secretário de Indústria e Comércio e diretor na secretaria especial da Fazenda no Ministério da Economia. Foi também secretário municipal da Fazenda em São Paulo

União gasta R\$7 bi em extras em 18 anos com superelite do funcionalismo

Continuação da pág. A19

No Poder Legislativo, o TCU (Tribunal de Contas da União) respondeu por 70% do extrateito em 2018, enquanto no Executivo o campeão em supersalários era o Ministério das Relações Exteriores, com 87,4%.

No caso do Itamaraty, Nunes reconheceu que o efeito cambial tem de ser levado em consideração.

"Boa parte desses funcionários recebe em moeda estrangeira para custear despesas em moeda estrangeira. Quando a gente faz a conversão, sobretudo em tempo de desvalorização cambial, tem impacto significativo."

Até 2015, a quantidade de vínculos civis ativos com supersalários no Legislativo e no Judiciário superava em larga escala a do Executivo. Porém, em 2018 os três Poderes se equipararam com proporção abaixo de 0,2% — uma elite de elite.

Os pesquisadores foram questionados sobre eventual descumprimento do chamado abate-teto. O instrumento é o desconto aplicado sobre a remuneração para que o valor fique dentro do limite constitucional.

"Não tem uma resposta clara. No Atlas do Estado, isso é algo que já discutimos em reuniões e não se sabe por que não funciona, mas é um fato que o abate-teto funciona mais no Executivo do que nos demais Poderes", disse Teles.

O estudo não considerou os chamados penduricalhos, que ficam fora do teto. Daí foram extraídas remunerações-base, adicionais, suplementações, gratificações, bônus por produtividade, licenças-prêmio, férias, 13º, entre outros.

Na avaliação de Teles e Nunes, a reforma administrativa deveria enfrentar os supersalários se a intenção for realmente combater privilégios.

"Justamente os servidores que têm salários mais elevados são aqueles que serão classificados como carreiras típicas de Estado [com estabilidade] e que, portanto, não estarão incluídos na PEC (proposta de emenda à Constituição), na reforma, enquanto a burocracia, a base da prestação de serviços, será atingida pela reforma e não está nessa elite que recebe supersalários", afirmou Teles.

Para contornar esse problema, segundo os pesquisadores, o Congresso tem de aprovar o projeto de lei que trata do extrateito.

Entre esses pagamentos estão o ressarcimento de despesas médicas e odontológicas, adicional de férias de um terço da remuneração e indenização decorrente do uso de veículo próprio em serviço, em valor de até 7% do limite remuneratório.

O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), estabeleceu como meta votar o texto antes do recesso parlamentar. Segundo ele, os supersalários são uma condicionante para a votação da reforma administrativa.

"Os supersalários não podem, na visão de quase a unanimidade dos líderes, permanecer sem uma análise do projeto, aprovado no Senado tem um tempo."

A relatoria do projeto do extrateito está a cargo do deputado Rubens Bueno (Cidadania-PR). Assessores do partido se reuniram na semana passada com representantes da senadora Kátia Abreu (PP-TO), relatora do texto no Senado, para fazer ajustes finais.

"Queremos entregar essa resposta, que, sem dúvida, vai ser fundamental para fazermos a reforma administrativa, combatendo os principais abusos para poder ter, inclusive, autoridade moral de debater os desafios que têm as

“O fato é que tem muita remuneração que fura o teto. A regra constitucional não funciona, e a lei tem de se aplicar a todos os Poderes e todos os entes

Adriana Ventura
deputada
(Novo-SP)

necessidades de readequação dos custos do poder público", disse o líder do Cidadania na Câmara, Alex Mendante (SP).

Para a deputada Adriana Ventura (Novo-SP), é preciso "pôr o dedona ferida" e discutir o assunto tido como impopular. "A Constituição é muito clara de que existe um teto", disse a congressista. "Mas isso não acontece na prática por causa de todos os penduricalhos, e o fato é que tem muita remuneração que fura o teto. A regra constitucional não funciona, e a lei tem de se aplicar a todos os Poderes e todos os entes."

Em meio a essa discussão, uma regra editada em maio pelo governo Jair Bolsonaro autorizou parcela de servidores a receber mais que o teto. Entre os beneficiados estão o próprio presidente e ministros.

A portaria inovou ao criar uma espécie de teto duplo. Ela estabeleceu que o limite remuneratório incidirá separadamente para cada um dos vínculos no caso de aposentados e militares inativos que retornarem à ativa no serviço público.

Com isso, a medida significa que o teto total para esses servidores passa a ser de R\$ 78.586,64 por mês.

"Essa portaria do governo Bolsonaro recente autorizando que servidores militares acumulem com funções civis vai aumentar significativamente o número de salários extrateito na administração pública", afirmou Nunes, um dos autores do estudo sobre supersalários e pesquisador da UFPR (Universidade Federal do Paraná).

"O discurso é de combate a privilégios, mas as medidas práticas que são tomadas de fato contrariam totalmente esse discurso. Em alguns casos, assume-se a ideia de que esses privilégios são justificáveis."

Servidores com supersalários em relação ao total

■ Executivo ■ Legislativo ■ Judiciário

Vínculos com supersalários



Proporção de vínculos acima do teto, em %



Fonte: A elite salarial do funcionalismo público federal: sugestões para uma reforma administrativa eficiente

Judiciário, Congresso e PGR negam que tenham feito pagamentos irregulares acima do teto

OUTRO LADO

BRASÍLIA As Justiças Federal e do Trabalho, a PGR (Procuradoria-Geral da República), a Câmara dos Deputados e o Senado negaram que tenham efetuado pagamento de salários acima do teto constitucional. Segundo o CSJT (Conselho Superior da Justiça do Trabalho), em nota, "o que pode explicar a compreensão de que haveria extrapolção do teto seria a situação pontual que pode ocorrer de o magistrado receber em determinado período valores a título de férias antecipadas ou atrasadas, com o adicional de um terço correspondente."

Entre os benefícios que extrapolariam o teto, segundo o órgão, também estão "recebimento de abono permanência, ou mesmo eventual quitação de passivo de exercício anterior."

"Nesses casos, não se pode somar as referidas vantagens às que devem ser consideradas para efeito de teto", disse o CSJT.

Em nota, o CJF (Conselho

da Justiça Federal) negou irregularidades nos vencimentos de magistrados.

A Câmara, por meio de nota, disse que "cumpre integralmente as determinações legais relativas ao teto salarial dos seus servidores". Portanto, não procede a informação citada em sua mensagem segundo a qual a instituição teria ultrapassado limites neste que senado em 2018."

Já o Senado disse que não "efetua pagamentos em desconformidade aos preceitos legais". Ressaltamos que há parcelas remuneratórias que não são consideradas para fins de aplicação do teto constitucional, como a gratificação natalina, as férias, o auxílio alimentação ou o abono permanência."

A PGR afirmou que "todos os pagamentos feitos pelo Ministério Público Federal a título remuneratório a membros e servidores seguem critérios e previsões legais ou atendem a decisões judiciais".

O TCU (Tribunal de Contas da União) disse que o tema era tratado em processo de relato-

“O fato é que tem muita remuneração que fura o teto. A regra constitucional não funciona, e a lei tem de se aplicar a todos os Poderes e todos os entes

Adriana Ventura
deputada
(Novo-SP)

ria de Jorge Oliveira relativo à fiscalização contínua na folha de pagamento dos entes federais, e caminhou o acórdão. O TSE (Tribunal Superior Eleitoral) disse não ter os dados dos TRES (Tribunais Regionais Eleitorais).

Já o Ministério da Economia disse não ter como comentar os dados por não ter tido acesso ao estudo.

Afirmou ainda que a remuneração dos servidores públicos federais civis do Poder Executivo está condicionada ao teto constitucional, "excetuadas as hipóteses de parcelas remuneratórias e acumulações licitadas que não são consideradas pela sistemática de cálculo do abate-teto".

"Portanto, se a remuneração acumulada com vantagens pessoais ou de qualquer outra natureza exceder esse limite, aplica-se o abate-teto, exceto no caso de ocorrência de alguma das situações excepcionais mencionadas no parágrafo anterior ou da existência de decisão judicial", afirmou.

Governo dá R\$ 30 bi de desconto em renegociações de dívidas na pandemia

Em pouco mais de um ano, foram 308 mil acordos envolvendo débito total de R\$ 95,3 bi com a União

Bernardo Caram

BRASÍLIA Desde o início da pandemia do novo coronavírus, o governo concedeu desconto de R\$ 30,2 bilhões a empresas e pessoas físicas que renegociaram dívidas tributárias.

Dados da PGFN (Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional) mostram que, para viabilizar os acordos, a União abriu mão de receber cerca de um terço do total devido.

De abril de 2020 a maio deste ano, foram fechados 308 mil acordos envolvendo um débito total de R\$ 95,3 bilhões. Em média, cada devedor conseguiu uma redução de aproximadamente R\$ 100 mil para quitar dívidas — o prazo para pagamento do valor restante também foi ampliado.

Essas tratativas são resultado da Lei do Contribuinte Legal, em vigor desde abril do ano passado e que regulamentou a chamada transação tributária — mecanismo de renegociação de dívidas voltado a devedores em situação financeira crítica.

Técnicos do Ministério da Economia afirmam que a medida não foi aprovada intencionalmente para fazer frente aos efeitos da pandemia do novo coronavírus, mas foi útil para atender um grande número de empresas abatidas pelas restrições da crise sanitária.

Os descontos concedidos

no período seriam suficientes para bancar quase um ano de benefícios do Bolsa Família.

Embora o valor seja elevado, o governo argumenta que esses recursos dificilmente retornariam aos cofres públicos se não houvesse desconto e condições favoráveis para pagamento.

O procurador-geral-adjunto de Gestão da Dívida Ativa da

União, Cristiano Neuenschwander, afirma que essas reduções são concedidas apenas a quem realmente precisa.

“A transação tributária é a forma que existe para podermos recuperar a dívida. Em uma situação ordinária, essa dívida é considerada de difícil recuperação e ela realmente não entraria nas contas do governo não fosse essa possibilidade de chegar a um acordo e oferecer uma condição que se encaixa na capacidade de pagamento daquele contribuinte”, diz.

De acordo com a PGFN, se o contribuinte não cumpre o acordo até o final, os descontos são revogados e a cobrança é retomada pelo valor original da dívida.

A lei permite que o governo ofereça descontos de até 100% sobre multas, juros e encargos, respeitando o limite de 70% do valor total da dívida. O prazo máximo para os parcelamentos é de 145 meses.

Para companhias de médio e grande portes, os benefícios são menores, com desconto de até 50% do total do passivo e prazo máximo de 84 meses.

Um dos acordos mais recentes foi firmado com a Abril Comunicações. O grupo de mídia em processo de recuperação judicial assinou renegociação de R\$ 830 milhões em dívidas.

Diante de movimentações do Congresso, a equipe eco-

nômica tenta combater a ideia da criação de um novo Refis (programa de refinanciamento de dívidas).

Esse modelo difere da transação por não focar contribuintes que passam por crise financeira e oferecer benefícios a todos os devedores, mesmo aqueles em boas condições de pagamento.

“Aqueles que não precisam têm as condições normais para fazer a regularização das dívidas. O Refis sempre foi genérico, linear, dá desconto até para quem não teve nenhum abalo na crise”, afirma o procurador.

No pacote de reforma tributária em negociação com o Congresso, o Ministério da Economia busca o aval dos parlamentares para implementar um passaporte tributário.

A ideia é ampliar o mecanismo da transação tributária, mantidas as premissas que beneficiam contribuintes em dificuldade. No entanto, congressistas articulam a votação de um novo Refis, de autoria do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG).

O projeto, que foi incluído na pauta de votação do plenário da Casa, oferece descontos de até 100% sobre juros e multas, preservado o valor original do débito. O prazo dos parcelamentos chega a 175 meses. O texto ainda permite que empre-

sas usem créditos de prejuízo fiscal para abater as dívidas.

Na justificativa da proposta, Pacheco argumenta que a pandemia do coronavírus comprometeu a capacidade de as empresas pagarem os tributos devidos ao governo e afirma que os termos das transações tributárias têm “importantes impeditivos para a realização de acordos

razoáveis”, como descontos menores e prazos mais curtos para pagamento.

“O Congresso é que vai definir. O que tem de ficar claro é que [Refis e transação] são modelos diferentes. Tem de ter fundamento técnico e fiscal para dar o desconto”, diz o procurador.

Quando propôs ao Congresso as regras de transação, o objetivo da equipe do ministro Paulo Guedes (Economia) era justamente evitar a criação periódica de amplos parcelamentos especiais, criticados por, entre outros motivos, beneficiarem quem deixa de pagar impostos já contando com essas brechas.

Desde a criação da Lei do Contribuinte Legal, foram criadas pelo ministério diferentes iniciativas para renegociar as dívidas.

Em fevereiro deste ano, por exemplo, foi editada portaria que criou regras para a negociação de tributos vencidos de março a dezembro de 2020 e não pagos devido aos impactos da pandemia.

Em março, foi publicada outra portaria que reabriu os prazos para empresas entrarem no Programa de Retomada Fiscal. O texto reúne um conjunto de medidas para estimular a regularização dos débitos.

No momento, está aberto o programa que permite negociar, com desconto e entrada facilitada, débitos referentes ao pagamento de participação nos lucros a empregados sem a incidência das contribuições previdenciárias.

Há ainda a possibilidade de que o devedor faça uma proposta para que seja fechado um acordo individual com a PGFN. Na visão dos técnicos, regras desse tipo são suficientes para atender os impactados pela crise.

O QUE É TRANSAÇÃO TRIBUTÁRIA

É um modelo de renegociação de dívidas de empresas e pessoas físicas com o governo. Voltado apenas a contribuintes em grave crise financeira, oferece descontos sobre débitos e amplia prazo de pagamento

O QUE É REFIS

É um parcelamento excepcional de dívidas com a União, com descontos e prazos alongados. Difere da transação pelo fato de não ser focada em contribuintes em dificuldade. Os benefícios podem ser concedidos a todos os devedores, mesmo aqueles em boa situação financeira

R\$ 95,3 bi

é o total de dívidas renegociadas com o governo de abril de 2020 a maio de 2021

R\$ 30,2 bi

foi o desconto concedido pelo governo para viabilizar esses acordos

R\$ 100 mil

foi a redução média concedida a cada devedor que renegociou seus débitos



ACQUA DUO FLEX ELETRÔNICO
COMPATÍVEL COM OUTROS SISTEMAS DE AQUECIMENTO: GÁS, SOLAR OU BOILER.

Lorenzetti

O melhor banho do Brasil

SEJA ELÉTRICO, A GÁS OU HÍBRIDO, OFERECENDO SEMPRE MAIS CONFORTO PARA SUA FAMÍLIA.

LINHA DE CHUVEIROS ELÉTRICOS E ELETRÔNICOS



ACQUA STAR ADVANCED TOP JET

LINHA DE AQUECEDORES DE ÁGUA A GÁS



LZ 16000DE LZ 20000DE-I

Siga a Lorenzetti nas redes sociais

0800 016 02 11
www.lorenzetti.com.br

LORENZETTI

Mais do que você imagina

Qual é a agenda da reforma tributária?

Há duas, a dos impostos indiretos e a dos impostos de renda, com objetivos diversos

Samuel Pessôa

Pesquisador do Instituto Brasileiro de Economia (FGV) e da Julius Baer Family Office (JBFO). É doutor em economia pela USP

Há duas agendas de reforma tributária. A reforma dos impostos indiretos e a reforma dos impostos de renda. As duas têm objetivos diversos. A reforma dos impostos indiretos, ou dos impostos sobre a produção (ISS, ICMS, PIS-Cofins e IPI), objetiva reduzir o enorme custo de conformidade desses tributos. O objetivo, portanto, é a eficiência econômica. Essa é a reforma com potencial de gerar crescimento. O enorme custo de conformidade dos impostos indiretos reduz muito a eficiência produtiva da economia. As em-

presas precisam ter departamentos contábeis gigantes e, em razão do excesso de litígio que a complexidade estimula, têm que contratar escritórios de direito tributário. Em cada esquina do país há um escritório de direito tributário, o que permite que o setor produtivo conviva com o excesso de complexidade do sistema de tributos sobre a produção. É parecido com o que ocorre no período da inflação elevada. As empresas mantinham departamento financeiro gigante para administrar sua caixa e havia em cada esquina do país uma agência bancária. Os serviços bancários permitiam que o setor privado convivesse com a inflação. Somente isso. Se a inflação fosse em níveis civilizados, esses recursos poderiam ser empregados em atividades mais eficientes como pesquisa e desenvolvimento. A reforma dos impostos de renda objetiva elevar o grau de progressividade dos tributos. A agenda aqui é a redução da desigualdade. Um motivo adicional na reforma dos impostos de renda é a elevação da carga tributária. A carga tributária do Bra-

sil é bastante elevada em termos comparativos. Isto é, países emergentes quase sempre tributam menos que o Brasil. Mas não há nenhuma lei econômica que estabeleça que há uma carga máxima. Cada sociedade, por tentativa e erro, procura a carga tributária que lhe atenda. Temos no Brasil três regimes de tributação sobre a renda das empresas. As empresas que operam no regime do lucro real apuram o lucro contábil. Há algumas isenções e provisões que reduzem ou elevam o lucro fiscal e, por sua vez, há programas que reduzem o lu-

cro fiscal para efeitos da tributação. Um primeiro problema é que esses ajustes para alguns setores podem gerar alíquota efetiva de imposto muito menor do que a alíquota legal de 34% (soma do IRPJ e da CSLL). O segundo problema é que há empresas que operam em um dos dois regimes simplificados que existem: lucro presumido ou Simples. No lucro presumido a Receita Federal presume que 32% do faturamento é lucro e sobre essa parcela aplica a alíquota de 34%, que resulta em uma alíquota sobre o faturamento de 11%. Diversos setores — consultores, médicos, escritórios de advocacia etc. — têm custos muito menores do que 68% do faturamento, de sorte que são muito subtributados. O problema é ainda mais grave com as empresas que operam no regime do Simples. Para corrigir esses problemas, há dois enfoques possíveis. O

primeiro, manter o atual sistema dual que trata renda do trabalho de forma distinta da renda do capital, e o segundo enfoque, criar as condições para incorporar todas as rendas — do trabalho e do capital, incluindo alugueis, juros, arrendamento e dividendos — no Imposto de Renda da Pessoa Física. A proposta de reforma tributária do Imposto de Renda que o ministro Paulo Guedes enviou ao Congresso tenta aprimorar o atual sistema dual. Tratei das virtudes e problemas da proposta em minha coluna da semana passada. Uma boa análise da proposta está no Observatório de Política Fiscal do Ibr (bit.ly/2VgVEe7). Para conhecer a experiência internacional de imposto sobre a renda do capital, veja o excelente texto de Sergio Gobetti, "Tributação do capital no Brasil e no mundo" (bit.ly/3e1DLq1).

| DOM. Samuel Pessôa | SEG. Marcia Dessen, Ronaldo Lemos | TER. Michael França, Cecília Machado | QUA. Helio Beltrão | QUI. Cida Bento, Solange Srour | SEX. Nelson Barbosa | SÁB. Marcos Mendes, Rodrigo Zeidan

Ministros do G20 endossam taxaçoão de múltis

Acordo que prevê imposto corporativo global e cobrança nos países em que empresas atuam deve ser ratificado em outubro

Douglas Gavras

SÃO PAULO E VENEZA. Ministros das Finanças e presidentes dos bancos centrais do G20 reunidos em Veneza (Itália) aprovaram neste sábado (10) um acordo histórico sobre a tributação das multinacionais, que tenta introduzir um imposto corporativo global de 15%. O objetivo é taxar as empresas, sobretudo as gigantes de tecnologia, nos países em que elas geram suas receitas. No encontro na cidade italiana, essa reforma fiscal, cujas regras devem ser ajustadas até outubro, deu mais um passo para a sua implementação em 2023. O acordo foi comemorado pela secretária do Tesouro dos Estados Unidos, Janet Yellen, que pediu ao mundo que aja "rapidamente para finalizar" a reforma, enquanto o comissário da União Europeia para a economia, Paolo Gentiloni, falou de uma "vitória para a justiça fiscal".

Vários membros do G20, incluindo França, EUA e Alemanha, fazem campanha por uma taxa acima de 15%, mas ela não deve ser definida até a próxima reunião dos 19 países mais ricos do mundo e da União Europeia, em outubro. "Não há mais volta possível", saudou o ministro francês da Economia, Bruno Le Maire, apelando agora à "implementação efetiva da reforma da tributação internacional até 2023".

O ministro das Finanças da Alemanha, Olaf Scholz, também comemorou que o grupo de países tenha endossado a implementação de um novo mecanismo tributário para as empresas multinacionais, abrangendo 130 países. "Agora, é preciso trabalhar na finalização dos detalhes antes de nossa reunião de outubro para poder realmente trazer justiça ao sistema tri-



Policiais tentam conter ativistas durante protesto contra reunião de ministros das Finanças do G20, em Veneza. Manuel Silvestri/Reuters

butário global", disse Rishi Sunak, ministro das Finanças do Reino Unido. Mas alguns membros do grupo de trabalho da OCDE (Organização para o Desenvolvimento e Cooperação Econômica) que chegaram a um acordo de princípio em 1º de julho ainda não se posicionaram, como Irlanda e Hungria. A Irlanda pratica desde 2023 um imposto de 12,5%, que é muito baixo em comparação com outros países europeus,

o que lhe permitiu hospedar a sede europeia de várias gigantes da tecnologia, como Apple e Google. Negociada há anos, a reforma tributária se concentra em dois pilares: fixar uma alíquota mínima global e criar um sistema orientado para distribuir os impostos das grandes corporações de maneira mais justa, de acordo com os lucros obtidos em cada país, independentemente de sua sede. Estão na mira as cem em-

presas mais lucrativas do mundo, que, sozinhas, geram metade do lucro mundial, entre elas o chamado Gafa (Google, Amazon, Facebook, Apple), disse Pascal Saint-Amans, diretor do centro de política e administração fiscal da OCDE. O imposto mínimo global afetaria cerca de 10 mil grandes empresas. Uma taxa mínima efetiva de 15% geraria uma receita a mais de US\$ 150 bilhões por ano, de acordo com

a OCDE. A maior parte do dinheiro ficaria nos países nos quais as empresas realizam a maioria de seus negócios. Em junho, os líderes do G7 (grupo das nações mais ricas) já haviam endossado o acordo sobre o imposto aplicado às companhias. Segundo a OCDE, também palco das negociações, as regras seriam colocadas em vigor no ano que vem e aplicadas a partir de 2023. O presidente dos Esta-

dos Unidos, Joe Biden, disse que, "com um imposto empresarial mínimo em vigor, as multinacionais não poderão mais colocar países em confronto para cortar impostos e proteger seus lucros em detrimento da arrecadação pública". Enquanto o endosso político do G20 dará impulso aos esforços para chegar a um acordo final, questões técnicas permanecem. Elas incluem acordos que permitiriam que alguns países usassem alguma saída para não participar do acordo fiscal para incentivar investimentos. Outro obstáculo deverá ser a oposição do Partido Republicano no Congresso dos Estados Unidos. Biden, democrata, provavelmente precisará da aprovação legislativa para pelo menos alguns elementos da proposta. O G20 também apoiou a iniciativa do FMI (Fundo Monetário Internacional) de aumentar a ajuda aos países mais vulneráveis, com uma nova emissão dos Direitos Especiais de Saque (DES), no valor de US\$ 650 bilhões. Em abril do ano passado, o G20 decidiu conceder uma moratória do pagamento de juros da dívida dos países mais pobres. Na reunião mais recente, em abril, a medida foi prorrogada até o final do ano. No comunicado final da reunião, os ministros do G20 também expressaram preocupação com o surgimento de novas variantes do coronavírus, aliado ao baixo acesso a vacinas em países em desenvolvimento, como uma ameaça à recuperação econômica global. Os membros do G20 representaram mais de 80% do PIB (Produto Interno Bruto) do mundo, 75% do comércio global e 60% da população. Com AFE, Reuters e Financial Times

Magnata Richard Branson, da Virgin, deve ir ao espaço hoje

LOS ANGELES E WASHINGTON | REUTERS. Décadas após cultivar a reputação de ousado magnata com uma série de expedições em barcos e balões de ar, Richard Branson, fundador do grupo Virgin, está pronto para cruzar a fronteira final ao se lançar ao espaço num foguete para promover seu empreendimento de astroturismo. A Virgin Galactic Holding Inc deve enviar neste domingo (11) o VSS Unity, foguete da empresa com passageiros, em seu primeiro teste de voo com

tripulação completa à beira do espaço. O britânico bilionário está entre as seis pessoas que participarão do passeio. O avião espacial branco será transportado por um jato de porta-aviões de dupla fuselagem chamado VMS Eve (batizado em homenagem à mãe de Branson) a uma altitude de 15 quilômetros, onde a unidade será liberada e impulsionada por foguetes numa ascensão que quase vertical ao extremo da atmosfera. No ápice do voo, 89 quilô-

metros acima do deserto do Novo México (EUA), a tripulação passará por alguns minutos de ausência de peso antes de começar a descida. Se tudo andar conforme o plano, o voo durará 90 minutos e terminará onde começou — numa pista do Spaceport America, perto da cidade de apropriadamente chamada de Truth or Consequences (Verdade ou Consequências). A missão Unity 22 da Virgin marcará o 22º teste de voo da aeronave e a quarta missão

tripulada da empresa além da atmosfera da Terra. Mas será a primeira a carregar um grupo completo de viajantes espaciais — dois pilotos e quatro "especialistas da missão", com Branson entre eles. A Virgin Galactic já recebeu da agência americana de aviação licença para transportar passageiros em voos espaciais futuros — e tem cerca de 600 reservas, vendidas entre US\$ 200 mil e US\$ 250 mil cada uma. Há mais dois bilionários na

corrida espacial. Espera-se que Jeff Bezos, fundador da Amazon, esteja a bordo da viagem que a New Shepard, da Blue Origin — também dele —, deve fazer ainda neste mês. O outro bilionário no corredor é Elon Musk, fundador da Tesla e da SpaceX. A expectativa é que ele lance uma de suas naves Dragons SpaceX no segundo semestre de 2021 com uma tripulação completamente civil a bordo. A cápsula permanecerá orbitando por diversos dias.



entrevista da 2ª



Danilo Verpa/Folhapress

Guilherme Mello, 38

Graduado em economia pela PUC-SP e ciências sociais pela USP tem mestrado em economia política na PUC e doutorado em ciências econômicas na Unicamp. Coordenou a parte econômica do programa de Fernando Haddad (PT) a presidente em 2018 e o Plano de Reconstrução e Transformação do Brasil do PT em 2020. É professor do Instituto de Economia da Unicamp, onde coordena o programa de pós-graduação em desenvolvimento econômico.

Guilherme Mello

Regras fiscais não fazem mais sentido e precisam ser revistas

Um dos responsáveis pelo programa econômico do PT defende manutenção de metas de inflação e fiscal e câmbio flutuante

MERCADO

Fabio Zanini

SÃO PAULO Gasto público não é pecado, diz o professor da Unicamp Guilherme Mello, 38, um dos principais formuladores do PT na área econômica. Desde que seja, explica, uma despesa eficiente e que contribua para distribuir renda. Para isso, defende Mello, é preciso fazer uma completa reavaliação de toda a estrutura fiscal brasileira, que não se limita ao fim do teto de gastos. "O Brasil terá que discutir seu conjunto de regras fiscais a partir de 2023 [novo mandato]. Isso inclui fazer um balanço crítico de teto, Lei de Responsabilidade Fiscal, regra de ouro e PEC Emergencial. Por que a gente está sobrepondo uma regra a outra, e elas não fazem mais sentido", afirma.

Um dos coordenadores econômicos do programa de governo de Fernando Haddad em 2018 e do Plano de Reconstrução e Transformação do Brasil lançado pelo PT em 2020, Mello deverá ter papel semelhante na concepção das propostas da provável candidatura presidencial de Luiz Inácio Lula da Silva no ano que vem. Em entrevista à Folha, ele diz que o partido segue comprometido com o chamado tripé macroeconômico (metas de inflação e fiscal e câmbio flutuante), que foi uma marca dos governos de Lula, mas se esqueceu sob Dilma Rousseff. Também defende a propos-

ta do governo de Jair Bolsonaro (sem partido) de taxar dividendos, embora critique a fixação de uma alíquota única. Filiado ao PT há 16 anos, o economista diz ainda não ver necessidade de novos acentos de Lula ao mercado como fez em 2020, quando divulgou a Carta ao Povo Brasileiro. "O compromisso maior que o Lula pode oferecer é sua história, o que ele fez durante oito anos", afirma.

Um novo governo do PT seria como o de Lula, que teve como marca a responsabilidade fiscal, ou o de Dilma, que fez o contrário e terminou em recessão? Quando a gente coloca dessa forma, fica parecendo que há uma grande continuidade nos governos Lula e uma ruptura no Dilma. Os indicadores fiscais vinham bem até 2013. A dívida continuou caindo, inclusive a líquida, que é o indicador principal de solvência. Houve superávit primário até 2013. A gente tinha o maior estoque de reservas, então, do ponto de vista externo, a situação era de tranquilidade. Se queremos priorizar equilíbrio fiscal, temos que pensar como reativar a economia. Esse foi o grande erro dos governos [Michel] Temer [MDB] e Bolsonaro, a ideia de que primeiro coloca o fiscal no lugar e isso vai causar o crescimento econômico, gerar confiança.

Não houve erro de Dilma ao adotar medidas de interferência na economia, como forçar a redução na energia elétrica

ca e aumentar as desonerações? Muita gente fala que é a "nova matriz econômica" e a culpada de todos os males. Tudo que um economista liberal não gosta coloca lá. A tal da nova matriz dizia respeito a uma nova combinação de política macroeconômica. Não era abandonar o tripé [macroeconômico], continuou tendo metas de inflação e primária. Era uma espécie de flexibilização. Em termos de meta de inflação se falava em prolongar um pouco mais o período de tolerância. Olhando retrospectivamente, eu não faria exatamente essa política. Até a própria Dilma já falou que talvez tenha exagerado nas desonerações.

Qual o comprometimento atual do PT com o tripé macroeconômico? Está na nossa própria história, não com o tripé em si, mas com os objetivos de política econômica. O PT sempre teve clareza da importância de manter a inflação controlada. Até o final do governo Dilma 1 [2014], a inflação ficou dentro da meta. E, na questão fiscal, o Lula pegou o Brasil com uma relação dívida líquida/PIB de 60% e em 2015 estava em 36%.

A defesa do fim do teto não põe em dúvida o compromisso com a questão fiscal? O teto é uma regra para a qual não há paralelo no mundo. Vai contra as boas práticas recomendadas inclusive pelas instituições internacionais. Foi mal desenhado, tanto que o governo teve que aprovar a PEC Emergen-

“ O grande objetivo do teto, do jeito que foi criado, é reduzir violentamente o tamanho do Estado em 20 anos. Pegar uma regra ruim que todo ano é estourada, olhar o conjunto e fazer uma nova, isso atenta contra a responsabilidade fiscal? Eu diria o contrário: não fazer é que atenta. Você mantém um arcabouço caótico de regras fiscais em que nenhuma é seguida na prática, e no qual governos vão fazendo arbitrariamente remendos aqui e ali.

Muito se fala de gasto público como se fosse pecado, que tem que cortar. É o que a gente tem feito na ciência e tecnologia, educação, todas. E, sacateando todas. Gasto não é pecado. Ele pode ser gasto eficiente, que distribui renda, ou que concentra renda

cial para corrigir erros.

O Brasil terá que discutir seu conjunto de regras fiscais a partir de 2023 [novo mandato]. Isso inclui fazer um balanço crítico de teto, Lei de Responsabilidade Fiscal, regra de ouro e PEC Emergencial. Por que a gente está sobrepondo uma regra a outra, e elas não fazem mais sentido.

O grande objetivo do teto, do jeito que foi criado, é reduzir violentamente o tamanho do Estado em 20 anos. Pegar uma regra ruim que todo ano é estourada, olhar o conjunto e fazer uma nova, isso atenta contra a responsabilidade fiscal? Eu diria o contrário: não fazer é que atenta. Você mantém um arcabouço caótico de regras fiscais em que nenhuma é seguida na prática, e no qual governos vão fazendo arbitrariamente remendos aqui e ali.

O teto não é importante para evitar o descontrole de gastos? Muita gente alega que no governo Dilma teve o descontrole dos gastos. Mas o ritmo de crescimento de gastos foi igual ou inferior ao do governo FHC. Muito se fala de gasto público como se fosse pecado, que tem que cortar. É o que a gente tem feito na ciência e tecnologia, educação, todas. E sacateando todas. Gasto não é pecado. Ele pode ser gasto eficiente, que distribui renda, ou que concentra renda.

Qual sua opinião sobre a proposta do governo de taxar dividendos em 20%? O princípio é correto. A maior fonte de renda dos ricos é distribuição de lucros e dividendos. Tem uma questão distributiva fundamental de justiça social. Eu não gosto da ideia de taxar uniformemente, com uma alíquota única. Por que você taxa de maneira progressiva os ganhos sobre o trabalho e não os da renda do capital?

Com relação à reforma administrativa, a estabilidade no serviço público é intocável para o PT? Fim da estabilidade prejudica a atuação do servidor público, porque fica sujeito às pressões do governo de plantão. Pega o caso das vacinas; o servidor que denunciou tem a segurança de que não vai perder o emprego. Imagine como estariam as universidades públicas se não houvesse a estabilidade. Iam demitir todos os professores e contratar um monte de militar para dar aula.

Mas o PT defende alguma reforma no serviço público? É totalmente razoável pensar numa normatização mais adequada do teto remuneratório, para que todos os servidores de todos os Poderes se enquadrem naqueles limites, evitando penduricalhos, exceções. Muitas atividades do setor público vão acabar sendo afetadas pelas mudanças tecnológicas, precisa repensar o conjunto das carreiras, provavelmente reduzir o número. Em algumas, repensar o plano de carreira, o salário de entrada, que às vezes é muito próximo do teto, o que desincentiva o avanço.

Desde a saída do PT do governo, houve grande flexibilização da legislação trabalhista. É desejo do partido reverter essas mudanças? A reforma trabalhista tem que ser pensada no contexto das mudanças no mundo do trabalho. A uberização é um fenômeno, a precarização é evidente. Como a gente vai garantir alguma proteção para o pessoal que trabalha em aplicativos? Isso não quer dizer enquadrar na velha CLT, mas também não é deixar como está hoje.

Aqui não houve apenas uma reforma trabalhista, mas também desmonte dos sindicatos. Você não pode aceitar que daqui para a frente o vínculo determinante vá ser o precário formalizado. Não dá para falar em revogar o que foi feito de um dia para o outro, mas também não se pode aceitar que agora a realidade é essa e não tem nada a fazer.

O PT sempre teve como uma de suas bases o trabalhador assalariado dos setores privado e público. Como lidar com essa nova classe de uberizados e informais? Setem alguém que em condições de conversar com esse pessoal, é o PT. No fundo, essas pessoas são trabalhadores, não empreendedores individuais. Elas não têm capital, às vezes não têm nem a bicicleta para o delivery. Qual foi a grande questão dos governos Lula? Trazer para a economia uma série de pessoas que estavam excluídas ou precarizadas. E ele conseguiu formalizar, aumentar a renda, salário, emprego.

Em 2002, Lula fez diversos acentos ao mercado. É necessário renová-los no ano que vem? O compromisso maior que o Lula pode oferecer é sua história, o que ele fez durante oito anos. Manteve a inflação sob controle, gerou crescimento com emprego e distribuição de renda, reduziu a dívida pública. O que ele vai conseguir agora é como o Brasil vai sair dessa depressão em que entrou, qual a forma de tirar o país do buraco, do atoleiro em que se meteu nos últimos anos.

O PT tem parte da responsabilidade sobre esse atoleiro, não? É óbvio que em 13 anos de governo houve erros. Mas tem de colocar tudo num contexto internacional e político. Se você pegar o conjunto da obra, até 2014 houve inclusão social, crescimento econômico, geração de emprego. Já 2015 foi um ano muito duro, mas era possível reverter. O problema não é tropeçar e cair. O problema é não conseguir levantar de novo. O Brasil tropeçou, caiu e não consegue mais se levantar.

Há chance de o cenário econômico melhorar um pouco daqui até a eleição? Mesmo que se concretize crescimento previsto de 5%, tem que pensar o que isso significa. Parece bonito, mas tem que lembrar que caiu 4%. E com um mercado de trabalho completamente deteriorado, 15 milhões de pessoas desempregadas, 30% da população subutilizada, o endividamento das famílias explodindo, a inflação que vai bater 8,5%. É possível que o governo faça uma festinha, mas a vida do povo continua muito mal.

A rentabilidade do FGTS

De 2017 a 2020, retorno do FGTS foi generoso, deixando no passado décadas de juros pífios

Marcia Dessen

Planejadora financeira CFP (Certified Financial Planner), autora de "Finanças Pessoais: O Que Fazer com Meu Dinheiro"

O que você acha de uma aplicação sem risco, isenta de imposto de Renda, que rendeu 4,90% em 2020, enquanto o CDI bruto, antes de pagar IR, rendeu apenas 2,76%?

Que aplicação é essa, cujo dinheiro saiu do bolso do seu empregador, que conseguiu superar a inflação de 4,32% e rendeu o dobro do CDI líquido?

Pois essa foi a taxa de retorno do FGTS, que, além da rentabilidade tradicional de 3% ao ano, contou com a distribuição dos resultados dos investimentos do fundo.

No passado, período de alta

inflação, a poupança pagava TR + 6% ao ano, e o FGTS, apenas 3% ao ano, metade do que os poupadores conseguiriam se pudessem investir o dinheiro por conta própria e optassem pela poupança, por exemplo.

Era altamente recomendável sacar o dinheiro do FGTS, utilizando as poucas alternativas disponíveis, para tentar proteger esse patrimônio das perdas inflacionárias. Utilizar o saldo para comprar um imóvel residencial ou amortizar o financiamento imobiliário era (e continua sendo) um bom exemplo. Os tempos mudaram, e a ren-

tabilidade relativa do FGTS melhorou muito, por duas razões: redução da taxa básica de juros e distribuição de resultados aos participantes, ampliando a taxa de retorno sobre o saldo existente no último dia de cada ano.

Que lucro é esse que passou a ser distribuído aos trabalhadores? O patrimônio do FGTS, formado pelo saldo de todos os trabalhadores, é utilizado para financiar programas de desenvolvimento urbano, como a construção de casas populares, obras de infraestrutura e saneamento básico.

O FGTS recebe juros pelos empréstimos que faz, portanto, é justo que o resultado dessas operações de financiamento seja distribuído aos detentores desse capital. Antes tarde do que nunca...

A rentabilidade básica de 3% ao ano continua sendo creditada mensalmente, e a distribuição do lucro é feita uma única vez, no mês de agosto do ano seguinte.

Vamos olhar pelo retrovisor para avaliar a rentabilidade do FGTS em 2017 e 2020 e compará-la com alguns indicadores, o IPCA e a taxa do CDI, que

remunera os títulos privados, além de ser parâmetro de inúmeras aplicações financeiras no mercado.

A taxa de retorno líquida, isenta do Imposto de Renda, de 2017 a 2020, considerando 3% ao ano mais o lucro distribuído, foi 7,14%, 5,59%, 6,18% e 4,90%, respectivamente. Acumulou 26% no período. Nada mal...

Ganhou do IPCA

Com a distribuição do lucro, a rentabilidade superou com folga a inflação medida pelo IPCA, proporcionando juro real aos trabalhadores em cada um dos quatro anos desse período. Desempenho excelente em relação a outros investimentos.

Ganhou do CDI

A rentabilidade de superou a do CDI em 3 dos 4 anos do período. Em 2017 o CDI levou vantagem, mas o FGTS não decepcionou e pagou 85% do CDI líqui-

do do Imposto de Renda, considerando alíquota de 15%. Nos três anos seguintes, superou o CDI e pagou rendimento equivalente ao dobro do CDI líquido em 2020.

Ganhou da poupança

Como a rentabilidade mudou para 70% da Selic (sempre que a Selic for igual ou superior a 8,5%), a taxa de retorno do FGTS ganhou da poupança também.

Tudo isso para dizer que, se você precisa do dinheiro para despesas essenciais ou para reduzir dívidas, é compreensível que você renuncie a esse rendimento esvaziando os recursos que podem ser uma solução paliativa nesses tempos difíceis.

Entretanto, se for possível, avalie a possibilidade de deixar o dinheiro no FGTS. Com rentabilidade competitiva, vale a pena deixar esse capital trabalhando por você, aspirando a um futuro melhor.

marcia.dessen@gmail.com

| DOM. Samuel Pessoa | SEG. Marcia Dessen, Ronaldo Lemos | TER. Michael França, Cecilia Machado | QUA. Helio Beltrão | QUI. Cida Bento, Solange Srouf | SEX. Nelson Barbosa | SÁB. Marcos Mendes, Rodrigo Zeidan

Tributação sobre dividendo pode afetar fundos imobiliários

Proposta de reforma cria ruídos, mas tendência é de alta para aplicação com retomada da economia, dizem analistas

Isabela Bolzani

SÃO PAULO As mudanças propostas na segunda parte da reforma tributária podem afetar o retorno do investidor que aloca recursos em fundos imobiliários (FIIs). São dois pontos principais que podem influenciar esses resultados: a cobrança de impostos sobre os dividendos (parte do resultado do fundo, distribuído aos cotistas) e o tributo sobre o ganho de capital — cuja alíquota cai de 20% para 15% pelo texto enviado ao Congresso.

Os fundos também seguem obrigados a distribuir 95% dos lucros auferidos, mas a reforma propõe que a periodicidade do pagamento — que atualmente é semestral — passe a ser anual.

As operações do portfólio do fundo imobiliário em si continuam isentas de tributação.

Apesar de as mudanças propostas na reforma terem impactado o preço das cotas a curtíssimo prazo, analistas e executivos do setor afirmam que a tendência ainda é positiva para a indústria de fundos imobiliários.

"O que atrapalha é o ruído no caminho. O mercado perdeu bilhões só pelo ruído [trazido pela reforma tributária]. Mas quem tem visão de longo prazo aproveita [para comprar as cotas] em momentos como este", afirmou Gustavo Kosnitzer, responsável pela área de mercado de capitais da Warren.

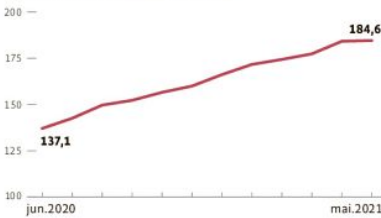
Ele diz que a indústria de fundos imobiliários chegou a perder R\$ 3,5 bilhões quando a reforma foi entregue.

O Ifix (Índice de Fundos de Investimentos Imobiliários) da B3, indicador básico do mercado que acompanha o desempenho médio das cotações dos FIIs negociados na Bolsa, terminou junho com 2.754,89 pontos — no mês anterior, estava em 2.816,46 pontos.

Em relatório divulgado pela XP recentemente, os analistas Renan Manda e Lucas Hon, da área de construção civil, shoppings, imóveis comerciais e FIIs, e a analista Maria Fernanda Violatti, de

Fundos de investimentos imobiliários começam a se recuperar

Patrimônio líquido total da classe, em R\$ bilhões



Fonte: Arbilma

research e real state (setor imobiliário), afirmam que ainda enxergam oportunidades para os fundos imobiliários no atual cenário.

"Destacamos que a proposta ainda pode sofrer alterações e ajustes no seu texto durante todo o processo de aprovação, até que chegue a sua forma final", escreveram.

Apesar de terem sofrido os impactos do coronavírus no primeiro semestre do ano passado — quando diversos investidores retiraram recursos da categoria diante do cenário da época —, os FIIs já começaram a demonstrar uma recuperação próxima aos níveis do ambiente pré-pandemia.

Os analistas afirmam, ainda, que a tendência é positiva diante das expectativas de recuperação da economia, e a retomada total das atividades a curto e médio prazos têm dado novo fôlego aos fundos imobiliários.

As estimativas são positivas tanto para os chamados fundos de tijolo — ou fundos de renda, que investem em imóveis físicos — quanto para as carteiras que alocam recursos em recebíveis imobiliários (fundos de papéis) ou em empreendimentos (fundos de desenvolvimento).

"Percebemos uma melhoria muito grande em cima das condições gerais porque o posicionamento que vemos na economia é diferente do que foi precificado no ano passado. Agora, a grande novidade é a tributação, mastemos que esperar para ver o que de fato

Como saber se o fundo está caro ou barato?

Cálculo

Pegue o preço do fundo e divida o pelo valor patrimonial da cota. Para saber o valor patrimonial da cota, basta olhar o último informe mensal do fundo. Para calcular esse valor patrimonial, caso seja necessário, basta pegar o patrimônio líquido do fundo e dividi-lo pelo número de cotas emitidas

Resultado

Um resultado **acima de 1** indica que a cota pode estar **supervalorizada**, enquanto valores **abaixo de 1** indicam o contrário: está barato e pode ser **hora de comprar**. Por exemplo, caso um fundo esteja negociando suas cotas a R\$ 300, mas seu valor patrimonial seja de R\$ 250, a relação entre preço e valor patrimonial é de 1,2 para esse ativo, o que significa que o mercado está precificando esse fundo por um preço maior do que seu valor real — ele está caro

Atenção

Valores muito abaixo de 1 podem indicar que os fundamentos da carteira não estejam tão sólidos e resultados muito acima de 1 podem acabar prejudicando o retorno do investidor

passa [no Congresso]", disse Henrique Garcia, executivo-chefe de operações responsável pelo desenvolvimento de produtos da SmartBrain, plataforma de controle e consolidação de investimentos. Levantamento recente feito pela Smartbrain usando o último relatório mensal da B3, de junho, apontou que 27,7% dos 198 fundos negociados na Bolsa tiveram retornos positivos no mês — ante 64,4% vistos em maio.

A maior rentabilidade do mês ficou com o Alianza FOF (fundo de fundos), que atingiu 102,75%. Em seguida veio o General Shopping e Outlets do Brasil (fundo de tijolo que investe em shoppings), que rendeu 28,78%.

No acumulado de 2021 até o fim de junho, 50 fundos tiveram performance positiva.

"Temos uma visão positiva da economia e, consequentemente, dessas carteiras. O aumento da Selic [taxa básica de juros] já está precificada. Isso significa que, se a Selic e a recuperação se mantiverem dentro da projeção, a tendência é positiva porque os imóveis mantêm uma correlação com a pandemia", afirmou Kosnitzer.

Para o segundo semestre, os especialistas afirmam enxergar uma recuperação gradual de classes específicas de fundos imobiliários que ainda não demonstraram uma volta tão forte — como é o caso dos shoppings.

"Alguns setores estão mais perto [dos níveis pré-pandemia] do que outros, mas a volta significativa ainda depende da abertura completa da economia e do ritmo de vacinação. Mas já vemos uma luz no fim do túnel", disse Renan Manda, analista de FIIs da XP Investimentos.

Apesar das boas expectativas, os analistas e executivos do setor sugerem cautela para os investidores que estão ingressando agora no mundo dos fundos imobiliários.

Segundo Thiago Godoy, diretor de educação financeira da Xped, vantagens como a liquidez do mercado, a diversificação do segmento e a possibilidade de renda mensal são aspectos que têm chamado a atenção do investidor iniciante.

"Existem, porém, alguns pontos importantes a considerar. O investidor deve ter clareza de seus objetivos e ciência que esse é um tipo de investimento que não pode ser traçado pensando em retorno a curto prazo", disse Godoy, para quem o ideal seria uma programação de, no mínimo, de três a quatro anos.

"É vale entender a taxa de vacância, o dividendo yield [rentabilidade dos dividendos], se o fundo está caro ou barato, avaliar os imóveis do fundo e a gestão da carteira."

IPOs podem bater novo recorde e movimentar até R\$ 250 bi neste ano

SÃO PAULO As ofertas públicas de ações (IPOs, na sigla em inglês) devem alcançar novos recordes ao longo do ano, dizem bancos de investimentos. A estimativa é que as operações somem de R\$ 200 bilhões a R\$ 250 bilhões até o fim de 2021 — o que pode significar o dobro do registrado em 2020 (R\$ 117,5 bilhões).

Neste ano, já foram lançados 29 IPOs, superando os 28 de 2020. Também já foram feitas 16 ofertas subsequentes de ações (follow ons), ante 23 em 2020.

Só para esta semana, a previsão é que haja a precificação de ao menos quatro IPOs, que devem movimentar R\$ 10 bilhões. Considerando todas as 22 ofertas esperadas (16 já protocoladas e com previsão para precificação até 5 de agosto e outras seis ofertas a confirmar), a movimentação total deve ultrapassar os R\$ 40 bilhões.

Segundo Gustavo Miranda, responsável pela área de investimento banking do Santander, as perspectivas positivas se baseiam em um bom cenário macroeconômico, que traz expectativas otimistas de crescimento da economia, por exemplo, e câmbio forte.

"Isso cria um cenário favorável. Pelo menos 70% das ofertas dessa nova safra são acima de R\$ 1 bilhão. Hoje temos cerca de 22 ofertas no pipeline [por vir] que podem movimentar mais de R\$ 40 bilhões. As ofertas vêm num tamanho maior, em uma boa escala e com nomes interessantes", diz.

Ainda de acordo com o executivo, há uma prevalência de empresas do setor de TMT (telecomunicações, mídia e tecnologia) entre as empresas que estão no pipeline — oito (36,4%) delas são voltadas para esse setor e podem movimentar R\$ 7,1 bilhões.

Em segundo lugar, vêm o setor de comércio e varejo (18,2%), com quatro empresas que podem movimentar R\$ 6,5 bilhões, e as companhias voltadas para indústria (13,6%), que podem movimentar R\$ 8,5 bilhões.

"É claro que enfrentamos um cenário de volatilidade quando olhamos para toda a discussão da reforma tributária, por exemplo. Mas acho que tem uma grande possibilidade de diálogo entre o governo e o setor produtivo. Isso acontecendo, acho que as perspectivas positivas para essa janela e para o restante do ano se concretizam", afirma o responsável pela área de investimento banking da XP Investimentos, Pedro Mesquita.

Apesar das estimativas positivas para o mercado de capitais, os executivos afirmam que esses números ainda podem mudar, uma vez que sua concretização depende de estabilidade do mercado e do apetite dos investidores.

Esse apetite pode ser sentido durante as conversas que as empresas têm com o mercado, antes de abrir seu capital efetivamente. Essas conversas acontecem normalmente durante o chamado bookbuilding.

Bookbuilding é o processo para definir o preço justo de uma ação. É por meio dele que os investidores institucionais sugerem a quantidade de ações que querem comprar e a qual valor. Com isso, a companhia sente a receptividade do mercado para a oferta e fixa uma quantidade consistente com as expectativas.

Executivos do mercado que preferiram não se identificar analisaram que já existem canalizações que podem reduzir sua oferta ou mesmo adiar a estreia na Bolsa de Valores, diante da demanda e dos retornos que têm recebido dos investidores.

Nessa lista estaria a Raizen, cuja oferta pretendia movimentar aproximadamente R\$ 10 bilhões e que, diante das análises que tem recebido do mercado, pode optar por reduzir o valor da sua oferta, segundo fontes.

Os investidores que quiserem participar das ofertas precisarão ter conta em um banco ou corretora — é por meio do home broker que o cliente costuma receber a mensagem sobre um novo IPO.

O prospecto (relatório que detalha informações da companhia e da oferta em si) pode ser encontrado no site da B3, a Bolsa brasileira (b3.com.br) e, segundo analistas, é importante que o investidor leia esse documento antes de tomar a decisão de investir na oferta. **Isabela Bolzani**



Veículo: G1	
Data: 09/07/2021	Caderno: Economia



Reforma tributária: Guedes reclama de pressão contra taxaço dos dividendos

Taxação em 20% dos dividendos —atualmente isentos de impostos — é a medida mais polêmica da proposta. 'Tem lobby, tem pressão, tem de tudo', afirmou ministro da Economia.

Por Jamile Racanicci e Jéssica Sant'Ana, TV Globo e G1 — Brasília

09/07/2021 18h22 Atualizado há 2 dias

O ministro da Economia, **Paulo Guedes**, reclamou nesta sexta-feira (9) de pressões contra a **proposta de taxaço dos dividendos** (parcela do lucro distribuída aos acionistas). A medida é a mais polêmica do projeto de reforma tributária do imposto de renda de pessoas físicas, empresas e investimentos, apresentada pelo governo em junho.

Atualmente, os dividendos são isentos de impostos. O governo propôs uma taxaço em 20%.

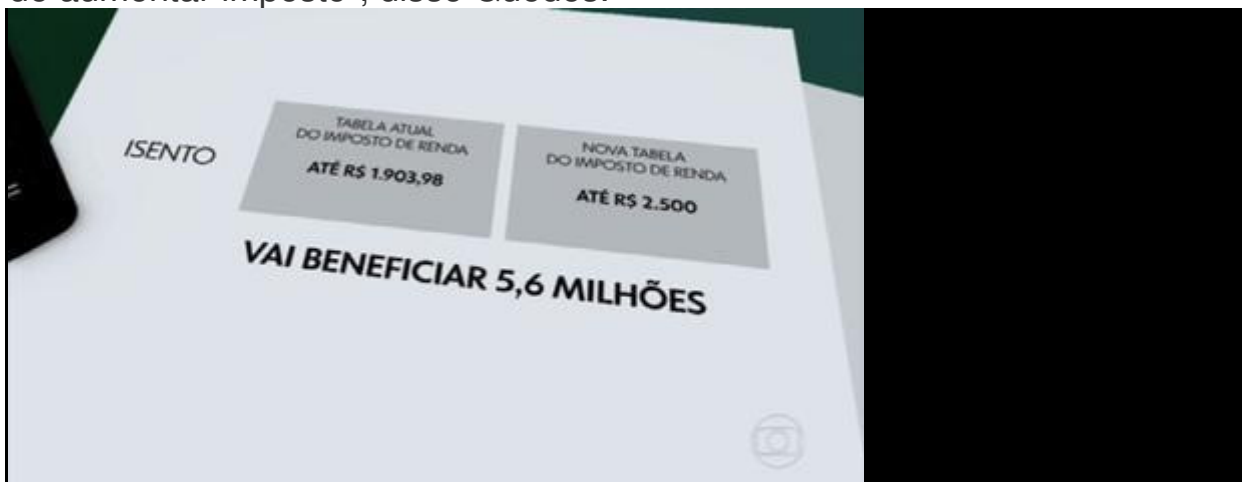
"Nós temos tecnologia para fazer tudo direito. Mas você sabe que é muito mais difícil no mundo real. Tem lobby, tem pressão, tem de tudo: lobisomem, mula sem cabeça, criatura do pântano, pirata privado", afirmou Guedes durante evento promovido pela Fundação Getúlio Vargas em homenagem ao professor Carlos Langoni, ex-presidente do Banco Central, que morreu no mês passado de Covid-19.

Guedes fez uma comparação entre o imposto sobre dividendos no Brasil e em outros países.

"A renda dos mais ricos — não interessa se vem de salários, alugueis, bônus bilionários ou dividendos —, ela devia cair no progressivo [tabela do IR em que a alíquota vai crescendo conforme a faixa de renda] e ponto final", declarou o ministro. "É muito difícil você explicar o imposto sobre dividendos estar entre 20 e 40% no mundo inteiro, e no Brasil é zero."

Ele disse, ainda, que a reforma tributária vai sair "bem feita" ou "não vai sair". O texto já está em tramitação na Câmara. O relator é o deputado Celso Sabino (PSDB-BA).

“Ou vai sair bem feito ou não vai sair [reforma tributária]. Não vai ter negócio de aumentar imposto”, disse Guedes.



Governo Federal entrega ao Congresso Nacional a nova etapa da reforma tributária

Críticas

Um grupo de mais de 120 entidades do setor empresarial enviou nesta semana uma carta ao presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), cobrando alterações na proposta.

Eles afirmam que a alíquota total de impostos federais cobrados sobre as empresas aumentaria, em média, de 34% para 43,2% com a tributação sobre os dividendos.

Líderes de nove partidos da Câmara divulgaram manifesto contra a proposta. Eles classificaram como “antirreforma” com o objetivo de “engordar os cofres públicos”.

Assinaram o manifesto os líderes de PSL, MDB, PSDB, Democratas, Solidariedade, Podemos, Novo, Cidadania e PV. A oposição também é contra o projeto.

As principais críticas são sobre:

- taxação em 20% dos dividendos, parcela do lucro distribuída aos acionistas que hoje é isenta de impostos;
- fim da dedução dos Juros sobre Capital Próprio (JCP), uma forma de remunerar os acionistas;
- redução de cinco pontos percentuais da alíquota do Imposto de Renda sobre Pessoa Jurídica (IRPJ), sendo a metade em 2022 e 2023. Empresas defendem um corte maior; e

- limite de R\$ 40 mil de renda anual para a pessoa física optar pela declaração simplificada de Imposto de Renda, o que afetaria 6,8 milhões de contribuintes. Guedes tem dito que não abre mão da taxaçoão dos dividendos. Porém, já **concordou em aumentar de cinco para dez pontos percentuais a reduçoão do IR das empresas.**

O corte pode ser ainda maior, de 15 pontos percentuais, caso o governo consiga **acabar com grandes subsídios**, como das indústrias de bebidas e petroquímicas.

As muitas pressões em torno da reforma tributária não darão trégua



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Larissa Quintino", "Victor Irajá

As críticas sobre a reforma tributária, mesmo com as indicações de correção de rotas que estão em estudo nos gabinetes do Ministério da Economia, não pararam. A proposta, entregue ao Congresso há duas semanas, gerou um grande mal estar entre o governo e empresários, uma relação que já estava equilibrada. A grita do setor produtivo brasileiro envolve o fato de que a abrupta mudança da alíquota de dividendos - de isenta para 20%, caso a proposta seja aprovada - irá aumentar o imposto pago pelo empresariado, afastando investimentos. Guedes não abre mão de taxar os dividendos, e vem defendendo reduzir subsídios setoriais para aumentar o desconto no imposto de renda da pessoa jurídica, e assim diminuir o total de encargos. Mesmo com o pedido para que o empresariado aproveite a 'janela de oportunidade' dos bons trânsitos do governo no Congresso, a resistência ainda é grande. O plano traçado com a Câmara e a expectativa de aprovar a medida antes do recesso parlamentar está ficando cada vez mais distante e há até quem ventile um passo atrás para evitar a insatisfação crescente e o insucesso do projeto.

Como mostra reportagem de VEJA desta semana, a revisão de isenções e das benesses garantidas a setores subsidiados são benquistas, mas tímidas diante do tamanho do descalabro tributário que se tornou o sistema brasileiro, que precisa de uma revisão mais ampla. 'O paciente econômico Brasil está com falência total de órgãos. O tratamento de apenas uma doença, no caso da revisão dos benefícios de setores, é positivo, mas apenas um paliativo', afirma Luiz Carlos Hauly, ex-deputado federal e autor de uma das propostas tributárias em tramitação no Congresso. 'Há consenso em torno da necessidade de uma reforma tributária completa. Diminuir os incentivos fiscais envolve boa intenção, mas representa uma escolha de Sofia, quando se separa as empresas que sobrevivem e as que morrem'.

A reação de cerca de 120 entidades de classe empresarial, que, na última quarta-feira, 7, endereçaram uma carta ao presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), colocaram mais fogo no assunto, que já parecia um incêndio na mesa do ministro. 'É inaceitável que, sob a intenção de melhorias no sistema tributário, se promova uma reforma que onere ainda mais quem investe em atividades econômicas, puna de forma desequilibrada os profissionais liberais, desorganize as estruturas empresariais e afugenta o capital financeiro', afirma a carta, assinada por entidades como Abimaq (Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos), Abit (Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção), Abrasca (Associação Brasileira das Companhias Abertas), Abert (Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão) e a ANJ (Associação Nacional de Jornais).

Até mesmo quem não assinou o documento, tal qual

entidades como a Anfavea, representante da indústria automotiva, também tecem críticas. A associação admite que a direção da proposta do IR está certa, mas a calibragem das alíquotas prejudica a proposta. Um dos grandes problemas visto pela indústria automobilística está na estratégia do governo, que preferiu fatiar a reforma em fases para facilitar a tramitação. Porém, ao entregar duas fases que oneram o setor produtivo - a unificação de impostos sobre serviços, a CBS e as mudanças do IR - e deixar outras solicitações para depois, como mudanças no IPI e desoneração da folha de pagamento, as reclamações apenas aumentaram. 'Defendemos uma ampla reforma. Reconheço que [o sistema tributário brasileiro] é um problema complexo, mas a discussão precisa ser completa.'

Ao sugerir mexer nos subsídios para aumentar o desconto do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica, o governo não resolve totalmente as insatisfações. No caso do setor imobiliário, as queixas se centram em outros dois pontos. Um deles é a taxação de fundos imobiliários, que são isentos e podem ter tributação fixada em 15%. 'Esse investimento que vai para um fundo imobiliário, é principalmente para imóveis novos. Esse investimento, quando da construção, reverte em mão de obra e em **arrecadação**, e é importante para a economia. Quando a gente fala de imóveis, sejam residenciais ou comerciais, há um efeito grande na retomada da economia. Deveria ser repensada essa tributação', afirma Luiz França, presidente da Abrainc.

Outro ponto está na alteração da tributação das sociedades de propósito específico, que são entidades de investidores que ficam embaixo das holdings, e que garantem fundos para a construção dos imóveis antes do crédito imobiliário. Hoje, elas são tributadas pelo lucro presumido (14%) e com a mudança deverão ser tributadas pelo lucro real (37,5%), regime não cumulativo. O grande benefício da não-cumulatividade é a possibilidade de aproveitamento de créditos, mas o

setor afirma que não vê grandes vantagens em créditos às companhias do ramo imobiliário. As cartas estão na mesa e a reclamação empresarial, seja ela ampla ou setorial, trouxe um verdadeiro quebra-cabeças à equipe econômica. Não será simples equilibrar todas as pressões.

Assuntos e Palavras-Chave: SEFAZ - Secretaria da Fazenda - Arrecadação

Opinião do GLOBO

Câmara precisa aprovar lei dos supersalários

Medida é primeiro passo no rumo de uma reforma administrativa ampla, que não poupe elite do funcionalismo

Está prevista para esta semana na Câmara dos Deputados a votação do projeto de lei aprovado no Senado em 2016 estabelecendo enfim as regras que limitam os salários do funcionalismo público ao teto constitucional, equivalente aos vencimentos de um ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), hoje em R\$ 39.293. A votação pretende pôr fim à farra dos supersalários e aos expedientes mais mirabolantes usados para burlar o teto. Trata-se, também, do primeiro e fundamental passo na urgente e prioritária reforma administrativa.

Cálculos do economista Daniel Duque, do Centro de Liderança Pública (CLP), estimam em 25 mil os servidores que ganham acima do teto, ou 0,23% dos 11 milhões de funcionários públicos brasileiros. Todos estão na parcela de 1% com maior renda no país. Representam 1% do funcionalismo federal, 0,4% do estadual e 0,02% do municipal. É essa minoria, concentrada sobretudo no Poder Judiciário e no Ministério Público — onde são comuns holerites superiores a R\$ 100 mil —, que forma a

elite do funcionalismo. É também dela que partem as maiores resistências às reformas necessárias para transformar o Estado brasileiro.

O projeto de lei dos supersalários, relatado pelo deputado Rubens Bueno (Cidadania-PR), se distingue em alguns pontos daquele aprovado no Senado em 2016, sobretudo ao estabelecer limites para os célebres “penduricalhos” que costumam engordar a remuneração dos servidores. O texto não elimina definitivamente o acúmulo de até duas fontes de renda sujeitas a tetos separados, expediente comum entre os militares que aceitaram cargos no governo para ampliar seus vencimentos (e objeto de portaria recente do Ministério da Economia).

Mesmo assim, restringe a prática e traz um enorme avanço à esbórnica em que se transformou a concessão de verbas indenizatórias, os célebres auxílios (moradia, viagem, paletó, alimentação etc.). No novo substitutivo prometido por Bueno, há travas para limitar essas verbas, de acordo com o patamar de renda do servidor.

Pela estimativa do CLP, a economia anual com os cortes nos supersalários ficaria acima de R\$ 2 bilhões, depen-

dendo de quanto for mantido em verbas indenizatórias legítimas. Do total de gastos acima do teto, 58,4% se concentram no governo federal, 41,1% nos estaduais e apenas 0,5% nos municipais. Pelo cálculo de Bueno, a economia giraria em torno de R\$ 3 bilhões. Pode parecer pouco num Orçamento com despesas de R\$ 1,5 trilhão, mas é impossível subestimar o valor simbólico de começar a retirar os privilégios da elite do funcionalismo.

É a ação corporativa dessa elite que tem impedido ao longo dos anos a realização da reforma administrativa profunda e justa que o Brasil exige. A Proposta de Emenda Constitucional 32, encaminhada pelo governo ao Congresso, peca pela timidez, justamente por não incluir os principais integrantes dessa elite, como militares, juizes, procuradores ou parlamentares. A aprovação do projeto de lei dos supersalários tem de ser apenas o começo. A PEC 32 precisa ser aperfeiçoada para incluir também quem ficou de fora. Só assim o Brasil poderá enfim ter um Estado eficiente e enxuto, capaz de oferecer os serviços com a qualidade que todos merecemos — e que caiba no nosso bolso.

OUTODOCOR/21-21



Fatura da crise. Distribuidoras pedem reconhecimento de perdas bilionárias à Aneel. Se o argumento for aceito, valor pode acabar sendo cobrado de forma parcelada na conta de luz nos próximos anos

CONTA DE LUZ

ESFORÇO CONTRA CALOTE

Com perdas de R\$ 5 bi na pandemia, distribuidoras facilitam renegociação

BRUNO ROSA
bruno.rosa@oglobo.com.br

Após o aumento da bandeira vermelha nível 2 para R\$ 9,49 a cada cem quilowatts-hora consumidos a partir deste mês, as distribuidoras intensificaram ações para combater o calote. O receio é de um aumento da inadimplência, que já afetou o caixa das empresas em 2020, em razão da pandemia. Neste cenário, vale quase tudo para incentivar o pagamento da conta de luz: parcelamento em até 12 vezes, negociação facilitada por WhatsApp, desconto de 40% na primeira fatura via *cashback* e estímulo ao uso consciente de energia.

A preocupação não é à toa. As distribuidoras iniciaram uma negociação com a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) para o reconhecimento de perdas

estimadas em R\$ 5 bilhões no ano passado, quando houve redução de consumo e aumento do calote. É um prejuízo que pode acabar sendo pago pelo próprio consumidor, em um mecanismo que criaria pressão adicional na conta de luz, segundo os analistas.

CONTA 8% MAIS CARA

De acordo com Marcos Madureira, presidente da Associação Brasileira de Distribuidores de Energia (Abradee), a situação é preocupante, já que as empresas ainda tentam negociar as perdas de 2020. Em junho, o índice de inadimplência ficou em 3,83%, menos que os 4,45% de igual mês do ano passado. Em abril, porém, o volume de calotes chegou a 6,41%, no maior patamar do ano.

— O nível de inadimplência

está em patamar elevado. O atual cenário cria mais pressão para perda de receita via inadimplência ou redução do volume de consumo. E isso ocorre depois da crise gerada pela pandemia de Covid-19. Hoje, as empresas estão em negociação para que a Aneel reconheça um prejuízo de R\$ 5 bilhões — disse Madureira.

As perdas devem ser analisadas pela diretoria da Aneel nas próximas semanas, mas ainda não há data. Caso elas sejam reconhecidas, devem ser pagas pelo consumidor de forma parcelada nos próximos anos, segundo fontes do setor.

Marcelo Gama, sócio da Daemon Investimentos, aposta em alta na inadimplência. É possível que haja ainda mais um reajuste na bandeira vermelha nível 2 este ano, o que, segundo economistas, levaria a um

aumento de até 8% na conta de luz:

— As distribuidoras de energia em 2020 já tiveram um ano desafiador. Agora, a elevação dos custos, a retração no consumo e o aumento da inadimplência formam um cenário de tempestade perfeita, amplificando os desequilíbrios econômico-financeiros para as distribuidoras.

‘VAMOS EVITAR CORTE?’

Até o fim de setembro, as distribuidoras não podem cortar a luz de clientes inadimplentes que têm a chamada tarifa social, destinada a consumidores de baixa renda. A Enel, com 18 milhões de clientes em Rio, São Paulo, Ceará e Goiás, está parcelando em até dez vezes as contas para os clientes em atraso. A distribuidora fez uma parceria com o aplicativo PicPay que concede

40% do valor de volta na primeira conta quando o pagamento é cadastrado no cartão de crédito, o chamado *cashback*.

Já a Light, com 4,3 milhões de clientes no Rio, faz negociação individual caso a dívida ultrapasse R\$ 2 mil e esteja em atraso superior a dois meses. Com dez milhões de clientes, a CPFL Energia, que atua em São Paulo e Rio Grande do Sul, classifica a inadimplência como “acentuada” e deu início a uma série de iniciativas, como parcelamento em até 12 vezes. Aos inadimplentes, a companhia passou a enviar nas

Cortada.

Fabiana paga conta atrasada e já ficou sem luz

contas a mensagem “Vamos juntos evitar o corte?”.

A Energisa, com oito milhões de clientes em 11 estados, também ampliou as “facilidades” e condições especiais, com descontos de até 40% e parcelamento em até 12 vezes. A empresa desenvolveu atendimento via WhatsApp, no qual basta o cliente digitar “parcelamento” para iniciar uma negociação.

RISCO DE AUMENTAR ‘GATOS’

A Neoenergia, presente em 18 estados e Distrito Federal com 15 milhões de clientes, desenvolveu ainda ações de eficiência energética, que vão desde a troca de resíduos, como itens para reciclagem, por descontos na fatura e projetos educativos para ajudar na redução do consumo.

Segundo Rafael Winalda, analista do Inter Research, o aumento nos preços pode não apenas elevar o calote como aumentar a incidência de ligações clandestinas, os chamados “gatos”:

— Isso vai afetar o fluxo de caixa das companhias.

Apesar das iniciativas de redução de consumo de energia, Fabiana Luiz, de 39 anos, vem atrasando o pagamento da conta de luz. Dona de uma loja de fotocópias na Uerj e com dois filhos, ela conta que, com as aulas remotas, as vendas caíram e por isso vem reduzindo seu consumo de energia em casa, já que essa foi a despesa que mais aumentou:

— Se não prestar atenção, metade do salário vai para pagar a conta. De noite não uso mais nada, só a televisão e a lâmpada da cozinha e do corredor. Mesmo assim, pago mais do que no início do ano.

Fabiana já teve a energia cortada e tem medo de ficar sem o serviço de novo. Ela diz que a pandemia a deixou mais dependente de energia elétrica:

— Como vou ficar sem luz com duas crianças? Tudo é on-line, até o estudo dos meus filhos.

(Colaborou Alex Braga, estagiário sob supervisão de Danielle Nogueira)



Ampliação do mercado livre de energia pode ser antecipada

Projeto em estudo reduz volume necessário de consumo para ingressar no ambiente em que o consumidor negocia preço com gerador

A escalada de preços dos combustíveis e da conta de luz pode acelerar as discussões sobre a ampliação do mercado livre de energia — no qual o consumidor negocia o preço diretamente com o gerador ou comercializador da energia. Hoje, ele é acessado apenas por grandes indústrias. A intenção é que nesse segundo semestre a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) apresente, em parceria com a Aneel, projeto para permitir a abertura do mercado livre para consumidores de menor porte, com conta inferior a R\$ 110 mil por mês. A

ideia inicial era apresentar esse estudo apenas em 2022.

Isso vai permitir que mais consumidores possam comprar eletricidade no mercado livre, que nos últimos anos apresentou preço entre 20% e 30% menor em relação aos valores praticados pelas distribuidoras. Isso ocorre porque no mercado livre é possível vender energia de diferentes fontes geradoras, como hidrelétrica, eólica, solar e térmicas.

A mudança é um passo importante para permitir a entrada dos consumidores residenciais no mercado livre, o que já ocorre em países como

Portugal, EUA e Austrália.

Hoje, pode aderir ao mercado livre quem tem consumo de 500kW médios (cerca de R\$ 110 mil por mês). O estudo vai definir faixas menores de consumo para o acesso. A princípio, a redução começará a valer em 2024. A medida provisória de privatização da Eletrobras previa a abertura total do mercado em 2026, mas o item caiu na tramitação.

DE 22 MIL PARA 5 MILHÕES

Com o potencial estimado, o número de consumidores do mercado livre poderia passar dos atuais 22 mil para cinco

milhões em um primeiro momento. Desde 2019, o total de acessos dobrou. E é de olho nesse potencial que gigantes do setor, como a BR Distribuidora e a Eletrobras, já se movimentam para ampliar sua atuação na área.

—O futuro é livre. Todos os consumidores vão ter essa opção. É preciso fomentar a discussão — diz Rui Altieri, presidente do Conselho de Administração da CCEE.

Segundo ele, a ideia é que a mudança, com redução do patamar de consumo necessária para ingressar no mercado, seja gradual, pois é preciso defi-

nir as regras envolvendo os contratos de longo prazo das distribuidoras de energia. Isso porque se a distribuidora perder clientes em patamar acima do previsto, quem continuar terá custo maior, pois isso é repassado no reajuste tarifário.

Para especialistas, o estudo é uma alternativa ao Projeto de Lei 414, que está parado na Câmara dos Deputados, sem previsão de ser votado. Victor Ribeiro, gerente de Assuntos Regulatórios da Thymus, acredita que a votação do projeto é importante para que o país se aproxime de outros mercados:

—O PL vai colocar as condi-

ções para que essa migração ocorra, permitindo a entrada de consumidores residenciais. Ele prevê, por exemplo, questões como a modernização das redes, reduzindo as barreiras técnicas. Nos EUA, o custo da energia caiu 31% em dez anos em estados que aderiram ao mercado livre. (Bruno Rosa)



Reforma tributária pode atrair 7 milhões para PGBL

Com teto para declaração simplificada, modalidade fica mais atraente pela possibilidade de dedução de 12% da receita anual

Valor Investe

RAFAEL GREGÓRIO
economista@oglobo.com.br

Se for aprovada pelo Congresso nos termos em que foi apresentada pelo governo, a reforma tributária terá implicações sobre a previdência privada, segmento que escapou das revogações de isenção de Imposto de Renda propostas sobre outras aplicações.

O projeto poderá tornar mais atraentes planos do tipo PGBL (Plano Gerador de Benefício Livre) para um contingente de quase 7 milhões de contribuintes de classe média, em detrimento daqueles do tipo VGBL (Vida Gerador de Benefício Livre).

No PGBL, o contribuinte pode deduzir o equivalente a 12% da renda bruta anual em aplicações realizadas no plano. Em contrapartida, o imposto incide sobre todo o valor dos resgates no futuro.

A pessoa adia o pagamento do tributo por vários anos, ganhando sobre o dinheiro economizado e, se ficar com a aplicação por ao menos dez

anos, pode até pagar alíquota menor de IR, de 10%, em vez dos 27,5% do topo da tabela que incide sobre os salários.

Já no VGBL, o imposto incide apenas sobre rendimentos acumulados, ou seja, o ganho de capital sobre os depósitos, mas sem possibilidade de dedução de percentuais de imposto ano a ano.

Ambas as modalidades podem seguir uma tabela regressiva, com menos impostos para aplicações mantidas por prazos maiores, ou progressiva, baseada em compensações e que pode interessar para resgates em prazos mais curtos.

Nas condições atuais, o VGBL é mais vantajoso para a maioria, já que apenas uma minoria declara o IR pelo modelo completo, que permite deduzir o PGBL.

SÓ NO MODELO COMPLETO

A potencial mudança de patamar do PGBL viria como reflexo da redução da abrangência do desconto de 20% para quem faz declaração simplificada de IR. O projeto enviado ao Congresso prevê que isso será possível para contribu-

NA PONTA DO LÁPIS

Veja exemplo de economia tributária com uso do PGBL no cenário pós-reforma

	ANTES DA REFORMA	DEPOIS DA REFORMA*** SEM PGBL	DEPOIS DA REFORMA*** COM PGBL
Rendimentos tributáveis	R\$ 100.000	R\$ 100.000	R\$ 100.000
Desconto da declaração simplificada*	-R\$ 16.754	R\$ 0	R\$ 0
Dedução de aplicações em PGBL**	R\$ 0	R\$ 0	-R\$ 12.000
Receita líquida anual	R\$ 83.246	R\$ 100.000	R\$ 88.000
Imposto de renda	R\$ 12.461	R\$ 15.365	R\$ 12.065
Carga tributária efetiva	12,46%	15,37%	12,07%

* o desconto atual é de 20%, mas limitado a R\$ 16.754,34
** desconto de 12%, não cumulativo com o desconto da simplificada
*** já considera correção proposta para a tabela
Fonte: Receita Federal, Valor Investe e Fenaprevi

Edição de Arte

intes com renda de até R\$ 40 mil anuais. Com a mudança, cerca de 6,8 milhões de pessoas deixariam de poder deduzir 20% de sua renda bruta anual na declaração.

Como há no projeto algumas vantagens, como a mudança na faixa de isenção e a

correção da tabela, economistas estimam que, para quem tem renda anual entre R\$ 40 mil e R\$ 66 mil, o ganho com a redução do IR recolhido na fonte tende a superar a perda do desconto simplificado.

Mas, tanto para esses contribuintes como para os que ganham mais do que isso, a declaração completa de IR passa a ser obrigatória. E muita gente vai perceber que pode ser difícil alcançar despesas dedutíveis com saúde e educação que se aproximem dos 20% hoje permitidos, ainda que no teto de R\$ 16.754.

Assim, a possibilidade de, com o PGBL, reduzir em 12% a base de cálculo do im-

posto volta à mesa para muita gente e, segundo especialistas, aderir a um produto do tipo pode resultar em redução de imposto a pagar ou manutenção parcial de restituição.

No caso de uma pessoa com salário de R\$ 8,33 mil, totalizando R\$ 100 mil em renda anual, a dedução simplificada alcança o limite de R\$ 16.754 e é tributada sobre a diferença de R\$ 83.246, com o IR devido ficando em R\$ 12.461.

No cenário pós-reforma, e já considerando a correção da tabela, o IR devido saltaria para R\$ 15.365 se a pessoa não tiver deduções para fazer, já que a base de cálculo do im-

posto seria de R\$ 100 mil.

Caso invista R\$ 12 mil no PGBL, a base de cálculo do tributo cai para R\$ 88 mil e o valor devido recua para R\$ 12.065 mil. Ou seja, uma economia fiscal de R\$ 3,3 mil.

Mas a conta requer cuidado e disciplina para não ultrapassar o limite de 12% de dedução sobre a receita bruta anual.

Alessandro Fonseca, sócio da área de Gestão Patrimonial do escritório Mattos Filho, Veiga Filho, Marrey Jr. e Quiroga Advogados, vem falando com alguns clientes:

—A perspectiva deles é: já que estarei sujeito a uma nova tributação, o que tenho como mecanismo para diminuir a base?

Há cuidados e ressalvas antes de mudar a aplicação, diz Marcus Vinicius Gonçalves, sócio de Tributos da KPMG:

—Não é algo que valha para todos de maneira uniforme. É preciso ter em mente que lá na frente, quando começar a usufruir os recursos do PGBL, serão tributados tanto o principal quanto o rendimento. Já o VGBL não permite a dedução agora, mas, lá na frente, tributa só o rendimento.

Ele frisa que o planejamento não será simples:

—Se o que a pessoa sacar no futuro for menor que o piso de tributação, aí o PGBL faz todo sentido. Agora, se a perspectiva é de valores maiores, a escolha não é tão óbvia. Tem que fazer conta.

Devido à incerteza sobre como passará o projeto, outra recomendação é aguardar até dezembro, ou até a proposta ser aprovada, para decidir se vale mesmo fazer o PGBL.

Para não correr o risco de mudar o planejamento, e a regra do desconto simplificado acabar não sendo alterada.



EDITAL
Eleições para Diretoria e Conselho de Representantes

De acordo com o disposto no Art. 38 do Regulamento Eleitoral do AUFPU-SBSP, e também aprovado em Assembleia Geral de estatuto realizada em 8 e 9 de julho de 2021, convocamos eleições para a Diretoria e Conselho de Representantes do AUFPU-SBSP, para os dias 13, 14 e 15 de setembro de 2021.

As chagas candidatas à Diretoria devem ser inscritas junto à secretaria do AUFPU-SBSP, até 12 de agosto de 2021, de acordo com o disposto no Art. 41 do Regulamento Geral e no Art. 12 do Regulamento Eleitoral do AUFPU-SBSP.

As listas de candidaturas ao Conselho de Representantes deverão ser inscritas até o dia 02 de setembro de 2021, de acordo com o disposto no Art. 14 do Regulamento Eleitoral do AUFPU-SBSP. Podem candidatar-se a cargo de Diretoria ou de Conselho de Representantes os associados em situação regular até 12 de maio de 2021, que estejam em pleno gozo de seus direitos, de acordo com o disposto no Art. 40 do Regulamento Geral e no Art. 82 do Regulamento Eleitoral do AUFPU-SBSP.

São eleitores os associados sindicalizados em 13 de julho de 2021 que estejam em pleno gozo de seus direitos, de acordo com o disposto no Art. 36 do Regulamento Geral e no Art. 22 do Regulamento Eleitoral do AUFPU-SBSP.

Por conta da pandemia de COVID-19, as eleições se farão de forma eletrônica, por meio de sistema autônomo.

MOEDA VIRTUAL O Banco Central estuda a criação de uma versão digital do real. Entenda como vai funcionar

Que tecnologia será usada? Assim como o real convencional, a versão digital será emitida somente pelo Banco Central. Será coberta pelo sigilo bancário e pela Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

Qual será a diferença entre moeda soberana digital e criptomoedas como o bitcoin? O real digital será baseado no blockchain, a mesma tecnologia que originou criptomoedas como o bitcoin.

O real digital será reconhecido oficialmente como moeda no país. Dessa forma, seu valor será estável, sempre o mesmo do real convencional.

As criptomoedas não são consideradas moedas correntes no Brasil, mas sim um ativo. Por isso, o valor de conversão delas para uma moeda convencional, como o dólar ou o real, é instável.

Qual será a diferença na emissão do real digital e do bitcoin? O real digital será emitido exclusivamente pelo Banco Central do Brasil.

Quais serão as aplicações e vantagens do real digital? Contratos inteligentes: Pode facilitar a compra de um automóvel ou casa. O valor da compra em real digital cairia na conta do vendedor no mesmo momento em que a posse do bem passar para o nome do comprador, tornando o processo mais seguro e rápido. Internet das Coisas: Uma geladeira inteligente, que verifica os prazos de validade de um produto, por exemplo, poderá utilizar o real digital para dar ordens de compra on-line dos itens que precisam de reposição automaticamente. Compras internacionais: A moeda digital brasileira poderá ser interoperável com as de outros países. Pagamentos em operações de importação e exportação poderão ser feitos de forma mais rápida, simples e barata que o câmbio atual. Moeda programável: Valores em real digital poderão ser direcionados apenas para gastos predefinidos. Um vale-alimentação em moeda virtual poderá, por exemplo, ser programado para pagar apenas compras de comida. Prevenção à lavagem de dinheiro: O cumprimento de ordens judiciais de rastreio ou bloqueio de recursos ilícitos será mais simples e rápido.

REAL DIGITAL

BC quer evolução do Pix numa versão virtual da moeda brasileira

GABRIEL SHINOHARA E ELIANE OLIVEIRA *comem 40 anos do Brasil*

Uma geladeira inteligente, que consegue identificar que um produto está acabando, poder, de forma autônoma, comprar este item on-line e pagar virtualmente. No supermercado, tudo o que um cliente colocar no carrinho seria cobrado instantaneamente, sem que fosse necessário passar em um caixa. Comprar um sorvete no meio de um passeio em Berlim, com preço em euros, poderia ser feito com reais, como aconteceria no Rio. Essas são algumas experiências que prometem vir realidade num futuro próximo com o desenvolvimento do real digital, uma versão virtual da moeda brasileira que o Banco Central (BC) desenvolve desde o segundo semestre do ano passado.

O projeto ainda está no início, mas é pauta de reuniões semanais que envolvem o presidente do BC, Roberto Campos Neto, diretores e técnicos. O tema é encarado por eles como mais um passo na agenda de modernização do sistema financeiro, uma das prioridades da instituição nos últimos anos.

Atualmente, os brasileiros já contam com uma série de recursos digitais para facilitar a movimentação de dinheiro, como o Pix. A diferença entre o sistema de transferências instantâneas e a moeda digital é que, neste último caso, será possível movimentar reais que não existem fisicamente. Para os técnicos do BC, será uma evolução do Pix no sentido de facilitar e ampliar o acesso a transações financeiras mais ágeis e de menor custo.

O esforço do BC faz parte de uma corrida tecnológica que envolve bancos centrais de vários países para desenvolver moedas soberanas digitais (Central Bank Digital Currencies, CBDCs), usando tec-

nologia parecida com a que originou criptomoedas como o bitcoin. Com a diferença de que serão emitidas pela autoridade monetária dos países.

Como ponto de partida, o BC brasileiro já estabeleceu como diretriz que o real digital será uma extensão da moeda física e que só existirá virtualmente. O brasileiro poderá escolher lidar com seu dinheiro de forma convencional ou digital. Uma diferença fundamental entre o real tradicional na conta corrente e o digital é a impossibilidade de sacar a moeda virtual. Essa versão não terá um correspondente em papel-moeda. Servirá apenas para transações eletrônicas, sempre rastreadas para impedir fraudes e falsificações.

BUSCA EM MAIS DE 60 PAÍSES

Como o real digital será emitido pelo próprio BC, a divisa carregará o risco soberano do Brasil. A custódia da moeda ficaria com agentes financeiros, mas ela seria garantida pelo BC. O real convencional que hoje é depositado por um cliente numa conta corrente é utilizado pelos bancos como base para suas operações, como fornecer crédito para outra pessoa ou empresa. Por isso, o risco relacionado ao saldo de um correntista também está ligado à possibilidade de seu banco quebrar. No caso do real digital, o risco será do país.

O real digital será baseado em uma tecnologia parecida com o blockchain, sistema que permite rastrear o envio e recebimento de informação pela internet. É a mesma tecnologia que possibilitou o bitcoin, representante mais conhecido das criptomoedas. Mas o real digital será diferente de uma criptomoeda. Ele será uma divisa com lastro na própria moeda — ou seja, o real — o que o bitcoin não tem. Outra diferença é que o real digital deverá ter o saldo sem-



Inovação. O presidente do BC, Roberto Campos Neto, tem participado de reuniões semanais sobre o real digital

“É uma corrida global. Isso é o bitcoin do país. O primeiro que conseguir vai internacionalizar a sua moeda. Estará com uma vantagem competitiva”

Eduardo Alves, sócio da PwC Brasil

“A tecnologia para isso não é trivial”

Roberto Campos Neto, presidente do BC

pre armazenado em uma instituição financeira, e as transações ocorrerão por intermédio do sistema bancário. Hoje, criptomoedas são armazenadas em carteiras virtuais (wallets) e as operações entre usuários e corretoras não têm supervisão do BC.

Fernando Ulrich, professor da PUC-RS, líder da área de Educação da Liberta Investimentos e um dos maiores especialistas no tema, explica que o bitcoin e demais criptomoedas são regulados no Brasil e na maioria dos países, mas como ativos financeiros, um tipo de investi-

mento, e não como moedas: — Criptomoedas não são moedas legais, à exceção de El Salvador, que tem o bitcoin como moeda oficial. Poucas pessoas usam bitcoin como um meio de troca.

A implementação de moedas soberanas digitais, as CBDCs, está em estudo por mais de 60 bancos centrais ao redor do mundo, de acordo com uma pesquisa da consultoria PwC, e ganhou corpo após o Facebook anunciar planos de criar sua própria moeda digital. A China lançou na frente está fazendo testes do yuan digital, assim como a Suécia, que trabalha para viabilizar pagamentos instantâneos com a coroa sueca digital (e-krona). O desenvolvimento e os objetivos são distintos, dependem da necessidade de cada país.

O estudo não trata do caso brasileiro. Eduardo Alves, sócio da PwC Brasil, explica que o país está bem posicionado quando se trata de ideias, mas, na implementação, ainda está um pouco atrás. Ele acredita que o Brasil estará em uma posição melhor na próxima edição da pesquisa com a intensificação do projeto no BC.

— É uma corrida global. Isso é o bitcoin do país. O primeiro que conseguir vai internacionalizar a sua moeda. Estará com uma vantagem competitiva — disse Alves. No Brasil, o BC espera que o

real digital sirva principalmente para inovações financeiras. Para alguns especialistas, como Ulrich, o Pix é um “embrião” da moeda digital brasileira. As possibilidades vão depender do desenvolvimento do mercado, imprevisíveis em muitos casos. O BC, no entanto, já apontou algumas inovações esperadas, como os contratos inteligentes.

Na compra de um imóvel, por exemplo, a transferência de dinheiro seria feita simultaneamente ao registro da transferência da propriedade, acabando com a assimetria entre os dois momentos, que consome tempo, burocracia e eleva riscos. O mesmo tipo de automatização poderia se dar na relação entre empresas ou o governo e fornecedores, reduzindo desconfiâncias e dando maior transparência.

— Uma moeda digital em um contrato inteligente resolve tudo isso — diz Rodrigo Henriques, líder da área de Inovação da Federação Nacional de Associações dos Servidores do BC (Fenasbac).

ALTERNATIVA AO CÂMBIO

Outro impacto é o esperado nas transações internacionais. Compras de turistas no exterior ou processos de exportação e importação seriam simplificados se o real digital fosse interoperável com as moedas digitais de outros pa-

ises. Alternativa ao câmbio é outra promessa da inovação.

— Além de o usuário final ter outras possibilidades para pagamentos, pensarmos também em um sistema mais eficiente por trás, mais rápido e eventualmente até menos custoso — diz Patrícia Thomazelli, sócia do Renôo Penteados Sampaio Advogados.

Antes que essas funções se tornem reais, o BC tem um longo caminho. Os técnicos avaliam que os projetos internos deverão estar concluídos em dois ou três anos, assim como a preparação do mercado brasileiro, mas não há um prazo definido. É possível inclusive que os estudos cheguem à conclusão de que há solução melhor que a moeda digital, diz o coordenador dos trabalhos no BC, Fábio Araújo:

— Acharmos que eventualmente as economias vão convergir para isso, mas pode ser que a economia brasileira e a global ainda não tenham maturidade para uma CBDC. Então continuaremos com ferramentas mais tradicionais.

MUITAS INTERROGAÇÕES

O BC considera que ainda há mais perguntas do que respostas. O trabalho agora é encontrar soluções para uma série de dúvidas e possíveis vulnerabilidades que surgem nos cenários discutidos nas reuniões em Brasília. Trata-se de uma nova forma de lidar com o dinheiro que pode ter impacto em todos os setores da economia, a começar pelo bancário. Uma das dúvidas, por exemplo, envolve a possibilidade de transações off-line. Como compatibilizar essa interação com o princípio básico de rastreabilidade de uma moeda digital?

O presidente do BC, Roberto Campos Neto, num evento recente, disse que o desafio é como o de um carro entrando num túnel. É preciso conhecer o percurso após a saída: — A tecnologia para isso não é trivial.



MÍRIAM LEITÃO



blogs.oglobo.globo.com/miriam-leitao
 miriam.leitao@oglobo.com.br
 Com Alvaro Gribel (de São Paulo)



Não há espaço para o silêncio

A democracia ficou sob claro ataque nos últimos dias. Os comandantes militares e o ministro da Defesa fizeram manobras de intimidação para fortalecer Bolsonaro no momento em que o governo está sendo investigado no Senado. Em momentos assim, os meios-tons desaparecem. Todo silêncio é cúmplice. O presidente da Câmara, Arthur Lira, usou rede social para uma mensagem confusa, em que critica o "oportunismo", mas não diz a quem se refere. No único recado claro, Lira afirma que a Câmara "continuará com as reformas" para o desenvolvimento do Brasil. Que reformas?

A proposta do Imposto de Renda é desastrosa. Ataca da classe média às holdings,

eleva a carga tributária, complica o pagamento de impostos. Os números mutantes do ministro Paulo Guedes comprovam a falta de solidez. A proposta reduz o IRPJ em cinco pontos em dois anos, para compensar a taxa sobre dividendos. Dois dias depois, criticado, Paulo Guedes disse que poderia ser num ano só. Mais algumas críticas e ele falou em cortar 10 pontos. Não se improvisa sobre o sistema tributário, porque erros ferem a economia ou o Tesouro nacional. Arthur Lira promete consertar o projeto. Ora, ora. Devolva-se para melhores estudos e cálculos. A reforma administrativa eleva o risco de aparelhamento do Estado. O projeto de privatização da Eletrobras é um Frankenstein. Há propostas tramitando na Câmara que são ataques diretos ao meio ambiente e aos povos indígenas. Não é com ameaças aos contribuintes, servidores, indígenas e florestas que o Brasil terá desenvolvimento econômico.

Bolsonaro no décimo quinto dia sem resposta sobre o que houve no encontro com os irmãos Miranda voltou a ofender os senadores da CPI e confessou a própria incompetência. "Não posso tomar providência de tudo que chega a mim." O que chegou a ele foi a denúncia de corrupção em compra de vacina no meio de uma pandemia. Bolsonaro nunca desmentiu o relato do deputado

Luis Miranda de que levantou a suspeita de ser coisa do seu líder na Câmara, deputado Ricardo Barros. A frase de ontem mostra que os seus palavrões e sua vulgaridade nada resolveram. Ele começou a assumir que ouviu o que ouviu. E nada fez. Prevaricou.

A crise que os militares criaram na última semana continuará pesando sobre nós, porque eles não recuaram. A nota foi escrita para tentar amedrontar a

O presidente ataca a democracia, os comandantes militares ameaçam o Congresso. Em momentos assim, não cabe o silêncio

CPI, que acumula, a cada dia, provas de que as decisões na gestão da pandemia levaram a um aumento do número de mortes em centenas de milhares. O ministro da Defesa, Walter Braga Netto, esteve na cadeia de comando de algumas dessas decisões, quando era chefe da Casa Civil. Acima de Pazuello, estava Braga Netto coordenando o comitê da pandemia. E, acima dele, Bolsonaro. Os três tomaram decisões, ou deixaram de tomar, que levaram ao agravamento da tragédia brasileira.

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, na sexta-feira, fez um bom discurso e disse boas palavras. Sim, será inimigo da Nação quem provocar um retrocesso na democracia brasileira. O recado era necessário. Porém, Pacheco

co acha que a única coisa que faltou foi ele conversar com o comandante da Aeronáutica. Não há conversa que apague as palavras da entrevista do brigadeiro Carlos de Almeida Baptista Junior, na qual ele repetiu as ameaças da nota da véspera e ainda entrou na briga política. "Alguns valores como combate à corrupção, valores republicanos, foram a base da campanha do presidente Bolsonaro, que o elegeram. Para que a oposição volte, ela tem que combater esses valores." Essas palavras são absurdas, vindas de um comandante militar, que além disso lembra o que tem no coldre. "Um homem armado não ameaça", afirmou o brigadeiro. De noite, o comandante da Marinha em rede social apoiou o brigadeiro, invocando o "espírito de corpo forte". Os militares atacam a CPI enquanto o presidente repete aos gritos que pode não haver eleições. Felizmente, os ministros Luís Barroso e Alexandre de Moraes alertaram que ameaçar as eleições é crime de responsabilidade.

Os sinais são inequívocos. Tentar pôr panos quentes sobre o que os comandantes militares fizeram e disseram nos últimos dias é contribuir para o aumento dos riscos institucionais. O presidente ataca a democracia brasileira, os comandantes militares e ministro da Defesa estão dando cobertura. Em momentos-limite assim não há espaço para o silêncio.

Relação com empresários está ótima, diz Guedes

Ministro da Economia se reúne com relator da reforma tributária para discutir ajustes na proposta. Segundo o deputado, grandes mudanças já foram feitas no projeto. Texto deve ser apresentado a líderes na terça-feira

FERNANDA TRISOTTO
fernanda.trisotto@b3b.oglobo.com.br
BIASKUA

Após uma semana de críticas do setor produtivo à proposta de mudança no Imposto de Renda para pessoas físicas e empresas, que integra a reforma tributária, o ministro da Economia, Paulo Guedes, disse que não há mal-estar com o empresário. Guedes e sua equipe se reuniram ontem com o relator do projeto, deputado Celso Sabino (PSDB-PA) para discutir ajustes. O relator deve apresentar o texto a líderes na próxima terça-feira.

—A relação com os empresários está ótima. Todo mundo entendeu —disse o ministro, acrescentando que o que está sendo feito é uma recalibragem, uma “dosimetria”, sem dar detalhes.

Segundo o relator, já foram feitas grandes alterações no projeto, e as linhas gerais estão consolidadas. O que faltaria é a definição de alíquotas, ponto-chave nas críticas ao texto.

—Estou trabalhando com a diretriz de reduzir a carga tri-



Dosimetria. Segundo Guedes, o que está sendo discutido agora é apenas uma recalibragem nos termos da proposta

butária para o capital produtivo no país. Ou seja: ainda com a tributação de lucros e dividendos, a gente está planejando fazer uma redução efetiva da carga tributária sobre o capital produtivo e sobre os trabalhadores — declarou Sabino ao GLOBO.

Perguntado sobre a possibilidade de aprovação do projeto antes do recesso parlamentar, afirmou que é possível discutir mais a proposta:

—O substitutivo precisa ser amadurecido. Precisa fazer uma nova rodada de discussão com todos os atores. Tenho

uma convicção de que após a apresentação do substitutivo, muita gente que fala em discutir mais, em adiar a votação, já vai mudar de opinião e querer que vote no outro dia. Vamos dar uma guinada.

Em visita ao Rio Grande do Sul, o presidente Jair Bolsona-



“Tenho convicção de que após a apresentação do substitutivo, muita gente que fala em discutir mais, em adiar a votação, vai mudar de opinião e querer que vote no outro dia”

Celso Sabino (PSDB-PA),
relator da reforma

ro indicou em encontro com empresários a disposição do governo em alterar o projeto.

—Ele disse apenas que irá reajustar, fazer modificações no projeto —disse ao GLOBO o ministro da Casa Civil, Luiz Eduardo Ramos.

Nesta semana, uma carta de 120 associações empresariais criticou a proposta, dizendo que ela pode afastar o investimento do setor produtivo. Os empresários pedem que o tema não seja analisado de forma “açodada”. O principal nó se refere à tributação para em-

presas e a taxação de dividendos (até então eram isentos). O projeto apresentado pelo governo ao Congresso prevê taxação de 20%, com isenção de até R\$ 20 mil mensais.

A proposta original incluía redução da alíquota para empresas de 5 pontos percentuais ao longo de dois anos. Diante da repercussão negativa —nos cálculos das entidades empresariais, no cômputo geral o texto trará aumento da carga tributária —a equipe econômica passou a rever parâmetros. Nos bastidores, Guedes aceitou com a possibilidade de redução de dez pontos percentuais em 2022 desde que haja, como contrapartida, corte de R\$ 40 bilhões em subsídios.

Em encontro com empresários em São Paulo nesta semana, o ministro indicou a intenção de corrigir “distorções”, embora tenha se manifestado a favor da manutenção da taxação de dividendos. Na sexta-feira, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), disse que “fará de tudo” para reduzir o imposto de empresas em mais de dez pontos percentuais.

G-20 endossa aprovação de imposto de 15%

Tributação sobre multinacionais mira também gigantes de tecnologia. Regras devem ser ajustadas até outubro

VENEZA (ITALIA)

Ministros de Finanças e dirigentes de bancos centrais do G-20 confirmaram que chegaram a um acordo histórico para endossar a tributação

de multinacionais. A iniciativa tem o apoio de 131 nações.

Introduzir um imposto corporativo global de ao menos 15% para acabar com paraísos fiscais e taxar as empresas onde elas geram suas receitas são os pilares desta proposta, cujas regras devem ser ajustadas até outubro. A implementação ocorreria a partir de 2023. Esse patamar mínimo de 15% já havia sido aprovado pelo G-7 no mês passado.

— É uma espécie de revolução tributária — afirmou o ministro da Economia da França, Bruno Le Maire, acrescentando que não há mais volta possível.

No dia anterior, o ministro francês havia afirmado que a tributação mínima “deve ser

ambiciosa, deve pôr fim à corrida pelo imposto mais baixo, que é um impasse há anos”.

Vários membros do G-20, incluindo França, Estados Unidos e Alemanha, fazem campanha por uma taxa superior a 15%, mas ela não deve mudar até a próxima reunião dos 19 países mais ricos do mundo e da União Europeia, marcada para outubro, em Roma. O objetivo é que os líderes deem a aprovação final neste encontro da capital italiana.

Mas alguns membros do grupo de trabalho da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) que chegaram a um acordo de princípio em 1º de julho ainda não se posicionaram, como Irlanda e Hungria.

O ministro das Finanças alemão, Olaf Scholz, confirmou que todas as economias do G-20 aprovaram o pacto, enquanto a secretária do Tesouro dos Estados Unidos, Janet Yellen, disse que um grupo pequeno ainda se opõe, como Irlanda e Hungria, mas será encorajado a assinar em outubro.

— Vamos tentar fazer isso, mas devo enfatizar que não é essencial que todos os países estejam a bordo — disse. — Este acordo contém uma espécie de mecanismo de aplicação que pode ser usado para garantir que os países que são resistentes não sejam capazes de miná-lo, de usar paraísos fiscais que prejudiquem a operação deste acordo global.

A proposta tem como prin-



Tributação mínima. Para o ministro francês Bruno Le Maire, não há mais volta

cípio a distribuição dos impostos de grandes corporações de maneira mais justa, de acordo com os lucros obtidos em cada país, independentemente do local da sede.

Na mira estão as cem empresas mais lucrativas, que geram metade do lucro mundial, entre elas Google, Amazon, Facebook e Apple, explicou Pascal Saint-Amans, diretor do Centro de Política e Administração Fiscal da OCDE.

O imposto mínimo global afetaria dez mil empresas, cujo volume de negócios anual ultrapassa € 750 milhões. O imposto poderia significar aumento de arrecadação de US\$ 150 bilhões por ano.

O G20 quer apoiar a iniciativa do Fundo Monetário Internacional (FMI) de aumentar a ajuda aos países mais vulneráveis, com nova emissão dos Direitos Especiais de Saque (DES), de US\$ 650 bilhões.





Alinhamento. Após críticas ao projeto, Guedes (à direita) tem discutido corte maior da alíquota para empresas, como sugeriu o presidente da Câmara, Arthur Lira, mas medida depende de corte de subsídios

REFORMA TRIBUTÁRIA

IMPOSTO MENOR PARA EMPRESAS

Lira promete reduzir alíquota em mais de dez pontos e votar projeto até agosto

GERALDA DOCA, MANOEL VENTURA, GABRIEL SHINOHARA E JOÃO SORIMA NETO
 aconrui@oglobo.com.br
 @gabrielshinohara

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), disse ao GLOBO que vai "fazer de tudo" para reduzir em mais de dez pontos percentuais o Imposto de Renda das empresas (IRPJ), durante a tramitação da reforma tributária apresentada pelo governo ao Congresso, que se tornou alvo de crítica do empresariado e de especialistas. Lira defendeu o corte de subsídios e regimes especiais, como prega o ministro da Economia, Paulo Guedes, para abrir espaço a uma redução maior da carga tributária de companhias. Em evento ontem, o ministro afirmou que a reforma tributária "ou vai sair bem feita ou não vai sair".

A proposta entregue ao Con-

gresso prevê corte de 5 pontos percentuais na alíquota do IRPJ ao longo de dois anos, o que foi mal recebido pelas empresas. Diante da repercussão negativa, o ministro Paulo Guedes decidiu que o corte seria feito em um único ano. Posteriormente, passou a defender uma redução de R\$ 40 bilhões em subsídios para garantir um corte de 10 pontos percentuais no imposto de todas as companhias. Atualmente, o IRPJ é de 25% e também é cobrado percentual de 9% de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL).

—Vamos fazer de tudo para reduzir em mais de dez pontos percentuais (o IRPJ) — disse Lira. —A chance de haver aumento de carga é zero.

Em reuniões internas, Guedes tem feito cálculos sobre a possibilidade de cortar em mais de 10 pontos a alíquota

das empresas. O ministro já citou até a possibilidade de redução de 15 pontos. Mas, para que a ideia seja posta em prática, seria necessário encontrar formas de compensação. Há a possibilidade de o aumento de arrecadação registrado nos últimos meses — que para o Ministério da Economia é estrutural — ser usado para ajudar a fechar essa conta.

CRÍTICAS À RECEITA

Guedes participou ontem de evento da FGV em homenagem ao ex-presidente do Banco Central Carlos Langoni, que morreu em junho, vítima de Covid-19. Em sua declaração, o ministro agradeceu ao economista e professor da FGV Aloísio Araújo, que participava do encontro, pela ajuda com a lei das falências e a reforma tributária.



"Vamos fazer de tudo para reduzir em mais de dez pontos percentuais (o IRPJ)"

Arthur Lira (PP-AL), presidente da Câmara

"Nunca sai do jeito que a gente quer, Aloísio (Araújo). Mas fica tranquilo, ou vai sair bem feito ou não vai sair. Não vai ter esse negócio de aumentar imposto"

Paulo Guedes, ministro da Economia

—Nunca sai do jeito que a gente quer, Aloísio (Araújo). Mas fica tranquilo, ou vai sair bem feito ou não vai sair. Não vai ter esse negócio de aumentar imposto. Isso é conversa, não vai ter isso não — disse.

Ao GLOBO, Lira defendeu o corte de subsídios para compensar redução de impostos. Entre os benefícios que devem ser cortados está a indústria química:

—A indústria farmacêutica, por exemplo, merece ter subsídio? Vamos discutir. A petroquímica merece?

Lira fez coro a críticas à Receita Federal. Integrantes do próprio Ministério da Economia têm dito que o texto do governo foi "capturado" pelo Fisco, que incluiu dispositivos contra o planejamento tributário, entre outros pontos. O projeto, por exemplo, trata do uso de *offshores*, altera a distri-

buição de lucros entre controladas de uma mesma empresa, o planejamento sucessório e holdings familiares, que são demandas antigas da Receita.

—A Câmara vai retirar tudo que diz respeito à regulamentação e resolução da Receita Federal — disse, acrescentando: —Se depender da minha posição, a Receita vai deixar de legislar por resolução.

RELATÓRIO NA TERÇA-FEIRA

Lira afirmou ainda que o relatório do deputado Celso Sabino (PSDB-PA) será apresentado na terça-feira aos líderes da Câmara. Em seguida, será discutido nas bancadas. Segundo ele, se não houver recesso parlamentar, a reforma será votada este mês. Caso haja recesso, a votação será em agosto. Segundo Lira, a reforma só será votada com "amplo consenso".

—Tudo vai ser amplamente discutido, não é a vontade do presidente da Câmara que vai prevalecer. Nós vamos fazer de tudo para proteger os mais frágeis. Agora, quem é rico no Brasil tem que pagar imposto — disse.

Lira afirmou ainda que defendeu a manutenção da alíquota de 20% para lucros e dividendos. Hoje, eles são isentos, mas há articulação na Câmara para reduzir a alíquota do projeto. O governo propôs uma faixa de isenção de R\$ 20 mil, como forma de ajudar pequenas empresas.

Sabino se reuniu ontem com o Paulo Guedes. Após o encontro, disse que o relatório vai prever redução de carga tributária, sem detalhes.

—Vai ser um relatório enxuto. Vamos fazer redução de carga (tributária). Essa mágica vai ser desvendada na terça-feira — prometeu.

Fontes que acompanham o assunto de perto afirmam que menos de 30% do que foi proposto pelo governo serão aprovados. Em conversas reservadas, parlamentares e integrantes do governo afirmam que o limite de renda anual de R\$ 40 mil para ter acesso à declaração simplificada será alterado. A avaliação é que isso prejudicaria a classe média.

Levantamento do Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário (IBPT), com base no texto apresentado ao Congresso, indica que a carga tributária de médias e grandes empresas que declaram pelo lucro real teriam aumento de 44,29% a 71,5% com o projeto. Para as que usam o regime de lucro presumido, a alta seria de 51,6% a 135%. O aumento da carga seria resultado da taxa de lucros e dividendos. Para Gilberto Luiz Ramos, presidente do IBPT,

Relator quer estabilidade para empregados dos Correios

Texto da privatização, que ainda não foi protocolado oficialmente, prevê período de proteção de 18 meses e estabelece regra para PDV

BRASÍLIA

O relator do projeto que permite a privatização dos Correios, deputado Gil Cutrim (Republicanos-MA), incluiu no seu texto um trecho que prevê a estabilidade de 18 meses para funcionários da estatal após a venda da empresa. O texto, considerado ainda preliminar, foi mostrado a lideranças partidárias.

Além dessa medida, o texto, que ainda não foi apresentado oficialmente, esta-

belece as diretrizes para um Programa de Demissão Voluntária (PDV). Os funcionários que desejarem poderão pedir demissão após 180 dias da privatização.

Com isso, ele teria direito à manutenção de plano de saúde por um ano, mesmo período em que receberia uma indenização. O funcionário também poderia passar por um programa de requalificação para se preparar para o mercado de trabalho.

As mudanças no texto pa-

ra beneficiar os funcionários dos Correios foram pedidas por líderes partidários, numa tentativa de reduzir as resistências à proposta.

VENDA DE 100% DA ESTATAL

O texto também determina que os Correios serão 100% privatizados, como quer o governo. Como o GLOBO mostrou nesta semana, o modelo fechado pelo Ministério da Economia prevê vender a totalidade da estatal em um leilão previsto para março.

O governo chegou a estudar diferentes formas de privatização, como, por exemplo, segregar a empresa por regiões ou até por tipo de serviço. Mas decidiu retirar toda a participação da União na empresa.

O parecer também prevê que a venda seja unificada, sem segregação por regiões. Alguns parlamentares se mostravam preocupados porque uma possível venda segregada poderia prejudicar o atendimento de regi-

ões menos rentáveis, fora dos centros populacionais.

O relator ainda disse no projeto que a digitalização das comunicações traz mais competição com o negócio tradicional dos Correios, que são as entregas de cartas, cartões e telegramas.

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), afirmou nesta semana que a proposta deve ser votada entre julho e agosto. Depois disso, ela ainda deve passar pelo Senado.

Acompanhado da privati-

zação, o governo fará uma concessão para o serviço postal, que precisa ser universal, como prevê a Constituição.

Pelo plano do Ministério da Economia, é possível publicar o edital de privatização dos Correios até o fim do ano e realizar a operação até março de 2022.

Nesta semana, o procurador-geral da República, Augusto Aras, se posicionou contra a privatização total dos Correios, argumentando que a Constituição não permite a prestação indireta dos serviços postais e do correio aéreo nacional.

Para Cutrim, a venda está de acordo com a Constituição. (Manoel Ventura e Gabriel Shinohara)

VILMA
PINTOoglobo.com.br/economia
ecor.omsa@oglobo.com.br

Margem fiscal menor em 2022

Esta semana meu nome foi aprovado pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e pelo Plenário do Senado Federal para compor o Conselho Diretor da Instituição Fiscal Independente do Senado Federal, a IFI.

As IFIs são instituições públicas independentes destinadas a fortalecer o compromisso com a sustentabilidade das finanças públicas por meio das seguintes funções: avaliação do desempenho fiscal, realização de avaliações e previsões macroeconômicas e orçamentárias, e elaboração de estimativas de efeito fiscal de medidas que tenham impacto relevante. Adicionalmente, as IFIs atuam para acompanhar

de perto as chamadas metas fiscais.

Desde a sua criação, no fim de 2016, a IFI tem cumprido com excelência essas funções, aumentando a transparência das contas públicas, realizando estudos de eventos fiscais relevantes e apresentando para a sociedade previsões macroeconômicas e das contas públicas.

Considerando o atual contexto econômico e social em que o país se encontra, o papel da IFI ganha maior relevância. Artigo recente do Banco Mundial mostrou a importância das IFIs no contexto da pandemia da Covid-19 e destacou que, à medida que os países emergem da pandemia, os conselhos fiscais podem ajudar os governos a reorientarem o foco para finanças públicas, zelando pela sustentabilidade, dadas as suas características e atribuições singulares.

Mensalmente, a IFI divulga um relatório de acompanhamento das contas públicas, conhecido como RAF. Para trazer luz ao papel desempenhado pela IFI, no que diz respeito ao acompanhamento das metas fiscais, vale uma análise a respeito da regra fiscal do teto de gastos, considerando os novos números de inflação que foram divulgados.

Com a divulgação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo — IPCA de junho, é possível conhecer o limite máximo das despesas primárias que o governo central poderá utilizar no ano que vem. Esse in-

dicador reflete a variação geral de preços da economia brasileira e mostra que, no período de 12 meses até junho, os preços aumentaram cerca de 8,53%. Com isso, o limite máximo chega ao valor de R\$ 1,610 trilhão para o ano de 2022.

Esse limite de gastos se trata de uma regra fiscal criada no fim de 2016, que tinha como objetivo contribuir para a consolidação fiscal

Com mudança nas expectativas de inflação para o fim do ano, margem fiscal do governo deverá ser menor do que a prevista antes pela IFI

por meio de um maior controle nas despesas primárias da União. Pela regra, o limite máximo para gastos primários do governo central no ano corrente equivale ao limite do ano anterior corrigido pela variação do IPCA, para o período de 12 meses encerrado em junho do exercício anterior.

Quando foi criado o teto de gastos, a inflação encontrava-se em patamares elevados. Nos anos seguintes houve uma redução da inflação, fazendo com que o incremento nominal das despesas primárias sujeitas à regra fiscal fosse reduzido. Com a alta da inflação, o reajuste representa o maior desde a criação do teto de gastos, indicando que, nominalmente, as despesas primárias poderão crescer R\$ 124 bilhões em relação ao

limite de gastos do ano anterior.

Contudo, esse aumento no incremento do teto de gastos tem que ser olhado com cautela. Isso porque também depende da inflação do ano anterior o reajuste do salário mínimo do ano corrente, porém o índice é diferente do do teto de gastos. Como boa parcela das despesas primárias do governo é indexada ao salário mínimo, cabe avaliar o aumento no teto de gastos vis-à-vis o incremento vegetativo das despesas primárias indexadas à inflação, para conhecer a real margem fiscal que o governo terá no ano que vem.

A IFI faz esse monitoramento. De acordo com o último Relatório de Acompanhamento Fiscal da Instituição (o RAF de junho), a margem fiscal estava estimada em R\$ 47 bilhões. Contudo, dada a divulgação dos novos números de inflação, em que já é possível identificar o teto do ano seguinte, e também com a potencial mudança nas expectativas de inflação para o final deste ano, essa margem fiscal deve diminuir.

Por tudo que a IFI tem feito, em quase cinco anos de existência, sinto-me muito feliz por poder participar desse time de excelência. Desejo que a experiência adquirida em anos de trabalho com pesquisas na área de finanças públicas possa contribuir com o objetivo institucional de ampliar a transparência nas contas públicas.

Ausência de declaração final da cúpula evidencia crise atual do Mercosul

Bloco poderia adotar 'waivers' para negociação com terceiros, diz especialista. Setor produtivo defende integração regional

JANAÍNA FIGUEIREDO
E ELIANE OLIVEIRA
economista@globo.com.br
RIO DE JANEIRO

A última cúpula de chefes de Estado do Mercosul terminou sem declaração final. Um fato inédito nos 30 anos do bloco, completados em março, que mostra a profundidade da crise hoje enfrentada. Os caminhos para o Mercosul a partir de agora, afirmam especialistas ouvidos pelo GLOBO, não são simples.

Segundo confirmaram ao GLOBO fontes de governos que participaram da cúpula, o Uruguai se negou a assinar um texto que não incluisse sua visão sobre a necessidade de flexibilizar a dinâmica das negociações comerciais externas. A Argentina propôs, então, um documento firmado pelos outros três países, mas o Brasil defendeu que, entre duas opções ruins, era melhor não haver declaração.

Como serão superadas as tensões é uma pergunta que os negociadores do bloco não sabem responder. O Brasil se opôs a uma declaração

firmada apenas por três membros porque, segundo uma fonte do governo, "seria um sinal péssimo para o Mercosul". A Argentina pressionou, na tentativa de isolar o Uruguai, mas só conseguiu a adesão do Paraguai.

Além disso, agora que o Brasil assumiu a presidência *pro tempore* do bloco, a Argentina teme que o governo Jair Bolsonaro aproveite para avançar unilateralmente na redução da Tarifa Externa Comum (TEC, que taxa produtos de fora do Mercosul).

'FLEXIBILIDADE JÁ EXISTE'

Um caminho para superar os problemas, dizem especialistas, é continuar insistindo em que o bloco autorize negociações caso a caso, ou seja, uma espécie de *waiver*, ou exceção. Uma fonte do governo brasileiro lembrou que, no âmbito da Associação Latino-Americana de Integração (Aladi), os países do Mercosul já negociam individualmente com outros parceiros da região. Com o México, por exemplo, o Uruguai já fechou um tratado, e o Brasil negocia

a eliminação ou redução de tarifas de importação para cerca de 800 itens.

— A cada ano que passa temos mais exceções. O ideal seria renegociar o Tratado de Assunção, mas não existe clima pra isso. Se prevalecer o bom senso, deveriam ser negociados *waivers*, para que cada país possa avançar, e os demais, quando se sentissem prontos, se uniriam — diz Sandra Rios, do Centro de Estudos de Integração e Desenvolvimento.

Para ela, "a história do Mercosul é uma história de flexibilizações":

— Não é o caso de implodir o Mercosul, mas não parece aceitável congelar uma estrutura negociada há 30 anos e que tem demonstrado sua inadequação.

Para o consultor internacional Welber Barral, o anúncio feito na quarta-feira pelos uruguaios, de que vai negociar com terceiros, pode trazer consequências políticas e econômicas. Ele defende que as negociações em separado sejam autorizadas caso a caso e diz acreditar que a Coreia do Sul pode ser o primeiro



Encontro virtual. Alberto Fernández e os demais presidentes do bloco: Bolsonaro, Mario Abdo e Lacalle Pou, nas telas

país de fora da região a ter um acordo com apenas um membro do Mercosul.

O superintendente de Desenvolvimento Industrial da Confederação Nacional da Indústria (CNI), João Emilio Gonçalves, defende que os membros do Mercosul caminhem "alinhados estrategicamente":

— A flexibilidade negociadora, em grande medida, já está presente no âmbito do Mercosul. Por exemplo, na negociação dos acordos com Israel e Egito, os integrantes do bloco tiveram ofertas e tempos diferentes para redução de tarifas.

Já o presidente da Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB), José Augusto de Castro, considera que não haveria impacto significativo se o Uruguai negociasse com outros mercados, por se tratar de um mercado muito pequeno para o Brasil.

Em uma avaliação reservada, integrantes do governo brasileiro afirmam que a decisão do Uruguai é conveniente para o Brasil: o país vizinho pode levar à abertura de um precedente e soltar as amarras do Mercosul.

Mas, para os empresários brasileiros, qualquer alteração no Mercosul deve vir acompanhada da queda do Custo Brasil, conforme prometido pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, ao setor produtivo nacional.

— O apoio do Brasil a essa proposta é um grave equívoco, principalmente nesta fase em que assistimos o fechamento de fábricas e a redução da participação da indústria até mesmo no mercado interno — diz Gonçalves, da CNI.

'LIBERALISMO FORA DO TEMPO'

O Mercosul, mostram dados do Ministério da Economia, é o maior mercado de

destino das vendas de produtos industrializados do Brasil. Nos seis primeiros meses de 2021, o fluxo de comércio (soma de exportações com importações) do Brasil com os demais países do bloco aumentou 44,1%, uma das maiores taxas de crescimento no período.

O Mercosul, afirma Luiz Carlos Prado, professor do Instituto de Economia da UFRJ, "é um processo profundo de integração, e uma decisão de Estados que não pode simplesmente ser desconstruída":

— Faz sentido rediscutir relações econômicas internacionais, mas não desta maneira. Vamos reduzir a TEC para quê? O que vamos ganhar? Falta um estudo de impacto. O protecionismo está voltando no mundo, e não podemos cair num liberalismo fora do seu tempo — afirma Prado.

Abertura do Uruguai a terceiros é uma causa antiga

Governos de esquerda da Frente Ampla já buscavam flexibilização no Mercosul. Para Argentina, movimento é inadmissível

JANAÍNA FIGUEIREDO
jainaina.figueiredo@oglobo.com.br

A abertura do Uruguai ao mundo foi uma promessa de campanha do presidente Luis Lacalle Pou, que assumiu em março de 2020, às vésperas da pandemia. É uma causa nacional: os governos da Frente Ampla, entre 2005 e 2020, também demandavam ao Mercosul liberdade para negociar com terceiros países.

No ano 2000 o bloco aprovou a resolução 32, que reafirma “o compromisso dos Estados Partes do Mercosul de negociar de forma conjunta acordos de natureza comercial com terceiros”. A resolução, argumenta agora o Uruguai, nunca foi internalizada e, portanto, não está vigente.

O conflito surge porque anterior e superior a ela é o Tratado de Assunção, de 1991, cujo artigo 1º estabelece “uma

tarifa externa comum e a adoção de uma política comercial comum em relação a terceiros Estados ou agrupamentos de Estados”. Para a Argentina, com o anúncio de quarta-feira, o Uruguai viola esse artigo.

O pano de fundo são as pressões dos exportadores uruguaios para ampliar seus mercados. Para eles, o Mercosul os coloca em desvantagem na hora de concorrer em mercados externos, por exemplo,

na Ásia. Eles também estariam decepcionados com a estagnação do acordo entre Mercosul e União Europeia.

Os uruguaios argumentam que o Mercosul é uma união aduaneira imperfeita — a Argentina, lembram, aplica licenças não automáticas para barrar exportações. Então, por que o Uruguai não pode ter o benefício da flexibilização?

A Argentina considera isso inadmissível, pois seria abrir

a porta para que o Uruguai viresse uma espécie de Cingapura dentro do Mercosul. Segundo uma fonte da Casa Rosada, os uruguaios têm de optar: “ou estão no bloco ou negociam com terceiros”. O Brasil de Jair Bolsonaro e Paulo Guedes é a favor da abertura e estava disposto a dar essa flexibilidade ao Uruguai — na expectativa de se beneficiar no futuro.

Para o Uruguai, explicou uma fonte do governo Lacalle Pou, o que se busca é “a conquista de um direito”, sem que já haja uma lista de países com os quais negociar. O Mercosul, dizem governo, oposição e especialistas uruguaios, não foi um bom negócio.



Decreto de Biden mira concentração na economia

Texto endurece regras para fusões nos setores bancário e de tecnologia, além de criar diretrizes de proteção ao consumidor e redução de preço de medicamentos, a serem colocadas em prática pelos órgãos federais

DA BLOOMBERG NEWS
WASHINGTON

O presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, assinou ontem um decreto para ampliar a concorrência entre as indústrias americanas e no mercado de trabalho. As medidas buscam, por exemplo, reduzir os preços dos medicamentos, endurecer as regras para fusões nos setores de tecnologia e bancos, e dar aos trabalhadores mais poder para mudar de emprego e negociar salários.

O foco das medidas é o aumento acentuado na fusão de indústrias nas últimas duas décadas, que gera temores de que a concorrência e inovação estejam sendo sufocadas. Se plenamente implementadas, elas ajudarão, por exemplo, a reduzir os custos de internet e os preços de medicamentos.

Biden disse que o decreto "faz com que o governo federal se comprometa com a aplicação total e agressiva de nossas leis antitruste":

— Chega de tolerância a ações abusivas por parte de monopólios. Chega de fusões ruins que levam a demissões em massa, preços mais altos e menos opções para trabalhadores e consumidores.

A Casa Branca argumenta que a concorrência cada vez menor resultou no aumento

dos preços de itens essenciais, como medicamentos, e na redução dos salários dos trabalhadores, além de ser um entrave ao crescimento e à inovação.

"Estima-se que preços mais altos e salários mais baixos causados pela falta de competição custem US\$ 5 mil por ano à família média americana", afirma o decreto.

RESISTÊNCIA

Mas há resistências às medidas, como a da Câmara de Comércio:

— O decreto de hoje se baseia na crença errônea de que nossa economia está superconcentrada, estagnada e não consegue gerar o investimento privado necessário para estimular a inovação — afirmou Neil Bradley, vice-presidente da entidade.

O texto inclui 72 iniciativas de mais de uma dúzia de agências federais. O decreto ecoa medida semelhante do governo Barack Obama em 2016, que dizia que as agências governamentais, além de responsáveis pela aplicação das leis antitruste, tinham um papel a desempenhar na proteção de consumidores, trabalhadores e empresas contra monopólios de mercado na economia.

Ao contrário do atual presidente, porém, Obama não direcionou as agências a to-



Ação. O presidente americano, Joe Biden, assina o decreto para aumentar a concorrência: "Chega de tolerância a ações abusivas por parte de monopólios"

marem ações específicas, mas exigiu que apresentassem seus próprios planos. O decreto de Biden foi elaborado a partir de um relatório do Conselho de Consultores Econômicos.

Segundo o documento, a Comissão Federal de Comunicações (FCC, na sigla em inglês), por exemplo, terá de restabelecer as regras que impediam provedores de internet de bloquear ou desacelerar o download de

conteúdos, conforme o plano do usuário. Essas regras haviam sido implementadas no governo Obama, mas foram revertidas sob Donald Trump.

COLETA DE DADOS

A FCC também terá de impedir que provedores de internet negociem acordos exclusivos com locadores que deixem aos inquilinos apenas uma opção de internet. E as taxas de cancela-

mento terão um teto.

Além disso, a FCC terá de estabelecer regras sobre coleta de dados por empresas de tecnologia e regulamentos que proibam "métodos desleais de concorrência" pelas maiores plataformas de tecnologia.

No setor bancário, o Departamento de Justiça precisará atualizar as diretrizes sobre fusões de instituições financeiras. Já o Departamento de Proteção Financeira do

Consumidor deve tornar mais fácil para os clientes mudar de banco.

O texto ainda critica a falta de concorrência entre as companhias aéreas e instrui o Departamento de Transportes a garantir transparência para taxas de bagagem e serviços de bordo.

Na área da saúde, a proposta é estabelecer regras para permitir a importação de medicamentos do Canadá, onde são mais baratos.